

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

JOAQUIM FRANCISCO DE OLIVEIRA NETO

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DOS SINDICALISTAS EM AÇÕES
COLETIVAS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO**

VITÓRIA – ES

2019

JOAQUIM FRANCISCO DE OLIVEIRA NETO

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DOS SINDICALISTAS EM AÇÕES
COLETIVAS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marcia Prezotti Palassi

VITÓRIA – ES
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

O48c Oliveira Neto, Joaquim Francisco de, 1993-
Consciência política e participação dos sindicalistas em ações coletivas contra a Privatização / Joaquim Francisco de Oliveira Neto. - 2019.
179 f. : il.

Orientador: Marcia Prezotti Palassi.
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Estudos Organizacionais. 2. Sindicatos. 3. Trabalho. 4. Privatização. 5. Consciência Política. I. Palassi, Marcia Prezotti. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO



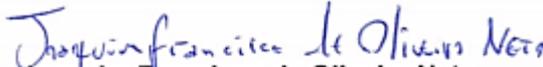
ATA DA 236ª DEFESA DE DISSERTAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Às 14 horas do dia 28 do mês de maio do ano de 2019, na sala 801 (sala de videoconferência), ED VIII, campus Goiabeiras, em Vitória (ES), reuniu-se a banca examinadora composta pelos Professores Márcia Prezotti Palassi (orientadora - presidente da banca), Eloísio Moulin de Souza (membro interno), Alessandro Soares da Silva (membro externo - remoto), para a sessão pública de defesa de dissertação do mestrando **JOAQUIM FRANCISCO DE OLIVEIRA NETO**, com o título: **CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO DOS SINDICALISTAS EM AÇÕES COLETIVAS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO**. Com a palavra, a presidente da banca deu início à sessão, passando a palavra ao aluno, que procedeu à exposição da dissertação. Na sequência, os membros da banca formularam as suas arguições, as quais foram respondidas pelo mestrando. Logo após, a presidente da sessão solicitou que os presentes deixassem a sala para que a banca pudesse deliberar. Concluída a avaliação, a presidente da sessão convocou o mestrando e os interessados para ingressarem na sala e comunicou o resultado da avaliação da banca, que decidiu pela **APROVAÇÃO** do examinando. Por fim, a presidente da sessão informou que o aprovado fará jus ao diploma de Mestre após a entrega da versão final de sua tese (em papel e meio digital) à secretaria do programa, e após ter concluído todos os créditos necessários, cumprido as atividades obrigatórias e após a homologação do resultado da defesa pelo Colegiado Acadêmico do PPGAdm. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora e pelo mestrando.


Profª Drª Márcia Prezotti Palassi
Orientador – PPGADM/UFES


Prof. Dr. Eloísio Moulin de Souza
Membro interno - PPGADM/UFES


Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva
Membro externo – remoto – Universidade de São Paulo


Joaquim Francisco de Oliveira Neto
Mestrando

*Dedico este trabalho à pessoa que me faz
feliz todos os dias, incessantemente: Gisely.*

AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim da experiência de se cursar o mestrado significa, entre outras coisas, que muitas pessoas, implícita ou explicitamente, contribuíram para que fosse possível este caminho ser trilhado e finalizado.

Por isso, agradeço à Gisely Dias Oliveira, minha felicidade diária, quem me motiva em todos os momentos a seguir em frente infalivelmente.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Francisco e Antônia, que mesmo estando distante geograficamente, complementam meu horizonte de felicidade e sensibilidade.

Agradeço também aos meus amigos de república, Matheus, Diogo, Rafael, Bruno e a rainha Flávia, além dos agregados, os considerando meu motor diário para o enfrentamento das injustiças e contradições da vida humana e social, além de proporcionarem-me preciosas reflexões para as complexas implicações existenciais sobre nós e sobre o outro.

Sou muito grato por ter uma amiga como a Flávia, que considero minha irmã, minha parceira de problemas, mas também de sucessos.

As experiências dialógicas diárias na nossa república, sejam elas discussões astrofísicas, artísticas, anatômicas ou políticas, foram, e continuarão sendo essenciais para meu crescimento como sujeito.

Sou muito grato e feliz pelas amizades construídas no mestrado, em especial à Isabela, Rebeca e Kleyton, sobretudo por comporem o nosso grupo existencial, crítico e humorístico chamado: “dramáticas do mestrado”. Foram dois anos de uma trilha dramática, mas também cômica.

Por fim, não posso deixar de agradecer à minha orientadora, professora Marcia, por ter a solicitude, paciência, compromisso e sobretudo, profissionalismo na condução deste projeto. Sem dúvidas, foi uma experiência profissional junto a uma pessoa que me agregou sobremaneira, ensinamentos teóricos e empíricos, que carregarei ao longo da minha trajetória de vida.

*“Privatize-se tudo, privatize-se o mar e o céu,
privatize-se a água e o ar, privatize-se a justiça e a lei,
privatize-se a nuvem que passa,
privatize-se o sonho, sobretudo se for diurno
e de olhos abertos. E, finalmente, para florão e remate de
tanto privatizar, privatizem-se os Estados, entregue-se por
uma vez a exploração deles a empresas privadas,
mediante concurso internacional.
Aí se encontra a salvação do mundo...”*

José Saramago

RESUMO

A privatização, quando viabilizada em grande volume (como reemergiu no governo Temer/MDB, e continua no Governo Bolsonaro/PSL), sem medidas consistentes de viabilidade, regulação e transparência, gera impactos em diversas esferas da vida, sobretudo trabalhista. A privatização junto ao conjunto de medidas neoliberais, fragiliza as relações de trabalho e precariza sobremaneira as condições laborais, gerando impactos psicossociais multidimensionais e (re)configurando a consciência política dos trabalhadores em torno da resistência. Nesse contexto, os sindicatos se destacam como organizações implicadas na luta antiprivatização, mitigando os impactos no mundo do trabalho. Diante disto, objetivou-se compreender como se configura a consciência política e a participação dos sindicalistas em ações coletivas contra a privatização no Espírito Santo (ES) durante o Governo Temer (2016-2018). Como marco teórico utilizou-se o Modelo Analítico da Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL; SILVA, 2016). Empregou-se uma metodologia exploratória, com abordagem qualitativa, aplicando entrevistas semiestruturadas realizadas com 10 sindicalistas de diversos setores que passam pela iminência da privatização no ES. Utilizou-se a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2006) para analisar as entrevistas, por meio de categorias dimensionadas no Modelo teórico. Os resultados revelaram, entre outras contribuições: (1) compreender as dinâmicas identitárias dos sindicalistas; (2) perceber que a luta dos sindicalistas contra a privatização vai além das bases, a luta é pela mudança também na esfera social; (3) identificar os interesses latentes e recursivos em torno da privatização; (4) identificar os grupos injustiçados pela privatização; (5) verificar que os sindicalistas buscam uma maior conscientização e mobilização dos trabalhadores e da sociedade para a eficácia das ações coletivas; (6) demonstrar como se configura o engajamento dos sindicalistas no movimento antiprivatização e; (7) apresentar as estratégias de mobilização e os desafios para a construção de um movimento antiprivatização consolidado no ES. Ademais, com o suporte de uma revisão de literatura (inter)nacional sobre os impactos da privatização no mundo do trabalho, resistência e enfrentamento, conjuntamente ao referencial teórico, foi possível a identificação de três diferentes tipos de consciência política dos sindicalistas, bem como contribuições para o campo dos estudos organizacionais no âmbito do trabalho. Concluiu-se que os sindicalistas dispõem: primeiro, de uma consciência política defensiva, que preza pela defesa e manutenção dos direitos trabalhistas; segundo, de uma consciência política combativa, contemplada pelos sindicalistas representantes de estatais; terceira, de uma consciência política utópica, caracterizada por uma visão emancipatória para a sociedade e de combate às desigualdades e injustiças sociais, por acreditarem que a privatização impacta, deliberadamente, grupos sociais fragilizados. Por fim, observou-se que o movimento antiprivatização no ES ainda é disperso e pouco coeso, necessitando enfrentar desafios para sua futura consolidação e institucionalização.

Palavras-Chave: Privatização. Trabalho. Consciência Política. Sindicatos. Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

Privatization, when made feasible in large numbers (as re-emerged in the Temer/MDB government, and continues in the Bolsonaro/PSL government), without consistent measures of viability, regulation and transparency, generates impacts in several spheres of life, especially labor. Privatization with set of neoliberal measures, weakens labor relationship and precarious even more labor conditions, making multidimensional psychosocial impacts and (re)shaping workers' political consciousness about resistance. In this context, trade unions stand out as organizations involved in the anti-privatization struggle, mitigating the impacts on the Labor World. Given this, the objective was to understand how the political conscience and the participation of trade unionists in collective actions against privatization in Espírito Santo (ES) during the Temer Government (2016-2018). The theoretical frame used was the Analytical Model of the Political Awareness for Understanding Participation in Collective Actions (SANDOVAL; SILVA, 2016). An exploratory methodology was used, with a qualitative methodology, applying semi-structured interviews with 10 trade unionists from different sectors who are facing the imminence of privatization in the ES. Content Analysis (BARDIN, 2006) was used to analyze interviews, by means of categories scaled in the theoretical Model. The results revealed, among other contributions: (1) to comprehend the identity dynamics of trade unionists; (2) to realize that the struggle of trade unionists against privatization goes beyond the bases, the struggle is for change also in the social sphere; (3) identify the latent and recursive interests surrounding privatization; (4) identify groups wronged by privatization; (5) to verify that trade unionists seek greater awareness and mobilization of workers and society for the effectiveness of collective action; (6) to demonstrate how the unionists' engagement in the anti-privatization movement is configured; (7) present the mobilization strategies and challenges for the construction of a consolidated anti-privatization movement in ES. Furthermore, with the support of a (inter)national literature review on the impacts of privatization in the world of work, resistance and confrontation, together with the theoretical reference, it was possible to identify three different types of political awareness of trade unionists, as well as contributions for the field of organizational studies in the field of work. It was concluded that the trade unionists have: first, a defensive political conscience, which values the defense and maintenance of labor rights; second, of a combative political conscience, contemplated by the union representatives of state-owned companies; third, of a utopian political consciousness characterized by an emancipatory vision for society and of combating social inequalities and injustices because they believe that privatization deliberately impacts fragile social groups. Finally, it was observed that the anti-privatization movement in the ES is still scattered and weakly cohesive, needing to face challenges for its future consolidation and institutionalization.

Keywords: Privatization. Labour. Political Awareness. Unions. Organizational Studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa panorâmico dos projetos privatizadores do Governo Temer (2016-2018).....	44
Figura 2. Investimento público e privado em relação ao % do PIB	49
Figura 3. Modelo Analítico de Consciência Política para compreensão da Participação em Ações Coletivas	81
Figura 4. Modelo Analítico de Consciência Política (Atualizado).....	87
Figura 5. Formação da <i>Identidade coletiva</i> contra a privatização	95
Figura 6. Modelo teórico dos interesses latentes em torno da privatização	116
Figura 7. Sociograma relacional dos sindicatos em ações coletivas contra a privatização....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Taxa de filiação sindical (2001-2013).....	35
Gráfico 2. Greves no Brasil (2003-2017).....	36
Gráfico 3. Detentores da Dívida Pública Brasileira.....	117
Gráfico 4. Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Diretrizes do Programa Avançar Parcerias	42
Quadro 2. Processos de privatização no Governo Temer (2016-2018).....	44
Quadro 3. Fragilização das instituições públicas e dos Sindicatos.....	52
Quadro 4. A justiça no trabalho vista por três diferentes ângulos	56
Quadro 5. Síntese dos impactos da privatização no mundo do trabalho brasileiro	64
Quadro 6. Consequências das políticas neoliberais no sindicalismo da América Latina	66
Quadro 7. Síntese dos percursos semânticos da participação e não-participação no Banespa	73
Quadro 8. Caracterização dos sujeitos que foram entrevistados	90
Quadro 9. Dimensões da consciência política e categorias de análise.	92
Quadro 10. Adversários e aliados na luta contra a privatização.....	115
Quadro 11. Grupos sociais <i>injustiçados</i> com a privatização.....	123
Quadro 12. Partido político dos sindicalistas entrevistados e os motivos da preferência partidária.....	131
Quadro 13. Estratégias de mobilização contra a privatização presentes na literatura.	135
Quadro 14. Estratégias de mobilização dos sindicatos pesquisados.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Projetos atuais do Programa Avançar Parceiras.....	43
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. O ESTADO LIBERAL NO BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COM BASE NA PRIVATIZAÇÃO.....	20
3. O CONTEXTO DO MOVIMENTO SINDICAL E DAS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL.....	29
3.1. BREVE HISTÓRICO DO SINDICALISMO NO BRASIL (1930-2002)	29
3.2. TRAJETÓRIA E IDENTIDADE DO SINDICALISMO NOS GOVERNOS TRABALHISTAS (2003-2016)	34
3.3. O CONTEXTO DA PRIVATIZAÇÃO NO GOVERNO MICHEL TEMER (2016-2018)	38
3.4. BREVE PANORAMA DA PRIVATIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO DE 2016 A 2018	46
3.5. ENFRAQUECIMENTO DOS SINDICATOS E BAIXA PROTEÇÃO AO TRABALHO	48
4. PRIVATIZAÇÕES E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO	54
4.1. PANORAMA INTERNACIONAL DOS IMPACTOS DAS PRIVATIZAÇÕES.....	54
4.2. PANORAMA NACIONAL DOS IMPACTOS DAS PRIVATIZAÇÕES	59
4.3. RESISTÊNCIA, ENFRENTAMENTO E PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO.....	65
5. O MODELO ANALÍTICO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA PARA COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS.....	79
6. METODOLOGIA	89
6.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA	89
6.2. SUJEITOS DA PESQUISA.....	89
6.3. PRODUÇÃO DOS DADOS.....	91
6.4. ANÁLISE DOS DADOS	91

7. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	93
7.1. AS DINÂMICAS DA IDENTIDADE COLETIVA DOS SINDICALISTAS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO	94
7.2. PARA ALÉM DAS BASES: UMA LUTA PELA MUDANÇA NA ESFERA SOCIAL	104
7.3. OS INTERESSES LATENTES EM TORNO DA PRIVATIZAÇÃO: PRIVATIZAR PARA QUEM?	114
7.3.1. Interesses latentes e recursivos em torno da privatização	115
7.3.2. Grupos sociais injustiçados pela privatização	122
7.4. EFICÁCIA DAS AÇÕES COLETIVAS CONTRÁRIAS A PRIVATIZAÇÃO: A BUSCA POR UMA MAIOR CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E DA SOCIEDADE	125
7.5. RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO A PRIVATIZAÇÃO: OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO ANTIPRIVATIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO.....	130
7.5.1. Engajamento nas ações coletivas contra a privatização	130
7.5.2. Estratégias de mobilização e os indicativos de um movimento antiprivatização no Espírito Santo	134
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO	170
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	171
APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	173

1. INTRODUÇÃO

As privatizações surgiram a partir de políticas neoliberais intensas que procuraram estabelecer uma reestruturação produtiva nos países (PRADO, 1998; LEME, 2010), visando eliminar déficits fiscais, promover a eficiência e desempenho em organizações estatais ineficientes (PALASSI, 2011) e diminuir dívidas públicas volumosas (MORAES, 2013). As privatizações fazem parte não só de um contexto econômico, como também social, político, trabalhista e cultural (SILVA; ABDALLA, 2017). Nestes contextos, a prestação de serviços públicos promovidas pelas empresas estatais impactam a sociedade, e as tomadas de decisões estratégicas e produtivas dessas empresas são, em grande parte, tomadas pelos governos (BOCCANERA, 1998).

Os impactos da privatização no trabalho têm origem na desregulamentação dos mercados, pois a transição de uma empresa pública (que está focada no atendimento ao público, a despeito da busca pela eficiência e lucratividade) para uma empresa privada, além de necessitar de um processo transparente por se tratar da venda de um bem público, deve ser regulada e fiscalizada por agências voltadas a atender o marco regulatório preestabelecido no processo de privatização efetivado (LEME, 2010). Uma empresa privada lançada em um mercado desregulado e exercendo uma atividade econômica oligopolizada ou monopolizada, tenderá a buscar sua eficiência produtiva por meio da racionalização dos custos e maximização dos lucros, dentro de uma lógica neoliberal voltada para o capital financeiro, em detrimento do capital social (SILVA; ABDALLA, 2017).

Nesse contexto, a reestruturação produtiva pautada na privatização atinge o mundo do trabalho tornando as relações trabalhistas precárias, racionalizando os custos com o trabalho, intensificando atividades produtivas por conta da diminuição do quadro de funcionários e oferecendo salários mais baixos com cargas laborais altas e desproporcionais à qualidade de vida dos trabalhadores (COSTA, 2005). Em consequência, a precarização do mercado de trabalho se evidencia, e junto a isso, a fraqueza dos sindicatos e de coletivos organizados, fatores que acabam contribuindo para a flexibilização do trabalho, fragilização da proteção trabalhista e da representação sindical na luta e manutenção dos direitos (LAMBERT, 2008).

Essas facetas da privatização se fundamentam no ideário neoliberal da livre concorrência entre os mercados (LEME, 2010; MORAES, 2013). Mas, a livre concorrência em atividades econômicas monopolizadas ou oligopolizadas? Privatização para concorrer

livremente em prol de qual benefício para a sociedade e para o trabalhador? Parte do discurso hegemônico do neoliberalismo e da globalização induz a sociedade a acreditar que o gerencialismo, a busca pela eficiência e o desempenho empresarial financeiro, são sinônimos de retorno econômico à sociedade (LEME, 2010). Mas, isso realmente se concretiza? Ou faz parte da reprodução do capital imaterial concentrado em grandes elites econômicas? (SILVA; ABDALLA, 2017). A lógica do mercado que impulsiona a mercantilização, o gerencialismo e a financeirização é compatível com a lógica do trabalho humano? (ABRAMOVITZ; ZELNICK, 2015). A globalização então, junto ao “espírito” do neoliberalismo conduz os indivíduos a terem uma consciência individualista alimentando o consumismo, a padronização de valores, a autoconfiança, autogerenciamento e a competição (PREMINGER, 2016; IANNI, 1997).

Em vista disso, o amplo processo de privatização que o Brasil passou nos anos de 1990 com vendas de empresas estatais intensificadas no governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), colaborou para a precarização do mercado de trabalho e enfraqueceu o movimento sindical. Diversas concessões de atividades portuárias, aeroportuárias e rodoviárias promovidas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como a retomada das vendas de empresas estatais no governo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), também contribuíram fortemente para a permanência e vislumbre de continuidade da lógica privatista no Brasil. A continuidade deste ciclo certamente é notória na gestão Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL).

Essas pressões neoliberais com base nas privatizações exercem fortes impactos nas coalizões da força de trabalho no Brasil, na economia e na sociedade (MOREIRA; BAÊTA; REIS, 2013). Novas reflexões são relevantes para compreender e encarar as mudanças que impactam o mundo do trabalho, em especial, o papel dos sindicatos nas lutas das classes trabalhadoras (MOREIRA; BAÊTA; REIS, 2013). Na medida em que se traz o debate para o cenário atual, observa-se que as políticas neoliberais emergentes, aliadas a discussões políticas decisórias, como o enfraquecimento dos sindicatos impostos na reforma trabalhista do Governo de Michel Temer (MDB), criam desafios à participação sindical no contexto atual das privatizações. Deve-se levar em conta também, diversas outras decisões e debates políticos no Brasil que impactam o mundo do trabalho, como a Emenda Constitucional 95, o projeto de reforma da previdência, terceirizações, entre outras.

As reflexões sobre o papel dos sindicatos e sindicalistas, o enfrentamento, a resistência e as formas de ações coletivas na luta pelos interesses da classe trabalhadora, tornam-se elementos fundamentais para a discussão. Sobretudo, frente às políticas neoliberais que têm impactos negativos no mundo do trabalho – com destaque para as privatizações. Nessa perspectiva reflexiva, as configurações da consciência política dos sindicalistas são relevantes para compreender a participação destes nas lutas da classe trabalhadora (PALASSI, 2011), considerando que a privatização se situa neste contexto político.

Sandoval (2001) apresenta como a neoliberalização da sociedade brasileira da década de 1990 impactou a consciência política dos trabalhadores, tendo como consequência a desmobilização das bases sindicais. Para analisar a desmobilização dos sindicatos, Sandoval (2001) utiliza o conceito de consciência política caracterizando-a pelo conjunto de dimensões psicológicas e sociais relacionadas às emoções e significados a partir da interação do sujeito com a sociedade e o contexto onde se insere, determinando suas ações dentro destes contextos específicos.

Para isso, o autor formula o Modelo Analítico da Consciência Política para compreensão da participação em ações coletivas, no intuito de “[...] prover um modelo ou constructo analítico interdisciplinar para o estudo da consciência política como um fenômeno dos movimentos sociais, que emergem numa realidade social que em sua natureza integrada e interativa exige um enfoque interdisciplinar” (SANDOVAL, 2015, p. 180). O modelo é baseado inicialmente no conceito de consciência operária de Touraine (1966), sendo inspirado também nas produções científicas de Heller (2001), Tilly (1978), Moore (1987), Tajfel (1981), Moscovici (1985) e Melucci (1996). Assim, a consciência política, bem como as dimensões que a forma, são, portanto, aspectos relevantes para compreensão da participação dos sujeitos em ações coletivas (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016), podendo contribuir também com o estudo da participação em ações coletivas de sindicalistas no contexto das privatizações no Brasil e especificamente no Estado do Espírito Santo.

Sendo assim, o presente estudo procura responder o seguinte problema de pesquisa: Como se configura a consciência política e a participação dos sindicalistas em ações coletivas contra a privatização no Espírito Santo? Para responder o problema proposto, tem-se como objetivo geral compreender a consciência política e a participação dos sindicalistas em ações coletivas contra a privatização no Espírito Santo durante o Governo Michel Temer do MDB

(ago/2016 a dez/2018). Para alcançar o objetivo geral, se faz necessário atingir os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar um panorama dos processos de privatização do Governo de Michel Temer (MDB);
- Descrever as ações coletivas contra a privatização construídas pelos sindicatos e sindicalistas;
- Compreender a trajetória dos sindicatos e sindicalistas nas ações coletivas contra a privatização;
- Compreender como se configura as dimensões da consciência política dos sindicalistas e sua participação nas ações coletivas contra a privatização.

A condução da política econômica brasileira não pode perpassar a esfera da falta de proteção social e das desigualdades de renda sem voltar sua atenção para resolução desses problemas. Moreira, Baêta e Reis (2013, p. 106) chamam atenção para a necessidade de pesquisas “[...] a partir de lutas históricas dos trabalhadores e a percepção dos sindicatos” frente a estes acontecimentos, justificando-se assim, a realização deste trabalho.

Além disso, este trabalho pode servir como subsídio para as organizações sindicais e sindicalistas nos debates relativos às privatizações no Brasil, auxiliando-os na melhor compreensão do tema. Torna-se importante essa melhor compreensão, uma vez que conforme constataram Balbachevsky e Holzhacker (2006), as privatizações foram um assunto emergente no final da década de 1990, mas que grande parte do eleitorado brasileiro ainda se mostrava incapaz de avaliar questões relacionadas às privatizações e tomar posições coerentes nesse debate. Por isso, sugerem que o aprofundamento desse tema em estudos é necessário e contributivo para o debate nacional e para a mudança de comportamento dos atores envolvidos que sofrem os impactos das políticas privatizadoras.

Entre os atores envolvidos nos impactos que as privatizações causam ao mundo do trabalho, os sindicatos e sindicalistas têm especial atenção, principalmente na participação em ações coletivas de resistências antes, durante ou após processos de privatização. A participação é entendida como essencial na luta pelos interesses coletivos dos trabalhadores, além da sua relevância no debate contemporâneo, como ressalta Miguel (2017, p. 110, *grifo nosso*):

A abertura de espaços à participação popular direta é importante, entre outros motivos, como forma de redistribuição do capital político [...] como forma de “empoderamento” dos cidadãos comuns, que ganhariam tanto grau de autonomia em

sua vida cotidiana quanto qualificação para melhor dialogar com seus representantes. É a *participação* que pode ampliar seus horizontes, dar a eles o entendimento da lógica da política, torná-los mais capazes de intervir de *maneira consciente*, até mesmo *estratégica*, na formulação de *seus próprios interesses*.

Desse modo, analisar como se configura a participação e a consciência política por intermédio do Modelo Analítico de Consciência Política (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016), contribui para aumentar o escopo de pesquisas que relacionam consciência política, participação dos sindicalistas e processos de privatizações. A exploração do modelo analítico utilizado como marco teórico deste trabalho pode ser contributiva também para reflexões de aperfeiçoamento do próprio modelo.

Este trabalho serve também, como diagnóstico para o movimento sindical (re)pensar as ações coletivas de enfrentamento às privatizações. Além disso, fornece informações aos trabalhadores e leitores que desejam verificar um panorama dos impactos das privatizações no Brasil, bem como as privatizações atuais que vem ocorrendo no Brasil e no Espírito Santo. Por fim, esse trabalho proporciona a compreensão da dinâmica das configurações dos sentimentos e emoções inerentes à consciência política de sindicalistas que participaram e participam de ações coletivas contra as privatizações no Espírito Santo.

Este trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos. O primeiro contextualiza o tema e apresenta seus objetivos, justificativa, relevância e contribuições esperadas com a realização da pesquisa. O segundo capítulo aborda a privatização em meio a introjeção do Estado liberal no Brasil e a reestruturação produtiva. O terceiro capítulo apresenta o contexto do movimento sindical e o paralelo com as privatizações no Brasil. O quarto capítulo descreve os impactos das privatizações no mundo do trabalho numa perspectiva (inter)nacional, confrontando-os com as formas de resistência e enfrentamento às privatizações. O quinto capítulo apresenta o referencial teórico, conceituando e discutindo a participação e as dimensões da consciência política, explicando o Modelo Analítico de Consciência Política (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016), a fim de nortear a análise da participação dos indivíduos em ações coletivas. O sexto capítulo expõe a metodologia e os procedimentos adotados no trabalho. O sétimo capítulo apresenta as análises dos resultados alcançado, trazendo discussões, reflexões, limites e possibilidades acerca do tema. Por fim, o oitavo capítulo tece considerações para finalizar este trabalho.

2. O ESTADO LIBERAL NO BRASIL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COM BASE NA PRIVATIZAÇÃO

O liberalismo econômico repousa na legitimidade social e político-econômica a partir da garantia da livre concorrência entre o capital. Embora seja um termo muito discutido na atualidade, ele não surgiu recentemente. Pelo contrário, as correntes teóricas da economia clássica trataram de fundamentar os preceitos inerentes as correntes dos primeiros pensamentos liberais aplicadas à economia. No liberalismo os determinantes de qualquer política econômica nacional que impedisse a livre concorrência entre os capitais deveriam ser preteridos e refutados. Essa proposição de se preterir qualquer intervenção estatal na economia começa a mudar a partir das correntes teóricas da economia neoclássica. As propostas neoliberais passaram então a determinar que o Estado intervisse nas falhas derivadas da livre concorrência e se esforçasse em preservar e dar continuidade a essa livre concorrência (LEME, 2010).

Assim sendo, o Estado passou a ocupar um lugar institucional de mantenedor das condições de liberdade e progresso, mas impossibilitado de legislar contra os interesses do mercado e da livre concorrência. Ou seja, o Estado passou a ser o protetor e garantidor do livre mercado, da liberdade, da propriedade privada dos indivíduos e da vida (LEME, 2010), embora sem autonomia. Como metaforiza Leme (2010, p. 121): “[...] o Estado teria a função de árbitro e não de jogador”.

Após grandes perdas econômicas globais provocadas pela Grande Depressão, sobretudo os fortes reflexos nas economias neoliberais (LEME, 2010), a reconstrução do capitalismo no Japão e na Europa, bem como nos Estados Unidos da América (EUA) se associou a uma forte intervenção estatal que regulava e estimulava a economia (MORAES, 2013). As políticas propostas pelo *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social – protagonizado em grande parte por John M. Keynes) obtiveram sucesso por um tempo, posicionando o Estado como um regulador das desigualdades proporcionadas pelo livre mercado, por intermédio das instituições democráticas que pareavam os cidadãos e promoviam a igualdade (cidadania social) (AZEVEDO; MELO, 1997). O *Welfare State* servia então como mecanismo de correção das falhas ou disfunções do livre mercado.

Para isso, o *Welfare State* propiciou o diálogo entre o Estado e as instituições democráticas formadas por atores coletivos como maneira de propor a cidadania social para corrigir injustiças e disfunções do sistema neoliberal. Nesse contexto emergiram diversos

interesses de burocracias políticas, trabalhadores que se organizaram em sindicatos, partidos políticos consolidados e os detentores do capital, provocando um grande debate em torno do capital e do trabalho (OFFE, 1984). Porém, na década de 1970 o *Welfare State* demonstrava certa exaustão, pois uma “[...] nova onda de recessão econômica e de desaceleração do crescimento se juntava com a crise fiscal vivenciada pelos Estados” (LEME, 2010, p. 121). Essa crise que permeava o *Welfare State* abriu espaço para o ingresso de “[...] novos teóricos radicados nas correntes liberais que reivindicariam para si o liberalismo econômico como a “única” alternativa para o Estado superar a crise instaurada praticamente em todo o mundo” (LEME, 2010, p. 121).

Novos personagens emergiram na defesa do ideário neoliberal como solução para a crise econômica, ideário convicto de que as crises, sobretudo fiscais, derivavam das excessivas políticas sociais que o *Welfare State* continha em seu bojo. Em 1979, Margaret Thatcher chega ao governo da Inglaterra e em 1980, Ronald Reagan, nos EUA, assim como Helmut Kohl em 1982 na Alemanha, formulando uma corrente neoliberal e conservadora em três grandes potências mundiais. As primeiras grandes experiências de “ajuste” neoliberal foram ensaiadas na América Latina, iniciando em 1973 no Chile e depois, em 1976 na Argentina. A representação e as conquistas trabalhistas e sociais das organizações sindicais até os anos 1970, foram fortemente ameaçadas ou até mesmo banidas “[...] com uma política ativa de combate ao poder dos sindicatos (através de reformas na legislação sindical e trabalhista), gerando a chamada “flexibilização” dos mercados e do contrato de trabalho, e a renúncia ao ideário de pleno emprego [...]” (LEME, 2010, p. 123) articulada tanto por Reagan quanto Thatcher.

Essas transformações econômicas tiveram consequências também no mundo do trabalho, não somente pelas decisões neoliberais da Inglaterra e EUA, como também pelos paralelos acontecimentos econômicos globais, marcado pelas remodelações organizacionais e as reestruturações produtivas, que imputavam mudanças nos processos de trabalho. Na segunda metade da década de 1960, por exemplo, a desintegração da hegemonia norte americana no regime fordista propiciou a desvalorização do dólar, fazendo com que os países do Terceiro Mundo substituíssem a política de importação e gerassem competição internacional entre Japão e a Europa. Nesse período, diversos problemas surgiram frente ao modo de produção fordista (rígido), que não se sustentava com o mercado cada vez mais variado (HARVEY, 1992). A variação do mercado foi preponderante para a passagem do fordismo ao regime de acumulação flexível, fazendo prevalecer a flexibilidade dos processos de trabalho, mercados, produtos e padrões de consumo marcados pela inovação comercial, tecnológica e organizacional

(KUMAR, 1997). Nesse cenário, exigia das organizações a busca por diferentes mecanismos competitivos que se sobressaíssem frente a mudanças na esfera política, econômica e social (HARVEY, 1992).

A partir de meados de 1970, mudanças significativas ocorreram no funcionamento do capitalismo, em especial, a passagem do paradigma industrial para o pós-industrial (HARVEY, 1992), cujas empresas passaram a atuar em redes de mercado (CASTELLS, 1999). As transformações tecnológicas que a globalização possibilitou no final do século XX foram preponderantes para que a integração entre a economia, sociedade, cultura e política acontecessem, gerando assim uma rede informacional entre a sociedade, marco principal das mudanças que ocorreram no mundo, sobretudo o do trabalho (CASTELLS, 1999). Durante o processo de transformação tecnológica e informacional, as organizações se remodelaram de maneira cada vez mais horizontais, exibindo características flexíveis nos seus processos produtivos. Com as constantes transformações organizacionais, a tecnologia da informação intensificou sua aparição nas organizações em rede, possibilitando o tratamento das complexidades da teia de alianças e dos processos de tomada de decisão (CASTELLS, 1999).

Diversos fatores foram relevantes para as transformações no mundo do trabalho impulsionadas pela globalização, atrelada às pressões neoliberais que forçavam as mudanças (CASTELLS, 1999). Por exemplo, a reengenharia industrial, fusões de grandes corporações, privatizações de empresas estatais e inovações tecnológicas proporcionadas pelas tecnologias da informação e comunicação, acabaram gerando a criação de novos postos de trabalho flexíveis, reorganizaram as atividades de trabalho e reestruturaram os modos de produção capitalista (HARVEY, 1992; KUMAR, 1997; CASTELLS, 1999; LEME, 2010). Essas mudanças impactaram o mercado de trabalho, que também sofreu grande reestruturação. A fraqueza do poder sindical abriu oportunidade para adoção de regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis (LAMBERT, 2008). O mercado de trabalho foi tomado por empregos temporários e subcontratação, mediante contratos de curto prazo e trabalho em tempo parcial, com foco apenas na demanda da produção (HARVEY, 1992). No Brasil, a reestruturação produtiva promoveu um grande desemprego e aumentou o nível de exigências aos trabalhadores, tais como: “[...] alta flexibilidade externa, baixos salários, longas jornadas, uso generalizado do trabalhador sem qualquer associação com políticas de promoção salarial ou de benefícios, e mesmo a ameaça do desemprego como o regulador mais central dos conflitos” (COSTA, 2003, p. 12).

A desregulamentação do mercado de trabalho e sua consequente degradação são originadas em grande parte dos reflexos das políticas neoliberais compostas por Reagan e Thatcher (MORAES, 2013). Embora não se deixe de lado, sobretudo, a relevância do processo de globalização como veiculador de um discurso hegemônico, no qual coloca a globalização e o neoliberalismo como a construção de um ideário do “único caminho possível” para os problemas de ordem econômica do mundo (LEME, 2010). A globalização, do ponto de vista sociológico, foi e continua sendo um processo de padronização dos valores culturais em escala global, que são diferenciados a partir do consumo, da renda, do capital e do espetáculo (IANNI, 1997). Do ponto de vista econômico, a globalização está atrelada ao neoliberalismo (CANO, 2000), o que reforça a hegemonia do neoliberalismo e das mudanças culturais, sociais, políticas e tecnológicas derivadas da globalização.

Nesse contexto globalizado, as políticas neoliberais começaram a permear mais intensamente os países latino-americanos após seminário realizado pelo *Institute for International Economics* em novembro de 1989, cujas discussões denominaram-se “Consenso de Washington”. O seminário constituiu-se de integrantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de representantes do governo dos EUA, bem como de alguns países da América Latina (LEME, 2010). Para Moraes (2013, p. 21) “os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI”. O “Consenso de Washington” funcionou como um mecanismo de orientação obrigatória, como um “receituário”, a ser cumprido pelos países que se dispusessem a aderir às orientações (LEME, 2010), mas, sobretudo, exercendo um mecanismo hegemônico de controle dos países, principalmente latino-americanos (MORAES, 2013). O conjunto de orientações se pautava em:

- a) o equilíbrio das contas públicas, obtidas, preferencialmente, a partir das reduções de despesas (como cortes em subsídios destinados a empresas públicas e privadas) e não pelo aumento de impostos;
- b) a liberalização da economia aos investimentos estrangeiros; isto é, uma abertura comercial e um processo de desregulamentação com gradativo (porém, constante) processo de redução do controle governamental sobre o setor privado e, ao mesmo tempo, sua atuação direta no setor produtivo através da aquisição de empresas estatais (geralmente atuando monopolisticamente);
- c) sugeria claramente um processo *amplo de privatização como a solução mais eficaz* para transferir para o setor privado as empresas do Estado que, por sua vez, passariam a atuar sobre as leis do mercado, fortalecendo o ambiente competitivo (o que permitiria, a um só tempo, a resolução da “questão fiscal” do Estado e, de outro lado,

a indução de um progresso técnico que somente os capitais privados transnacionais poderiam ofertar, na forma de produtos e serviços) (LEME, 2010, p. 131, *grifo nosso*).

Junto a estas transformações no mundo do trabalho impulsionadas pela globalização, e antes de se consolidar as orientações do Consenso de Washington, o Brasil passava pelo período de redemocratização e derrubada do regime autoritário da Ditadura Militar entre 1964 e 1985. Na década de 1980, o Brasil retomou o rumo da democratização da política nacional e instituiu a nova Constituição Federal em 1988. Ao retomar a democracia, os primeiros governos eleitos democraticamente instauraram políticas neoliberais e, logo depois, seguiram as orientações contidas na “cartilha” do Consenso de Washington, iniciando intensamente as políticas privatistas no início da década de 1990 (MARTINS, 2005), passando assim “[...] a ser apresentada como peça fundamental da reforma ou da reestruturação do Estado, que não se resumiu à retração do setor produtivo estatal” (FERRAZ, 2009, p. 425).

Porém, antes de vir à tona as orientações propostas pelo Consenso de Washington e iniciarem as intensas privatizações no Brasil, a década de 1970 havia sido marcada por estatizações de empresas. No entanto, devido algumas das características burocráticas destas empresas, o mercado exerceu forte pressão para que o governo tomasse medidas efetivas que promovessem mudanças laborais e organizacionais (PALASSI, 2011). Desse modo, institucionalizaram-se as privatizações no Brasil em 1979, quando foi criado o Programa Nacional de Desburocratização e conseqüentemente a Comissão Especial de Desestatização em 1981. A criação dessa comissão culminou, em 1990, na criação do “Programa Nacional de Desestatização (PND), como uma decisão política de modernização do setor público e reposicionamento da participação do Estado na economia brasileira, impulsionando as privatizações” (PALASSI; SILVA, 2014, p. 49). A pressão pela liberalização da economia do Brasil vinha do mercado externo (MORAES, 2013) que exigia a abertura do mercado brasileiro para os investidores internacionais (COSTA, 2005), além da intensa crise fiscal que permeava o país (PRADO, 1998).

As privatizações no Brasil desenvolveram-se com o discurso de superar as dificuldades econômicas e fiscais, abarcando questões como a redução do déficit público e o equilíbrio orçamentário, bem como a desvinculação de empresas deficitárias controladas pelo Estado (PALASSI, 2011). A potencialização da concorrência e a eliminação de monopólios no mercado foram outros objetivos presentes no discurso de melhoria da eficiência da gestão empresarial e redução de oportunidades para práticas corruptas, além do pagamento da dívida externa visando obter melhores resultados para o desenvolvimento do Brasil (PALASSI, 2011).

As estratégias recomendadas pelo Consenso de Washington, com as particularidades de aplicação diretamente no Brasil, convergem ainda mais com o discurso de superação das dificuldades que viriam com as privatizações. Essas estratégias neoliberais recomendadas foram:

- a) a *rápida privatização das empresas estatais* (federais e estaduais), principalmente as de caráter estratégico (tais como telecomunicações e energia) para compor “caixa” para o pagamento das dívidas externa e interna;
- b) as reformas constitucionais – sobretudo na área fiscal – para redução dos impostos sobre os capitais privados;
- c) a desregulamentação dos aspectos econômicos em todas as instâncias;
- d) a flexibilização dos direitos trabalhistas;
- e) a redução dos investimentos estatais em políticas públicas básicas, e
- f) as reformas no aparato burocrático do Estado, a fim de reduzir gastos em geral, incluindo aquelas em recursos humanos (LEME, 2010, p. 131, *grifo nosso*).

As medidas econômicas neoliberais, portanto, se intensificaram no Brasil nos anos 1990, cujas privatizações tornaram-se o mecanismo mais procurado pelos governos para resolver os problemas de ordem econômica e fiscal (PALASSI, 2011), principalmente pela racionalização dos custos com o trabalho, o que reconfigurou sobremaneira o cenário do mundo do trabalho (COSTA, 2005). As privatizações tomaram conta do cenário econômico e político brasileiro com fortes debates entre a sociedade civil, políticos e mercado. Prado (1998) fez um balanço crítico de duas décadas de privatizações no Brasil mostrando como a crise fiscal no final da década de 1980 foi uma das grandes responsáveis pelo início das políticas privatizadoras.

As privatizações também tiveram um forte movimento de conteúdo político-ideológico (DWECK, 2000), impulsionadas pela grande mídia de circulação da época, como jornais impressos e telejornais que defendiam um discurso de senso comum favorável às políticas neoliberais em detrimento de manifestações das organizações sindicais (LEAL, 2005). Foram privatizadas 18 empresas no Governo do Presidente José Sarney do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) entre os anos do seu mandato, de 1985 a 1990 (PINTO, 2009). No começo da década de 1990, o Presidente Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) (1990-1992), ao iniciar o seu mandato, realizou mais de 20 privatizações de empresas estatais e agências (SCHNEIDER, 1992). Entre 1991 e 1998 foram vendidas 63 empresas controladas pelo Governo Federal de diversos segmentos econômicos, como energia, mineração, siderurgia, comunicação, saneamento, bancário entre outros (ALMEIDA, 1999), contando com os mandados do Presidente Itamar Franco (1992 a 1995) do PMDB e Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O

maior volume de vendas das empresas estatais ocorreu no Governo Cardoso entre 1995 e 2002, sendo privatizadas 80 empresas (LOPES, 2011).

Houve continuidade das privatizações no Brasil durante o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que se iniciou pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) tendo continuidade com a Presidenta Dilma Rousseff (2011 a 2016). As privatizações no Governo do PT se caracterizaram principalmente pelas concessões de aeroportos, estradas e portos, passando o controle da administração e da prestação dos serviços públicos para empresas privadas por um período determinado (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO, 2011; ROMAN, 2012; CRUZ, 2013). Já as privatizações dos governos que antecederam o PT se caracterizaram principalmente pelas vendas de empresas estatais, passando o controle dos ativos à iniciativa privada de forma definitiva. Com a queda do governo do PT por intermédio do impeachment (Golpe Parlamentar) da Presidenta Dilma Rousseff, o Vice-Presidente Michel Temer, do atual MDB assumiu o Governo Federal, anunciando políticas de privatização mais intensas, conforme traz o trecho do jornal eletrônico Congresso em Foco, escrito por Joelma Pereira em 23 de agosto de 2017: “O governo federal anunciou, nesta quarta-feira (23), um pacote de privatizações com 57 empresas e projetos. Na lista, 14 aeroportos, 15 terminais portuários, duas rodovias e 11 lotes de linhas de transmissão de energia” (PEREIRA, 2017, s./p.).

As intensas privatizações e outras políticas neoliberais no Governo Temer (MDB) se institucionalizaram por meio do Programa de Parcerias de Investimentos, denominado também, de Programa Avançar Parcerias. Neste programa, o Governo Federal intenta coordenar políticas de investimentos principalmente em infraestrutura, por meio de parcerias com o setor privado, mantendo o acompanhamento dos projetos que já estão sendo ou serão executados por meio de concessões, Parceria Público-Privada (PPP) e privatizações. Os objetivos do programa são citados na página do Programa Avançar Parcerias, sendo eles: (i) ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico do país; (ii) garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas aos usuários; (iii) promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços; (iv) assegurar a estabilidade e a segurança jurídica dos contratos, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos; (v) fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação. Além disso, a principal atribuição do programa é seu tratamento prioritário como política econômica do Governo Federal. O programa é composto por

Conselho, Secretaria-Executiva e pela Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) que analisa a viabilidade de projetos e futuros investimentos. Apresenta também dez diretrizes. Os projetos são diversos, distribuídos em todo o país, cujos desdobramentos, particularidades e seus respectivos impactos no mundo do trabalho são mencionados mais à frente na pesquisa.

Neste novo contexto privatizador, diversos mecanismos de privatização são utilizados, podendo ser entendido dentro de uma ótica tipológica. O termo “privatização” diz respeito a venda de uma empresa estatal, com a passagem do controle sobre os ativos à iniciativa privada em definitivo. Já a “concessão” é a transferência, por tempo determinado, da prestação do serviço público à iniciativa privada. Tanto a privatização, quanto a concessão, fazem parte da “desestatização” (BNDES, 2016). Dentro das concessões, encontram-se as “concessões comuns”, que são autossuficientes, ou seja, utilizam as tarifas cobradas dos serviços para se financiarem. E também, a “Parceria Público-Privada (PPP)”, que dispõe de recurso financeiro de algum bem público junto do privado (BNDES, 2016).

A PPP pode ser desmembrada em uma concessão administrativa ou patrocinada. Na administrativa não há cobrança de tarifa, já na patrocinada há cobrança de tarifa dos serviços prestados. No entanto, estas receitas são insuficientes para financiar as atividades, por isso dispõe de recurso público (BNDES, 2016). Todavia, observa-se uma falta de uniformidade quanto à utilização do conceito desses termos, havendo a necessidade de um maior rigor científico para a sua correta utilização (MACHADO, 2015).

Em verdade, a única certeza que se tem é que, para os meios de comunicação e boa parte até de particulares que tratam do tema sem precisão jurídica ou acadêmica, tudo que se refere ao menor indício de ligação ou parceria entre público e privado configura privatização [...]. Transferência acionária de entidades da administração indireta a particulares, concessão de serviços públicos, concessão de uso de bem público, doações, celebração de termos de parceria, contratos de gestão ou convênios com entidades não-estatais, tudo isso é visto como privatização [...] (MACHADO, 2015, p. 108-109).

Mesmo considerando essa tipologia, observa-se desde o início da década de 1990, que o Brasil vem aderindo a políticas que o modelam como um Estado neoliberal (DRUCK, 2016), cuja reestruturação produtiva pautada nas privatizações impactou sobremaneira o mundo do trabalho, gerando flexibilização das políticas trabalhistas e fragilização das condições de emprego e trabalho, emergindo um cenário de extrema precarização da classe trabalhadora (CARDOSO, 2016). O modelo neoliberal de Estado forçou de maneira abrupta e precipitada a entrada da incipiente economia brasileira no mercado internacional no final do século XX,

embora o país não apresentasse uma modernização das relações de trabalho e não continha em seu bojo uma estrutura econômica adequada para os negócios internacionais (COSTA, 2005).

Como consequência, diversos impactos ocorreram no mundo do trabalho por conta das privatizações, em especial a racionalização dos custos com o trabalho, juntamente com ajustes na expansão dos processos de reestruturação produtiva: “[...] fechamento de fábricas, renovação tecnológica, terceirização, subcontratação, reorganização dos processos produtivos, enxugamento de quadros, entre outros, traduziram os ajustes” (COSTA, 2005, p. 120). Em seguida, portanto, buscou-se apresentar na seção do Capítulo 3 o contexto do movimento sindical conjuntamente com a intensificação da privatização no Brasil, buscando um paralelo entre o movimento sindical e as mudanças no mundo capitalista que impulsionaram as políticas privatizadoras.

3. O CONTEXTO DO MOVIMENTO SINDICAL E DAS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL

O sindicalismo vem sendo atuante no Brasil antes mesmo da implementação de políticas neoliberais e privatizadoras na agenda econômica e trabalhista do país apresentadas na seção anterior. Ao longo dos anos, o movimento sindical brasileiro foi sendo reconfigurado, resistindo e enfrentando várias ações repressivas e antidemocráticas ao longo do século XX e início do século XXI. A partir dos anos 1990 que o movimento sindical brasileiro foi impactado pelas privatizações de larga escala que ocorreram no país. Todos esses impactos e eventos ocorridos na conjuntura social do Brasil influenciam a dinâmica da consciência política dos sindicalistas, haja vista que os acontecimentos históricos, sobretudo as privatizações, foram determinantes na reconstrução do movimento sindical, e determinantes também nas mudanças e direções das relações de trabalho.

Desse modo, esta seção situa em um primeiro momento o movimento sindical brasileiro, resgatando na sua trajetória a resistência às privatizações. A luta sindical contra a privatização não é um fim em si mesmo, mas um meio para se conseguir atingir reivindicações que alterem a dinâmica dos impactos negativos ao mundo do trabalho. Nesse sentido que a *identidade coletiva* dos sindicalistas com o movimento sindical, e mais especificamente contra a privatização, tem origem na trajetória do movimento e nas mudanças que vieram ocorrendo ao longo do tempo na conjuntura política, econômica, social e cultural do Brasil.

3.1. BREVE HISTÓRICO DO SINDICALISMO NO BRASIL (1930-2002)

O sindicalismo no Brasil, bem como em outros lugares do mundo, tem seus aspectos estruturantes que o caracteriza e o diferencia. Greves e movimentações trabalhistas no Brasil se iniciaram no século XIX, embora uma estrutura de movimento sindical organizado tenha ganhado força apenas a partir do primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Na percepção de uma acelerada industrialização e na busca por um controle sobre a massa de trabalhadores, Vargas viu a necessidade de proporcionar que estes trabalhadores compusessem uma estrutura sindical regulamentada e institucionalizada com base no Estado que, logo depois, passou a contribuir financeiramente principalmente com a criação do imposto sindical. Esse financiamento dos sindicatos acabou proporcionando grandes estruturas, com sindicatos fazendo inclusive atendimento de saúde e assistencial.

Entre os anos de 1930 e 1945 o sindicalismo foi marcado por um processo de controle pelo Estado. O Ministério do Trabalho que reconhecia, autorizava o funcionamento e investia nos sindicatos de poderes delegados. Nesse contexto, quaisquer manifestações tidas como políticas ou ideológicas eram interditas. Essas imposições, contudo, não impediriam até 1935 alguns movimentos grevistas tampouco a formação de um pluralismo sindical (LOPES, 2009). O arranjo jurídico de leis sociais estabelecidas nos anos 1930 e 1940 acabaram pesando na construção de uma identidade social da massa de trabalhadores, mesmo que em alguma medida essas leis atestassem alguma cidadania social (LOPES, 2009).

Nas décadas seguintes, principalmente de 1945 a 1964, a estrutura do movimento sindical em alguma medida passou por momentos de ruptura, alcançando o apogeu no Governo de João Goulart (1961-1964), apesar de muitas forças conservadoras frearem essas mudanças no sindicalismo. O sindicalismo nesta época foi caracterizado pelo distanciamento das bases, além de um baixo empenho reivindicativo. Nesta conjuntura, o sindicalismo era “[...] responsável pelo atrelamento do movimento dos trabalhadores aos estreitos liames da estrutura sindical corporativa, tomando-o mero apêndice do jogo de dominação das elites” (SANTANA, 1998, p. 19). No entanto, o sindicalismo reuniu algumas conquistas nessa época, como “[...] o aumento considerável do número de trabalhadores sindicalizados, a realização de centenas de atividades recreativas e educacionais, além da organização de campanhas salariais, greves e protestos” (CORRÊA, 2014, p. 14).

O Golpe Militar de 1964 liquida totalmente as direções transformadoras do movimento sindical em Goulart, com muitas intervenções em sindicatos no primeiro ano do Golpe e muitos dirigentes sindicais afastados e perseguidos. Entretanto, os governos ditatoriais brasileiros não romperam com as estruturas sindicais, pelo contrário, continuaram as financiando. Isso porque os sindicatos eram altamente funcionais e servia para controlar as massas de trabalhadores. Além disso, os sindicatos ofereciam lazer, saúde, educação, entre outros predicados, o que acabou corroborando, em partes, com a manutenção da Ditadura Militar do Brasil (1964-1985), pois a dinâmica do capitalismo no Brasil, nesta época, ainda não era capaz de fornecer para a sociedade estes tipos de serviços de forma ampliada, nem mesmo o setor público.

Com a luta dos líderes sindicais no regime de repressão, a partir dos anos 1978 mudanças emergiram, cujos entraves dessa resistência, inclusive sanguinária, podem ser mais bem explorados no trabalho de Corrêa (2014). Algumas mudanças também foram motivadas por conta de o capital privado ingressar no setor de serviços e passar a oferecer planos de saúde

privado, educação privada, assistencialismo entre outros serviços. As funções do sindicato, então pelego, foram perdendo importância, e atrelado aos anseios da população pelo fim da Ditadura e pela luta dos líderes sindicais no regime repressivo, novas configurações identitárias para a organização do movimento sindical foram surgindo.

Em um contexto geral, o movimento sindical brasileiro apresentou mudanças significativas no último período da Ditadura (a partir de 1978) como, por exemplo, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No período final da Ditadura houve fortes movimentações e reivindicações dos sindicatos que colocaram em xeque o sindicalismo pelego enraizado na Ditadura Militar, sobretudo as greves do ABC Paulista, região intensamente industrializada e com uma massa de trabalhadores presentes. Porém, muitas reflexões foram e continuam sendo levantadas sobre a possibilidade de se reforçar um sindicalismo identificado nas conquistas, em detrimento de um sindicalismo pautado na redução de danos e no peleguismo da época ditatorial (SANTANA, 1998).

Os anos 1980 marcou um princípio de ruptura na estrutura sindical, fortemente influenciado pela CUT, que foi fundada com a contribuição de uma grande pulsão social. O Brasil passava por uma época de manifestações, reivindicações, fim da Ditadura e deslumbramento para a constituição de uma nova república democrática (SANTANA, 1998). O então denominado “Novo Sindicalismo” pressionava para mudanças importantes no sistema corporativista de relações de trabalho, tendo como foco especial a desvinculação dos sindicatos da tutela estatal (COSTA, 2003). O movimento sindical desta época criou uma identidade formada por uma “[...] classe trabalhadora jovem, nova em tempo e espaço e, portanto, livre das injunções dos velhos operários que se submeteram [...] ao cadafalso do pacto populista” (SANTANA, 1998, p. 23). O sindicalismo acabou acumulando vitórias organizativas importantes, reforçando uma nova identidade combativa e reocupando o espaço político nada participativo na época ditatorial (COSTA, 2003).

De uma forma geral, o chamado “novo sindicalismo” imprimiu ao sistema de representação um padrão combativo de ação sindical, sentido, principalmente, no fortalecimento da resistência de base ao poder arbitrário das gerências na organização do processo de trabalho. Esse padrão combativo, cuja maior arma de pressão era a greve, forçou a abertura de canais de comunicação direta entre trabalhadores e o patronato, deslocando a resolução dos conflitos para o interior das empresas (COSTA, 2003, p. 4).

No entanto, as lutas sindicais dos anos 1980 não foram suficientes para incorporar conquistas mais generalizadas, sobretudo na redução das desigualdades sociais e econômicas

do Brasil (COSTA, 2003). A partir dos anos 1990 as fortes pressões do capital proporcionaram a implementação de uma intensa agenda neoliberal com a abertura comercial do país. Essas direções impactaram fortemente a organização dos movimentos sindicais novamente, os enfraquecendo. Neste período, o movimento sindical do Brasil passou a sentir os impactos das políticas privatizadoras aderidas pelos governantes da década de 1990.

A abertura econômica de Collor, iniciada de forma atabalhoada com a queda abrupta das tarifas de importação para uma grande diversidade de produtos industriais, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais), precipitando a entrada da fechada economia brasileira na circulação da rede global. Isso fez com que, forçosamente, fossem expandidos os processos de reestruturação produtiva: fechamento de fábricas, renovação tecnológica, terceirização, subcontratação, reorganização dos processos produtivos, enxugamento de quadros, entre outros, traduziram os ajustes. Em todos os casos os esforços se concentraram primordialmente na racionalização de custos, com destaque para os custos do trabalho (COSTA, 2003, p. 7).

Nos anos 1990 o movimento sindical e a classe de trabalhadores por ele representada tiveram grandes enfrentamentos, com destaque para os trabalhadores industriais do setor público, que sofreram os impactos de um amplo processo de privatização nos Governos Collor e Cardoso. Algumas análises trazem consigo as configurações do movimento sindical e do mundo do trabalho na década de 1990. Costa (2003) mostra como a preservação do emprego se posicionava como uma moeda de troca das negociações coletivas realizadas pelos sindicatos. Além disso, a autora apresenta que, com a flexibilização da CLT, a perda de empregos e a maior precarização das condições de trabalho permearam o cenário trabalhista do Brasil. Alves (2002a) dá suporte as colocações da Costa (2003) quando, ao fazer um balanço crítico da “década neoliberal (1990-2000)”, elucida que os contornos do mundo do trabalho no Brasil nesta época foram assolados pelo desenvolvimento da reestruturação produtiva nas empresas e as privatizações, tendo como prática fundamental o modelo toyotista. Essa nova configuração organizacional nas empresas contribuiu fortemente para o surgimento de um precário mundo do trabalho e reforçou uma crise no sindicalismo, sobretudo pela fragmentação da classe trabalhadora (ALVES, 2002a).

O Governo Cardoso no seu primeiro mandato (1995-1998) atingiu marcas recordes de desemprego (MARTINS; RODRIGUES, 1999). Essa conjuntura socioeconômica colocou enormes desafios para o movimento sindical do Brasil, até mesmo paradoxais. Se, por um lado, por conta do desemprego, o sindicalismo havia de manter atitudes mais flexíveis na relação capital/trabalho, por outro lado, havia de manter sua identidade combativa (MARTINS; RODRIGUES, 1999). Todos esses impactos das políticas neoliberais dos anos 1990 alteraram

a dinâmica da sociabilidade do trabalho no Brasil, destruindo tanto os arranjos objetivos (a materialidade do processo de trabalho) quanto os subjetivos (*identidade coletiva* e consciência de classe) (ALVES, 2002a).

As condições neoliberais impostas nos anos 1990 atingiram, portanto, a subjetividade da classe trabalhadora (ALVES, 2002a). Toda noção de precariedade do mercado de trabalho brasileiro foi colocada como condição *sine quo non* para que o emprego, e claro, a subsistência numa nova etapa capitalista competitiva, fossem alcançados. É nesse sentido que Alves (2002a, p. 82) salienta que frente a um “[...] precário mundo do trabalho, a consciência contingente de operários e empregados tende a caracterizar-se pelo consentimento e acomodação diante das novas condições de exploração da força de trabalho instituídas pelo capital”. Na mesma perspectiva, Martins e Rodrigues (1999, p. 157) afirmam que o medo de perder o emprego e as dificuldades de se reposicionar e se inserir no mercado “[...] fazem com que o trabalhador se submeta às pressões e às exigências empresariais, aceitando com facilidade as novas condições de trabalho e as propostas de flexibilização dos direitos trabalhistas”.

Esse processo pode ser visto também como a naturalização das condições e formas de trabalho no Brasil, principalmente por conta do enfoque toyotista, que introduz uma ideologia orgânica de produção (ALVES, 2002a).

Para a adoção da nova ideologia orgânica da produção capitalista, tornou-se necessária uma “reestruturação” da subjetividade da classe. Por isso, o processo de reestruturação produtiva não pode ser visto apenas em sua dimensão objetivo-material, mas principalmente em seus nexos subjetivo-ideológicos. Ele tende a significar, em última instância, uma metamorfose da subjetividade da força de trabalho, seja em seus aspectos geracionais, seja em seus aspectos político-ideológicos (ALVES, 2002^a, p. 81).

Nesse contexto neoliberal de reestruturação produtiva e privatizações, observa-se então tanto mudanças econômicas, sociais e políticas, quanto mudanças nas relações sociais e na subjetividade dos trabalhadores, que passaram por um processo de transformação ideológica. As consequências para o sindicalismo não foram outras, se não, a fragmentação das bases, baixo poder de negociação, dificuldade de organização da base para reivindicações e diminuição da eficácia da ação sindical (ALVES, 2002a; COSTA, 2003), indicando uma perda na identidade combativa dos sindicatos. Nesta década, as negociações sindicais se limitavam a propostas flexíveis, como participação nos lucros e resultados, qualificação/formação profissional, participação do sindicato quando da introdução de inovações tecnológicas e organizacionais,

redução da jornada semanal média de trabalho (sem redução de salário), flexibilização da jornada e condições de trabalho (MARTINS; RODRIGUES, 1999).

Com esse breve histórico é possível aferir que a *identidade coletiva* combativa do movimento sindical no Brasil construída nos anos 1980 foi bastante modificada. Seja por pressões na conjuntura político-econômica do país, seja na própria construção de um ideário de combatividade que o sindicato buscou criar. No entanto, não se observou uma *identidade coletiva* que tivesse um movimento antiprivatização como o centro do sentimento de pertença. Ações coletivas organizadas em torno de privatizações isoladas, resistência a processos privatizadores e o enfrentamento à privatização de empresas estatais se fizeram presentes, bem como exposto no Subcapítulo 3.3. deste trabalho. Porém, um movimento de resistência contra a privatização, contínuo e com alta densidade de trabalhadores participando e identificados não esteve presente na década de 1990, o que indica que o movimento privatizador na década de 1990 fragmentou fortemente a *identidade coletiva* dos trabalhadores e o movimento sindical. Em seguida, expõe-se a trajetória do sindicalismo nos governos petistas.

3.2. TRAJETÓRIA E IDENTIDADE DO SINDICALISMO NOS GOVERNOS TRABALHISTAS (2003-2016)

No primeiro mandato do Governo Lula, as centrais sindicais do Brasil se fizeram participativas nos rumos da política econômica, tendo como principal articulação um documento contendo 21 propostas concretas visando aumentar o nível de atividade econômica e a geração de postos de trabalho. As centrais que assinaram o documento conjuntamente foram a Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), CUT e Força Sindical (RODRIGUES; RAMALHO; CONCEIÇÃO, 2008). Entre essas centrais sindicais, a CUT formulou especificamente um conjunto de reivindicações dos trabalhadores, que passava por um conjunto de demandas voltadas para questões de salário e emprego; jornada de trabalho; relações de trabalho; políticas públicas, orçamento e políticas salariais e; democracia e liberdade. No contexto do primeiro mandato petista os sindicatos atuaram fortemente pela democratização dos espaços de formulação de políticas públicas, buscando ingressar e influenciar nas decisões (RODRIGUES; RAMALHO; CONCEIÇÃO, 2008).

O sindicalismo adentrou o século XXI reconfigurado e impactado pelas políticas neoliberais da década de 1990. Porém, Cardoso (2015) defende que o sindicalismo no Governo Lula não enfraqueceu, tampouco tenha sido cooptado. De uma maneira multidimensional, a crise presente no sindicalismo neste período estaria relacionada com a ineficácia da ação sindical de representação dos trabalhadores nos postos de trabalho, o que estabelece uma falta de construção de visões de mundo alternativas e transformadoras conectadas nos aspectos expressivos e identitários do movimento. Para o autor, as greves passaram a ter caráter instrumental, perdendo a expressividade que consolidou a identidade do movimento sindical nos anos 1980. No entanto, as greves não estiveram ausentes nos governos petistas, tampouco foram ineficazes, mas o movimento deixou de operar como centro de construção de identidades e projetos de transformação social (CARDOSO, 2015).

Alguns números sobre o sindicalismo no Brasil nos governos petistas são retratados por Cardoso (2015), Rodrigues (2015) e Ladosky e Rodrigues (2018) e podem proporcionar algumas reflexões acerca da *identidade coletiva* dos sindicatos. Em resumo, o Brasil apresentava em 1964 cerca de 2.500 sindicatos de trabalhadores, inclusive rurais. Em 1989 esse número atingiu 6.600 sindicatos. Em 2001 o número de sindicatos mostrou-se em 7.700 entidades, e em 2014 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) registrou 10.813 sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos (CARDOSO, 2015). Na contramão desse aumento do número de sindicatos, a taxa de filiação sindical da população ocupada adulta (18 anos ou mais) no Brasil diminuiu entre 2001 e 2013 conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciado no estudo de Cardoso (2015), exposto no Gráfico 1.

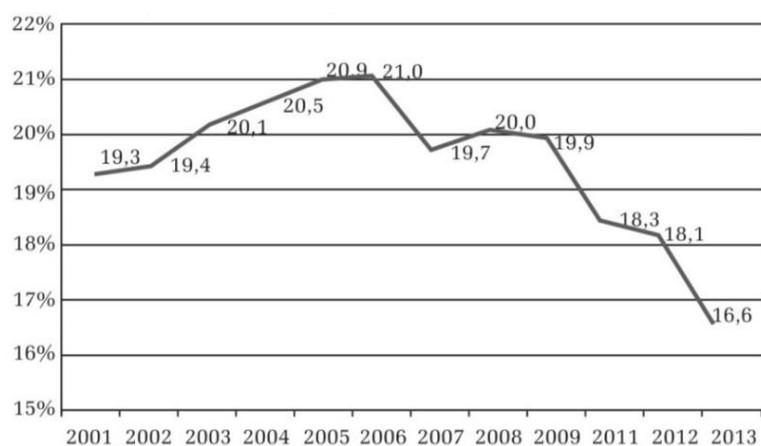


Gráfico 1. Taxa de filiação sindical (2001-2013)

Fonte: Cardoso (2015, p. 496) a partir dos dados da PNAD.

“O ritmo intenso de criação de sindicatos depois de 1988 parece ter significado, de fato, maior fragmentação da representação sindical e, ao que tudo indica, perda de capacidade de atração de adeptos” (CARDOSO, 2015, p. 494). No entanto, alguns dados mostram o surpreendente aumento dos sindicatos rurais no período petista conforme esboça o estudo de Rodrigues (2015), onde os trabalhadores reforçaram a sua identidade com o movimento sindical e procuraram nele uma forma de viabilizar conquistas sociais. Dos mais de 10 mil sindicatos registrados em 2013, uma proporção de 15,8% eram sindicatos de servidores públicos, com a maior média de associados em comparação com sindicatos de outros setores (CARDOSO, 2015). Ou seja, os trabalhadores associados aos sindicatos no setor público demonstraram uma maior participação na organização sindical.

O número de greves nos governos petistas atingiu recorde. Em 2013 foram registradas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mais de 2 mil greves no Brasil. O Gráfico 2 apresenta esses números durante o governo do PT, além dos anos 2016 e 2017 comandados por Temer.

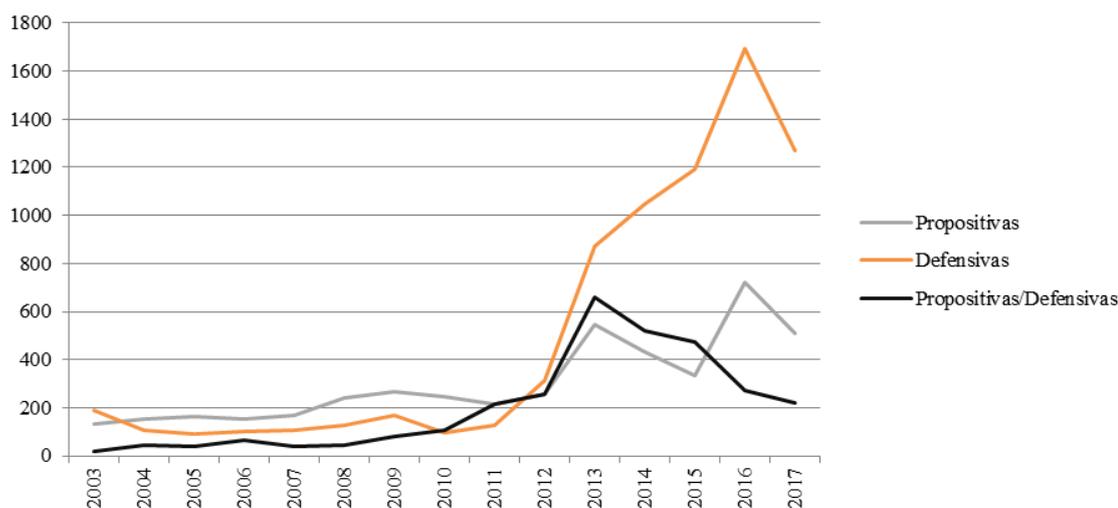


Gráfico 2. Greves no Brasil (2003-2017)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados consolidados do DIEESE (2017).

O DIEESE utiliza basicamente duas tipologias para analisar as greves ocorridas no Brasil. As greves propositivas são aquelas que propõem novas conquistas ou ampliação das conquistas que já foram asseguradas. As greves defensivas caracterizam-se pela “[...] defesa de condições de trabalho vigentes, pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo ou legislação” (DIEESE, 2018, p. 5). As greves propositivas/defensivas são aquelas que ultrapassam reivindicações de âmbito trabalhista, também entendida como protestos. Como é observado no

Gráfico 2, o maior número de greve da série histórica foi registrado no ano de 2016, ano que Temer assumiu a Presidência, atingindo 2.686 greves.

Outros dados interessantes, mas nada contraditórios, também foram reunidos a partir do DIEESE. Apenas nos anos de 2016 e 2017 (considerando a série histórica levantada), as greves contrárias às privatizações aparecem nos relatórios da instituição. Por um lado, o aparecimento dessas reivindicações foi motivado pelas políticas privatizadoras mais intensas (como as vendas de bens públicos) promovidas por Temer. Por outro lado, as reivindicações contra a privatização nos governos petistas foram silenciadas por conta da sua política econômica não ter como foco privatizações intensas, buscando mecanismos privatizadores baseados na concessão e parcerias público-privado. Em números, no total de 121 greves em 2016 registradas nas empresas estatais, 13 delas foram contra a privatização. Em 2017 esse número aumentou, inclusive em proporção. No total de 86 greves em estatais brasileiras, 26 delas foram contrárias a privatização.

Diante desses números nota-se que o poder de mobilização dos sindicatos ainda está vigente. No governo petista os sindicatos tiveram uma identificação mais intensa e maiores espaços institucionalizados para reivindicar seus propósitos, inclusive atuando em esferas executivas e legislativas do governo. Contudo, não deixaram de agir em defesa dos interesses da classe trabalhadora, principalmente no Governo Rousseff que apresentou instabilidade na economia do país, e conseqüentemente as greves aumentaram significativamente (LADOSKY; RODRIGUES, 2018). Não se pode ignorar que o PT fortaleceu o sindicalismo e proporcionou oportunidades de transformações no âmbito das relações de trabalho. No entanto, alguns pontos são importantes serem realçados para se compreender a *identidade coletiva* do sindicato em torno do movimento sindical no governo petista, e de forma mais específica, iniciar-se uma reflexão acerca de um sindicalismo identificado com a luta contra a privatização.

Em primeiro lugar, o aumento do número de sindicatos e o aparelhamento destes pelas centrais sindicais pode ter proporcionado uma fragmentação dos sindicatos e uma diminuição na taxa de filiação, o que prejudica a mobilização e a identificação por uma causa comum (CARDOSO, 2015). Em segundo lugar, o fortalecimento da *identidade coletiva* com o movimento sindical no Brasil se tornou um desafio. O país passa por uma crise de representatividade, o que gera descrédito da população nas instituições políticas e de representação de interesses coletivos, incluindo os sindicatos (LADOSKY; RODRIGUES, 2018). O grande número de greves defensivas, visando a defesa e manutenção de direitos, pode

ser explicado pela posição defensiva escolhida pelos sindicatos e o apego aos mecanismos tradicionais, em detrimento de uma reconfiguração das ações.

O Brasil pós-junho de 2013 é um país no qual todas as dimensões da vida foram politizadas. Tudo é objeto de questionamento, mobilização, organização, e nem todas as instituições existentes estão conseguindo traduzir os anseios emergentes em estratégias de ação. O sindicalismo está entre elas. Colhido pela crise do projeto político que uniu o PT, a CUT e parcela expressiva das outras correntes sindicais, precisaria se reinventar, mas tem escolhido se apegar aos mecanismos tradicionais de reprodução, pondo-se na defensiva (CARDOSO, 2015, p. 508).

Em terceiro lugar, o esvaziando da representação sindical nos locais de trabalho é um ponto que se notabilizou no Governo Rousseff. Sem uma representação notória nos locais de trabalho se torna mais difícil refazer estratégias e ter alguma relevância social e política no cenário nacional. Tudo isso, atrelado as mudanças presentes na reforma trabalhista de 2017, prejudica a construção e o fortalecimento da identidade do movimento sindical, e essa condição de se resgatar a participação mais próxima das bases passa, “[...] mesmo sem deixar ao largo outras esferas de atuação, [...] por um forte enraizamento nos locais de trabalho” (LADOSKY; RODRIGUES, 2018, p. 72).

Por último, as transformações nas relações de trabalho no Brasil provocaram profundas mudanças culturais no mundo do trabalho e na subjetividade do trabalhador do século XXI, bem com novos *valores e expectativas* sobre o mundo. O século XXI, portanto, traz consigo uma nova etapa de acumulação de capital, inovações tecnológicas e organizacionais que ressignificam fugazmente o trabalho e as relações trabalhistas e sociais. Nesse aspecto que se necessita do movimento sindical atingir a esfera simbólica dos trabalhadores, que seu discurso consiga traduzir em demandas os novos anseios da classe trabalhadora (LADOSKY; RODRIGUES, 2018), podendo assim fortalecer e renovar uma *identidade coletiva* em torno do movimento sindical mesmo em conjunturas que dificultam a sua atuação, como nos Governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022).

3.3. O CONTEXTO DA PRIVATIZAÇÃO NO GOVERNO MICHEL TEMER (2016-2018)

A privatização, a partir de 1990, se tornou um mecanismo nas políticas governamentais do Brasil depois da abertura comercial. Tornou-se assim uma ferramenta política para se atingir determinado objetivo a partir da decisão de se privatizar, permeando diversas esferas da vida social do cidadão brasileiro. Por exemplo, a privatização do setor de telefonia, alterou

configurações do modo de comunicação das pessoas. A privatização da mineração e siderurgia alteraram contextos de comunidades locais adjacentes às indústrias, promoveram demissões em massa e abriram polêmicos processos de privatização, sem critérios muito bem definidos para os leilões realizados, como o caso da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), vendida por US\$ 3,338 bilhões, embora apresentasse um valor de mercado de US\$ 8,6 bilhões (RUSSO, 2002).

Existem objetivos elementares pretendidos pela privatização, mas evidencia-se contradições da posição futura de setores que outrora foram privatizados no Brasil. Isso faz crer que as decisões políticas que foram tomadas ao longo do período privatizador brasileiro (1990-2019) buscaram atender demandas de diferentes ordens. Por exemplo, a privatização do setor de telefonia buscava sua modernização, mas em 2013 e 2014 alguns estudos constataram que o setor opera cobrando uma das maiores tarifas do mundo para uma ligação telefônica (CALDEIRA, 2013; CHADE, 2014). O setor de mineração e siderurgia pretendia aumentar a produtividade e escoar as commodities em larga escala, obtendo êxito, muito embora tenha promovido dois devastadores crimes ambientais e humanos com o rompimento das barragens de rejeitos de minério da Samarco em Mariana – MG e da Vale em Brumadinho – MG, além da poluição constante do ar e das residências da Região Metropolitana de Vitória – ES, prejudicando a saúde e a qualidade de vida dessa região. Os bancos estatais foram privatizados na tentativa de proporcionar maior concorrência para o setor, tornando conseqüentemente os produtos e serviços bancários mais acessíveis. Pois bem, em 2018 os bancos concentraram-se em um oligopólio, atuando com uma elevada taxa de juros de cartão de crédito rotativo (média de 397,4% ao ano) e de cheque especial (317,3% ao ano) (CARTA CAMPINAS, 2017), além de um *spread* bancário dos mais altos do mundo (LAPORTA, 2018; MARCOS, 2018).

A questão central, que se torna implacável, é que as facetas da privatização se fundamentam no ideário neoliberal, e para isso, considera um pressuposto importante do neoliberalismo: a desregulamentação do mercado para sua livre concorrência. O problema da desregulamentação do mercado brasileiro é a tendência da concentração de poder, tanto econômico, devido à formação de monopólios e oligopólios, quanto à concentração de poder político, devido à fragilização das instituições políticas brasileiras e, em parte, a vassalagem de atores políticos aos interesses econômicos da elite brasileira que se beneficia desses mecanismos interpostos na liberalização da economia. Nesse contexto, o suporte hegemônico da mídia legitima o discurso das políticas privatistas, induzindo a sociedade a acreditar que o “gerencialismo”, a busca pela eficiência e o desempenho empresarial financeiro, são sinônimos de retorno econômico à sociedade. Esses são uns dos motivos que fizeram a pauta da

privatização voltar a ser adotada em larga escala no Brasil, sobretudo devido aos problemas conjunturais fiscais e econômicos.

Nos governos petistas não houve rompimento com as políticas privatistas de governos anteriores, pois foram adotadas muitas concessões e parcerias público-privado, embora não tenha realizado vendas de empresas estatais. Com isso, contribuiu para o fortalecimento da Eletrobras e Petrobras, por exemplo, além dos avanços nas pautas sociais, educacionais e econômicas para o país, sendo importantes para um indicativo de progresso e consolidação da construção de um país soberano e autossuficiente. Contudo, a economia política foi conduzida ainda dentro de um modelo de Estado neoliberal, face às fortes pressões da elite brasileira, que sempre esteve presente e atuante nas esferas políticas e econômicas nos governos de coalizão, influenciando decisões em prol dos seus interesses e dos interesses do capital internacional.

Portanto, as pautas privatistas nunca saíram de cena, embora estivesse de certa forma adormecidas no Governo Lula. No entanto, as pressões do capital internacional, da elite econômica do Brasil, bem como a articulação de setores conservadores da sociedade brasileira, construíram o caminho do *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016. O *Impeachment* foi um evento histórico, organizado por notórios atores sociais e instituições, como a mídia, que tem forte influência na opinião pública; a Operação Lava-Jato e seu discurso anticorrupção, embora seletivo; parte do Congresso Nacional conservador, fragilizado e persuadido pelos interesses privados da elite econômica; movimentos sociais reacionários (disseminadores de notícias falsas) que influenciaram fortemente a opinião pública por meio das mídias sociais; e o Supremo Tribunal Federal, que chancelou o afastamento de Rousseff, intensificando a judicialização da política brasileira. O governo legitimado pelo sufrágio universal foi rompido em 2016, fragilizando assim a democracia do país.

Os impactos da privatização no mundo do trabalho indicam uma generalizada carga negativa de problemas psicossociais para os trabalhadores, como está exposto na seção seguinte (Capítulo 4), proporcionando uma falta de perspectiva na esfera da qualidade de vida dos sujeitos sob o ponto de vista da construção de uma sociedade mais justa, igualitária, prospectiva e democrática. Esses impactos motivam a resistência, o enfrentamento e a participação das organizações representativas dos trabalhadores a lutarem contra a privatização e retrocessos. O *Impeachment* de 2016 visou reestabelecer notoriamente a intensificação das políticas privatizadoras quando Michel Temer assumiu a Presidência da República, lançando um desafio

ainda maior aos sindicatos e desmantelando os serviços públicos duramente (re)construídos pela sociedade brasileira ao longo dos últimos 15 anos.

O Governo Federal liderado por Temer traça dois caminhos para tornar as privatizações viáveis, legitimadas e tempestivas. O primeiro foi a institucionalização de um amplo programa de privatização de vários setores. O segundo foi o enfraquecimento dos coletivos organizados, tanto sindicatos quanto movimentos sociais.

A ampla agenda de privatização no Governo Temer formalizou-se pelo Programa de Parceria de Investimentos (PPI), que logo depois passou a ser chamado de Programa Avançar Parcerias, que trata dos seguintes aspectos: elaboração de programas e projetos de concessões, privatizações e parcerias com a iniciativa privada de empresas e ativos pertencentes ao Estado brasileiro. A criação do PPI foi por intermédio da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, sancionada pelo Presidente Michel Temer, um mês após tomar posse da Presidência da República.

O programa, que é protagonizado pelo Governo Federal, procura coordenar políticas de investimentos, principalmente em infraestrutura, por meio de parcerias com o setor privado, mantendo um acompanhamento dos projetos que foram concluídos, estão sendo ou serão executados por meio de concessões, Parceria Público-Privada (PPP) e privatizações. Os objetivos do Programa Avançar Parcerias¹ são:

- I. ampliar as oportunidades de investimento e emprego e estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico do país;
- II. garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública, com tarifas adequadas aos usuários;
- III. promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços;
- IV. assegurar a estabilidade e a segurança jurídica dos contratos, com a garantia da mínima intervenção nos negócios e investimentos;
- V. fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das entidades estatais de regulação.

Ademais, a principal atribuição do programa é seu tratamento prioritário como política econômica do Governo Federal. O programa é composto pelo Conselho liderado por Michel Temer, Secretaria-Executiva e pela Empresa de Planejamento e Logística S. A. (EPL), encarregada de analisar a viabilidade de projetos e futuros investimentos. O Conselho,

¹ Vide página do Programa Avançar Parcerias: <http://www.avancarparcerias.gov.br/>.

encarregado por discutir os projetos e sua implementação é composto pela Presidência da República, oito ministérios, e ainda os presidentes: do BNDES; Banco do Brasil e; Caixa Econômica Federal; tendo a possibilidade do convite de ministros setoriais responsáveis pelas proposições em exame e de dirigentes máximos das Agências Reguladoras.

Não está presente, portanto, representantes da sociedade civil, tampouco sindicatos ou federações de trabalhadores que representam as empresas que têm projetos privatizadores propostos. Ou seja, não há espaço institucional para a participação de representações civis da sociedade e dos trabalhadores que são impactados pelos projetos propostos no programa. O programa apresenta dez diretrizes que ignoram qualquer menção à esfera do trabalho e prioriza os investidores.

Quadro 1. Diretrizes do Programa Avançar Parcerias

Diretrizes	Descrição
1. Concessões conduzidas sob o máximo rigor técnico	Só irão ao mercado os projetos com robustez, consistência e capacidade efetiva de gerar retorno à sociedade e aos investidores.
2. Foco na melhora da prestação de serviço às pessoas e ao setor produtivo	Garantir as condições logísticas e energéticas para melhorar a vida da população e reduzir os custos dos nossos produtos. Exigir melhorias que sirvam para aprimorar o serviço, de acordo com a demanda comprovada em cada projeto.
3. Ampliação da segurança jurídica por meio de indicadores claros nos contratos	As cláusulas de desempenho protegerão o usuário ao fixar a qualidade do serviço como meta central da concessão. Os investidores também saberão exatamente quais metas terão que atingir e como elas serão mensuradas.
4. Devolução às agências reguladoras a efetivação de órgão de Estado	Fortalecer as agências para que possam cumprir plenamente seu papel de regular, monitorar e fiscalizar. A autonomia das agências é a garantia de que elas estarão comprometidas exclusivamente com o desenvolvimento dos setores que regulam.
5. Lançamento de editais após debate público e aval do TCU	Todos os estudos elaborados para os projetos terão publicidade ampla, por meio de audiências e consultas públicas.
6. Editais publicados em português e inglês	Sugestões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, colaborador na elaboração deste novo modelo como forma de aumentar a transparência e facilitar a participação de investidores estrangeiros.
7. Prazo mínimo do edital expandido para 100 dias	O prazo entre o lançamento do edital e o recebimento das propostas será superior a 100 dias, o que permitirá que um número maior de investidores se prepare para participar das concorrências.
8. Concessão apenas de projetos com viabilidade ambiental comprovada	Será obrigatório o licenciamento ambiental prévio ou as diretrizes para sua obtenção expedidas pelo órgão competente. Neste segundo caso, as diretrizes apontarão os ajustes necessários para que a licença seja expedida.
9. A forma de contratação do financiamento de longo prazo irá mudar	Tendência de contratação no início das obras, afastando a necessidade de empréstimos intermediários, que aumentam o custo e burocratizam as operações. Emissão de debêntures como instrumento de captação, apoiando a circulação do capital privado como parte da revitalização da nossa economia, com estímulo ao mercado secundário desses títulos; Na fase das obras, o risco de crédito será assumido pelos bancos, inclusive o BNDES, a Caixa e o Banco do Brasil. Os contratos de financiamento terão condições de eficácia do contrato de concessão; As garantias serão compartilhadas entre credores e debenturistas. Assim, minimizam-se os riscos dos financiadores de longo prazo e cria-se a oportunidade para que o setor financeiro, com sua expertise em avaliar riscos, viabilize tais fontes de financiamento; Além do BNDES e do FI-FGTS, o novo modelo contará com a participação dos bancos privados e de outras fontes financiadoras, o que exige projetos bem qualificados que apresentem taxas de retorno adequadas às condições de captação do mercado.
10. Compromissadas em garantir o equilíbrio dos projetos já concedidos	Estudos que se encontram em fase avançada buscam alternativas para a solução dos problemas existentes à luz das mudanças que estão configurando o novo ambiente regulatório. Em qualquer alternativa, o governo realizará estudos técnicos, que serão submetidos a audiências e consultas públicas e também terão de contar com o aval do TCU.

Fonte: Elaborado com base nos dados do Programa Avançar Parcerias (2018).

Os projetos são diversos e distribuídos por todo o país. O principal lema do Governo Federal nos direcionamentos do programa é acreditar que as parcerias farão a economia voltar a girar, fazendo com que o direcionamento e a atuação do Estado se voltem àquilo que o povo

mais precisa: saúde, educação, segurança pública e oportunidade (PROGRAMA AVANÇAR PARCERIAS, 2018).

Pode-se verificar que o discurso adotado atualmente assemelha-se ao discurso das privatizações da década de 1990, embora se perceba de maneira contraditória, que esse discurso não se sustentou ao longo do tempo. Ou seja, não se identifica as melhorias, tampouco o direcionamento do Estado na melhoria da saúde, educação ou segurança pública (CARNEIRO, 2018). A instituição do novo regime fiscal mais austero promovido pela Emenda Constitucional 95, que estabelece teto para os investimentos públicos durante 20 anos, mas ignora as despesas com juros da Dívida Pública, é apenas um dos exemplos dessas contradições.

As características e distribuição do quantitativo² de projetos oriundos do programa que foram concluídos, estão sendo ou serão executados, pode ser visto na Tabela 1. Assim, pode-se ter um panorama geral dos tipos de projetos e setores que foram postos à venda ou concedidos à iniciativa privada pelo Governo Federal (Michel Temer).

Tabela 1. Projetos atuais do Programa Avançar Parceiras

Setor	Tipo de Projeto							Total
	Arrendamento	Autorização para Novos Investimentos	Cessão Onerosa	Parceria Público-Privada	Regime de Partilha	Concessão	Privatização	
Aeroportos	-	-	-	1	-	5	1	7
Distribuição de Energia	-	-	-	-	-	-	2	2
Ferrovias	-	-	-	-	-	8	-	8
Geração Hidrelétrica	-	-	-	-	-	4	1	5
Mineração	-	-	-	-	-	1	-	1
Óleo e Gás	-	-	-	-	3	4	-	7
Portos	24	3	2	-	-	-	-	29
Rodovias	-	-	-	-	-	8	-	8
Transmissão de Energia	-	-	-	-	-	3	-	3
Financeiro	-	-	-	-	-	1	1	2
Logística	-	-	-	-	-	-	2	2
Total	24	3	2	1	3	34	7	74

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Programa Avançar Parceiras (2018).

Em meio aos diversos projetos presentes no programa, sete deles são privatizações, ou seja, transferência de ativos ou empresas estatais para a iniciativa privada de maneira definitiva. Porém, um destes sete projetos diz respeito à privatização de seis distribuidoras de energia elétrica de diversos estados brasileiros. Ou seja, os processos de privatização existentes ocorrem em 12 empresas, consolidados em sete projetos (Quadro 2). Entre os setes processos de privatização, um deles foi concluído, o caso da Companhia de Distribuição do Estado de Goiás

² A data da coleta das informações foi em 28 de abril de 2018, sendo assim, pode haver alteração nos números. No entanto, acredita-se que esta apresentação elementar é suficiente aos objetivos desta pesquisa.

(CELG D), comprada pela Enel Brasil S.A. por R\$ 2,187 bilhões em novembro de 2016, sendo a primeira privatização do Governo Federal.

Quadro 2. Processos de privatização no Governo Temer (2016-2018)

PROJETO	SETOR	STATUS
Companhia de Distribuição do Estado de Goiás – CELG D	Distribuição de Energia	Concluído
CASA DA MOEDA	Financeiro	Em andamento
CASEMG	Logística	Em andamento
CEASAMINAS	Logística	Em andamento
Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS	Geração Hidrelétrica	Em andamento
Distribuidoras de Energia (6 empresas) – CEAL, CEPISA, CERON, ELETROACRE, Amazonas e Boa Vista	Distribuição de Energia	Em andamento
Venda de participações acionárias da Infraero	Aeroportos	Em andamento

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Programa Avançar Parcerias (2018).

Outro panorama completo e dinâmico dos projetos de cunho liberal do Governo Temer, visando parcerias e investimentos da iniciativa privada, bem como a diminuição do Estado, pode ser observado na Figura 1.



Figura 1. Mapa panorâmico dos projetos privatizadores do Governo Temer (2016-2018)

Fonte: Dados do Programa Avançar Parcerias (2018).

Pode-se observar que os projetos privatizadores estão presentes praticamente em todos os Estados brasileiros, abarcando diversos setores da economia. Verifica-se um contexto intenso de privatizações no Brasil, cujos desdobramentos de cada processo de privatização requerem um complexo exame minucioso dos marcos regulatórios para compreender seu funcionamento, as motivações, os limites e possibilidades que foram colocadas para cada projeto de privatização decidido e executado pelo governo.

Os exames desses marcos regulatórios são desafiadores, tendo em vista que foram expedidos 14 Decretos federais que dispõem de políticas que visam a desestatização de ativos e empresas brasileiras. Cinco destes Decretos são de 2016 e outros nove de 2017. Além destes Decretos e da Lei que colocou em vigor o Programa de Parceria de Investimentos (Lei nº 13.334/2016), o Governo Federal instituiu a Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017, que estabelece diretrizes para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334/2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. E ainda, o Art. 7º da Lei nº 13.334/2016 criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (CPPI), sendo atribuição dele opinar, acompanhar, formular propostas e recomendações aos projetos presentes no programa.

Nesse sentido, o CPPI criou uma série de resoluções que servem como o ponto de partida para os marcos regulatórios dos processos de privatização que foram postos no contexto brasileiro do Governo Temer (2016-2018). Todos os processos de privatização (Quadro 2) estavam em andamento e encontravam-se na 3ª reunião do conselho, mas não significa que estão sendo executados, e sim estudados. As resoluções criadas para discutir a privatização da Eletrobras e iniciar um marco regulatório para viabilizar o processo são: a Resolução nº 13, de 23 de agosto de 2017, que aborda a qualificação de medidas de desestatização relacionadas à Eletrobras, recomendando sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização; e a Resolução nº 30, de 19 de março de 2018, que recomenda, para aprovação do Presidente da República, que o BNDES seja responsável pela execução e acompanhamento do processo de desestatização da Eletrobras.

Também em 23 de agosto de 2017, por meio da Resolução nº 17 do CPPI, aborda-se a qualificação de medidas de desestatização relacionadas à Casa da Moeda do Brasil, recomendando a inclusão no Programa Nacional de Desestatização. No mesmo dia, a Resolução nº 23, levanta qualificações para desestatização da Casemig e Ceasaminas. Essas privatizações

estavam em andamento e o caso mais emblemático e debatido no contexto político-institucional brasileiro tem sido o da Eletrobras.

Embora o Programa Avançar Parcerias proporcione um panorama das privatizações no Brasil, elas não se resumem apenas a estes grandes processos, tendo em vista que paralelamente ocorreram e ocorrem privatizações de ativos e empresas estatais de Estados e Municípios brasileiros, além da iminência da privatização de empresas públicas federais que não estão inseridas no programa. Além disso, o ministro da Economia do Brasil a partir de 2019, Paulo Guedes, que faz parte do Governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), expandirá esse programa, tendo em vista sua característica ultraliberal e a criação da Secretaria Geral de Desestatização, presidida por Salim Mattar, conselheiro do Instituto Millenium, de orientação liberal (MARTELLO; BOMTEMPO; KLAVA, 2018).

3.4. BREVE PANORAMA DA PRIVATIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO DE 2016 A 2018

No Espírito Santo, pôde-se obter um panorama das privatizações a partir da imersão no campo que norteia a pesquisa. Constatou-se a iminência ou a privatização de notórias empresas federais que têm atividades no Estado, de empresas estaduais e também a privatização de setores. A privatização na Petrobras já vem ocorrendo há tempos, sendo efetuadas concessões de plataformas para iniciativas privadas e leilões para exploração do Pré-Sal por empresas estrangeiras. No Espírito Santo, a concessão de campos marginais em bacias sedimentares, por exemplo, já se concretizou em agosto de 2017.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) é uma estatal que vive ameaça intensa de privatização, como relata a jornalista Giovanna Costanti em 09 de maio de 2018, ao entrevistar o diretor da Federação dos Trabalhadores da empresa, José Rivaldo da Silva: “Tudo indica que estamos no caminho da privatização dos Correios”, e que o fechamento de agências e as demissões são parte da estratégia de precarização do serviço público. Segundo a jornalista, sindicatos já se mobilizam para nova paralisação frente à possibilidade de fechamento de agências e demissões (COSTANTI, 2018).

O Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) já teve negociações a respeito de sua venda em 2009, quando o Governador em exercício Paulo Hartung negociava sua venda ao Banco do Brasil, mas foi impedido após ampla mobilização do Comitê em Defesa do Banestes.

Em 14 de março de 2017, uma matéria do jornal eletrônico *Século Diário* informou que o Sindicato dos Bancários do Espírito Santo (Sindibancários) lançou campanha contra privatização do Banestes. É exposta ainda na matéria uma reflexão acerca da privatização do banco, ressaltando que:

O preço do banco foi estimado na ocasião em aproximadamente R\$ 1,1 bilhão. De 2009 a 2016, a soma do lucro líquido do Banestes representou R\$ 1,019 bilhão. Considerando o valor nominal, ou seja, sem a inflação do período, se a venda tivesse sido concretizada em 2009, num prazo de oito anos, o comprador teria recuperado praticamente todo o valor pago pelo Banestes e ainda teria um banco rentável e em crescimento como seu patrimônio (SÉCULO DIÁRIO, 2017, s./p.).

O setor de saneamento vive uma grande iminência de privatização. A Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) é a principal organização do Espírito Santo impactada nesse processo. A Medida Provisória (MP) n° 844 de 2018, altera o marco legal do saneamento básico e está em fase de elaboração, de discussões no plenário por parte do Governo Federal, e vem causando grande preocupação a segmentos populares e especialistas que atuam na área de saneamento básico, tendo sido rejeitada pela consulta pública com um percentual de 85,47% dos votantes. Já o setor portuário tem concessões em andamento, por exemplo, o projeto do Terminal de Granéis Líquidos (TGL) em Capuaba, localizado dentro do Porto Organizado de Vitória.

Os setores da saúde, educação e segurança também passam por privatizações ou iminência delas no Espírito Santo. No setor de saúde, o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM) é um exemplo, e vem passando já há algum tempo por mudanças estruturais na organização e também terceirizações das atividades. No setor da educação não existe uma instituição específica, empresa ou ativo que esteja sendo privatizado. Contudo, há iniciativas do Governo do Estado que reorganiza a educação pública estadual, indicando serem os primeiros passos para a privatização do ensino público, de acordo com matéria do jornal eletrônico *Século Diário*, de 03 de janeiro de 2016 (OLIVEIRA, 2016).

Outra matéria apurada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes) em 24 de março de 2017 aponta que o “Governo do Estado impôs novo projeto à Educação Pública Capixaba”. O projeto se intitula Pacto Pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES), instituído pelo Projeto de Lei – PL n° 68/2017, “aprovado à revelia da comunidade escolar, em regime de urgência”, em março de 2017 na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. A matéria realça ainda que “[...] tal iniciativa representa uma tentativa de terceirização e privatização da educação pública” (SINDIUPES, 2016, s./p.).

O setor de serviço sócio educativo de jovens e o serviço penitenciário passam por um processo de desmantelamento e falta de investimentos no setor, com unidades de atendimento sócio educativas com altos índices de internação de jovens e com baixa quantidade de servidores para atender a demanda. Já o setor penitenciário também apresenta problemas semelhantes ao sócio educativo, cuja desvalorização dos servidores e contratação de empresas terceirizadas vigora em algumas unidades do Espírito Santo.

Desse modo, os impactos das privatizações nas organizações estatais e setores públicos no Espírito Santo são, em partes, advindos das intensas privatizações que norteiam o contexto brasileiro, o que reflete também, nas diferentes categorias trabalhistas capixabas. Todavia, a institucionalização da privatização por si só não consegue atingir os objetivos sem que haja o enfraquecimento dos coletivos organizados, tanto sindicatos quanto movimentos sociais, sendo este o segundo caminho traçado pelo Governo Temer e intensificado no Governo Bolsonaro.

3.5. ENFRAQUECIMENTO DOS SINDICATOS E BAIXA PROTEÇÃO AO TRABALHO

Uma das primeiras medidas para enfraquecimento dos sindicatos e que implica também num impacto negativo à toda a sociedade foi a Emenda Constitucional (EC) 95, ditando um novo regime fiscal para o Brasil com mais austeridade. A EC 95 estabelece que as despesas primárias (aquelas que não são despesas financeiras) passem a ser limitadas pela variação do Índice de Preços no Consumidor (IPCA), ou seja, de um índice que mede a inflação do ano anterior. A Emenda foi lançada com o objetivo de acabar com o déficit fiscal, diminuindo a ganância do governo e equilibrando as contas públicas do país. Na prática, a EC 95 é bastante prejudicial ao Brasil, pois a capacidade de investimento do país está muito baixa. A média de investimento do Brasil entre 1990 e 2016 foi abaixo de 20% do Produto Interno Bruto (PIB), ficando atrás de vários países da América Latina, como México, Chile e Colômbia. Os investimentos em infraestrutura ficam em torno de 2% apenas.

Ao se limitar os investimentos com as áreas sociais e infraestrutura, o Brasil tende a retrair-se no seu crescimento. Desse modo, deixando de crescer, a arrecadação do país tende a diminuir, fazendo com que o déficit fiscal aumente como ocorrido no Governo Temer. A questão central é que a EC 95 limita apenas o Estado de fazer investimentos, abrindo grande espaço para a iniciativa privada investir em áreas sociais e de infraestrutura, como é observado na Figura 2 elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE), a partir dos dados do Relatório Econômico do Brasil, cujo nível de investimento vem declinando continuamente desde 2013, tendo uma participação do setor privado consideravelmente maior.

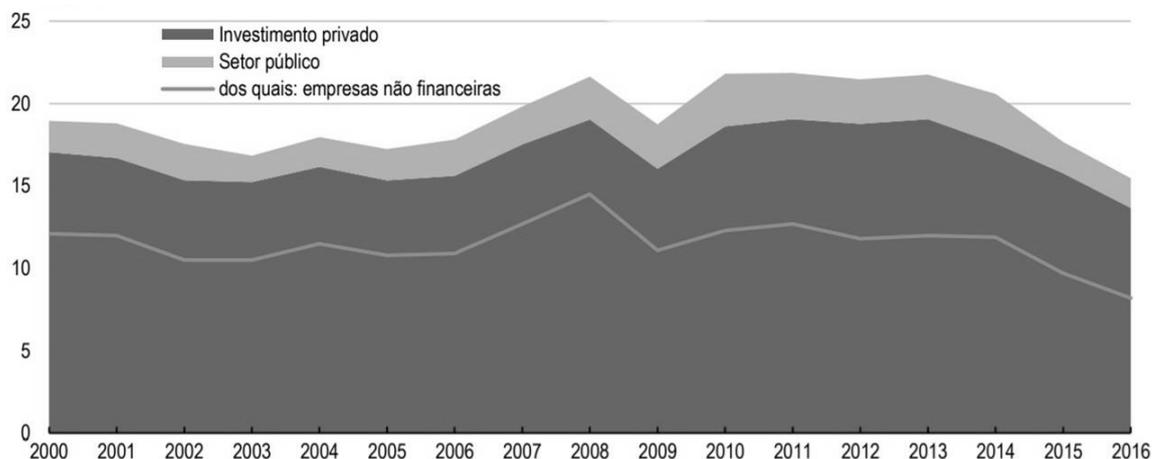


Figura 2. Investimento público e privado em relação ao % do PIB

Fonte: Banco de dados Perspectivas Econômicas da OCDE, IBGE, CEMEC (2017), Relatórios Econômicos da OCDE: Brasil (2018, p. 37).

“Um maior nível de investimento elevaria o potencial de crescimento da economia e fortaleceria o crescimento da produtividade, possibilitando aumentos salariais sem colocar em risco a competitividade dos produtores domésticos” (RELATÓRIOS ECONÔMICOS DA OCDE: BRASIL, 2018, p. 36). Nesse sentido, o que se discute é que diminuir gastos em alguns setores públicos e cortar privilégios são medidas necessárias em qualquer país. No entanto, uma grande contradição presente na EC 95, e no Governo Temer em geral, é que os privilégios não acabaram. Pelo contrário, Temer sancionou em novembro de 2018 o aumento do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a EC 95, ao invés de atacar os gastos ociosos, restringiu fortemente o investimento do governo em áreas sociais e de infraestrutura, exatamente no momento em que o país mais deveria fortalecer essas áreas, abrindo espaço para a iniciativa privada investir grande volume nestas áreas carentes, como visto no Programa Avançar Parcerias.

A partir do momento que a iniciativa privada assume o protagonismo nos investimentos públicos, os interesses privados das grandes empresas, como empreiteiras e bancos, e as exigências por medidas governamentais surgem. Essas exigências são a cobrança por menos imposto de renda sobre os donos das empresas, mesmo o Brasil sendo um dos países do mundo onde os donos de empresas são os que menos pagam impostos por sua renda (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2018). Outra exigência é ter ainda mais subsídios e incentivos fiscais para as empresas, mesmo que esses valores já tenham alcançado 354,7 bilhões de reais em 2017,

sendo que 44% destes incentivos fiscais não são fiscalizados por nenhum órgão, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Por fim, uma das exigências emblemáticas são as privatizações, tendo em vista a incapacidade do governo em arrecadar mais para poder investir em áreas sociais e de infraestrutura. Essa incapacidade vem da EC 95, pois limitar os investimentos faz com que o país produza menos e conseqüentemente cresça menos, fadado a colecionar déficits fiscais por seguidos anos e aumentar a sua Dívida Pública.

Nesse sentido, as privatizações acabam desencadeando três grandes mecanismos: um é que a venda das empresas é direcionada para o pagamento da Dívida Pública e dos juros (pois o país não consegue arrecadar o suficiente para pagar a dívida sem crescer), que vão quase todos para os mais ricos, ou seja, para a elite econômica do país. Ou seja, as estatais que têm suas funções sociais e prestam serviços públicos essenciais, são liquidadas não para se investir em projetos sociais, mas para o pagamento da Dívida Pública e dos juros, que é gerada pela falta de crescimento do país, que vê seus investimentos sociais e em infraestrutura limitados pela EC 95. Outro severo mecanismo é a internacionalização dos ativos e recursos naturais brasileiros, fazendo com o que o país perca sua soberania nacional. Essa internacionalização pode ocorrer por vários fatores, como, a incapacidade financeira dos empresários brasileiros adquirirem os ativos leiloados, abrindo espaço para grandes capitais do mundo (Chineses, Europeus e Americanos, por exemplo). Outro fator importante:

É difícil considerar que a contratação de empreiteiras estrangeiras, a encomenda de navios petroleiros e a venda de geradoras de energia para a China, a alienação, a preço vil, de importantes blocos de Pré-sal, a absorção da Embraer pela Boeing e as citadas iniciativas de política externa não sigam uma lógica articulada. O propósito último é redefinir o lugar do Brasil no mundo e devolvê-lo a um papel que se pensava superado há mais de um século (MARINGONI, 2018, p. 30).

O terceiro, e não menos importante e severo, é o mecanismo de diminuição dos custos do trabalho e sua flexibilização. No ponto em que o governo oferece as concessões e privatizam-se setores públicos, as empresas exigem a precarização do mercado de trabalho como um mecanismo de vantagem competitiva para elas frente ao mercado. Para atingir esses objetivos perversos, o Governo Temer viabilizou a reforma trabalhista e das terceirizações (inclusive de atividades fins). A ideia foi tornar o trabalho mais precário e assim diminuir os custos para as empresas, bem como enfraquecer as resistências coletivas para facilitação dos processos de privatização. O projeto de reforma da Previdência visa contribuir com essa lógica perversa.

Há dois aspectos fundamentais nas mudanças propostas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que altera a CLT, bem como altera os decretos e leis que foram modificando a CLT ao longo dos anos. Um deles é que a reforma trabalhista “[...] indica uma descentralização do processo de definição das regras da relação de emprego para o interior da empresa, inclusive de individualização da negociação para segmentos com melhor remuneração” (KREIN, 2018, p. 78). O segundo, é a busca pelo “[...] esvaziamento da organização sindical dos trabalhadores entendida como classe, pois tende a predominar uma organização mais descentralizada e articulada com os interesses da empresa” (KREIN, 2018, p. 78). Para se compreender melhor essas mudanças propostas pela reforma trabalhista e que alteraram 201 aspectos do arcabouço legal, é preciso dispor alguns pontos importantes da legislação que sofreram alterações e que promovem um desmonte dos direitos conquistados pelos trabalhadores.

O primeiro ponto importante que produz uma vulnerabilidade das condições de trabalho é a liberalização da terceirização inclusive para atividades fim. A terceirização é um dos pontos mais severos e colaboradores da precarização do trabalho no Brasil, isso porque

[...] trabalhadores formalizados passarão a ser contratados através de cooperativas, pessoa jurídica (PJ) e micro-empendedor individual (MEI), arranjos que rompem os vínculos trabalhistas e comprometem a estrutura de emprego. É o fim dos concursos públicos e as contratações poderão ser feitas individualmente, por empresas prestadoras de serviços, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip's), cooperativas, empresas de intermediação de mão-de-obra ou simplesmente [...] por uma espécie de leilão onde vence quem paga menos (GALVÃO et al., 2017, p. 38).

Outros elementos importantes nas mudanças da CLT estão na flexibilidade nas modalidades de contratação, como a ampliação do contrato temporário e parcial, contratação intermitente, *home office*, o que estimula a contratação de trabalhadores em regimes autônomos e pessoa jurídica, ficando menos protegidos. Além disso, haverá a facilidade na demissão e sua redução de gastos. No que tange a “despadronização” da jornada de trabalho, com as mudanças haverá uma maior flexibilidade no banco de horas e na compensação individual, extensão para todos os setores da jornada 12 horas por 36 horas, a pausa na amamentação será negociada, redução do horário de almoço, não pagamento das horas *in itinere* e não pagamento de horas extras no *home office*. Nos aspectos da remuneração variável haverá a redução de salários quando for firmada por meio de negociação coletiva, descaracterização da remuneração variável como salário, além de parcelamentos. Outro ponto importante é a permissão de mulheres grávidas ou lactantes trabalharem em ambientes insalubres e a fragilização da fiscalização (KREIN, 2018).

Este último ponto foi fincado com a decisão do Presidente Bolsonaro de extinguir o Ministério do Trabalho e dividir suas atividades para os Ministérios da Justiça, Cidadania e Economia (MAZUI, 2018). Essa medida pode causar uma enorme fragilização na fiscalização, tais como o combate ao trabalho escravo, infantil, combate à informalidade, segurança e saúde no trabalho, combate às infrações trabalhistas e auditorias e inspeções do trabalho, que são serviços executados pelo Ministério do Trabalho voltados a fiscalização, entre outros não menos importantes relacionados à transparência, sindicatos, empregador e trabalhadores.

Em relação à fragilização dos sindicatos e das instituições públicas, a reforma trabalhista assola a relação entre o sindicato e o trabalhador, sobretudo pela implementação do negociado sobre o legislado (KREIN, 2018). Há também uma forte carga jurídica que impõe limites a atuação da Justiça do Trabalho e a fiscalização. O Quadro 3 demonstra com maior clareza essas medidas.

Quadro 3. Fragilização das instituições públicas e dos Sindicatos

Fragilização dos Sindicatos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prevalência do negociado sobre o legislado 2. Negociação individual se sobrepõe à lei e aos Contratos coletivos (com renda superior a U\$ 3.000,00) 3. Regulamentação da representação sindical do local de trabalho 4. Fim das contribuições sindicais obrigatórias e resultantes da negociação coletiva 5. Descentralização dos espaços de definição das regras 6. Homologação deixa de ser assistida pelo sindicato
Esvaziamento da Justiça do Trabalho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mecanismo de solução privada de conflitos 2. Negociação direta da demissão 3. Custos das perícias judiciais ao que propõe a ação 4. Limites ao TST em formular jurisprudências
Redução da Fiscalização	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecimento de limites à fiscalização

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Krein (2018, p. 94, *apud* GALVÃO et al., 2017).

Desse modo, a reforma trabalhista além de provocar um volume de mudanças em muitos aspectos da legislação da CLT que nunca havia sido realizado desde a sua formulação, provoca uma série de implicações para os sindicatos. Em suma, o que se tem é um processo de fragmentação da base de representação sindical (pela terceirização e representação no local de trabalho), prevalência dos interesses do empregador sobre o trabalhador (negociado sobre o legislado e negociação individual), impondo um esvaziamento dos papéis exercidos pelos sindicatos nas organizações do trabalho (KREIN, 2018).

Ademais, é importante ressaltar que “[...] a fragilização do movimento sindical não advém somente da reforma, mas há um contexto econômico, político e ideológico desfavorável à ação coletiva no capitalismo contemporâneo que colocou os sindicatos na defensiva e estes

perderam força na sociedade” (KREIN, 2018, p. 94). Essa limitação imposta às ações coletivas torna a luta dos sindicatos contra a privatização um desafio na atualidade, tendo em vista o contexto privatizador apresentado. Nessa perspectiva, a participação dos sindicatos e dos sindicalistas é o contraponto que norteia esse cenário privatizador não só capixaba como brasileiro.

Diante disso, as dimensões que constituem a consciência política destes atores sociais adentrados na luta contra a privatização são aspectos que contribuirão para esclarecer os interesses latentes das privatizações, bem como a razão da luta contra os retrocessos, contra o aumento das desigualdades sociais e pela (re)conquista dos direitos trabalhistas e sociais, que serão abordados no Capítulo 5. Assim, esse cenário privatizador que o Brasil passou e vem passando novamente, junto aos efeitos causados na esfera do trabalho, motivaram diversos pesquisadores a verificarem os impactos da privatização no mundo do trabalho e as formas de resistência e enfrentamento às privatizações com a participação de trabalhadores e de sindicatos, sendo apresentados estes estudos na seção seguinte.

4. PRIVATIZAÇÕES E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo do trabalho encontra-se organizado em três tópicos, sendo os dois primeiros uma apresentação dos impactos das privatizações no mundo do trabalho por meio de um panorama (inter)nacional, que descreve as evidências empíricas desses impactos e as consequências das privatizações à organização do trabalho de diversos segmentos econômicos. Em seguida, o terceiro tópico aponta as resistências organizadas, o enfrentamento e a participação dos sindicatos que visam frear os impactos das políticas oriundas não somente dos processos de privatização, mas também das políticas neoliberais implementadas em diversos países.

4.1. PANORAMA INTERNACIONAL DOS IMPACTOS DAS PRIVATIZAÇÕES

Os estudos sobre privatização em âmbito internacional abordam diversos temas inerentes aos impactos econômicos, financeiros, sociais, políticos, psicológicos e laborais que permeiam as pesquisas sobre privatização. Os impactos no mundo do trabalho, por sua vez, se destacam nesta pesquisa, por meio da constatação destes impactos revelados pelas evidências empíricas expostas por pesquisas de diferentes regiões e países do mundo que vêm sofrendo com as políticas neoliberais, em especial as privatizações. Puderam-se observar similaridades nos estudos sobre privatizações em âmbito internacional, por exemplo: a introjeção de projetos privatizantes como soluções de ineficiência das organizações estatais; a precarização do mercado de trabalho (terceirização, baixa remuneração e carga de trabalho elevada) como mecanismo de aumento dos empregos e produtividade; e a importância que a regulação dos mercados e o marco regulatório têm para a privatização de estatais.

Assim, embora haja convergência na literatura sobre o tema, o contexto político, social e econômico de cada país ou região, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, influenciam sobremaneira os impactos que as privatizações imputam ao mundo do trabalho (PALASSI, 2011). Desta forma, torna-se difícil generalizar a discussão em meio a essa heterogeneidade de pesquisas sobre o tema. Sendo assim, nesta parte do trabalho, destacam-se os aspectos gerais sobre os impactos das privatizações no mundo do trabalho em diferentes regiões e países, apresentando as experiências de cada contexto organizacional, a fim de fornecer um panorama recente das privatizações no mundo e seus impactos no mundo do trabalho.

Observam-se pontos que destacam os impactos das privatizações nas relações e condições de trabalho, juntamente com os aspectos relacionados à regulação dos caminhos de se privatizar e liberalizar setores econômicos nos mais diversos países. O processo de regulação do mercado e a criação de marcos regulatório das privatizações de empresas estatais são mecanismos necessários à transparência que o processo carece, para que a reestruturação organizacional repercuta na esfera do trabalho de forma positiva. Embora essa argumentação possa ser uma maneira de mitigar impactos negativos ao mundo do trabalho derivados das privatizações, as pressões neoliberais para diminuição da intervenção estatal em alguns segmentos empresariais são fortes.

Por exemplo, no setor postal, um mapeamento internacional das transformações revela a intenção de mudanças radicais, sendo elas: a) a emergência de grupos privados no setor; b) redução de segmentos monopolizados; c) necessidade do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) exigir menor intervenção estatal no setor; e d) integração dos mercados regionais, com destaque para Europa. No entanto, verifica-se nos países que promoveram a privatização do setor postal, a concentração de mercado e criação de oligopólios, cujas agências reguladoras não conseguem assegurar barreiras que cessem essa concentração. Como consequência, a privatização do setor tem impactado na crescente e radical redução dos postos de trabalhos, no intuito de manter uma maior eficiência operacional no setor. A mudança no contrato de trabalho do regime público para o direito privado se associa à redução salarial, cuja “[...] tendência do trabalho nos países que privatizaram seus sistemas postais tem sido a degradação das condições de trabalho e a precarização dos vínculos trabalhistas, com uma redução maciça de postos de trabalho no setor” (TEIXEIRA, 2016, p. 369).

As percepções e experiências vividas dos trabalhadores afetados pela privatização do setor postal, em países europeus, revelam impactos nas relações e condições de trabalho. A partir de três diferentes ângulos (Quadro 4), examina-se a “justiça no trabalho” vivenciada por trabalhadores do serviço postal da Alemanha, Áustria e Suíça, que sofreram as mudanças no trabalho geradas pela liberalização, comercialização e privatização durante as duas últimas décadas nas empresas do setor (FLECKER; SCHULTHEIS; VOGEL, 2016).

Quadro 4. A justiça no trabalho vista por três diferentes ângulos

Ângulos	Impactos nas relações e condições de trabalho
Perspectiva da força de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salários muito baixos; ▪ Piores termos e condições contratuais; ▪ Desigualdades no trabalho na Alemanha e Áustria;
Perspectiva do sujeito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desvalorização do <i>status</i> de funcionário público; ▪ Interferência na interação com os cidadãos; ▪ Negação da participação organizacional; ▪ Perda de autonomia; ▪ Perda de identidade com o trabalho e organização;
A saída do setor público	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte pressão sobre os trabalhadores; ▪ Crítica exacerbada dos cidadãos; ▪ Competição e conflito no trabalho; ▪ Sindicatos voltados para demandas salariais.

Fonte: Elaboração própria com base em Flecker, Schultheis e Vogel (2016).

A perspectiva da força de trabalho se relaciona com os aspectos distributivos e a justiça da igualdade e do mérito. Os impactos nas relações e condições de trabalho visto desse ângulo pelos trabalhadores, revelaram salários mais baixos e piores termos e condições contratuais na relação de emprego dos novos ingressantes no mercado postal da Alemanha, Áustria e Suíça. Como consequência, os baixos salários e a precarização dos contratos trabalhistas levaram a uma desigualdade no trabalho evidenciada na Alemanha e Áustria, por conta de uma parcela de novos ingressantes nas organizações perceberem a degradação da sua ocupação (FLECKER; SCHULTHEIS; VOGEL, 2016).

Na perspectiva do sujeito existe uma forte ligação com aspectos simbólicos. A desvalorização do *status* de funcionário público foi um sentimento presente, principalmente pela falta de reconhecimento das suas funções exercidas. Outro fator impactante foi a privação ou interferência nas interações com os cidadãos que recebiam os serviços, pois os cidadãos passaram a entender a prestação do serviço postal como produto que deve mostrar eficiência a todo custo por tornar-se mercantilizado e privatizado. Isso gerou maior descontentamento e críticas exacerbadas aos trabalhadores que viam na produtividade e eficiência a única saída possível para manutenção dos seus postos de trabalho. Assim, os espaços participativos diminuíram e a perda da autonomia foi sentida pelos sujeitos que passaram a ser vistos como “meio para um fim”, não como pessoas. Essas razões levaram os trabalhadores a perder a identidade com o trabalho e com a organização (FLECKER; SCHULTHEIS; VOGEL, 2016). A perda da identidade refere-se à perda da identificação com a profissão e com a experiência profissional construída ao longo dos anos, como também a perda das relações com membros de

um coletivo que compartilhavam pensamentos, ideias e valores convergentes ao trabalho, além do sentimento de frustração (TERRA, 2008).

Em relação à perspectiva de “saída do setor público”, o pensamento que abrange o “antes e depois”, a privatização gerou forte pressão sobre os trabalhadores devido à busca por produtividade e eficiência da organização, comercializando os deveres dos trabalhadores e limitando o tempo. Essas pressões promoveram uma competição no trabalho, gerando muitos conflitos. No contexto interposto, o papel dos sindicatos se voltou apenas para demandas de distribuição salarial, procurando uma equidade nos salários dos trabalhadores, em detrimento da busca por uma igualdade de condições mais justas, frente às pressões neoliberais geradas pela liberalização, privatização e mercantilização do setor nestes países europeus (FLECKER; SCHULTHEIS; VOGEL, 2016).

A privatização do aeroporto de Sydney e sua baixa regulamentação levaram a uma redução da mão-de-obra, aumento da terceirização das atividades e foco na minimização de custos pela administração do aeroporto. Como consequência, as condições de emprego e segurança contratual dos funcionários foram perdidas em um período de apenas 12 meses, resultando numa maior precariedade do trabalho (O’DONNELL et al, 2011). Já a privatização do porto de Buenaventura, na Colômbia, produziu uma alta taxa de desemprego, pobreza, marginalização e violência. O porto foi a principal fonte de emprego na cidade durante muitos anos e com a sua privatização o foco foi direcionado para a redução dos custos de produção e a oferta de empregos menos qualificados com salários mais baixos (PÉREZ; MORENO, 2008).

Em Nova York, os serviços de assistência social passaram por processo de privatização, cuja experiência prática dos trabalhadores (assistentes sociais) situados na linha de frente destes serviços humanos tiveram mudanças radicais, principalmente na desvalorização da profissão (ABRAMOVITZ; ZELNICK, 2015). Essas implicações, na prática direta, poderiam comprometer as comunidades atendidas pelos assistentes sociais. No entanto, os próprios assistentes sociais entendem que como indivíduos atuantes na sociedade estão sujeitos às pressões neoliberais dos sistemas econômicos e políticos, o que os fortalecem a não modificarem suas condutas profissionais e deixarem de prestar os serviços humanos que a comunidade tanto carece (ABRAMOVITZ; ZELNICK, 2015). Contudo, o processo de desvalorização da profissão corrobora com uma alta carga psicológica frustrante na vida do trabalhador desta área (CAREY, 2008). O neoliberalismo e as privatizações do setor social tendem a “minar” os assistentes sociais. O setor não atrai investidores e por consequência não

atende os ideários neoliberais, muito pelo contrário, as habilidades dos assistentes sociais não fazem parte da estrutura de acumulação de capital (PREMINGER, 2016), mas tão somente de uma estrutura de investimentos estatais (CAREY, 2008).

A convergência de uma economia neoliberal entre a América do Norte e Europa Ocidental desencadearam medidas de austeridade fiscal e reforma do setor público que provocaram mudanças substanciais na gestão e operação do setor público por meio da privatização, mercantilização, e parcerias público-privadas. Como consequência, as relações industriais do setor público foram substancialmente reformuladas, gerando a perda de empregos, à segmentação do mercado de trabalho e ao declínio da força de trabalho do setor público nos países pertencentes a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (PETERS, 2012).

Nestes países da OCDE, a privatização foi responsável por uma queda significativa da parcela de trabalho, principalmente na Inglaterra e na França. Essa ocorrência deriva do fato das empresas públicas (estatais) terem maior preferência pelo emprego sobre os lucros do que as empresas privatizadas (AZMAT; MANNING; VAN REENEN, 2012). A principal consequência da privatização é a diminuição de empregos, embora seja acompanhada do aumento de salários de alguns setores, pois o trabalhador passa a atuar em diversas funções e a ocupar postos de trabalho de outros trabalhadores (AZMAT; MANNING; VAN REENEN, 2012). Essa lógica da privatização acompanha a busca por maior eficiência no trabalho, sem se preocupar com as questões subjetivas, tampouco efeitos psicossociais que isso causa na vida dos indivíduos, como a insegurança e o medo, forçando maior produtividade em troca da permanência no emprego (SERŠIĆ; TRKULJA, 2009).

Na Argentina, as privatizações dos anos 1990 pressionaram sobremaneira o governo a realizar as reformas na legislação trabalhista do país. O enfraquecimento da organização do trabalho facilitou a implementação das orientações do Consenso de Washington relativas às privatizações no país, tendo como principal consequência a precarização do mercado de trabalho, piores condições de trabalho, empregos subalternos e enfraquecimento dos sindicatos (GIBBONS, 2015). No Brasil, as orientações contidas na “cartilha” do Consenso de Washington também foram testadas e as privatizações estiveram presentes no país desde então, tendo seus impactos no mundo do trabalho diversificados e generalizados. Por isso, a seguir apresenta-se um panorama dos impactos das privatizações no Brasil.

4.2. PANORAMA NACIONAL DOS IMPACTOS DAS PRIVATIZAÇÕES

As abordagens sobre os impactos das privatizações no mundo do trabalho em âmbito nacional são, em grande parte, divididas por setor ou segmento econômico, bem como divididas por determinadas organizações pesquisadas. Com as intensas políticas privatistas ocorridas nos anos 1990, abriu-se a oportunidade da realização de estudos que investigaram impactos na esfera do trabalho. Constatou-se, por exemplo, a flexibilização das políticas trabalhistas e fragilização das condições de trabalho – criando um cenário de precarização da classe trabalhadora – para atender a lógica da privatização no país (CARDOSO, 2016). A mídia foi um dos atores importantes para legitimar essa lógica privatista no país, implementando um discurso de repúdio ao movimento antiprivatização, e em contrapartida, construindo um discurso de construção de senso comum favorável às privatizações (LEAL, 2005).

As privatizações continuaram no Brasil na década de 2000 e permanece, apresentando intensidade após o Golpe Parlamentar de 2016 que culminou no impeachment da Presidenta Rousseff, passando a liderança do país ao Presidente Temer. A continuidade da privatização continuou produzindo impactos ao mundo do trabalho, por intermédio da racionalização dos custos com o trabalho e a falta de uma modernização das relações trabalhistas no país que suportem os processos de reestruturação produtiva (COSTA, 2005). Ante a isso e norteados por resistências coletivas, contradições e tensões, um dos principais elementos derivados das políticas de privatização utilizadas no Brasil foi a terceirização do serviço público, elevando o processo de generalização da precarização do trabalho (DRUCK, 2016). Podem-se destacar três momentos na terceirização do serviço público que impactaram o mundo do trabalho no Brasil:

a) a diminuição do número de funcionários públicos com a sua substituição crescente por funcionários terceirizados e não estatutários; b) a subordinação dos funcionários públicos que ainda permanecem à gestão privada [...] submetidos a piores condições de trabalho; e c) o crescente número de trabalhadores terceirizados com contratos precários, e, mesmo quando celetistas, sem vínculo permanente ou tendo seus direitos sistematicamente desrespeitados. Dessa maneira, funcionários públicos estatutários, celetistas, temporários são todos atingidos pela precarização, mesmo que de forma hierarquizada (DRUCK, 2016, p. 39).

Nessa perspectiva, organizações que passam por processos de privatização e reestruturação produtiva sofrem mudanças em áreas técnicas e na gestão, redimensionando as condições de trabalho (SCOPINHO, 2002). As privatizações no Brasil foram ocasionadas fortemente pelas mudanças organizacionais adotadas na década de 1990, principalmente a reestruturação e reorganização focada no capital financeiro e comercial, em detrimento do

capital industrial, efetivando o regime de produção flexível no contexto laboral brasileiro (MATSUDA; DONADONE, 2015).

Com a intensificação do ritmo das atividades tornou-se comum o aumento da exposição insalubre e de risco de vida dos trabalhadores, gerando uma maior carga laboral e psíquica (SCOPINHO, 2002). Além disso, o clima de incerteza e instabilidade organizacional, provocado pela privatização, era evidente nos trabalhadores, mostrando uma precariedade das condições de trabalho em empresas do setor elétrico (SCOPINHO, 2002). No mesmo setor foram realizadas reduções drásticas no nível de emprego, nas condições de trabalho e alterações no perfil dos trabalhadores como mencionado anteriormente. “[...] diante do processo de privatização e racionalização da organização do trabalho no setor elétrico, os trabalhadores foram forçados a se mobilizarem e a estruturar uma ação sindical melhor organizada” (PRONI; LYRIO, 2005, p. 165). Essas mudanças no contexto do trabalho passaram a exigir também que dirigentes engenheiros se adaptassem às remodelações organizacionais provocadas pela privatização no setor elétrico. Desse modo, passaram a lidar não somente com a parte técnica, como também com questões humanas e sociais dos trabalhadores (MATSUDA; DONADONE, 2015).

Evidências de impactos no trabalho foram identificadas no setor elétrico capixaba, especificamente na Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA), empresa de distribuição de energia elétrica (RIZZI, 2008). A privatização impulsionou novo sentido para a cultura organizacional anteriormente presente. A estratégia da empresa passou a vigorar sob o fundamento do aumento do lucro e redução dos custos. Com isso, mudanças impactaram a vida dos trabalhadores, como a diminuição dos salários e benefícios, aumento da carga horária e do ritmo do trabalho, além da piora no relacionamento interpessoal e do reconhecimento dos valores pessoais (RIZZI, 2008).

No setor siderúrgico brasileiro, Oliva (2002) apresentou os reflexos das privatizações na gestão de recursos humanos, observando que os processos de mudanças na organização do trabalho demandam décadas para se completarem. As evidências empíricas do estudo mostraram que o setor de recursos humanos não se prepara adequadamente e sofrem com as mudanças provocadas pelas privatizações. A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) fez com que a comunidade local perdesse a identidade coletiva construída em torno da empresa. E ainda, “[...] o processo de privatização trouxe impactos profundos à cidade, que viu

seus bairros operários declinarem, em decorrência do grande corte de vagas nos quadros da empresa” (MAGALHÃES; RODRIGUES, 2015, p. 359).

Mudanças estruturais e na cultura organizacional oriundas do processo de privatização modificam também o comportamento dos trabalhadores. Estes passam a conviver em um clima de insegurança e instabilidade no emprego, aumentando seu estresse no trabalho. Com a mudança cultural, um plano de integração se torna essencial para evitar conflitos entre funcionários antigos e novos, e para evitar também uma perda na identidade da organização (FERREIRA et al., 2010). Essa identificação é derivada de fortes vínculos que os trabalhadores constroem ao longo das suas trajetórias profissionais na organização em que atuaram, devido aos elementos simbólicos. A privatização impacta na identidade que a empresa tem com os trabalhadores e o sindicato, em alguns casos sendo enfraquecida ou até mesmo perdida (CARRIERI, 2002).

A perda da identidade com a organização e as mudanças provocadas pela privatização alteram a configuração do contrato psicológico dos trabalhadores, que passam a se preocupar mais com a competição no mercado de trabalho e com as mudanças na cultura organizacional da empresa (WETZEL, 2001), gerando um clima de instabilidade e estresse no ambiente de trabalho, em detrimento da qualidade de vida no trabalho. A iminência de uma privatização reconfigura também a dinâmica do significado do trabalho que, ao se fragmentar, passa a gerar expectativas de frustração para os trabalhadores (PALASSI; SILVA, 2014). Muitas frustrações surgem da exigência de novas regras de trabalho, como a forte cobrança nos resultados e carga horária de trabalho elevada. Além disso, os funcionários passam a vivenciar a perda na estabilidade do emprego e a vulnerabilidade no novo contrato trabalhista (WETZEL, 2001). A insegurança no clima organizacional gera falta de confiança na comunicação organizacional, que se torna altamente formalizada, além de um clima de muita decepção devido às demissões em massa sem critérios claros que ocorrem comumente nos processos de privatizações (RUSSO, 2002).

Nesse sentido, o papel da gestão de recursos humanos em vias de processos de privatização é de extrema relevância, pois deve buscar o equilíbrio interno e a qualidade de vida no trabalho, realizando pesquisas periódicas e estruturadas para apurar o clima organizacional e, em seguida, implementar estratégias que minimizem conflitos (OLIVA, 2002). Entretanto, para os funcionários que são demitidos os impactos são ainda maiores, pois as novas maneiras de se inserir no mercado, por vezes, envolvem “[...] precarização social, diferentes mudanças

na esfera familiar, experiências frustradas de reinserção profissional, sentimentos de abandono” (SOARES; SESTREN, 2007, p. 67). Por exemplo, Rowe e Ferreira Jr. (2000) verificaram que a Telemar Alagoas, após a privatização, necessitava desenvolver, investir e valorizar a gestão de recursos humanos, atributos não constatados posteriormente.

No setor de saneamento, identificaram-se diversas tentativas da sua privatização em São Paulo (SANCHEZ, 2001). Em Minas Gerais as evidências mostram que embora a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) fosse controlada pelo poder público, muitas mudanças e decisões se alinhavam com os interesses do mercado, em detrimento às necessidades da população e a qualidade do serviço (OLIVEIRA; LIMA, 2015). Nesse mesmo aspecto, Mello (2005) analisou quatro experiências de privatização do setor de saneamento no Brasil. A autora apresenta que a política tarifária cobrada pelas empresas é ineficiente e injusta, realçando como a regulação é instável, confusa e incompleta.

No setor de saneamento capixaba, Palassi (2000) relatou a percepção dos trabalhadores frente à notícia de municipalização privatizada de uma empresa do setor, verificando a conjuntura interna e externa que pressionou a reestruturação da empresa. A autora constatou que os participantes da pesquisa propuseram a ampliação dos serviços de saneamento básico e ambiental, bem como a reestruturação produtiva e gerencial, visando a diminuição dos impactos não somente no trabalho, como também na sociedade. Mostrou-se como o individualismo, a crise do sindicato e a aceitação da privatização como alternativa para finalizar os conflitos gerados pelo processo, cessam resistências coletivas organizadas. Palassi (2000) salienta ainda que o processo de municipalização privatizada da empresa ofereceu aos trabalhadores “opções” nada agradáveis que acarretaram medo, insegurança e incertezas nos projetos profissionais presentes na identidade dos trabalhadores.

No setor de saúde, Garrido-Pinzón e Bernardo (2017) analisaram e compararam as vivências de trabalhadores do sistema público de saúde da Colômbia e do Brasil, frente à lógica neoliberal. A comparação fundamentou-se a partir das direções opostas em que foram construídos. Por exemplo, o sistema colombiano é marcado pela influência privatista. Já o sistema brasileiro é fruto de uma importante conquista dos movimentos sociais. No entanto, os impactos no trabalho são semelhantes para os dois casos, relacionados às condições, relações e organização do trabalho. As relações de trabalho são marcadas pelo contraste de profissionais com diferentes vínculos empregatícios, executando as mesmas funções. Há uma deterioração das relações com os usuários, aumentando o estresse e insatisfação no trabalho. Uma forte

terceirização das atividades no setor, que emerge como um mecanismo de enfraquecimento e desmantelamento do sistema de saúde para que seja privatizado.

Esses impactos no mundo do trabalho acabam intensificando também o replanejamento da carreira dos trabalhadores. As mudanças de padrão no mundo do trabalho, oriundas dos processos de privatização, exigem que os profissionais, “[...] tanto os que permanecem trabalhando na instituição quanto os demissionários, passem por uma transição profissional, o que implica necessidade de adaptação a um ambiente mais volátil” (VELOSO; DUTRA, 2011, p. 836). O mercado de trabalho mais volátil e competitivo tende a oferecer empregos com baixos salários e péssimas condições laborais (COSTA, 2005), exigindo maiores experiências profissionais, curriculares e de formação acadêmica dos indivíduos.

Um exemplo dessas exigências por profissionais mais qualificados foi observado na Embraer. Após sua privatização a empresa passou por um grande processo de reestruturação produtiva visando atender os interesses do capital financeiro que os acionistas controladores demandaram. Os principais impactos no mundo do trabalho foram: “terceirizações; mudanças no *layout* da fábrica; aquisição de maquinário e novos softwares; mudança no perfil dos trabalhadores (mais jovens, mais qualificados, sem histórico sindical); gestão mais próxima do modelo toyotista; adoção de salário variável pautado em metas de produção [...]” (MORAES, 2017, p. 17).

Nesse contexto, abre-se uma lacuna expansionista da lógica privatista que mercantiliza o ensino e transforma a educação superior em “negócios”, para atender as exigências do mercado de trabalho, induzida por uma lógica produtivista e empresarial (SILVA, 2005). E ainda, transforma estudantes em clientes-consumidores disputados pelas instituições privadas de ensino superior, “[...] distanciando-se da reflexão crítica e da educação como possibilidade emancipadora” (CHAVES, 2010, p. 496).

Por décadas, políticas privatistas têm causado danos incalculáveis a crianças e adolescentes, lesados no acesso à escolaridade em virtude de cortes orçamentários. Não há evidências de que *charters* ou *vouchers* melhorem os resultados ou a eficiência das escolas, mas há evidências de que os *vouchers* exacerbam desigualdades. (KLEES; EDWARDS Jr., 2015, p. 23, *grifo do autor*).

Diante das reflexões, não se observou evidências empíricas que atendem os interesses da sociedade ou a melhoria nas condições de trabalho. Pelo contrário, há uma generalizada carga de impactos laborais negativos nas privatizações brasileiras, sintetizados no Quadro 5.

Quadro 5. Síntese dos impactos da privatização no mundo do trabalho brasileiro

Setor	Impactos da privatização no mundo do trabalho	Estudo
Elétrico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da exposição insalubre e do risco de vida; ▪ Maior carga laboral e psíquica (aumento do estresse); ▪ Clima de incerteza e instabilidade organizacional; ▪ Redução no nível de emprego; ▪ Exigência de ações sindicais mais articuladas e organizadas (não é algo fácil); ▪ Adaptação a remodelações organizacionais; ▪ Diminuição de salários e benefícios; ▪ Alterações na Cultura Organizacional; ▪ Mudança no comportamento do trabalhador; ▪ Conflitos entre antigos funcionários e novos. 	Scopinho (2002); Proni e Lyrio (2005); Rizzi (2008); Ferreira et al. (2010); Matsuda e Donadone (2015).
Siderurgia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despreparo do departamento de recursos humanos; ▪ Perda da identidade coletiva com a empresa; ▪ Falta de confiança na comunicação pela alta formalização; ▪ Insegurança devido à ameaça de demissão. 	Oliva (2002); Russo (2002); Magalhães e Rodrigues (2015).
Comunicação e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perda da identidade do trabalhador; ▪ Enfraquecimento do sindicato; ▪ Alteração do contrato psicológico; ▪ Falta de desenvolvimento, incentivo e valorização da gestão de RH. 	Rowe e Ferreira (2000); Wetzel (2001); Carrieri (2002); Carrieri (2004).
Bancário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expectativas de frustração dos trabalhadores; ▪ Redimensionamento da carreira; ▪ Precarização social; ▪ Transição e adaptação a um ambiente mais volátil; ▪ Sentimentos de abandono; ▪ Enfraquecimento da participação. 	Palassi et al. (2007); Soares e Sestren (2007); Veloso e Dutra (2011); Palassi (2011); Palassi e Silva (2014).
Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Individualismo; ▪ Desmobilização de ações coletivas; ▪ Cessaçao de resistências coletivas. 	Palassi (2000); Palassi (2002); Mello (2005).
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intensa terceirização; ▪ Baixa qualidade nos serviços; ▪ Funcionários exercendo a mesma função com contratos diferentes. 	Garrido-Pinzón e Bernardo (2017).
Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lógica empresarial e produtivista; ▪ Falta de reflexão crítica; ▪ Impossibilidade de emancipação; ▪ Aumento das desigualdades. 	Silva (2005); Chaves (2010); Klees e Edwards Jr. (2015).
Aéreo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exige-se maior qualificação sem histórico sindical; ▪ Salário variável pautado em metas de produção; ▪ Mudanças no <i>layout</i> da fábrica. 	Moraes (2017).

Fonte: Elaboração própria com base nos autores citados no Quadro.

Observou-se também que os processos de privatização que se notabilizaram no Brasil, sobretudo na década de 1990, enfrentaram resistências e ações coletivas contrárias, por exemplo, os leilões de grandes estatais como a Usiminas, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Telebrás que ocorriam na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e que foram acompanhados por manifestações de protesto na Praça XV de Novembro, articulados por sindicatos, partidos de oposição e outros coletivos organizados contrários às privatizações (LEAL, 2005). A resistência e o enfrentamento às privatizações são, portanto, mecanismos que coletivos organizados buscam para mitigar os impactos negativos no mundo do trabalho (PALASSI, 2011), sendo o sindicato um dos principais atores que constroem as mobilizações

e ações coletivas contra os impactos das políticas privatizadoras em diversos países no mundo. Em seguida, apresentam-se, portanto, as formas de enfrentamento, resistência e participação dos sindicatos contra as privatizações em diversos países.

4.3. RESISTÊNCIA, ENFRENTAMENTO E PARTICIPAÇÃO DOS SINDICATOS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

Na Europa, em 1996, foi criado um Observatório de Privatizações pelos sindicatos britânicos, intitulado *Public Services Privatizations Unit Research*, oriundo dos trabalhos realizados pelo *Public Services International Research Unit*. A ideia central foi criar, por meio da observação de reivindicações de diversos sindicatos, panoramas e estratégias locais e globais na luta contra a privatização. As observações do *Public Services Privatizations Unit Research* (1996) mostraram, na época, como havia desilusão e também resistia-se à privatização. Isso porque a população não enxergava melhorias na prestação dos serviços públicos de empresas que foram privatizadas no Reino Unido. Na Europa Central, países questionavam a necessidade de empresas privadas nos projetos do setor público, além das polêmicas discussões sobre privatização na China e no Brasil. Esses fatores enfraqueciam as privatizações.

O *Public Services Privatizations Unit Research* (1996) orientou ainda que os sindicatos do setor público pudessem discutir a viabilidade das privatizações dentro de alguns temas-chaves específicos, como: (i) uma alternativa para os serviços públicos; (ii) evitar cartéis e corrupção; (iii) efeitos econômicos positivos sobre os trabalhadores e consumidores; (iv) valorização transparente do financiamento; (v) internacionalização, preocupando-se com a mitigação do domínio das multinacionais. Outros atributos importantes também para uma proposta de privatização que o *Public Services Privatizations Unit Research* (1996) trouxe foi o controle adequado da licitação, bem como mecanismos anticorrupção e, sobretudo, a proteção ao trabalhador. No último ponto, os postos de trabalho, os salários e as condições deveriam ser protegidos. Além disso, a empresa deveria reconhecer os sindicatos locais independentes, além de um comitê mundial para representação dos trabalhadores locais.

Os sindicatos e suas lutas pela melhoria nas condições de trabalho, no contexto da privatização de empresas estatais, situam-se então como peça fundamental para diminuir ou eliminar os impactos negativos no mundo do trabalho. O movimento sindical na América Latina reconfigurou-se frente à concentração de reformas estruturais orientadas para o mercado. Essas

reformas tiveram início em muitos países latino-americanos nos anos de 1980 e 1990, impulsionadas principalmente pelo Consenso de Washington (GIBBONS, 2015).

As privatizações dos anos 1990 na Argentina e o estabelecimento de um marco regulatório para as empresas foram impactantes para realização da reforma trabalhista do país. Por um lado, as privatizações foram as primeiras políticas de reforma voltadas para o mercado, surgindo como resposta ao ajustamento do déficit fiscal com a venda de ativos estatais e privatização de empresas deficitárias que ao impactar a agenda fiscal, incentivava o crescimento permanente da inflação. Por outro lado, em meio a estas reformas estruturais, a reforma trabalhista permeava o cenário político e trabalhista do país. As organizações sindicais reforçaram a luta contra os retrocessos presentes na reforma trabalhista e aumentaram as reivindicações frente às reformas estruturais que o Estado promoveu nas empresas estatais do país. A cobrança era por maior transparência e menor discricionariedade do poder executivo na elaboração do marco regulatório da privatização de empresas estatais (GIBBONS, 2015).

As mudanças na estrutura econômica e nas relações de trabalho reforçaram a relevância da atuação sindical em países como Argentina, Chile e Uruguai. Isso parte da evidência de que o sindicalismo na América Latina vem sendo afetado pelas políticas e práticas neoliberais, como a abertura dos mercados, a redução do Estado, privatizações, desregulamentação e flexibilidade trabalhista que, em seu bojo, tem mudado profundamente o mercado de trabalho e por consequência enfraquecendo o movimento sindical (CANDIA; SCHAFFELD, 2015). O Quadro 6 resume algumas consequências para a organização sindical.

Quadro 6. Consequências das políticas neoliberais no sindicalismo da América Latina

Consequências para o sindicalismo	País	Estudo
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldades para participação em espaços institucionalizados ▪ Dificuldade de se inserir no debate político e influenciar as decisões 	Argentina	Gibbons (2015)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade para se organizar coletivamente ▪ Redução dos custos com o trabalho (queda no salário) ▪ Diminuição dos espaços participativos ▪ Baixo poder de negociação ▪ Baixa democratização para atuação sindical 	Chile e Uruguai	Candia e Schaffeld (2015)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resistência organizada 	Uruguai	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Plan Laboral</i>: Modernizações neoliberais ▪ Enfraquecimento do sindicato 	Chile	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despertar da memória de experiências anteriores ▪ Consciência mais crítica dos trabalhadores 	Argentina	Arias, Menéndez e Salgado (2015)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Representação sindical enfraquecida 	Brasil	Costa (2005)

Fonte: Elaboração própria com base nos autores citados.

Na Argentina, os sindicatos entraram na luta por melhores condições de trabalho após a implementação de políticas neoliberais e a privatização de empresas estatais, ingressando nos debates políticos e buscando influenciar decisões pela elaboração de marcos regulatórios adequados para processos de privatização. Além disso, os sindicatos lutaram também pelos interesses da classe trabalhadora na reforma trabalhista da Argentina, reforma promovida para atender às demandas das políticas neoliberais (GIBBONS, 2015).

O sindicalismo no Chile e Uruguai sofreu grande reestruturação das suas funções na organização do trabalho, principalmente na falta de controle do exercício do trabalho, perda de poder para controlar o mercado de trabalho e perda de influência no acesso e permanência de trabalhadores nas organizações em que se situavam (CANDIA; SCHAFFELD, 2015). Com a redução dos custos com o trabalho e a diminuição de espaços participativos para a articulação de ações coletivas sindicais, as negociações coletivas ficaram cada vez mais comprometidas. Esse enfraquecimento deriva ainda da dinâmica de eliminação dos postos de trabalho, gerando dificuldade dos sindicatos situarem-se geograficamente por falta de recursos e precária estrutura de ocupação, diminuindo a representatividade e exercendo um baixo poder de negociação pelo enfraquecimento da relação com o Estado (CANDIA; SCHAFFELD, 2015).

As privatizações também tiveram efeitos políticos para os sindicatos. Por um lado, observou-se o enfraquecimento da relação com o Estado, emergindo o círculo de relações clientelistas de que necessitava para manter sua força eleitoral ou o controle dos órgãos legislativos. Por outro lado, privou os sindicatos de exercerem a participação no âmbito organizacional e político. Tudo isso pelo motivo de as organizações privatizadas voltarem-se ao mercado e a atividades produtivas do setor privado, deixando de lado, tanto a qualidade de vida dos trabalhadores, quanto às relações e o compromisso de construir junto aos sindicatos, relações de trabalho mais democráticas (CANDIA; SCHAFFELD, 2015).

Contudo, o sindicalismo em alguns países se reconfigurou, a fim de fortalecer o movimento sindical de resistência. No Uruguai, houve descontentamento e uma forte resistência organizada em torno dos ataques neoliberais às condições de trabalho, tanto da sociedade civil quanto do movimento sindical, que assumiram uma liderança emblemática. Já no Chile, houve grandes conquistas oriundas das lutas dos trabalhadores no início do século XX, que transformaram a legislação trabalhista dando-a um caráter regulador nas relações de trabalho e mais proteção jurídica ao trabalhador. Porém, com a intitulação do “*Plan Laboral*”, as importantes conquistas sociais dos trabalhadores, sobretudo na legislação trabalhista e seu

caráter regulador das relações de trabalho se enfraqueceram. O *Plan Laboral*, criado em 1979, foi uma legislação trabalhista que buscou terminar com o caráter regulador das relações de trabalho. Assim, o *Plan Laboral* foi tido como a formação das “sete modernizações” neoliberais que inauguraram a década de 1980 no Chile. Como consequência, a desregulamentação do trabalho tem debilitado drasticamente a capacidade dos sindicatos representarem seus trabalhadores e trabalhadoras na busca de melhores condições de trabalho e contribuir com a democracia e participação efetiva (CANDIA; SCHAFFELD, 2015).

Na Argentina, a privatização do metrô de Buenos Aires atingiu os trabalhadores e os sindicatos envolvidos. Embora os sindicatos tivessem que se reposicionar nas relações trabalhistas e políticas, a privatização despertou a memória de experiências anteriores de luta, organização e resistência frente às pressões neoliberais, além de promover uma consciência crítica nos trabalhadores na busca dos direitos perdidos (ARIAS; MENÉNDEZ; SALGADO, 2015). A memória retomada por trabalhadores que passaram por processos de privatização serve não apenas para que o passado não se repita, mas, sobretudo, para que o presente e o futuro sejam diferentes e mais justos para eles e para a sociedade (PALERMO; RIVERO, 2011).

Ações coletivas de trabalhadores de um hospital argentino foram elucidadas por meio de práticas militantes e formas de organização coletiva. Embora tenha se constituído uma sensação de perdas de direitos individuais e sociais, a percepção da capacidade de agir na defesa dos direitos permitiu a construção de uma identidade coletiva, consolidando redes de solidariedade e alianças de forças políticas unificadas para mobilização no movimento antiprivatização (BELIERA, 2013). Verificando a trajetória laboral, a militância e a participação de um trabalhador mineiro na resistência da privatização de uma mina na Argentina, pôde-se perceber que a luta trabalhista no movimento antiprivatização não é simples e carrega uma série de derrotas e frustrações. Porém, é necessário que as forças trabalhistas resistam às pressões neoliberais, e que as experiências vivenciadas nos processos possam servir como combustível para continuar avançando na busca por melhorias no mundo do trabalho (AIZICZON, 2016).

A literatura mostrou estratégias de articulação para as ações coletivas contra as privatizações. Por exemplo, após a privatização do metrô de Buenos Aires em 1993, a carga laboral aumentou e os trabalhadores tiveram que trabalhar além das seis horas diárias que cumpriam. Com isso, começaram a se organizar com o sindicato de maneira mais eficaz e procuraram recuperar as seis horas diárias que cumpriam antes da privatização, caracterizado

como o lema dos trabalhadores, a “volta das seis horas diárias” (ARIAS; MENÉNDEZ; SALGADO, 2015).

As primeiras formas de resistência no metrô iniciaram-se com extremo cuidado, pois havia o medo da demissão por conta da perseguição política aos opositores da privatização do metrô. Para fugir destas perseguições, os trabalhadores se reuniam em celebrações (churrasco, jogos de futebol, aniversários) para que não fosse percebida nenhuma articulação política. Buscando fortalecer a organização, os grupos se consolidaram com outros trabalhadores e ganharam maior visibilidade. Com a formação de uma estrutura organizacional foram realizadas em 1997 três grandes greves; duas reivindicavam a reintegração dos trabalhadores demitidos sem justificativa. As principais conquistas foram: a reintegração dos trabalhadores demitidos sem justificativa; a melhoria nas condições de trabalho, como instalação de bebedouros em todas as bilheterias do metrô; a contratação de mulheres para posto de guarda – função exercida anteriormente somente por homens; e um retorno para as condições de trabalho que prevaleciam antes da privatização, sobretudo às seis horas diárias (ARIAS; MENÉNDEZ; SALGADO, 2015).

O ponto de partida para as ações coletivas contra a privatização de um hospital argentino foi a identidade coletiva não só dos trabalhadores, como também da sociedade civil, em torno da luta por melhorias na saúde pública. Vários elementos contribuíram para a formação das ações coletivas contra a privatização, como a construção da sensação de perda de direitos individuais e sociais e a percepção de capacidade da organização sindical defender os direitos, bem como a construção de uma identidade coletiva que os diferenciava dos outros. O principal aspecto das ações coletivas dos trabalhadores da saúde pública foram as reivindicações por direitos coletivos para toda a saúde pública da cidade, apesar das lutas contra a privatização do hospital. Além disso, havia a reivindicação por aumento salarial e a defesa do sistema de saúde pública por meio de muita consciência coletiva e individual (BELIERA, 2013).

Em seguida, os trabalhadores da saúde se articularam com outros coletivos organizados para fortalecer as ações coletivas. Foram realizadas alianças com sindicatos de outras categorias, relação com outros trabalhadores e trabalhadoras de uma fábrica, aliança com estudantes de uma universidade, com organizações de direitos humanos, partidos políticos de esquerda, entre outros atores, em busca da resolução dos conflitos. Os desdobramentos das ações coletivas enfrentaram muitos obstáculos e limitações na sua atuação, sobretudo pelo setor da saúde ser sensível sob o ponto de vista social e econômico, embora necessário. As principais

contribuições das articulações coletivas foram a disseminação das lutas por direitos sociais na saúde para os moradores da cidade, cujo alcance do movimento antiprivatização do hospital acabou se tornando um movimento generalizado em torno de melhorias para saúde pública, tendo a coalizão de diversos atores (BELIERA, 2013).

O processo de privatização de obras sanitárias, principalmente ligado às águas, em Córdoba na Argentina, atrelado a lei da reforma administrativa de 1989, impulsionou o sindicato da categoria a resistir à privatização (CLOSA, 2009). Os trabalhadores se opuseram ao avanço da privatização desenvolvendo vários repertórios de confrontação. A estratégia implantada pela direção sindical foi orientada em duas direções:

A primeira, dentro do sindicato, para promover a coesão interna dos trabalhadores e fortalecer a liderança, lutando pelo salário e pela preservação das fontes de trabalho. Os serviços prestados pelo sindicato também foram ampliados, como a criação do Seguro Saúde para garantia de benefícios médicos, a aquisição de um prédio adequado para atendimento médico, a abertura dos trabalhadores para área em que o trabalho foi realizado e formação cultural e política. O segundo, fora do sindicato, estendeu a oposição à privatização para a arena social e foi apresentado como um conflito pela saúde da população e pela defesa do patrimônio do Estado (CLOSA, 2009, p. 9, tradução nossa).

O sindicato buscou envolver a opinião pública instalando conflitos de opiniões. Com isso, visualizavam que os métodos para se combater a privatização deveriam ser essencialmente mobilizadores, tendo em vista a possibilidade dos cidadãos e a opinião pública retomarem o debate, deixando claro que a privatização do serviço de água implica a todos os usuários, ou seja, os próprios cidadãos da cidade (CLOSA, 2009).

No setor energético, especificamente petrolífero, houveram lutas nas províncias Tartagal e General Mosconi de Salta na Argentina contra a privatização da empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF). Depois de decretada a privatização do YPF em 1991, rapidamente foi criada a Associação dos Trabalhadores contra a privatização Ypefianos. A partir deste momento se desenrolaram intensas atividades e resgates de lutas antigas. Apesar do contexto adverso, os setores que se opunham à privatização alcançaram considerável influência, conseguindo inclusive a adesão de diferentes autoridades provinciais e representações, como partidos políticos, militantes de esquerda, entre outros. Rapidamente promoveram protestos contra a privatização da empresa reunindo mais de 2.000 pessoas, inclusive civis. Embora tenham ocorrido estas séries de mobilizações e ações coletivas contra a privatização da empresa, muitos trabalhadores acabaram sendo demitidos por participarem de protestos e greves, embora as ações coletivas deste período ocupem lugar de destaque (BENCLOWICZ, 2010).

Também ocorreram mobilizações contra a privatização da empresa Argentina Luz y Fuerza Córdoba entre 1995 e 2001. As principais estratégias adotadas pelos denominados *lucifuercistas* foram: uma engenhosa campanha de conscientização social; uma interpelação forte, reivindicando o carácter performativo da ação política; e a consolidação de um personagem “multiorganizacional”, a partir de um espaço “extrasindical” que protagonizou um ciclo de mobilização. Frases como “nossa grande virtude é ter resistido” ou “podemos dizer que ganhamos porque nós lutamos” resumiu o resultado do conflito e a percepção de *lucifuercistas* diante do processo de privatização (NATALUCCI, 2011).

O Chile vinha tendo uma visão limitada do movimento sindical, que ignora a dinâmica emergente do capitalismo na era da globalização, aprisionando-se na matriz sociocultural do antigo movimento operário com predileções nacionais, legalistas e androcêntricas, que se enfraqueceu ao longo dos anos (LEIVA, 2012). Por isso, para contribuir com um novo movimento sindical no país, é preciso “[...] uma mudança conceitual ou paradigmática explícita para fechar a lacuna existente entre estratégias organizadoras construídas sob a remanescente antiga matriz sociocultural e as características atuais da exploração capitalista” (LEIVA, 2012, p. 121, tradução nossa).

A experiência de trabalhadores no Brasil, África do Sul, Coreia do Sul, Estados Unidos e Canadá sugere componentes de uma mudança conceitual, sendo estabelecidos em: (1) a incorporação de uma perspectiva de gênero que liga a produção e reprodução social à demanda, à construção da subjetividade e à organização de estratégias; (2) a adoção de uma abordagem de processo de trabalho adequada; e (3) uma ótica transnacional que liga as lutas locais, trabalhistas e comunitárias a processos e estratégias nacionais, regionais e transnacionais para a valorização do capital (LEIVA, 2012). No Chile, vem ocorrendo algumas greves localizadas e novas táticas frente às políticas neoliberais, como: ocupações de trabalho; alianças entre sindicatos e setores; organização de base comunitária e mobilização conjunta (ex.: portos, trabalhadores subcontratados). Essas novas táticas podem representar um passo para a mudança conceitual de mobilizações no país (LEIVA, 2012).

Como forma de mitigar ou cessar os processos de privatização de maneira geral, a formação de amplas coalizões tem maior possibilidade de obter êxito, pois os grupos que agem individualmente são facilmente derrotados ou deixados de lado pelos governos, como é o caso dos sindicatos (KINGSTONE; YOUNG; AUBREY, 2013). A representação política da sociedade civil, embora seja legítima, enfraquece quando não se comunica com instituições

formais, sendo necessário o diálogo com instituições políticas para uma força política consolidada nos movimentos antiprivatização (KINGSTONE; YOUNG; AUBREY, 2013). No caso dos sindicatos, a resistência contra as privatizações é apenas um mecanismo em funcionamento eminente, embora latente em alguns casos. Mas, os sindicatos podem avançar no fortalecimento da consciência dos trabalhadores e também “[...] na construção de um padrão de relações de trabalho mais democrático, se puderem aproveitar as brechas e o próprio discurso de participação das empresas na defesa dos interesses dos trabalhadores. É este o espaço das novas institucionalidades já referido” (COSTA, 2003, p. 12).

No Brasil, Palassi et al. (2007) utilizaram-se da análise dos discursos e de suas metáforas como um caminho para investigar e compreender as articulações da participação de trabalhadores do Banespa, organização bancária privatizada. Os autores destacaram seis temas que nortearam o percurso semântico da participação na luta antiprivatização. O primeiro tema, a *mobilização*, foi marcado pelas falas dos entrevistados (trabalhadores e sindicalistas) orientadas contra a privatização do banco, não medindo esforços para participar. O segundo tema, caracterizado pela *superação das diferenças dos grupos sociais*, permitiu perceber uma unificação dos coletivos, como sindicatos, associações e trabalhadores, em torno do processo de privatização. Mesmo com a privatização do banco, os trabalhadores reconheceram algumas *vitórias a partir da mobilização antiprivatização*, destacando o terceiro tema de estudo. Essas vitórias reconhecidas pelos trabalhadores dizem respeito aos reajustes salariais, negociações das condições de trabalho, e a permanência de direitos mesmo após a privatização do banco.

A ênfase que é dada nas vitórias alcançadas pelo movimento antiprivatização funciona como um elo para dar continuidade à participação nas ações coletivas contra as privatizações e serve como um argumento da *mobilização como garantia para alcançar reivindicações* (PALASSI et al., 2007), o que se caracteriza como o quarto tema. No quinto tema, Palassi et al. (2007) mencionam que essas reivindicações após a privatização do banco tomam o lugar das ações antiprivatização, havendo a *necessidade de outras maneiras de mobilizar e participar*. Uma vez inserida no contexto privatizado, a participação passa a ganhar também um contorno empresarial, da *participação apoiada pela empresa*.

A empresa passa a fazer parte do contexto participativo determinando se a participação seria boa ou não. Participar em comunidade e mostrar companheirismo seriam exemplos de boa participação, mas a participação sindical seria se opor à empresa, sendo uma participação ruim (PALASSI et al., 2007). Em oposição ao percurso participativo, outros seis temas surgem e se

caracterizam como percurso semântico não-participativo. Ou seja, em meio ao contexto participativo no processo de privatização do banco, existiam também características não participativas envolvidas no processo. O primeiro tema deste percurso é o da *ineficácia da mobilização*, cujos trabalhadores e sindicatos entendiam que participar do movimento antiprivatização não daria resultados, motivando desistências.

O segundo tema denominado *interesses conflitivos entre os trabalhadores* denota os conflitos de interesses que ocorriam entre o próprio funcionalismo do banco, em que alguns preferiam afastar-se do movimento antiprivatização buscando interesses próprios. O terceiro tema se associa ao anterior, pois o *medo de represália contra a participação* emerge a partir dos interesses da empresa e das represálias que ela poderia impor ao funcionário que participasse do movimento (PALASSI et al., 2007). O quarto tema é caracterizado pela *falta de tempo para participar* e o quinto como *individualismo*, transparecendo que cada funcionário deve se ater ao seu trabalho. O sexto tema é classificado como *desmobilização do banespiano pós-privatização* (PALASSI et al., 2007).

Quadro 7. Síntese dos percursos semânticos da participação e não-participação no Banespa

Percurso semântico da participação	Percurso semântico da não-participação
1) Mobilização	1) Ineficácia da mobilização
2) Superação das diferenças dos grupos sociais	2) Interesses conflitivos entre os trabalhadores
3) Vitórias a partir da mobilização antiprivatização	3) Medo de represália contra a participação
4) Mobilização como garantia para alcançar reivindicações	4) Falta de tempo para participar
5) Necessidade de outras maneiras de mobilizar e participar	5) Individualismo
6) Participação apoiada pela empresa	6) Desmobilização do banespiano pós-privatização

Fonte: Elaboração própria com base em Palassi et al. (2007).

A partir do estudo de Palassi et al. (2007), o Quadro 7 sintetiza os percursos semânticos da propensão à participação do movimento antiprivatização, separando-os em “participativos” e “não participativos”. Segundo os autores, existe o predomínio de determinados discursos propícios ou não a participação, durante e após a privatização.

[...] os dois percursos semânticos, o da participação e o da não-participação, acabam se relacionando diretamente com o processo de privatização, com diferentes elementos referentes aos dois momentos, um anterior e outro posterior à privatização. Os dois percursos semânticos coexistem em ambos os momentos, fazendo parte do universo discursivo dos trabalhadores, mas no primeiro momento há o predomínio no discurso dominante do percurso semântico da participação, enquanto no segundo momento há um predomínio no discurso dominante do percurso semântico da não-participação (PALASSI et al., 2007, p. 469).

O enfrentamento de um processo de privatização não é simples de se organizar, pois existem diversos elementos que integram e desintegram a resistência coletiva dos trabalhadores nas ações coletivas contra as privatizações (PALASSI, 2002), como visto anteriormente. Por exemplo, uma forte e organizada resistência de diversos atores sociais agrupados conseguiu derrubar as tentativas de privatizar o setor de saneamento de São Paulo (SANCHEZ, 2001). Embora os diversos atores sociais representassem interesses muitas vezes divergentes, as expectativas de cada um foram reunidas para defender seus interesses coletivos. A privatização seria implementada caso não ocorresse uma resistência forte e coesa (SANCHEZ, 2001). Na mesma perspectiva, Sousa e Costa (2011) analisaram as ações coletivas que visavam vetar a proposta de privatização do setor de saneamento no Brasil (que ocorreu entre 1998-2002), protagonizada pela coalizão da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA). Os autores apresentaram algumas estratégias de mobilização utilizadas pela Frente Nacional, buscando os poderes Executivos e Legislativos locais, além das bases de representação no Congresso Nacional para vetar o Projeto de Lei (PL) 4147/2001.

O início da campanha se caracterizou pelo emblema “Estão querendo vender a sua água”, contando com apoio financeiro de dez empresas públicas e autarquias do setor. Esse apoio financeiro subsidiou *folders*, *banners*, cartazes e adesivos a serem distribuídos a prefeitos e vereadores durante a realização do Congresso Nacional de Prefeitos de 2001 em Brasília. A maioria dos prefeitos presentes posicionou-se contra a PL 4147/2001. Em seguida, na cidade de Vitória – ES, a Frente Nacional realizou um fórum nacional para analisar e discutir a PL 4147/2001, contando com a presença de prefeitos, secretários municipais, políticos e técnicos em saneamento. Em seguida, a Frente Nacional promoveu o seminário “Gestão da Água e do Esgoto: experiências nacionais e internacionais”, com o apoio de organizações sindicais nacionais e internacionais. Promoveu ainda, audiência da Frente Nacional de Prefeitos das capitais com o Presidente da República e Seminário organizado pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), junto aos procuradores municipais do Brasil. Após as discussões presentes em todos os fóruns, seminários e reuniões realizadas foram enviadas cartas ao Congresso Nacional com as críticas e pedidos de posicionamento frente à privatização (SOUSA; COSTA, 2011).

As mobilizações propostas pela Frente obtiveram sucesso junto a outros fatores contributivos para a derrota da proposta de privatização do governo.

O fato da prestação desses serviços não ser de competência federal, por exemplo, dificultou uma ação mais rápida e direta do governo, como nos casos da energia e das companhias de mineração, por exemplo, forçando a inclusão de atores de peso na negociação de sua proposta: os Executivos e Legislativos locais, que foram mobilizados e aproveitados pela Frente (SOUSA; COSTA, 2011, p. 3550).

Desta forma, ao limitar o espaço de atuação do governo, impedindo a aprovação da proposta de privatização para o setor de saneamento

[...] a ação política coletiva da Frente constituiu uma decisiva instância de veto à agenda de privatização do saneamento encaminhada pelo governo federal com o aval do FMI [...] as coalizões de interesse setorial puderam minimizar ou mesmo neutralizar os efeitos das reformas nos anos 1990, ao vetarem uma agenda que prometia benefícios coletivos difusos e perdas concentradas e tangíveis para determinados grupos (SOUSA; COSTA, 2011, p. 3550).

Entretanto, a representação sindical no Brasil se enfraqueceu ao longo dos anos, com intensidade na década de 1990 devido às pressões neoliberais, precarizando as relações de trabalho. Costa (2005) relata que no Brasil o trabalhador perdeu o poder de barganha pela fraca representação sindical. A desregulamentação do trabalho implicou na retirada de direitos dos trabalhadores, pois sem a representação sindical efetiva, torna-se difícil reivindicar os direitos e negociar com os patrões.

[...] a legislação trabalhista e a função sancionadora do Estado na garantia de seu cumprimento continuam sendo os principais institutos, senão os únicos, a supostamente assegurar limites mínimos aos critérios de contratação e uso do trabalho (salário-base, teto para as jornadas, remuneração das horas-extras trabalhadas, 13º salário, proteção às gestantes e ao trabalho infantil etc.). E isto, em tese, já que, ainda hoje, é imprescindível que muitos sindicatos “corram atrás” para fazer as empresas respeitarem esses direitos básicos do trabalhador (COSTA, 2005, p. 125).

A crise nos sindicatos brasileiros emergiu fortemente nos anos 1990 (COSTA, 2005). Com o advento da Reforma Trabalhista efetivada pelo Governo do Presidente Temer (MDB) em 2017, os desafios para superar o enfraquecimento dos sindicatos tornaram-se ainda maiores. Os principais impactos da Reforma Trabalhista no Brasil presentes nas alterações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, no sindicalismo são: o fim da contribuição sindical obrigatória; a representação em empresas com mais de 200 funcionários não precisará mais ser sindicalizada; sindicatos e empresas podem negociar condições de trabalho diferentes das previstas em lei; a rescisão contratual não é mais obrigada a ser homologada em sindicatos; possibilidade de acordo entre patrão e empregado, prevalecendo sobre o legislado (BRASIL, 2017). Essas alterações prejudicam principalmente o elo mais fraco da relação capital/trabalho, que é o trabalhador.

Finalmente, é importante apresentar tanto o estudo de Sandoval (2001), quanto de Palassi (2011) que têm aproximação com a presente pesquisa. Sandoval (2001) demonstrou como o neoliberalismo produziu mudanças na consciência política da classe trabalhadora brasileira. Por intermédio do modelo apresentado, os impactos sobre a visão dos trabalhadores foram possíveis de serem analisados, que teve como principal consequência a desmobilização das bases sindicais. O autor buscou compreender as configurações das dimensões da consciência política, identificando uma identidade coletiva fragmentada, crenças, valores e expectativas sobre a sociedade individualizadas, a falta da identificação de adversários, bem como interesses antagônicos ambíguos. A eficácia política centrada em causas sobrenaturais, falta de sentimento de injustiça e a falta de uma base sindical para agir coletivamente, acarretando a falta de projetos para ações coletivas organizadas (SANDOVAL, 2001). Todos esses elementos formaram ações individuais de compensação.

A identidade coletiva dos trabalhadores se fragmentou de diversas formas após as mudanças geradas pela globalização e neoliberalização da sociedade brasileira, sobretudo por conta da competição instaurada. O governo e os empregadores iniciaram um processo de competição entre os trabalhadores, os diferenciando por qualificação de habilidade e educacional, além da competição entre a própria categoria ocupacional em busca de emprego, que diminuíram após a desindustrialização do país e a privatização de empresas estatais. Houve competição também dos trabalhadores autônomos contra o trabalhador industrial empregado, além da crença dos trabalhadores privados considerarem os funcionários públicos economicamente privilegiados (SANDOVAL, 2001). Além disso, conflitos políticos e ideológicos dentro das próprias bases sindicais colaboraram para a fragmentação da identidade coletiva. Essas dinâmicas conflituosas e competitivas fragmentaram a identidade coletiva dos trabalhadores, que buscavam cada vez mais soluções individualistas para as suas aflições laborativas, tornando-se difícil os trabalhadores dirigirem seu descontentamento contra um objetivo bem definido (SANDOVAL, 2001).

A dificuldade em mobilizarem-se contra interesses antagônicos e adversários com objetivos bem definidos, parte também do discurso produzido pelos empregadores e governo. Estes atores atribuíram as dificuldades, o sofrimento e o descontentamento dos trabalhadores às forças históricas externas de globalização e as exigências do neoliberalismo, ou seja, a fatores transcendentais. Isso criou dificuldades para a capacidade de resistir coletivamente a fatores aparentemente inevitáveis, fruto de processos históricos (SANDOVAL, 2001). Desse modo, “[...] na ausência de propostas e de alternativas de ações coletivas eficazes, os trabalhadores

optaram por procurar soluções individuais e/ou grupais para se protegerem das ameaças da mudança econômica” (SANDOVAL, 2001, p. 193, tradução nossa). Assim, a globalização e a neoliberalização da sociedade brasileira intensificadas nos anos 1990, acabou refletindo em profundas mudanças da consciência política do trabalhador brasileiro (SANDOVAL, 2001), principalmente na busca de alternativas individualistas para se sobressaírem às dificuldades do mercado de trabalho competitivo, precário e instável.

No estudo de Palassi (2011) foi analisado o impacto do movimento (anti)privatização na consciência política dos trabalhadores que permaneceram atuando no Banespa, banco privatizado. A autora buscou avaliar como os dois movimentos, tanto o movimento privatizador quanto o movimento antiprivatização, afetou a predisposição dos trabalhadores a agirem coletivamente em defesa dos seus interesses e dos interesses de outras pessoas. Ao utilizar o Modelo Analítico da Consciência Política de Sandoval (2001), a autora explicou os motivos que levam os trabalhadores a optarem por ações individuais ou coletivas.

Palassi (2011) revelou que os sindicalistas demonstraram dispor de uma consciência coletivista, ao passo que os trabalhadores demonstraram uma consciência individualista. Embora essas características não signifiquem aspectos negativos, tampouco maniqueístas, elas demonstram como a consciência coletivista dos sindicalistas é formada por valores que expressam um pensamento voltado a resoluções dos problemas coletivos da classe que defende ou até mesmo com a sociedade. E os trabalhadores expressam características de uma consciência individualista focada em arranjos pessoais e sociais inerentes aos seus interesses.

Os sindicalistas, ao revelarem seus valores coletivistas, se aproximam de algumas características, como:

[...] sistema político como modo de preservar o coletivo; revelar preocupação com outras pessoas, principalmente as de baixa renda e sua família; defender bons índices de indicadores sociais e de indicação moral às pessoas e aos seus filhos; colocar as propriedades individuais como secundárias às prerrogativas coletivas; sentimentos de ajuda mútua, encorajamento e amizade na participação em movimentos sociais e partidários; demonstrar maior coesão sociais, maior exigência de conformidade com o grupo, maior competição com *out-groups*, no movimento sindical, partidário ou fora dele; suprimir elementos que possibilitem egoatualização; apresentar disposição para subordinação a regimes políticos em detrimento de metas pessoais (PALASSI, 2011, p. 257, grifo da autora).

Já os valores individualistas revelados pelos trabalhadores demonstram características distintas inerentes aos seus interesses individuais, como por exemplo,

[...] ao enfatizarem a realização e competência; priorizar posições públicas que permitem egoatualização e liberdade de movimento e pensamento; enfatizar o sucesso e a independência; exercer uma cultura de reclamação e de reivindicação sem dever ou responsabilidade; manter distância dos problemas das pessoas; revelar vulnerabilidade para sentimentos de alienação; apresentar baixas taxas de votação ou distanciamento da política indicando alienação política (PALASSI, 2011, p 257).

Com isso, o estudo de Palassi (2011) conseguiu transpor como a privatização afeta a consciência política e a participação dos atores sociais e individuais na luta contra a privatização, impactando a predisposição de agirem coletivamente em prol de benefícios não apenas para a classe a que pertencem, como também para a sociedade. Palassi (2011) elucidou ainda, como a privatização pode tanto desmobilizar os trabalhadores em ações coletivas contra injustiças geradas, quanto reviver sentimentos de identidade coletiva e vontade de agir coletivamente dos sindicalistas e dos trabalhadores representados. Contudo, a autora chama atenção para os desafios que o movimento sindical e os trabalhadores enfrentam para participarem e resistirem coletiva ou individualmente aos impactos que a privatização gera aos seus projetos laborais.

As dificuldades impostas à participação dos trabalhadores do Banespa (que contraria o discurso que a privatização promoveria o avanço da participação dos indivíduos), “[...] gera o desafio de pensarmos em alternativas que favoreçam a formação de uma consciência crítica e participativa no novo cenário que se apresenta para os sindicalistas e trabalhadores após a privatização” (PALASSI, 2011, p. 264).

Nesse contexto, observa-se que a luta da classe trabalhista é preponderante por melhores condições laborais e sociais. Essa luta só é possível por meio da articulação de ações coletivas e a participação de sindicatos, bem como de outras organizações que permeiam os interesses de vetar as privatizações. Diante do contexto participativo, o modelo de consciência política serve como um meio para se compreender a participação em ações coletivas de atores relevantes que resistem e enfrentam as políticas de privatização, pois as decisões de se privatizar organizações e serviços estatais (públicos) são tomadas nas esferas políticas dos governos. Nesse ponto, a consciência política, por se referir “[...] à politização do sujeito, às ações politizadas do sujeito e, em última análise, ao desenvolvimento consciente do seu caráter político” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 34), contribui para o entendimento da participação em ações coletivas. Por isso, o Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL; SILVA, 2016) se destaca como marco teórico deste trabalho, visando fortalecer a compreensão da participação em ações coletivas e as dinâmicas da consciência política em contextos participativos, incluindo os processos de privatizações.

5. O MODELO ANALÍTICO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA PARA COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS

A participação é parte essencial de um sistema democrático, aliando as preferências dos cidadãos e as decisões que são tomadas. Participa-se mediante voto, manifestos, partido político, sindicato entre outras diversas formas e instituições participativas. Geralmente participa-se em grupo, com vista a conquistar recursos individuais e sociais para uma comunidade ou determinado coletivo organizado (ANDALUIZA; BOSCH, 2009). As experiências de participação cidadã possibilitam também o engajamento nos assuntos que interessam a sociedade, além de promover um maior senso crítico sobre as decisões da administração pública (SABUCEDO, 1996). Desse modo, a participação é um mecanismo que engloba interesses e exige a disposição de recursos em determinados contextos políticos e sociais (SABUCEDO, 1996).

As consequências da participação repousam em efeitos sobre o indivíduo, aumentando sua politização e sua implicação política. Embora haja desilusão, intolerância e exclusão em alguns casos, a participação fortalece a solidariedade coletiva, a empatia, a tolerância, o interesse pelos assuntos públicos decisórios e a confiança nas decisões (ANDALUIZA; BOSCH, 2009). Andaluiza e Bosch (2009) ressaltam que a participação dos cidadãos não resolve todos os problemas de ordem democrática, nem garante eficiência nas decisões, mas auxilia e facilita o processo, aproximando-se das melhores decisões públicas promovendo aceitação e legitimidade. Nesse sentido, Font e Blanco (2005) defendem que a participação não deve ser interpretada como a solução para todos os problemas de ordem democrática, pois em diversos momentos seu uso se dá de maneira manipulativa, cerceando a deliberação do poder aos cidadãos para as decisões. Sobretudo, a participação deve ser vista como um exercício de recuperação da cidadania, promovendo melhorias e contribuições tanto de cunho político quanto social para os cidadãos.

A participação promove tanto efeitos nas políticas públicas quanto efeitos na democracia. Seu funcionamento ocorre em três estágios, o da “informação”, que delibera a obrigatoriedade da administração atender aos pedidos de acesso a informação e a favor da transparência das políticas públicas; o da “consulta”, que mesmo ocorrendo, esta pode não ser atendida por conta da falta de recursos do governo ou decisões estratégicas; e a “co-decisão”, pois a participação se liga ao processo de decisão política, em que os cidadãos têm parcelas nas decisões da administração pública, mesmo que não participem (FUENTE, 2010). A presença

do poder na participação cidadã pode ser visualizada como uma escada. Nos primeiros degraus se encontra a “manipulação” e a “terapia”, cuja participação dispõe de pouco ou nenhum poder decisório. Os degraus intermediários são a “informação”, “consulta”, e “pacificação”, cujos cidadãos mantêm um nível mínimo de poder nas decisões. Os degraus máximos da escada são a “parceria”, a “delegação de poder” e o “controle cidadão”. Quem se encontra nestes últimos degraus da escada dispõe de níveis altos de poder cidadão e tem total influência nas decisões (ARNSTEIN, 2002).

Na democracia, a confiança e a participação intensa podem reduzir problemas que afetam coletivos organizados e também a sociedade, promovendo legitimidade democrática concentrada nos grupos sociais, além de oportunizar a participação cidadã e gerar sentimentos de eficácia política e engajamento. Os efeitos sobre as políticas públicas também são observados na participação, e sua intensidade colabora para o aumento da consciência crítica do cidadão sobre determinadas decisões políticas (ANDALUIZA; BOSCH, 2009). Nesse contexto, a sociedade, ao passar por processos de mudanças impulsionados por diferentes dilemas, fatos e discursos que se (des)constroem e (des)naturalizam ao longo do tempo, acaba influenciando a maneira de pensar e agir dos sujeitos. Essas mudanças formam, sobretudo, a consciência para se tomar determinada ação ou dispor de uma visão de mundo. Os processos de mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, ocasionadas pelas políticas neoliberais, em especial as privatizações, reconfiguram a predisposição dos trabalhadores a agirem coletivamente. Na medida em que as políticas implementadas na organização antes, durante e após o processo de privatização alteram o contexto do trabalho, a participação, o enfrentamento e a resistência em busca de melhorias para a classe trabalhadora se compromete e também se reconfigura em diversas ações (PALASSI, 2011).

Desse modo, a consciência política faz parte da consciência do sujeito, existindo uma forte relação com as ações coletivas (SILVA, 2008). Palassi (2011) ressalta que a consciência política e as formas de participação em ações coletivas são norteados por dilemas subjetivos, cujo Modelo Analítico da Consciência Política de Sandoval (2001) proporciona o melhor entendimento dessa consciência política das ações dos sujeitos envolvidos nos contextos políticos e sociais. O modelo de Sandoval (2001) para o estudo da consciência política visa contribuir para o entendimento de fenômenos inerentes ao pensamento coletivista e individualista, passando por dimensões da consciência política dos sujeitos. Essas dimensões são aspectos sentimentais e emotivos, que permitem “[...] visualizar as mudanças nas estruturas e relações sociais e como elas afetam a predisposição das pessoas para agirem em defesa de

Desse modo, a *identidade coletiva* pode ser compreendida como um processo de aprendizagem, cujas memórias entrelaçadas e constituídas no passado do sujeito se conecta com os seus projetos futuros (MELUCCI, 1996). De acordo com Silva (2008), a *identidade coletiva* faz o elo entre o passado e presente, retomando a história de cada coletivo presente na vida de um sujeito e sua identificação com as experiências anteriores. Por exemplo, o estudo de Ansara (2008) mostrou como os indivíduos compartilharam laços e identificação social e política com outros indivíduos que vivenciaram a militância política durante a Ditadura Militar. Mesmo que estes indivíduos não tenham convivido entre si diretamente, a experiência da repressão militar retoma o elo entre o passado e presente fortalecendo a história de um coletivo e indicando uma *identidade coletiva*.

As experiências³, conforme ressalta Sandoval (2001), podem ser sociais (ex.: trabalhos voluntários em ONGs), políticas (ex.: manifestação em prol de melhorias urbanas; movimentos sociais), econômicas (ex.: greve reivindicando aumento salarial), culturais (ex.: parte de projetos musicais, festivo, folclórico, de crenças, de dança) e educacionais (ex.: eventos literários, grupos de pesquisa). Desta forma, a *identidade coletiva*:

[...] é o sentimento de solidariedade que permite ao indivíduo desenvolver laços interpessoais que conduzem a um sentimento de coesão social. Essa coesão social permite ao indivíduo se identificar com uma ou mais categorias sociais, reconhecer-se como pertencente a ela(s) e ser reconhecido como pertencentes a ela(s) (SILVA, 2008, p. 410).

A *identidade coletiva* é então compreendida como um sentimento solidário na dimensão da consciência política (SANDOVAL, 2001), ou seja, nesta dimensão o indivíduo se torna capaz de agir coletivamente em prol de benefícios não apenas individuais, mas, sobretudo coletivos. Por exemplo, um indivíduo que busca melhorias para sua comunidade denota “[...] situações que vão construindo no indivíduo a capacidade de se manifestar em prol de seus interesses e também de interesses coletivos, mas construindo um discurso próprio, e não apenas reproduzindo o discurso do outro” (COSTA, 2007, p. 86).

Dando continuidade na caracterização do modelo (Figura 3), também se encontra a dimensão das *crenças, valores e expectativas sociais*. Essa dimensão caracteriza a forma como o indivíduo interpreta sua realidade. As *crenças, valores e expectativas sociais* são baseados na ideologia política e visão de mundo, pois elas se constroem nas relações sociais

³ Cabe ressaltar que os exemplos de cada experiência são de cunho ilustrativo, cujo indivíduo, ao longo de sua vida pode passar por diversos momentos e experiências que podem contribuir para a formação de sua *identidade coletiva*.

cotidianas do indivíduo. As representações que se tem da realidade é um resultado das interações sociais e experiências do indivíduo com os grupos, instituições e contextos em que está inserido (SANDOVAL, 2001).

O indivíduo, ao viver em sociedade, atribui significado a estrutura social e às práticas cotidianas presentes na sua vida, direcionadas as mais diversas finalidades. Sendo assim, esse significado atribuído pelo indivíduo é resultado das interações sociais e experiências vivenciadas pelo próprio sujeito (COSTA, 2007). Portanto, os significados que o indivíduo retém ao representarem a realidade acabam variando de acordo com o contexto, pois ao mesmo tempo em que se sente pertencente ou incluso em categorias e grupos sociais, pode noutra momento, não se sentir mais parte daquelas categorias ou grupos (TAJFEL, 1981). Isso ocorre devido às *crenças, valores e expectativas*, que podem se reconfigurar, dependendo dos resultados de outros atributos que implicam no contexto do sujeito.

É importante ressaltar que as estruturas sociais impõem mecanismos de controle social que restringem os indivíduos à possibilidade de emancipação ou mudança tanto na esfera individual ou social a que pertence. Isso porque, ao ser privado de atuar em espaços participativos e deliberativos devido às restrições impostas no cotidiano (como a rotina diária, o alcance de metas, o consumismo, os padrões de consumo, entre outras) inseridas na sua subjetividade, o indivíduo cessa a possibilidade de uma reflexão crítica, de questionamentos e de uma consciência política que possa proporcionar transformações no sujeito e a ruptura do cotidiano (SILVA, 2002). Por meio de uma releitura das reflexões de Sandoval (2001) apoiadas em Heller (1972), a autora Palassi (2011, p. 138) relata que:

[...] o cotidiano significa continuidade, estabilidade, segmentação, irreflexão, imediatismo, utilitarismo, cristalização, naturalização, alienação e conformismo, estimulando o desenvolvimento de uma *consciência de senso comum*, cuja possibilidade de desenvolvimento está associada à ruptura, para gerar o questionamento e a reflexão.

Esse cotidiano está presente na vida dos sujeitos e funciona como um mecanismo de controle social. Na medida em que é aceito espontaneamente normas sociais e divisões de classes, abre-se a possibilidade de desigualdades sociais e submissão política. Quando se naturaliza o viver rotineiro no cotidiano do indivíduo, as desigualdades e submissões são silenciadas e despercebidas. Nesse cenário, o indivíduo pode ser tornar conformado, pois carece de uma consciência crítica reflexiva, que pode despertar a ruptura do cotidiano e chamar atenção às práticas diárias que fortaleçam a democracia e ponham em destaque os direitos e

obrigações de cidadão, em detrimento de uma consciência de senso comum (SANDOVAL, 1994).

Palassi (2011) sintetiza as ideias de Sandoval (1994) apoiadas nos trabalhos de Berger e Luckmann (1967) e Tilly (1978), ressaltando que a consciência de senso comum é ligada à vida rotineira. É baseada na suposição e na falta de verificação para compreender a realidade, sendo fragmentada, nebulosa e superficial, cujo indivíduo tem identificação de sua classe, mas opta pelo imediatismo. Sandoval (1994) afirma que há nessa consciência de senso comum uma predisposição do indivíduo a evitar conflitos e manterem sua estabilidade da vida diária, evitando a ruptura do cotidiano.

O movimento (anti)privatização pode ser considerado como um elemento de ruptura do cotidiano. Por ser um processo polêmico, a avaliação dos trabalhadores sobre esse processo poderá revelar interesses antagônicos e adversários, que são, segundo o autor, os sentimentos do indivíduo com relação aos seus interesses simbólicos e materiais, em oposição aos interesses de outros grupos, de forma a configurar até que ponto, as divergências de interesses os conduzem a visualizar adversários coletivos em uma sociedade (PALASSI, 2011, p. 139).

Palassi (2011) esclarece alguns elementos do fenômeno estudado que se relacionam com a dimensão dos *interesses antagônicos e adversários* do modelo de Sandoval (2001). Nesta dimensão, os sentimentos que despertam interesses, intenções e direções antagônicas facilitam na identificação de *adversários* políticos, sejam eles grupos ou instituições. A identificação de *adversários* é um elemento central na construção da consciência política, pois mediante a isto torna-se possível mobilizar-se coletivamente de forma coordenada em busca de um objetivo comum (SANDOVAL, 2001). Para tanto, Silva (2007) esclarece que os *interesses antagônicos e os adversários* são ameaças ao movimento social e podem desmobilizar as ações coletivas planejadas. Por isso, é necessária a manutenção de uma constante reflexividade em busca de identificar os adversários corretos evitando promover uma maior visibilidade dos reais adversários em circunstâncias conflituosas.

Diante dos interesses favoráveis e antagônicos pode-se relevar a dimensão da *eficácia política*, sendo o sentimento que um indivíduo tem ao refletir sobre a sua capacidade de intervir e influenciar em uma situação política. Sandoval (2001) se baseia na teoria da atribuição de Hewstone (1989), por meio da compreensão de casualidades de coisas que ocorrem às pessoas. Palassi, Martins e Paula (2016, p. 442), baseando-se nas explicações de Sandoval (2001), relatam que a dimensão da *eficácia política* é a forma

[...] como as pessoas interpretam as causas, circunstâncias e os motivos de situações vividas por elas. Assim, o autor menciona que os sujeitos podem adotar uma postura conformista devido ao sentimento de baixa eficácia política, buscando soluções individualizadas para situações sociais, ou adotando ações individualizadas ou coletivas que lhes permitam tornar-se um ator social.

No contexto das causalidades, ao atribuí-las aos processos de privatização “[...] podem emergir, também, sentimentos de injustiça, que são sentimentos de reciprocidade social entre os atores considerados pelo indivíduo” (PALASSI, 2011, p. 140). Nesta perspectiva, Sandoval (2001) pauta-se no conceito de justiça social de Moore (1987) para dimensionar os *sentimentos de justiça e injustiça*. O principal atributo da justiça social é a reciprocidade entre as obrigações e as recompensas, cujo rompimento dessa reciprocidade provoca situações consideradas injustas que geram descontentamento coletivo tendo por consequência manifestações que legitimam as reivindicações e responsabilizam os adversários (SANDOVAL, 2001).

Nota-se que muitos movimentos sociais se organizam e reivindicam causas baseadas em injustiças sociais. Nesta perspectiva, Ansara (2008) retrata como os sentimentos de injustiça podem impulsionar ações coletivas de pessoas que viveram a repressão da Ditadura Militar no Brasil. A autora afirma que “[...] a identificação com a dor e o sofrimento daqueles que lutaram e se organizaram contra a repressão provocam sentimentos de injustiça, indignação e revolta que podem impulsionar a ação política” (ANSARA, 2008, p. 42). Nessa linha, Costa (2006) relata que um indivíduo, ao perceber que a pobreza, a condição precária e a vulnerabilidade social não são condições naturais – mas que se naturalizaram como controle social – acabam buscando garantias nos direitos constitucionais, legitimando sua ação coletiva e promovendo possibilidades de qualificar sua condição de vida. Essas percepções fazem com que o indivíduo entenda a dinâmica do contexto social inserido e procure transformá-la. Esses exemplos demonstram não somente a ruptura da reciprocidade, como a construção de *sentimentos de injustiças* frente os acontecimentos históricos e condições sociais, o que pode gerar uma conscientização de que é possível encontrar mecanismos que legitimem as reivindicações contra os adversários e gerem transformações. Por isso, é importante identificar os *sentimentos de injustiça*.

Identificar as injustiças quase sempre se faz concomitantemente com a identificação de quem as comete, de quem as promove, a identificação do adversário. O reconhecimento de adversários possibilita que as minorias que sofrem injustiças encontrem estratégias de enfrentamento destes e de superação da injustiça. Identificar a injustiça não se resume em reconhecer a situação, mas implica em reconhecê-la do ponto de vista histórico e, portanto, rememorar e ressignificá-la mediante a luta que remete ao futuro e a um projeto coletivo presente nas metas de ação coletiva (SILVA, 2008, p. 471).

A *vontade de agir coletivamente* remete ao sentimento relacionado com a predisposição em agir coletivamente e ao grau de engajamento do indivíduo com os interesses coletivos. Importante ressaltar que nessa dimensão a disposição de recursos para a participação nas ações coletivas torna-se elemento central. Sandoval (2001) então considera essa dimensão com característica instrumental, baseando nos preceitos de Klandermans (1992). A síntese dessa dimensão é elaborada por Palassi (2011, p. 140) divididas em quatro situações que condicionam a participação na ação coletiva:

- a) relação custo/benefício à lealdade interpessoal; b) relação custo/benefício a lucros percebidos ou a perda de benefícios materiais resultantes do envolvimento nas ações;
- c) riscos físicos percebidos como derivados da participação no movimento devido a condições situacionais; d) avaliação do indivíduo da capacidade de organização do movimento social para implementar ações coletivas propostas.

Para completar, Sandoval (2001) adota a dimensão de *metas e ações do movimento social* para compreender como se dão as formas de atuação nas ações coletivas. Essa dimensão compreende se as metas e propostas pelos indivíduos de determinado movimento convergem com seus interesses coletivos materiais e simbólicos. Além disso, compreende se essas ações propostas realmente condizem com a justiça buscada pelo movimento e se os adversários identificados realmente estão em uma posição que possibilita a ação coletiva, revisitando os sentimentos de *eficácia política* quanto o enquadramento das propostas de ações coletivas do movimento (SANDOVAL, 2001).

Os sentimentos inerentes aos sujeitos que dimensionam a consciência política emergem como fatores que pode fortalecer uma maior reflexão dos atores envolvidos nas ações coletivas contra a privatização. Além disso, ajuda a compreender como se dá o funcionamento da participação nas decisões coletivas, promovendo uma consciência social crítica como rompimento do cotidiano, buscando formar elementos que produzem melhorias para os impactos que o mundo do trabalho sofre e auxiliem na manutenção das conquistas advindas das lutas da classe trabalhadora liderada por sindicatos.

Contudo, o entendimento da consciência política dimensionado por sentimentos que formulam a ação coletiva dos indivíduos, como descrito no modelo de Sandoval (2001) não atribui o papel das emoções na formação da consciência política dos indivíduos predispostos a agirem em ações coletivas. Nesse cenário, Sandoval (2005) propôs a reformulação do modelo integrando as emoções como elemento fundamental para o entendimento e formação da consciência política dos indivíduos (SANDOVAL; SILVA, 2016).

As emoções compõem o sujeito, como resultado de experiências passadas, os *sentimentos emotivos*. As emoções “[...] emergem das experiências vividas dos indivíduos como forma biopsicológica de marcar as experiências na memória da pessoa. Sendo as emoções consequências das experiências” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 46). Nesse sentido, os acontecimentos passados retomados da memória dos indivíduos formulam *sentimentos emotivos* que influenciam o processo de conscientização no presente. Assim, os *sentimentos emotivos* apresentam quatro funções centrais na predisposição dos sujeitos a agirem em movimentos sociais, sendo elas:

- 1) sentimentos emotivos atribuem significância e relevância às pessoas e às experiências do passado do indivíduo; 2) [...] afetam o processo de conscientização influenciando a retenção seletiva na memória de eventos, experiências e pessoas do passado que ganham significados pelas emoções; 3) [...] impactam a sociabilidade entre as pessoas na medida em que influenciam o desejo de se agrupar ou se agregar a outras pessoas ou de não desejar agregar-se ou desagregar-se de algumas pessoas ou grupos; 4) [...] impactam na disposição do indivíduo de agir individual ou coletivamente em parte como consciência de significados emotivos atribuídos anteriormente a eventos, conteúdos ou pessoas (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 47).

Desta forma, o modelo atualizado (Figura 4) elimina a dimensão de *sentimentos de justiça e injustiça* entendendo que “[...] esses sentimentos fazem parte do conjunto de sentimentos emotivos que, de uma forma ou de outra, trazem significados adicionais ao conteúdo dos demais elementos da consciência política” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 48).

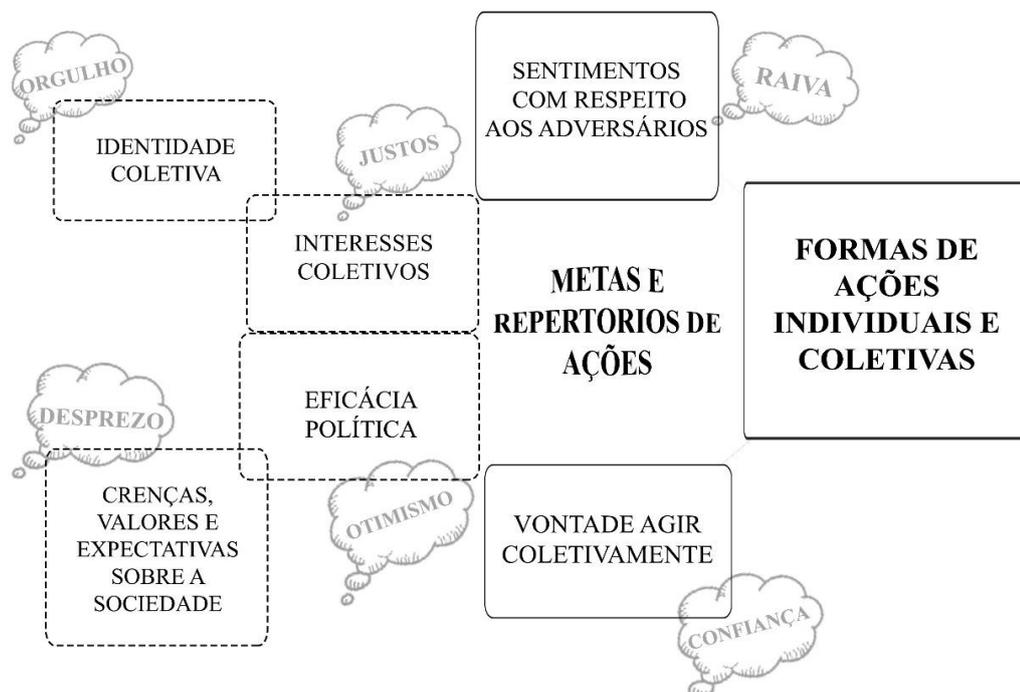


Figura 4. Modelo Analítico de Consciência Política (Atualizado)

Fonte: Sandoval e Silva (2016, p. 48).

Desta forma, os *sentimentos de injustiça*, assim como outros *sentimentos emotivos* inerentes as dimensões da consciência política fazem parte dos significados que os sujeitos criam para cada experiência vivida em sua trajetória. Os *sentimentos emotivos* evidenciados no modelo servem como exemplo didático para entender como eles integram as dimensões da consciência política dos indivíduos. *Sentimentos emotivos* como o orgulho fazem parte de uma relação estreita com a *identidade coletiva* que os indivíduos criam de suas experiências vividas, assim como os *sentimentos emotivos* de confiança que emerge na dimensão da *eficácia política*, entre outros possíveis de se visualizar no modelo atualizado (Figura 4).

Ressalta-se que a participação é um elemento integrado nas dimensões da consciência política, pois na medida em que os indivíduos participam de ações coletivas, os elementos que integram as dimensões da consciência política são influenciados, ou seja, a participação influencia na conscientização dos indivíduos. Por exemplo, indivíduos que participaram ativamente em ações coletivas apresentam possibilidades de criarem uma *identidade coletiva*, assim como diversos *sentimentos emotivos* derivados de experiências participativas passadas e marcadas na história dos sujeitos. Portanto, o elo entre a participação e os sentimentos integrados da consciência política é fundamental não apenas para a compreensão das dimensões, como para o entendimento das formas de ações coletivas que produzem mudanças sociais.

Ao se adotar o Modelo de Consciência Política para compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL, 2001), atualizado em 2005 (SANDOVAL, 2005; SANDOVAL; SILVA, 2016), como marco teórico, busca-se compreender como se configura a consciência política de indivíduos envolvidos em ações coletivas contra a privatização. Razão pela qual se busca compreender os sentimentos de cada dimensão do modelo e os *sentimentos emotivos* derivados das experiências vivenciadas pelos sujeitos, cujas dinâmicas da consciência política podem perpassar diversos dilemas subjetivos dos indivíduos, bem como fortalecer o entendimento de ações coletivas no contexto das privatizações e os desafios a serem enfrentados pelo movimento sindical.

6. METODOLOGIA

Nesta etapa descrevem-se os aspectos metodológicos que foram utilizados, a começar pela abordagem metodológica, bem como os critérios de seleção dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa e suas características elementares, além das técnicas de produção e análise dos dados.

6.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Tendo em vista os objetivos propostos para responder o problema de pesquisa, aplicou-se a abordagem qualitativa, pois nesta abordagem torna-se possível se inserir no mundo dos significados das ações (COLBARI, 2014). Quanto aos objetivos, a pesquisa que se realizou é classificada como exploratória (CRESWELL, 2003), pois visou explorar e aprofundar o conhecimento sobre a consciência política produzida nos sentimentos e emoções inerentes aos indivíduos sindicalistas que participam de ações coletivas em um campo social demarcado pelo contexto das privatizações no Estado do Espírito Santo.

6.2. SUJEITOS DA PESQUISA

Os critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa para produção dos dados foram: (1) sindicalistas que fazem parte atualmente de sindicatos localizados em Vitória (capital do Espírito Santo) que representam trabalhadores de empresas ou setores em processo de privatização no Espírito Santo; (2) sindicalistas que participam de ações coletivas contra a privatização no Espírito Santo e que preferencialmente tenham um histórico de participação em ações coletivas contra a privatização.

O histórico de participação em ações coletivas contra as privatizações é um atributo preferencial para seleção dos sindicalistas, ao considerar-se que a memória dos indivíduos proveniente de acontecimentos históricos, no contexto das privatizações tratado no estudo, são elementos relevantes para a construção de reflexões passadas, emoções e sentimentos que contribuem para a formação da consciência política do sujeito participativo.

A respeito da seleção dos sindicalistas, iniciou-se o contato com os sindicatos que se posicionam contra as privatizações por meio de telefonemas e envio de e-mails. O contato inicial com os sindicatos proporcionou e vem proporcionando o convite diretamente feito às lideranças sindicais de cada sindicato. Nesse sentido, 10 (dez) sujeitos fizeram parte da pesquisa e estão representando cada sindicato elencado. Os sujeitos se dispuseram a participar e colaborar com a pesquisa concedendo entrevista com duração aproximada de 50 minutos.

Para que fosse possível resguardar a verdadeira identidade dos entrevistados durante as análises, adotaram-se codinomes. E ainda, conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 510 de 07 de abril de 2016, os sindicalistas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) para a participação nesta pesquisa. O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em abril de 2018 e teve sua liberação sendo comprovada pelo Parecer Consubstanciado do CEP (Apêndice C). Os dados de caracterização pessoal dos sindicalistas são expostos no Quadro 8 e, em seguida, é apresentado e fundamentado o método de produção de dados escolhido.

Quadro 8. Caracterização dos sujeitos que foram entrevistados

Sindicalistas	Sindicato representado	Sexo	Idade	Tempo militância	Nível de instrução	Emprego
Nara	SINDSAÚDE	Fem.	31	4 anos	Pós-Graduação MBA em Gestão de Saúde e Adm. Hospitalar	Técnica em Imobilização Ortopédica
Geovani	SUPPORT/ES	Masc.	56	25 anos	2º Grau Completo	Trabalhador Portuário Avulso
Nuno	SINASES	Masc.	31	7 anos	Superior Completo	Assistente Social
Marcos	SINDIBANCÁRIOS	Masc.	57	20 anos	Graduação em Jornalismo	Bancário
Andreia	SINTECT/ES	Fem.	44	7 anos	Pós-Graduada	Carteira
Euzébio	SINDIUPES	Masc.	50	19 anos	Graduação em Filosofia	Professor de Filosofia
Hamann	SINDIPETRO	Masc.	42	5 anos	Pós-Graduado Gestão e Supervisão	Coordenador/Técnico Operação
Wander	SINDASPES	Masc.	47	7 anos	Graduação em Direito	Agente Penitenciário
Jeferson	SINTUFES	Masc.	56	20 anos	Superior e Pós Gestão Pública	Assistente Administrativo
Estevão	SINDAEMA	Masc.	36	9 anos	Superior em Administração	Administrador

Fonte: Elaboração própria com base nas informações de campo.

6.3. PRODUÇÃO DOS DADOS

Para a compreensão da trajetória de luta dos sindicalistas nos processos de privatização e o entendimento do funcionamento das ações coletivas contra as privatizações no Espírito Santo, bem como a compreensão de como se configura as dimensões da consciência política dos sindicalistas, foram realizadas entrevistas individuais, com roteiro semiestruturado (Apêndice A), pois segundo Gaskell (2000, p. 65): “[...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos”.

Espera-se que este trabalho seja um diagnóstico que possa gerar reflexões visando melhorar a efetividade das ações coletivas contra os possíveis impactos negativos que as privatizações podem causar no mundo do trabalho vivenciado pelos sujeitos estudados. Desse modo, as informações alcançadas com as análises serão apresentadas aos sindicalistas participantes ao final do processo institucional de defesa pública da Dissertação.

6.4. ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar os dados utilizou-se a Análise de Conteúdo (AC), caracterizada por “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, por meio de conhecimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo, indicadores que permitem inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dos textos” (BARDIN, 2006, p. 42).

Por sua vez, Bardin (2006) destaca que o método, na Análise de Conteúdo, se inicia pela organização da análise. Nesta fase, é importante que se inicie com uma pré-análise do conteúdo produzido, para que depois possa ser realizada uma exploração do material, tratar os resultados obtidos e interpretá-los à luz da fundamentação teórica. Além disso, Bardin (2006) orienta que a Análise de Conteúdo seja realizada por um conjunto de categorias analíticas que auxilie na melhor organização dos dados produzidos para a posterior análise, interpretação e discussão.

Essas categorias de análise podem ser construídas tanto *a priori* quanto *a posteriori* (BARDIN, 2006). Adotou-se, portanto, categorias *a priori* com base nas dimensões do Modelo Analítico da Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016). Bardin (2006, p. 118, *grifo*

do autor) dá base para essa escolha metodológica ao afirmar que na “[...] análise de conteúdo, a mensagem pode ser submetida a uma ou várias *dimensões* de análise”. Dessa maneira, Bardin (2006) orienta que as categorias construídas *a priori* devem fornecer um sistema de categorias coerente com a teoria utilizada e interagir da melhor maneira possível com os elementos elucidados a partir de um marco teórico estabelecido.

Dentro desta perspectiva metodológica, os dados obtidos pelas entrevistas foram categorizados de acordo com as dimensões do Modelo Analítico da Consciência Política (SANDOVAL; SILVA, 2016), a fim de analisar como se configura a dinâmica das dimensões da consciência política dos sindicalistas. Os elementos implícitos nas falas dos sujeitos que emergiram e envolveram as dimensões da consciência política, derivadas de ações, emoções, comportamentos e manifestações notadas, foram interpretadas e categorizadas nas sete dimensões estabelecidas do modelo, sendo elas:

Quadro 9. Dimensões da consciência política e categorias de análise.

Dimensão do modelo de Consciência Política	Categoria de análise (Subcapítulos)
Identidade Coletiva	7.1) As dinâmicas da identidade coletiva dos sindicalistas contra a privatização
Crenças, Valores e Expectativas sobre a Sociedade	7.2) Para além das bases: uma luta pela mudança na esfera social
Interesses Coletivos; Sentimentos com Respeito aos Adversários	7.3) Os interesses latentes em torno da privatização: privatizar para quem?
<i>Interesses Coletivos</i>	<i>7.3.1) Interesses latentes e recursivos em torno da privatização</i>
<i>Sentimentos com Respeito aos Adversários</i>	<i>7.3.2) Grupos sociais injustiçados pela privatização</i>
Eficácia Política	7.4) Eficácia das ações coletivas contrárias a privatização: a busca por uma maior conscientização e mobilização dos trabalhadores e da sociedade
Vontade de Agir Coletivamente; Metas e Repertórios de Ações	7.5) Resistência e enfrentamento a privatização: os desafios para a construção de um movimento antiprivatização no Espírito Santo
<i>Vontade de Agir Coletivamente</i>	<i>7.5.1) Engajamento nas ações coletivas contra a privatização</i>
<i>Metas e Repertórios de Ações</i>	<i>7.5.2) Estratégias de mobilização e os indicativos de um movimento antiprivatização no Espírito Santo</i>

Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se que as dimensões não são hierárquicas, ou seja, não existe uma mais importante que outra. Porém, para fins didáticos, são expostas separadamente no referencial teórico, embora interajam entre si, mostrando a reflexão do sujeito quanto à decisão de participar de uma ação individual ou coletiva (PALASSI, 2011). As categorias de análise apresentam de maneira dinâmica as interações destas dimensões da consciência política, bem como os elementos pertinentes do fenômeno da privatização que fazem parte da análise.

7. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa empírica realizada no estudo, baseada em entrevistas com sindicalistas, buscou contribuir para a compreensão da dinâmica da consciência política face ao tema das privatizações e os impactos no mundo do trabalho. Possibilitou também aferir sobre as motivações, emoções e sentimentos que direcionam as ações destes atores a participarem contra a privatização. Os relatos feitos pelos sindicalistas demonstraram interesse em contribuir para a compreensão e esclarecimento da posição do sindicato contra a privatização, sendo valiosos, sobretudo ao emanar fundamentos coerentes e comparáveis.

Diante disso, dividiram-se as análises em cinco capítulos, iniciando com as análises das entrevistas à luz do marco teórico utilizado neste trabalho, o Modelo de Consciência Política para compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL; SILVA, 2016) para compreender a participação dos sindicalistas nas ações coletivas contra a privatização.

Aborda-se inicialmente a *identidade coletiva* dos sindicalistas contra a privatização. Logo depois, apresenta-se a dimensão das *crenças, valores e expectativas sobre a sociedade*, indicando que a luta contra a privatização está além das bases trabalhistas. Em seguida, as dimensões *interesses coletivos e sentimentos com respeito aos adversários* se juntam em um capítulo (sendo divididas em subcapítulos) para buscar apresentar, por um lado, os *interesses* latentes em torno da privatização, e por outro lado, os *sentimentos de injustiça* gerados pelos impactos que os *interesses antagônicos* causam.

A *eficácia das ações políticas* dos sindicatos frente às políticas privatizadoras é observada no capítulo seguinte, em que a conscientização e mobilização dos trabalhadores e da sociedade são centrais para as ações coletivas. Por fim, as análises se encerram apresentando as formas de mobilização, ou seja, a resistência e o enfrentamento da privatização organizado pelos sindicalistas entrevistados (*vontade de agir coletivamente e metas e repertórios de ações*), buscando trazer diagnósticos e possibilidades para os desafios de se organizar um movimento antiprivatização no Espírito Santo e atingir resultados efetivos nas ações coletivas e na atuação sindical como um todo.

7.1. AS DINÂMICAS DA IDENTIDADE COLETIVA DOS SINDICALISTAS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

A *identidade coletiva* do movimento sindical, o engajamento dos sindicalistas nas lutas trabalhistas e a participação em ações coletivas contra a privatização fazem parte de um arranjo institucional-organizativo que busca obter poder de mudanças na estrutura social e trabalhista desigual que se desenvolveu no Brasil, e que vem aumentando gradativamente. As possibilidades de mudanças sociais, a busca por uma continuidade nas políticas sociais e trabalhistas e as possibilidades de mudanças das políticas privatizadoras, sem dúvidas, surgem da resistência, do enfrentamento e da participação sindical e de movimentos sociais.

Ações coletivas contra a privatização promovidas pelos sindicatos fazem parte de uma pauta de reivindicações que os sindicalistas reúnem junto a sua base, reposicionando assim as direções e a *vontade de agir coletivamente*. Em face das vitórias ou derrotas, a *eficácia política* das ações coletivas contra a privatização sem dúvidas contribui para o maior engajamento dos sindicalistas no curso da participação política. Nesse aspecto, o poder de mudança que os sindicatos vão conferindo são consequências de sua participação nos espaços sociais e políticos e de suas conquistas. Desse modo, o poder suficiente para promover transformações sociais e trabalhistas e combater políticas privatistas perversas é possível de ser alcançado, mas para isso é preciso superar obstáculos e travar batalhas contra as forças do capital.

Reunir elementos suficientes que compunham uma etapa organizativo-participativa dos sindicalistas que possam provocar mudanças nas políticas de privatização requerem uma *identidade coletiva* em torno dessas questões. Como situa Silva (2008) a *identidade coletiva* em face de uma causa é construída por sentimentos de pertença, compaixão, solidariedade e desejo de mudar elementos que injustamente afetam indivíduos de um grupo ou categoria social a qual o sujeito se sente pertencido.

Não existe uma motivação única e exclusiva para se identificar e participar junto ao movimento sindical, haja vista que o sindicalismo não tem apenas uma corrente ideológica, tampouco formas elementares e padronizadas de ação. No entanto, quando a atenção se volta para um sindicalismo “contrário”, combativo, de resistência e enfrentamento à privatização, percebe-se motivações, sentimentos e concepções comuns inexoravelmente emanadas da injustiça social. Claro que para se chegar ao ponto do enfrentamento a toda essa poderosa engrenagem que é o movimento privatizador, o sindicalista passa por uma construção subjetiva

constituída na sua trajetória de vida (e no trabalho), proporcionando uma *identidade coletiva* com as causas defendidas pelo sindicato em que busca participar.

A constituição de um sujeito sindicalista que tem uma *identidade coletiva* contra a privatização é motivada por várias questões e situações. A Figura 5 demonstra, por intermédio dos resultados empíricos, as experiências, características, concepções e ações que motivam a constituição de um sujeito engajado na luta contra a privatização e sua *identidade coletiva*, destacando primeiro uma dimensão geral que caracteriza o sujeito, e de forma específica voltada para uma *identidade coletiva* em torno da concepção contrária a privatização.

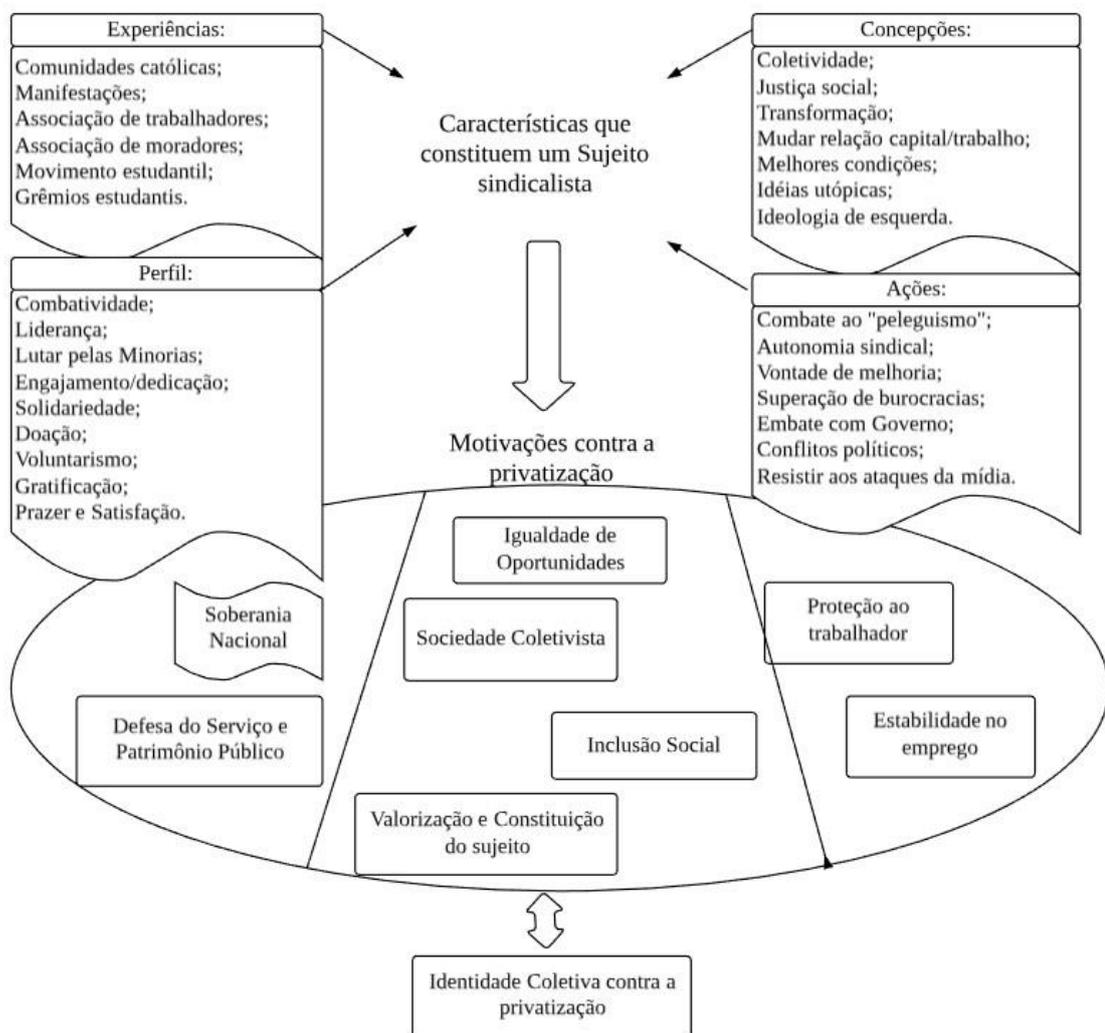


Figura 5. Formação da *Identidade coletiva* contra a privatização
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados produzidos nas entrevistas.

Uma das características mais marcante na *identidade coletiva* de um sindicalista é o coletivismo estampado no seu ideário de sociedade e atuação política. Tal como foi demonstrado no estudo de Palassi (2011), o qual revelou que a consciência coletivista dos sindicalistas é formada por valores que expressam um pensamento voltado para resoluções dos

problemas coletivos da classe que defende ou até mesmo com a sociedade. Uma das falas retrata bem esse sentimento de coletividade:

[...] ser sindicalista é ser sonhador sempre, é acreditar que nós somos capazes de desenvolver um trabalho em prol da coletividade, em busca de uma condição de vida melhor. Ser sindicalista é ser altamente comprometido com as causas sociais e do trabalho. Ser sindicalista é, muitas vezes, ter que abrir mão das suas aspirações pessoais [...] até no quesito família. Não tem outra razão de você lutar por algo melhor se não for *pra* atender e melhorar a vida das pessoas (MARCOS, 2018).

Algumas experiências do passado vivenciadas pelos sindicalistas corroboram para essa concepção coletivista, pois como se observa na Figura 5, a participação em espaços políticos e coletivos mostrou-se uma premissa importante para os primeiros vislumbres de atuação na militância sindical. As igrejas e as comunidades de base que ali se constroem têm um viés muito voltado para o meio social, despertando desejos de mudanças e transformações na sociedade. Outros espaços organizativos como o movimento estudantil universitário e os grêmios estudantis são experiências de participação política que despertam esse ideário de coletividade no sujeito. A participação em associações de moradores motiva os sujeitos a lutar pela defesa de direitos, e as manifestações despertam emoções e *vontade de agir coletivamente* em prol de mudanças sociais. Todas essas experiências colaboram para uma concepção coletivista de sociedade.

Essas experiências vivenciadas pelos sindicalistas em espaços coletivos ao longo de suas vidas contribuíram para que uma *identidade coletiva* fosse formada, indo de encontro ao que levanta Sandoval (2001). O autor afirma que experiências de vida em espaços sociais, políticos, culturais entre outros, reforçam a *identidade coletiva* do sujeito frente aos eventos que ocorrem na sua vida cotidiana. Ao reforçar uma *identidade coletiva* com uma ou mais causas, Sandoval (2001) reitera que o sujeito passa a se tornar atuante e busca transformar a sua realidade e a realidade da coletividade que representa ou faz parte. Ter experiências em espaços políticos conduz o indivíduo a compreender e reivindicar melhorias urbanas, por exemplo. Da mesma maneira, reivindicar verbas e editais para eventos culturais exige indissociavelmente que o sujeito faça parte e compreenda a cultura que deseja manifestar.

Nesse sentido, a *identidade coletiva* se constrói a partir do passado e das experiências vivenciadas pelo sujeito, bem como suas vivências no presente (ANSARA, 2008), em que conduz os sujeitos a tomarem decisões visando transformação e conquistas (SANDOVAL, 2001). Nessa perspectiva, as experiências de vida em espaços políticos e coletivos relatadas pelos sindicalistas contribuíram não apenas para o desenvolvimento de algumas características,

como a liderança, a combatividade e o engajamento no movimento sindical, como também reforçaram a formação de uma *identidade coletiva*, fazendo elo entre o passado e o presente. Isso porque, conforme destaca Melucci (1996), a *identidade coletiva* é um processo de aprendizagem, cujo passado (memórias) do sujeito se conecta com o futuro (projetos).

A *identidade coletiva* dos sindicalistas exige que eles tenham solidariedade, se doe pelas causas sociais e trabalhistas e tenha voluntarismo, pois o sindicalismo não é sinônimo de enriquecimento monetário, mas sim uma luta diária e constante de manutenção de direitos e busca por conquistas, bem como afirma a sindicalista Andreia (2018), que mesmo com dificuldades na luta diária do sindicato, “ninguém aqui [no sindicato] visa lucro, visa nada disso, enriquecimento, nada disso”.

Foi notório que os sindicalistas entrevistados se mostraram gratificados pela luta, se sentem úteis nos espaços em que atuam, e sentem prazer e satisfação pelas suas conquistas. Lutar pelas minorias também é um pressuposto importante na *identidade coletiva* do movimento sindical, cujas causas coadunam com as concepções de busca por justiça social, transformação social e melhores condições de trabalho, sobretudo para trabalhadores negros, LGBTQI+, deficientes, entre outras minorias. Como reforça o sindicalista Jerferson (2018), reforçando que a luta no movimento sindical “É doação. Você tem que se doar, você tem que ser um voluntário *pra* essa transformação social. Um voluntário para lutar por direito. Nem sempre esses direitos vão ser direitos seus, mas temos que lutar pelas minorias, como os gays, negros e mulheres”.

Os sindicalistas mostraram uma *identidade coletiva* estreitamente solidária pela luta das minorias. Essa solidariedade é apontada por Silva (2008), cujo sentimento de solidariedade presente na *identidade coletiva* de um sujeito permite desenvolver laços interpessoais. Ou seja, os sindicalistas, ao se solidarizarem por outras causas, como de minorias políticas que não têm poder de decisões no cenário político-institucional, proporcionam um sentimento de coesão social e, ao mesmo tempo em que podem sentir-se pertencentes a elas, também são reconhecidos como pertencentes a elas pelos integrantes de outros movimentos sociais.

Outra característica importante na *identidade coletiva* dos sindicalistas entrevistados é a busca por mudanças na relação capital/trabalho, sendo considerada uma concepção central dos sindicalistas, e essa concepção dialoga fortemente com uma ideologia de esquerda e com ideias utópicas. Em primeiro lugar, o espectro político da esquerda surge no desejo de mudança

e transformação, bem como da possibilidade de ultrapassar esse liberalismo que hegemoniza as práticas econômicas e dificulta a possibilidade de democratização das relações trabalhistas no Brasil. Essas mudanças, nas palavras de Martins (2005), se tratam de mudanças históricas, de caráter evolutivo e emancipatório, em que

[...] não se pode esperar que essa tarefa venha a ser realizada pelas forças de direita ou de centro. É uma tarefa que, por definição, só pode ser assumida pelo pensamento de esquerda. E, para que a esquerda possa se mover e se encaminhar nessa direção, só há um meio disponível: o caminho da crítica e da autocrítica, da esquerda, pela esquerda e em nome de uma futura esquerda, menos subdesenvolvida, que não deixe tanto a desejar (MARTINS, 2005, p. 23).

Em segundo lugar, as ideias utópicas emergem de um “[...] componente essencial da práxis cotidiana. Não existe movimento social ou ação histórica sem algum lastro de idealização, e diríamos mais, sem uma base emocional que coloque em funcionamento um poder de imaginação” (ALVES, 2002b, p. 2). A idealização de uma luta por mudanças históricas excede os interesses privados. A satisfação alcançada pelas conquistas decorre tanto dos benefícios materiais, quanto simbólicos. “A identificação com o ideário da empresa, em busca do desempenho corporativo e da mera adaptação à ordem do capital tende a esvaziar o lastro utópico e político do sindicalismo” (ALVES, 2002b, p. 4). A mobilização sindical gira em torno de uma esperança, cuja perda da capacidade de idealização de projetos utópicos é inversamente proporcional ao fortalecimento da *identidade coletiva* com o movimento sindical.

Sendo assim, a mudança da relação capital/trabalho está estritamente ligada a atuação do sindicato e desafia as naturalizações históricas das relações de trabalho no Brasil. Entende-se que a mudança dessa relação é um processo, e que se inicia na luta por melhores condições trabalhistas e sociais. Dentro desse contexto de ruptura, a Figura 5 apresenta algumas ações norteadoras da dinâmica do movimento sindical, pois a *identidade coletiva*, de acordo com Melucci (1996), também parte da capacidade de um ator coletivo reconhecer os efeitos das suas ações e atribuir significado e importância a essas ações. Na vivência dessas ações, duas condições se mostraram importantes na atuação dos sindicalistas: o engajamento/dedicação; e a coragem para se expressar. As ações fazem parte tanto da vida pessoal quanto da vida militante. Uma vez que o ingresso no movimento sindical proporciona uma politização do sujeito, bem como a interação com os acontecimentos políticos, os embates cotidianos com o senso comum acabam se tornando cada vez mais frequentes, inclusive com a própria família e círculos de amizades mais próximas.

O Brasil passa, como já dito anteriormente, por um processo em que todas as dimensões da vida foram politizadas. Todas as escolhas (sobretudo imersas no campo político) são questionáveis (CARDOSO, 2015). Para tanto, questionar escolhas subjetivas, ou opiniões contrárias, tendo a aversão à crítica como condição e o senso comum como base, acaba se tornando um campo “fértil” de desentendimentos e conflitos.

[...] acho que ser sindicalista hoje é mais difícil! Tem discriminação, tipo, na família, tem discriminação dos amigos antigos [...] e é complicado, por que você *tá* toda hora brigando com alguém *né?* Toda hora discutindo com alguém, toda hora... Fora assim, as partes *de, de*, de ameaças que você sofre bastante também, quando você entra mais firme, mais atuante, dependendo da situação que você tiver lidando. É complicado! (NARA, 2018).

Além desses conflitos na vida pessoal, alguns conflitos e embates institucionais na militância são perceptíveis, como por exemplo, o combate ao peleguismo e a vontade de melhorar a estrutura organizacional do sindicato, a despeito da crítica. O combate ao peleguismo é enfatizado pelo sindicalista Nuno (2018), afirmando que a sociedade apenas se aproximará dos sindicatos “[...] quando a gente [sindicatos] quebrar o paradigma que sindicato é pelego”. Os embates com as estruturas governamentais são constantes, sobretudo na esfera jurídica em que o sindicato se faz bastante atuante. A vontade de melhorar a estrutura organizacional do sindicato também passa pela superação de burocracias. A sindicalista Andreia (2018), relata que para viabilizar as atividades do sindicato foi preciso muita boa vontade dos integrantes da chapa para reerguer o sindicato dos Correios, pois a estrutura estava com problemas de ordem financeira, política, administrativa e estrutural.

A intenção nessas ações relatadas pela Andreia (2018) de reorganizar o sindicato, foi indubitavelmente, no intuito de atender aos interesses da classe que estava “abandonada”, nas palavras da sindicalista, demonstrando dessa forma um sentimento de solidariedade com a categoria que representa. Essas ações apenas são possíveis de se concretizar uma vez que o engajamento/dedicação do sindicalista em melhorar a estrutura da organização está presente. O engajamento sindical transforma a subjetividade e a forma como exercem suas atividades militantes. “O engajamento é visto como um processo dialético ao longo do qual os atores moldam a organização do mesmo modo em que são moldados por ela” (YON, 2016, p. 1062).

A resistência aos ataques da mídia, que distorce a realidade do movimento sindical e da sua relevância frente o cenário trabalhista no Brasil, também são ações que complementam as características de um sindicalista. A aparição dos sindicatos nos meios de comunicação tradicionais é mínima, além de ser quase nula nos canais com maior audiência da TV aberta no

Brasil. Os debates que surgem na mídia pouco ouvem a voz dos sindicatos, a não ser alguns ilustres programas alternativos e críticos ao *status quo*. Por isso, o sindicato tem sempre um caminho mais longo e cansativo para poder disseminar suas práticas e seus ideais, e isso se perdurará enquanto a mídia brasileira não democratizar suas práticas. Alguns relatos corroboram essa questão, como na fala de Geovani (2018): “[...] a estrutura midiática, *ela* esconde muito a verdade, o resultado daquilo que está se propondo, e muitas vezes o trabalhador não tem essa compreensão”.

Euzébio (2018) atribui que a mídia tem uma intenção perversa de desqualificar as ações dos sindicalistas e do movimento em si, de distorcer tudo que há nos seus objetivos.

[...] *pra* você conseguir mobilizar as pessoas *pra tá* participando de qualquer movimento, você tem um esforço muito maior de convencimento, porque por outro lado você tem toda a intenção perversa da mídia *né?* De desqualificar as ações dos sindicalistas e do movimento em si, de distorcer tudo que há nos nossos objetivos, nas nossas buscas, do que a gente pretende (EUZÉBIO, 2018).

Na mesma perspectiva, para o sindicalista Nuno (2018):

A mídia tem um papel importante, mas de importância negativa para o meio sindical. Porque a mídia pintou que sindicato é vagabundo! Que sindicato é corrupto! Fez um paradigma com essa questão [...] Essa mídia cria estereótipo, *mediatismo*, esse *trem garrado* dentro da gente, que vai demorar um tempo *pra* gente quebrar isso (NUNO, 2018).

Esses conflitos e embates dos sindicatos com outras instituições se formam na busca por recursos materiais e simbólicos. Manter a estrutura organizacional do sindicato em pleno funcionamento, combater os sindicatos pelegos, superior as burocracias, enfrentar a mídia e procurar alternativas comunicacionais fazem parte de um conflito entre os sindicatos e outros atores sociais. Na visão de Melucci (1996), todo conflito que transgrida um sistema de regras compreendido por um ator social como condição plena de atuação política coletiva, tratando tanto de recursos materiais quanto simbólicos, é um conflito de identidade.

Dando continuidade aos elementos constantes na Figura 5 que contribuem para a compreensão da *identidade coletiva* dos sindicalistas entrevistados, observa-se que a autonomia sindical diz respeito à capacidade do sindicato manter-se crítico e atuante de maneira legítima, sem que necessite de outras instituições delegando suas atribuições, tal como ocorreu fortemente na Ditadura Militar, bem como no sindicalismo que a antecedeu. Além disso, o sindicato busca sua autonomia na dissociação dos partidos políticos, como expressa Marcos (2018), enfatizando a necessidade de os sindicatos disporem de gestão própria, não financiar partido político financeiramente, não instrumentalizar nem aparelhar. Para Marcos (2018), não

há problema no apoio a algum partido político ou convergência ideológica. Mas a dissociação institucional do sindicato para com algum partido político proporciona a capacidade e a legitimidade de criticar as decisões políticas tomadas pelos partidos que contrariam as concepções sindicais e as defesas dos direitos sociais e trabalhistas.

Eu defendo que os sindicatos *tenha* uma atuação independente de partido. Separar militância partidária de militância sindical, porque nós temos uma base diversa, e nós somos representantes dessa base diversa *e* temos que lutar a favor do interesse dos trabalhadores. A partir *dai* você avança para outras coisas. Tem que ter diálogo, tem que ter coalizão quando possível, mas não pode se misturar, não pode atrelar [aos partidos políticos] (ESTEVÃO, 2018).

Portanto, a busca pela autonomia sindical parte de questões institucionais, não propriamente de escolhas políticas pessoais, e reforçam a *identidade coletiva* do sindicato. Além disso, a autonomia se concentra muito na capacidade de representar sua base numa perspectiva política sindical, e não de uma perspectiva política partidária. Em seu estudo, Yon (2016) percebeu que os sindicalistas não fazem política partidarizada no sindicato, mas essa condição não os impedia de ter opiniões políticas divergentes ou participarem de algum partido político. Esse esclarecimento do estudo de Yon (2016) reforça a opinião que o Estevão emitiu anteriormente.

Essas experiências dos sindicalistas, bem como suas concepções, ações e o perfil que se construiu ao longo de suas vidas preenchem algumas características que constituem um sujeito sindicalista, como é ilustrado na Figura 5. Nesse ponto, essas características formulam premissas fundamentais para que algumas motivações surjam e formem uma *identidade coletiva* contra a privatização. Conforme a Figura 5, algumas motivações são apresentadas e compõem-se como sentimentos e emoções construídos ao longo da militância sindical. Alguns lemas foram reunidos nas campanhas de conscientização dos sindicatos entrevistados, retratando em suas mensagens emoções e sentimentos que mostram uma *identidade coletiva* contrária à privatização.

“Não vamos abrir mão do nosso patrimônio!”

“BANESTES: Esse BANCO é da NOSSA CONTA”

“Defender os Correios é defender o Brasil. Se é público, é para todos!”

“Soberania do Brasil à venda: destruição do serviço público e privatização das universidades!”

“O Petróleo é do povo brasileiro!”

“Defender as empresas públicas é defender o Brasil”

Para os sindicalistas entrevistados, as estatais são patrimônio do povo brasileiro, foram construídas com recursos públicos, dos trabalhadores e trabalhadoras, e cada uma delas tem uma função social a cumprir diante de um país com tantas desigualdades. Para o sindicalista Hamann (2018): “Valorizar a Petrobras é valorizar o patrimônio público brasileiro e reforçar a soberania nacional, contribuindo para o desenvolvimento econômico, cultural e social do Brasil”. Na sua visão, Hamann (2018) acredita que “[...] privatizar faz mal ao Brasil e é preciso defender o patrimônio da nação”. Para a Andreia (2018), o Correios público e de qualidade é um direito de todo o brasileiro, e argumenta dizendo que: “[...] misturar interesse pessoal com patrimônio público é, além de tudo, crime”.

Nas mensagens (lemas) é possível também sentir um forte lastro de emoções em defesa do serviço público, do patrimônio público e da soberania nacional, como também emoções voltadas para o coletivo, tanto para a proteção dos trabalhadores quanto para a sociedade como um todo. A sindicalista Nara (2018) deixa clara a atenção do seu sindicato para a proteção dos trabalhadores que têm contratos temporários, que são aqueles terceirizados. Para ela, os terceirizados “[...] têm um vínculo muito fragilizado, qualquer coisa eles são mandados embora. Não gostou, tchau! Não gostou do que você disse, vai embora. Então acho que foi um passo importante que nós demos [defender os terceirizados], que foi bom que respaldou a gente”.

Esse sentimento protetivo surge da premissa de que privatização torna o vínculo empregatício fragilizado (GARRIDO-PINZÓN; BERNARDO, 2017). Por isso, a luta contra a privatização, na visão da Nara (2018), passa tanto pela defesa dos empregados mais vulneráveis, quanto a busca pela estabilidade no emprego, bem como atuam os sindicalistas Nuno (2018) na esfera governamental, reivindicando mais concursos públicos por entenderem que a terceirização torna o trabalho precarizado, gera vulnerabilidade aos empregados e diminui a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Os relatos de Nuno (2018) corroboram: “As nossas reivindicações, é: Não privatização! Não privatização. Abertura de concurso público e desburocratização do sistema público”.

A *identidade coletiva* contrária à privatização também diz respeito às questões sociais e de desigualdade do país. Ter uma *identidade coletiva* contra a privatização é compreender a sociedade numa perspectiva coletivista e defender essa causa, sobrepondo em algumas situações os interesses coletivos acima dos interesses individuais.

[...] nós somos contra as privatizações não apenas com interesse corporativo, como emprego ou melhores condições de trabalho – também por isso, mas não é só isso. Só

isso é muito pouco! Nós somos contra a privatização por entender que a privatização vai piorar a qualidade de vida, do serviço, não só da corporação, mas do conjunto da sociedade. Ela vem *pra* botar água no *moinho* da acumulação para poucos (MARCOS, 2018).

Para o sindicalista Euzébio (2018) [...] a privatização tem como ótica gerir seus negócios na perspectiva de poder gerar mais lucro no futuro”. Essa perspectiva mostra que a possibilidade de inclusão social e a igualdade de oportunidades para a sociedade (tanto trabalhadores quanto usuários dos serviços públicos) são mitigadas, pois a competição tende a priorizar grupos mais privilegiados da sociedade brasileira tão desigual. Para Jeferson (2018), essas proposições [...] tiram a capacidade de constituirmos uma sociedade mais pensante, crítica, emancipada e valorizada, tendo o sujeito como ponto central”.

Portanto, ser contra a privatização é uma condição que muitas vezes pode se alterar dependendo do contexto. Porém, ter uma *identidade coletiva* contra a privatização é internalizar uma série de emoções e sentimentos de defesa do que é público, do povo, e que pertence a sociedade brasileira. *Identificar-se coletivamente* contra a privatização é fazer parte de todo um contexto laboral e social que engloba discussões políticas, econômicas, sociais e culturais que conscientizam os sindicalistas acerca da realidade em torno dos interesses por trás da privatização e dos impactos que ela causa ao mundo do trabalho.

De acordo com Sandoval e Silva (2016, p. 39, **grifo nosso**), a *identidade coletiva* é o momento em que “[...] o indivíduo escolhe a prioridade para focar sua **lealdade e solidariedade** em relação a uma categoria social específico no processo de se tornar um ator mais politizado”. Partindo dessa fundamentação, observou-se que a *identidade coletiva* contrária à privatização dos sindicalistas entrevistados apresenta sentimentos de solidariedade que vão além das bases representadas. Puderam-se perceber sentimentos de solidariedade com os trabalhadores que têm vínculos empregatícios mais fragilizados, ao entenderem que a privatização impacta em um primeiro momento essa categoria de trabalhadores. Além desses, sentimentos solidários com minorias políticas e com usuários dos serviços públicos, como serviços de saúde, educação e saneamento, também emergiram nos relatos dos entrevistados.

Já a lealdade se relacionou com as emoções que a *identidade coletiva* dos sindicalistas contempla. Sentimentos emotivos como: orgulho de fazer parte do serviço público; defender o patrimônio e o serviço público; as estatais pertencerem a sociedade brasileira; manutenção da soberania nacional do Brasil; foram alguns sentimentos emotivos que caracterizaram a *identidade coletiva* dos sindicalistas. Foi possível notar uma *identidade coletiva* coesa entre os

sindicalistas, cujas concepções contrárias a privatização os levaram a mostrar que têm interesses semelhantes. Além disso, ao se posicionarem contra a privatização, os sindicalistas mostraram que o conhecimento do movimento privatizador, das práticas governamentais para efetivar os processos de privatização, bem como os caminhos para a proteção da classe trabalhadora requer uma forte resistência do movimento sindical não apenas com uma *identidade coletiva* coesa, mas, sobretudo uma forte atuação política.

7.2. PARA ALÉM DAS BASES: UMA LUTA PELA MUDANÇA NA ESFERA SOCIAL

O sindicalista, ao se posicionar contra a privatização, já preestabelece uma condição identitária e característica da sua luta trabalhista. E ainda, ao *crer* que a privatização não é a solução necessária, incorpora o debate do fenômeno nas suas concepções. A partir disto, os *valores* presentes nas causas defendidas e nas ações estabelecidas modificam a forma em que o sujeito ver o mundo. Suas *expectativas*, o modo como enxerga a sociedade (e as injustiças) se modifica, na medida em que a defesa dos interesses do trabalhador e da sociedade se tornam eminentes.

É neste contexto que os sindicalistas entrevistados compreendem que a luta contra a privatização está além das bases, ao considerarem que esta não atinge somente o mundo do trabalho, mas todo o conjunto da sociedade. Os sentimentos que modelam as suas *crenças* não são outros, se não pautados em aspectos negativos que a privatização proporciona, tanto ao meio social quanto ao laboral. O sindicalista Nuno (2018), quando questionado sobre suas *crenças*, relata com muita ênfase: “Eu não creio, eu não acredito que a privatização seja a solução *pra nada!*”. Para ele, serve como “cabide de emprego e privilégios” que retira a oportunidade da construção da carreira de um indivíduo e deteriora as condições de trabalho, além de usurpar a função pública da organização outrora estatal. Compartilhando a mesma *crença*, o sindicalista Geovani (2018), realçando o setor portuário, relata:

Eu não tenho nenhuma visão clara de que a privatização dos portos, *só ela*, traz a qualidade, a produtividade como *eles* [adversários] dizem. Porque isso está ligado à oportunidade de formação, treinamento, da habitação, *tá* ligado a valorização do homem [do ser, do sujeito], e a gente não ver isso nas privatizações *né?* [...] Então a gente ver que a privatização, *pra* nós nos portos, nada mais é do que apenas segmentar a condição que *alguns* do setor do capital têm, para ampliar seus negócios em detrimento de toda a sociedade. Enriquece alguns e empobrece a maioria (GEOVANI, 2018).

Existe uma *descrença* na privatização, e essa *descrença*, para o sindicalista Marcos (2018) é reflexo do sistema capitalista. “O sistema capitalista para manter-se hegemônico, sistematizado e integrado, necessita de uma contínua acumulação. É da natureza dele a acumulação do capital”. Podem-se inserir como exemplo dois mecanismos que surgem para auxiliar essa demanda acumulativa: (1) a exploração de recursos naturais e; (2) a privatização. A exploração de recursos naturais nada mais é do que a expansão das atividades produtivas que contribuem para a acumulação do capital. Já a privatização emerge como um mecanismo congruente para a harmonização dessa expansão produtiva, propiciando eficiência e eficácia, e legitimando a exploração dos recursos naturais e humanos sob a égide do discurso da modernização, atendimento aos padrões de consumo e contribuição socioeconômica por meio do recolhimento dos tributos. Contudo, muitas contradições são verificadas no Brasil ao longo das experiências privatistas que não sustentam essa égide. As taxas dos serviços encareceram e a qualidade de vida não é percebida em vários setores privatizados (ex.: rodovias, planos de saúde, telecomunicações, transporte, entre outros), além de uma poluição e degradação do meio ambiente, provocando mortes de todos os tipos de vida, inclusive humanas.

Essa *crença* de que a privatização não é a solução para os problemas de ordem econômica, fiscal ou social do Brasil é reflexo dos *valores* construídos pelos sindicatos que sustentam as suas teses e concepções contrárias a privatização. Esses *valores* são frutos de uma construção internalizada na vida de cada experiência vivida por esses indivíduos. Pode-se considerar, na perspectiva em que esclarece Palassi (2011), que os sindicalistas entrevistados passaram (e continuam passando) por um processo de ruptura da estrutura social, que não significa que tenham construído uma mesma consciência política em torno da privatização, mas tão somente tenham rompido com o cotidiano. Tudo isso implica nesses sujeitos serem questionadores, inconformados com as injustiças sociais, serem reflexivos, coletivistas e participativos. Esses *valores*, essa ruptura com a naturalização da privatização no contexto brasileiro, mostrou que cada sindicalista entrevistado pôde, de uma maneira ou de outra, explicar as suas inconformidades, seus questionamentos e suas reflexões acerca de cada setor que representa.

Percebeu-se também nas *crenças, valores e expectativas* dos sindicalistas a compreensão e solidariedade com a resistência aos processos de privatização de sindicatos de outros setores, demonstrando, por exemplo, Nara (2018) expõe que “[...] há uma *expectativa* de que toda a sociedade enxergue o processo privatizador, e que não fique apenas no universo de apenas um setor, que mais interessa a esse ou aquele indivíduo”. Portanto, os *valores e as*

crenças compartilhadas entre os sindicalistas, bem como suas *expectativas* de tornar público o debate sobre os impactos da privatização e dessa maneira conscientizar a sociedade sobre o que ela proporciona, demonstram indubitavelmente que a luta antiprivatização está além das bases, embora haja os interesses da classe trabalhadora e da base representada. Outro ponto importante é observar que todos os sindicalistas demonstram *valores* que representam uma ruptura com a condição natural da privatização, em que proporciona a compreensão e explicação das nuances privatistas dos seus setores (ou empresas), questionamentos aos processos e aos marcos regulatórios.

A partir dos relatos da sindicalista Nara (2018), foi possível perceber que a privatização no setor da saúde do Espírito Santo está assentada demasiadamente nas terceirizações. Verificou-se que, no Estado, o setor conta com alguns hospitais terceirizados, como o Hospital Estadual Dr. Jaime Santos Neves de Vila Velha (Hospital Evangélico), o Hospital Estadual Dr. Jaime Santos Neves da Serra, o HIMABA (Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves) em Vila Velha e o SESA Hospital São Lucas de Vitória. Além desses hospitais, a Nara ressalta também as terceirizações de vários setores internos das organizações hospitalares do interior do Estado, inclusive no hospital de âmbito federal, o HUCAM.

A sindicalista Nara (2018) ainda questiona o fato de o Governador do Espírito Santo em 2018, Paulo Hartung ter comunicado a mídia que estava viabilizando a privatização de mais 6 (seis) hospitais do Estado, mesmo sabendo que não iria se reeleger. Para ela, os *interesses* do Governador eram de “[...] fazer sua poupança”, e “[...] projetar sua aposentadoria”, e refletiu sobre as experiências dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo que adotaram essas práticas privatistas, mas o que se tem é um completo caos na saúde dessas regiões. Nara (2018) relata também que o modelo privatista nos hospitais diminui os atendimentos e prejudicam os usuários, a população. Ela ressalta que para permanecer nessa luta é preciso ter “[...] muita força de vontade”, “[...] pensar muito fora de si”, “[...] focar no outro”, e manter seus *valores* humanitários com firmeza e personalidade, “[...] não se mostrar fraco”, para poder encarar essas mazelas diárias da vida no setor público da saúde.

O sindicalista Geovani (2018) descreve a estrutura organizacional das atividades portuárias dividindo-as em três grandes repartições. As atividades interpostas na iniciativa privada, as atividades na empresa estatal Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), e as atividades avulsas de capatazia, que são as atividades de movimentação de cargas e mercadorias nas instalações portuárias. Neste contexto organizacional, o Suport atua defendendo os

interesses dos trabalhadores dessas três áreas. Para Geovani (2018): “Tudo passa pelas mãos dos trabalhadores, pela sua capacidade de operar, de gerir, de administrar [...] sem essa engrenagem nós não teríamos o PIB como nós temos, não teríamos a exportação vitoriosa que nós temos, central [...]”.

Segundo Geovani (2018), o mecanismo utilizado para privatizar o setor portuário é a “[...] depredação do patrimônio público e os ataques a suposta ineficiência do setor”. Nesse ponto Geovani (2018) questiona: “Será que o problema é ser público, ou o problema está no gerenciamento das atividades do setor público? Na falta de modernização do setor?”. Portanto, a prática do movimento privatizador em deteriorar o patrimônio e o serviço portuário (deixando de investir) possibilita a legitimação da suposta ineficiência deste setor. Para refletir e debater esses questionamentos, Geovani (2018) afirma carregar *valores* que fortalecem a sua capacidade de trabalhar e estudar os temas para as discussões, e com fé, tem *expectativas* de que “[...] consiga em determinado momento envolver toda a sociedade. Que tenha uma sociedade que compreenda o que é próprio dela e o que não é”. As *expectativas* se encontram também na idealização de que “[...] muitas coisas ainda retornarão para o controle do povo brasileiro”.

Os sindicalistas Nuno (2018) e Wander (2018) representam sindicatos do setor de segurança (Socioeducativo e Prisional, respectivamente). A privatização desses setores, segundo eles, é condicionada como uma co-gestão, cujo Estado passa a atuar apenas como fiscalizador e a empresa ganhadora da licitação atua tanto na educação social dos jovens, quanto na custódia e execução penal dos adultos. Na visão dos sindicalistas, “[...] esse tipo de privatização não contribui com a ressocialização dos indivíduos reclusos” (WANDER, 2018), tampouco “[...] melhoram as condições de trabalho dos funcionários” (NUNO, 2018). Em texto publicado escrito pelo Historiador Eric Zuesse (2014, s/p.), o mesmo critica a privatização do sistema prisional de jovens.

A privatização rampante do sistema de prisões para jovens infratores na Flórida produziu ali os mais altos índices de reincidência no crime, de todo o país. Mais de 40% dos jovens infratores encarcerados nas prisões para jovens da Florida voltam a ser presos e condenados por outro crime no período de um ano depois de serem libertados, segundo dados estaduais. No estado de New York, onde historicamente nenhum jovem infrator é encarcerado em prisões privadas, 25% voltam condenados à prisão no mesmo período.

O Governo do Espírito Santo também não contribuiu com o fortalecimento do setor de segurança, travando concursos e investindo muito pouco na área. Na visão do Wander (2018),

privatizar o serviço de execução penal, “[...] é a mesma coisa que você transferisse o judiciário, por exemplo, para o setor privado”. Para eles, a atividade de segurança deve ser fundamentalmente gerida pelo Estado e incentivada sua infraestrutura e capacidade de reestruturar vidas. Corroborando essas colocações do sindicalista Wander (2018), o Historiador Zuesse (2014) relata como o Governo de Idaho – EUA arrependeu-se em privatizar o sistema prisional do Estado. A empresa que passou a gerenciar as prisões, no desejo de “economizar” o recurso recebido pelo Estado, acabou distribuindo os recursos como dividendos entre os sócios. Assim, prejudicou a alimentação e a proteção dos sujeitos presos, recebendo multas aproximadamente de US\$ 2,4 milhões.

O sindicalista Marcos (2018) tem a *crença* de que os setores estratégicos, aqueles que são de interesse da coletividade, ou seja, de toda a sociedade, não devem de forma alguma serem privatizados. Entre esses setores, o Marcos (2018) insere o setor financeiro como imprescindível para as políticas micro e macroeconômicas do país, cuja importância do banco público dependerá da sua função social. Nesse aspecto que Marcos (2018) ressalta que “[...] o Banestes se posiciona como um banco de extrema relevância para a realidade capixaba, pois está presente em todos os 78 municípios do Estado do Espírito Santo, preenchendo 100% das regiões”. Sua função social poderia ser melhorada, ampliada, embora o Banestes já atenda aproximadamente 30 municípios isoladamente, regiões onde os bancos privados não atuam por não enxergarem oportunidade de negócios rentáveis. A onda de privatização de bancos estaduais, para Marcos (2018), proporcionou um empobrecimento do povo camponês, dos interiores dos Estados brasileiros, pois “[...] quem garantia gerar *aquele crédito lá pra* pagar o professor ou *pra* gerar o negócio era o banco público”.

Portanto, os bancos públicos, como o Banestes, a Caixa Econômica Federal – que já executa planos de demissão voluntária (MÁXIMO, 2018) – o Banco do Brasil – cujo presidente da instituição comunicou que seria mais eficiente privado (MOREIRA; FURLAN, 2019) – o BNDES, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), entre outros, Brasil afora, têm uma função social não apenas de atendimento aos usuários que necessitam de serviços bancários para o cotidiano, mas, sobretudo, de fomentar o crédito para pequenos negócios, no campo com a agricultura familiar ou na cidade com micro empreendimentos que possam proporcionar o desenvolvimento local socioeconômico de diversas regiões, gerar empregos, transformar vidas. Além disso, os bancos públicos, como o caso do Banestes, se forem bem geridos, podem converter seus lucros em investimentos sociais e no fortalecimento da produção local por intermédio de crédito, diferentemente do lucro gerado pelo Bradesco advindos das

atividades no Espírito Santo, por exemplo, conforme coloca Marcos (2018) que é [...] consolidado em São Paulo e de lá sairá a decisão se o investimento será realizado na Bolsa de Valores, em Títulos do Tesouro Nacional ou em alguma outra empresa não localizada no Espírito Santo”. Ou seja, baixo retorno social.

Já a privatização do Correios é compreendida pelo Sintect – ES como um processo. Chamado de reestruturação, o Governo Federal está implementando políticas que passam a mensagem de: “Vamos modernizar a empresa, vamos mudar o formato de atendimento ao público, vamos mudar o formato de trabalho interno” (ANDREIA, 2018). Esses são mecanismos para terceirizar atividades e privatizar a empresa em segundo plano. Outro elemento fundamental inserido no contexto do Correios é a sua função social estampada no seu ideal como empresa.

É uma empresa que está *aí* há muitos anos [356 anos] e atua em todas as capitais do país. Naquela menor cidade em que o carteiro tem que ir de barco, lá tem um serviço de correios. Então isso não é só prestação de serviço, isso é cidadania! [...] Quando essas empresas privadas não conseguem levar esse serviço, elas entregam sua encomenda, [...] postam pelos Correios, postam pelos Correios por quê? Porque é o único capaz de chegar [a lugares distantes]. Cada encomenda é uma mudança na vida de uma pessoa. Hoje o carteiro não leva mais cartas, não leva tão boas notícias, ele leva mais contas, faturas, problemas *aí* da vida moderna (ANDREIA, 2018).

A sindicalista Andreia (2018) faz uma reflexão ao esclarecer que o desmonte dos serviços dos Correios, as demissões que já vem ocorrendo há alguns anos, a falta de investimentos no setor, bem como a retirada de direitos da categoria, gera duas grandes mensagens negativas para a empresa. A primeira é a desvalorização do trabalhador e a perda da credibilidade que a sociedade tinha com eles, sendo bastante criticados. A outra mensagem é de que a privatização vai melhorar esses serviços, recuperar a credibilidade dos trabalhadores e do atendimento, e baratear as taxas. No entanto, nas experiências comparadas pelo mundo, a privatização do setor postal mostra evidências de fracasso, como a redução de postos de trabalho, vínculos trabalhistas precários e condições de trabalho degradadas (TEIXEIRA, 2016; FLECKER; SCHULTHEIS; VOGEL, 2016). Em outros casos, o setor postal foi devolvido ao Estado com prejuízos acumulados, como na Argentina.

A conjuntura atual do Correios mostra que o mesmo está no centro dos debates nacionais. Diversas matérias divulgadas na mídia indicam que há uma “crise” na empresa que até pouco tempo era referência em bons serviços prestados ao povo brasileiro. O atraso em entregas e o aumento das taxas em mais de 7% realizado pela diretoria (indicada pela corrente ideológica do governo de deputados neoliberais e pelos interesses da classe dominante), bem

como diversos escândalo de desvios de verbas envolvendo dirigentes colocaram a estatal em uma posição de questionamento e *descrença*. Nessa conjuntura, os trabalhadores dos Correios viraram reféns de uma empresa que não direciona seu olhar nem para os usuários, nem para seus empregados, pois são vítimas constantes de violência. “Só em 2017 foram mais de 30 casos de assalto e arrombamentos a unidades de trabalhadores do Espírito Santo, e a direção da empresa não cria políticas de proteção patrimonial” (ANDREIA, 2018). A sindicalista Andreia (2018) pontua ainda que:

O trabalhador do Correios sofre com a sobrecarga, a violência e os constantes assaltos, além da ameaça ao seu posto de trabalho. O carteiro, o atendente, o operador de triagem e transbordo já não conseguem atender a população como gostariam. Adoecem e não conseguem usar seu plano de saúde já precarizado. Cansados, não conseguem se aposentar, pois a previdência não atende minimamente suas demandas (ANDREIA, 2018).

O Correios é responsável por um serviço de integração nacional, privatizá-lo exigiria que o cidadão tivesse que se deslocar cada vez mais longe para suas postagens, pois agências em regiões mais distantes e interiorizadas seriam extintas por não gerarem lucro. Porém, ao criar essa *descrença*, cria-se um discurso de que a privatização é a saída necessária, mas deixar um setor fundamental para o desenvolvimento nacional nas mãos da iniciativa privada é uma aposta que comprovadamente em outros países não deu certo.

A área da educação foi representada nesta pesquisa pelo sindicalista Euzébio (2018) e pelo Jeferson (2018). Na concepção de Euzébio (2018), “[...] a privatização da educação é o impedimento da construção de uma sociedade emancipada, reflexiva e justa. Um país com uma educação segregada é um país sem identidade, sem cultura, sem igualdade do seu povo”. E é justamente neste ponto que a privatização atua, na segregação do acesso à educação de qualidade e universalizada. A educação brasileira foi construída mediante muita luta, e como aponta Jeferson (2018), “garantiram o concurso público, o FUNDEB [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação], a expansão das universidades públicas e políticas de ação afirmativa, tanto raciais quanto socioeconômicas.

Na visão do Euzébio (2018), os anos de 2016 a 2018 representou um completo processo de desmonte da educação, sobretudo por conta da Emenda Constitucional 95. Para ele, querem impor um projeto com viés neoliberal para a educação básica dos jovens nas escolas públicas, baseados na Fundação Lemann, Fundação Instituto Ayrton Senna, Fundação Bradesco entre outras escolas elitizadas e baseadas na perspectiva neoliberal. E questiona: “[...] então a

intenção desses grupos é garantir de fato uma educação para vida? Uma educação autônoma? De valorização e constituição do sujeito? Obviamente não!”. Para Euzébio a parceria público/privada é apenas um elo para implementar uma ideologia perversa de mercado, mercantilizando a educação (SILVA, 2005) e retirando a possibilidade de emancipação do sujeito (CHAVES, 2010). Em aula magna realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro o saudoso Prêmio Nobel da Paz argentino Adolfo Pérez Esquivel defendeu que a educação e a universidade têm que formar para a liberdade e ser comprometida com os direitos humanos (LISBOA, 2018). Para melhor compreensão da privatização da educação o estudo da autora Adrião (2018) mostra as dimensões e formas da privatização da educação no Brasil dividindo em três eixos: (1) gestão da educação; (2) oferta educacional e; (3) currículo.

A ideia central de uma educação sem perspectivas emancipatórias é de manter uma sociedade pouco pensante, pouco reflexiva, avessa às análises críticas e que se torne incapaz de compreender a confluência perversa que o neoliberalismo propõe numa perspectiva cultural e política, e em detrimento da democracia (DAGNINO, 2004). As consequências de uma sociedade com uma educação de “desvalorização do sujeito” (EUZÉBIO, 2018) não são outras, se não decisões equivocadas dentro de uma lógica minimamente coerente com os direitos humanos e com a liberdade. Aversão às análises críticas dos fatos, ódio e intolerância, *descrença* com a classe política e outras instituições participativas (inclusive sindicatos), desconhecimento do funcionamento da gestão pública, crise de representatividade entre outros aspectos são sintomas de uma sociedade pautada no senso comum.

Observa-se nessa perspectiva que a privatização apresenta origens e objetivos longe de serem elementares e que desafiam as análises e as conclusões na perspectiva política e organizacional. Em razão disso, aproveitando o ensejo da perspectiva organizacional, o Jeferson (2018) esclarece: “as suas *expectativas* é de que a privatização das universidades públicas irá remodelar as atividades dos trabalhadores, a sua função social e o atendimento aos usuários”. No ponto de vista do usuário, a oportunidade de ingresso de minorias diminuiria bruscamente, tendo em vista que as políticas de ação afirmativa em um modelo de universidade privada não são fomentadas. Do ponto de vista dos trabalhadores, as atividades seriam conduzidas de maneira bem menos autônoma e o medo da demissão seria iminente, como já evidenciado em alguns estudos (MARTINS; RODRIGUES, 1999; PALASSI, 2000; PALASSI et al., 2007; SERŠIĆ; TRKULJA, 2009; ARIAS; MENÉNDEZ; SALGADO, 2015). O concurso público, que dita a entrada em condição de igualdade para os trabalhadores seriam extintos, prevalecendo o regime de trabalho celetista. Para o sindicalista Jeferson (2018):

“Contrato de trabalho celetista tem diferencial. Trabalhadores celetistas não podem sequer pensar, quem dirá questionar direitos. E *aí* como você trabalha com muita gente num espaço com uma dimensão de uma universidade, os assédios são muitos!”. No ponto de vista da função social, a universidade limitaria os espaços que são públicos, retirando o lazer, o esporte, a sociabilidade, ou seja, retirando a possibilidade de interação surpreendente que a extensão universitária oferece.

No saneamento, o Governo Temer veio a lançar no seu mandato a desestatização de empresas estaduais deste setor, estando presente a Cesan. O acesso a água e ao saneamento básico são direitos. Privatizar esse setor seria colocar a lógica do lucro acima da vida, acima do direito básico à água e ao saneamento. A água é um bem de domínio público e deve ser entendida e valorizada como tal. Para o sindicalista Estevão (2018) “A privatização da Cesan pode elevar o preço dos serviços de abastecimento e trazer impactos irreversíveis ao meio ambiente, já que a iniciativa privada visa apenas o lucro e não tem nenhum compromisso com a preservação dos mananciais”. A MP nº 868 de 27 de dezembro de 2018 veio a atualizar o marco legal do saneamento básico alterando uma série de leis que norteiam o setor. Os municípios do Espírito Santo realizam o seu saneamento concedendo o serviço para a Cesan. A MP 868 passa a orientar os municípios a fazerem licitação para conceder o serviço, o que abre espaço para empresas privadas concorrerem em condição desigual, pois oferecem preços mais baixos para realizar os serviços, com serviços limitados e empregos precários.

Outro ponto importante de ressaltar abordado por Estevão (2018) é que “[...] a tendência seria das empresas privadas vencerem as licitações em cidades mais bem estruturadas e que geram lucro por terem um maior contingente de usuários”, como as cidades da Região Metropolitana de Vitória – ES, deixando as regiões deficitárias para a Cesan ou para a gestão dos municípios (que precisariam retirar recursos da educação, saúde e segurança para financiar o saneamento), ou seja, não tendo função social alguma. Além de gerar problemas para a sociedade, gera problemas para os funcionários da empresa, pois perdendo recursos e consequentemente receitas passaria por processos de enxugamento de pessoal e diminuição de custos trabalhistas. Essa tendência privatista do setor de saneamento atende a anseios de grandes corporações internacionais e do capital estrangeiro. Muitas empresas estrangeiras enxergam no saneamento (e também no regime de águas para geração de energia elétrica, como na Eletrobras) a possibilidade de investimentos, pois os setores já são consolidados no Brasil, estruturados e geram lucros (como é o caso da Cesan que lucra há 16 anos e reinveste no próprio setor) posicionando-se assim como enormes adversários na luta antiprivatização.

Para reforçar a posição do sindicato da Cesan contra a privatização basta argumentar que, enquanto iniciativas para privatizar sistemas de saneamento avançam no Brasil, várias cidades no mundo estão devolvendo a gestão do tratamento e fornecimento de água às mãos públicas. “De acordo com um mapeamento feito por onze organizações majoritariamente europeias, da virada do milênio para cá foram registrados 267 casos de “remunicipalização”, ou reestatização, de sistemas de água e esgoto” (CARNEIRO, 2017, s./p.). A matéria revela ainda que “[...] a reversão vem sendo impulsionada por um leque de problemas recorrentes, entre eles serviços inflacionados, ineficientes e com investimentos insuficientes” (CARNEIRO, 2017, s./p.).

Já a Petrobras, como ressalta Hamann (2018), foi criada em 1953 e é uma das empresas líderes mundiais em energia. As principais ameaças são a venda de ativos, a privatização das reservas do pré-sal e das refinarias. As ameaças que pesam sobre a Petrobras pesam também sobre o Brasil, porque a exploração do petróleo por empresas privadas não se traduz em desenvolvimento para a sociedade, tampouco defesa da soberania da nação. Isso só ocorre se o controle da atividade estratégica for feito pelo Estado, com a utilização dos recursos para o crescimento do país. Em apenas um mês, entre 22 de abril e 22 de maio de 2018, os preços da gasolina e do diesel no Brasil subiram 20% nas refinarias, e até 47% para o consumidor final. O sindicalista Hamann (2018) explica que a situação é “[...] fruto de uma escolha equivocada do Governo Temer e da presidência da Petrobras, nas mãos do tucano Pedro Parente, que renunciou ao cargo após a greve dos petroleiros e dos caminhoneiros”.

O sindicalista Hamann (2018) explica que quando Pedro Parente assumiu a estatal, implantou a política de paridade internacional de preços de derivados de petróleo, política que perdurou na presidência que o sucedeu, de Ivan Monteiro. As refinarias brasileiras capazes de refinar 2,4 milhões de barris de petróleo por dia, trabalhavam em 2018 com apenas 68% dessa capacidade. Para se ter ideia da dimensão dessa política, em 2018 existia 392 empresas autorizadas a importar derivados de petróleo para o Brasil. No Governo Rousseff esses números eram em 129 empresas autorizadas. Ou seja, essa política organizacional direciona a exportação do óleo bruto, em contrapartida, para suprir as necessidades, importa-se muito caro o produto final (gasolina e diesel) que a Petrobras e outras refinarias do país são perfeitamente capazes de produzir. Para Hamann (2018), “[...] os maiores interessados nesse tipo de política perversa e contraditória são os Americanos, que tem investimentos pesados na Shell, na Esso e na Chevron, por exemplo, que importam para o Brasil e também atuam no país”. Além disso, os Americanos têm reservas de petróleo bastante comprometidas que indicam não suprir as suas

necessidades em longo prazo, por isso utilizam esses mecanismos para apropriar-se dos recursos energéticos de países como o Brasil.

Assim, é possível aferir que os *valores* sustentados pelos sindicatos não se originam apenas na defesa dos serviços e do patrimônio público, mas, de uma forma mais precisa, os *valores* presentes na concepção dos sindicalistas entrevistados estão no **fortalecimento** do setor público, da **ampliação** e da **valorização** dos serviços públicos e das estatais do país. Por meio das atividades prestadas pelo Estado que o interesse da sociedade é atendido, em consequência os interesses dos trabalhadores. Nesse contexto, a *expectativa* se pauta no fortalecimento do setor público como condição necessária para o avanço social, econômico e cultural do país. Contudo existem desafios e a esfera política executiva do Brasil não indica convergência de *valores e expectativas*, tampouco nas *crenças* contrárias as privatizações. O Governo Bolsonaro, como já mencionado anteriormente, torna a luta contra a privatização e a valorização do serviço público e das estatais um enorme desafio para os sindicatos e sindicalistas com uma *identidade coletiva* contra a privatização.

As *crenças, valores e expectativas* sobre a privatização e seus impactos no mundo do trabalho e na sociedade se concentra também nos sentimentos e emoções produzidas pelas injustiças sociais, reflexo dos interesses latentes e recursivos em torno da privatização. Por isso, na próxima seção as configurações das dimensões da consciência política dos sindicalistas em relação aos *interesses coletivos* e os *sentimentos com respeito aos adversários* são apresentados.

7.3. OS INTERESSES LATENTES EM TORNO DA PRIVATIZAÇÃO: PRIVATIZAR PARA QUEM?

Privatizar para quem? Esse questionamento sugere que a configuração das dimensões da consciência política dos sindicalistas sobre os *interesses coletivos* e *sentimentos com respeito aos adversários* podem esclarecer alguns pontos envolvidos nessas questões. Privatizar estatais e serviços públicos envolvem diversos *interesses* e impacta todo o conjunto da sociedade. Por isso, compreender o funcionamento das decisões políticas do curso das privatizações, bem como identificar *adversários*, aliados e grupos *injustiçados* nesse processo contribuem para a formação da consciência política dos sindicalistas.

7.3.1. Interesses latentes e recursivos em torno da privatização

A configuração da dimensão da consciência política a respeito dos *interesses coletivos* em torno da privatização proporciona não apenas identificar adversários e aliados na luta dos sindicatos contra a privatização, como também proporciona a compreensão do funcionamento das facetas da privatização no cenário político e nas instituições públicas brasileiras. Nos relatos, foi possível identificar aliados que coalizam *interesses coletivos* com os sindicatos na luta contra a privatização, bem como foi possível identificar adversários que expressam seus *interesses antagônicos*, em muitos casos latentes, e de modo inexorável.

Quadro 10. Adversários e aliados na luta contra a privatização

Adversários	Governador do ES (Paulo Hartung)	Estatais estrangeiras	Aliados	Sindicatos
	Governo Federal (Michel Temer)	Classe empresarial		Movimentos sociais
	Governo	Gestores das empresas		Base
	Políticos	Elite dominante		Trabalhadores
	Os deputados de direita (os neoliberais)	Bancos privados		População
	Secretário de saúde	Mídia		Partidos de esquerda
	Grandes corporações internacionais	Americanos		Entidades estudantis

Fonte: Elaboração própria com base nos dados produzidos nas entrevistas.

Para possibilitar o apontamento desses aliados e adversários no contexto da luta contra a privatização se fez necessário elaborar um esquema teórico intentando orientar a lógica perversa e impactante dos *interesses* por trás da privatização, muitas vezes recursivos. A Figura 6 visa demonstrar melhor essa conexão de *interesses* que atende a classe dominante, que é a elite econômica brasileira, orientando também a posição dos sindicatos e de outras instituições.

Quando se direciona a discussão da privatização em relação aos *interesses* de atores envolvidos e engajados em seguir e implementar essa política, é preciso compreender o porquê dela. Por um lado, a privatização anuncia sempre que vai melhorar a eficiência e aumentar a produtividade. Geralmente de uma estatal que passa por um processo de desmonte, retração de investimento e falta de modernização, como foi exposto anteriormente pelos resultados empíricos desta pesquisa.

A Figura 6 é apresentada em seguida, buscando traçar um fluxo dos interesses coletivos dos atores implicados nos processos de privatização no Brasil.

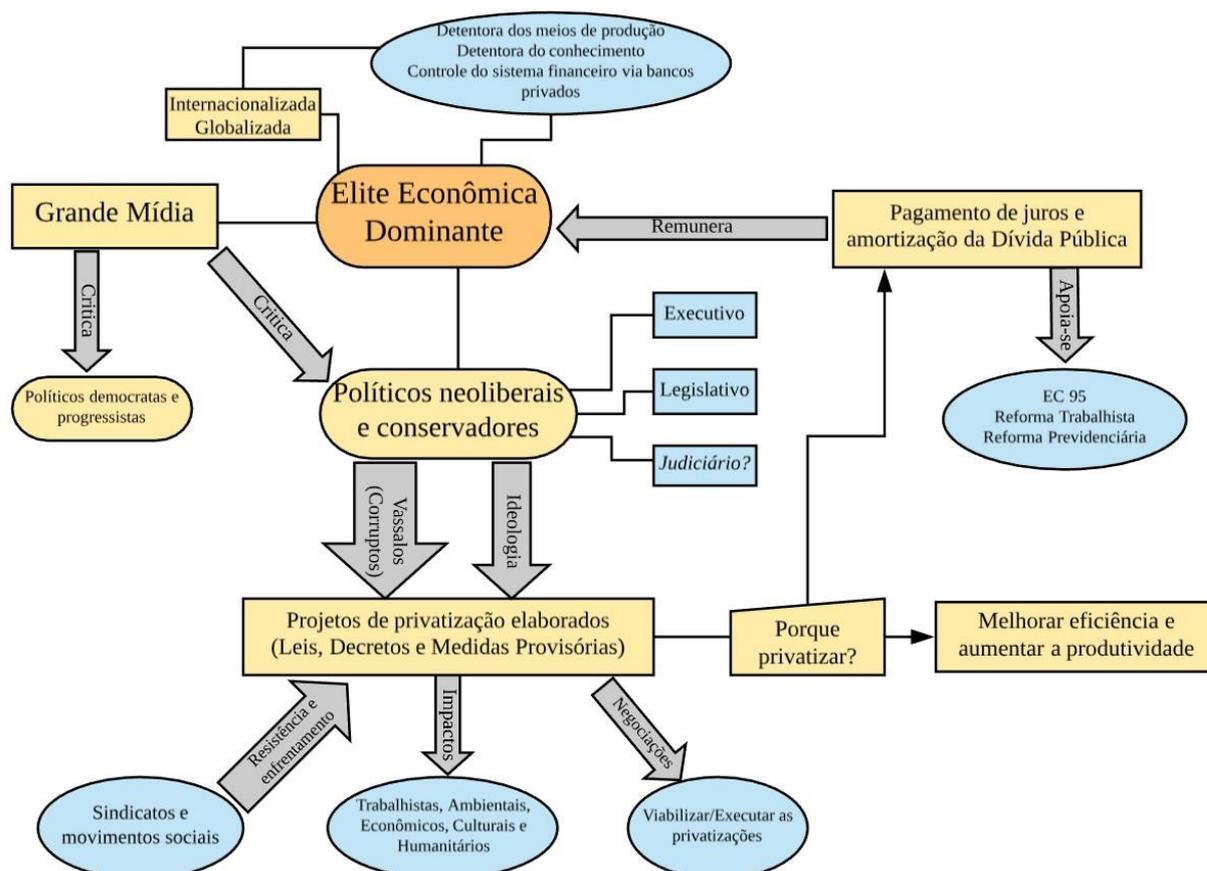


Figura 6. Modelo teórico dos interesses latentes em torno da privatização

Fonte: Elaboração própria com base nos dados produzidos nas entrevistas.

Observa-se pontos importante a partir da Figura 6. Por exemplo, não se verifica discussão sobre privatizar estatais produtivas e eficientes, apenas as deficitárias e ineficientes. A solução discutida geralmente se encontra no âmbito de: “privatizar ou não privatizar?”, mas discussão de modernização, cópia de modelos de sucesso empresarial do setor público, investimentos públicos nessas empresas e mudanças nas relações de trabalho visando reduzir impactos aos trabalhadores pouco se discute. Há um entendimento de que o investimento “deve” partir sempre do privado, e esse é um dos papéis torpes da mídia, manipular e convencer a opinião pública da imagem de sucesso do privado em detrimento da imagem do público, sempre noticiada como fracasso.

O outro motivo para se privatizar estatais diz respeito ao pagamento dos juros e amortização da Dívida Pública. Como discutido anteriormente, a EC 95 assola os investimentos públicos no país e o coloca numa posição de retração na sua economia, pois uma sociedade sem saúde, educação, segurança e infraestrutura dificilmente contribuirá com o desenvolvimento econômico do país. A partir disso, as estatais passam a ser uma alternativa para “gerar caixa”,

uma vez que a arrecadação do país não supre seu orçamento de maneira minimamente equilibrada.

Contudo, a geração de caixa esperada pela venda de estatais não visa equilibrar o orçamento público, mas inexoravelmente atender aos anseios da elite econômica dominante, direcionando a arrecadação da venda de estatais para o pagamento dos juros da dívida. O pagamento destes juros remunera na sua maioria a elite econômica, detentoras da maior parte dos Títulos da Dívida Pública, não à toa os bancos privados no Brasil vêm lucrando nos últimos anos valores recordes (MOREIRA, 2019), mesmo o país passando por uma crise econômica dita das mais severas. Os principais detentores (credores) da Dívida Pública do Brasil são:



Gráfico 3. Detentores da Dívida Pública Brasileira

Fonte: Tesouro Nacional (2018).

Como se observa, as quatro maiores fatias do Gráfico 3 dizem respeito a pessoas físicas ou instituições (principalmente bancos) que compõem a elite econômica dominante. Os fundos de investimento (25,0%) dizem respeito a pessoas físicas, que são investidores potenciais. Os fundos de previdência (25,2%) são de previdências privadas volumosas, composta na sua grande maioria por pessoas com alto poder aquisitivo que adquirem esses produtos. Os “não-residentes” (12,6%) são investidores de fora do país.

A reforma da Previdência, bastante discutida na política brasileira no final do mandato de Temer (dezembro de 2018) e início do mandato de Bolsonaro (a partir de janeiro de 2019), busca, a despeito das mudanças técnicas em relação à previdência e seguridade social, desonerar o orçamento público neste segmento e atender os anseios da elite dominante, direcionar recursos para o pagamento dos juros da dívida e remunerar os potenciais investidores. Observa-se o

Orçamento da União do ano de 2018 divulgado pelo trabalho da Auditoria Cidadã da Dívida coordenada pela pesquisadora Maria Lucia Fattorelli Carneiro:

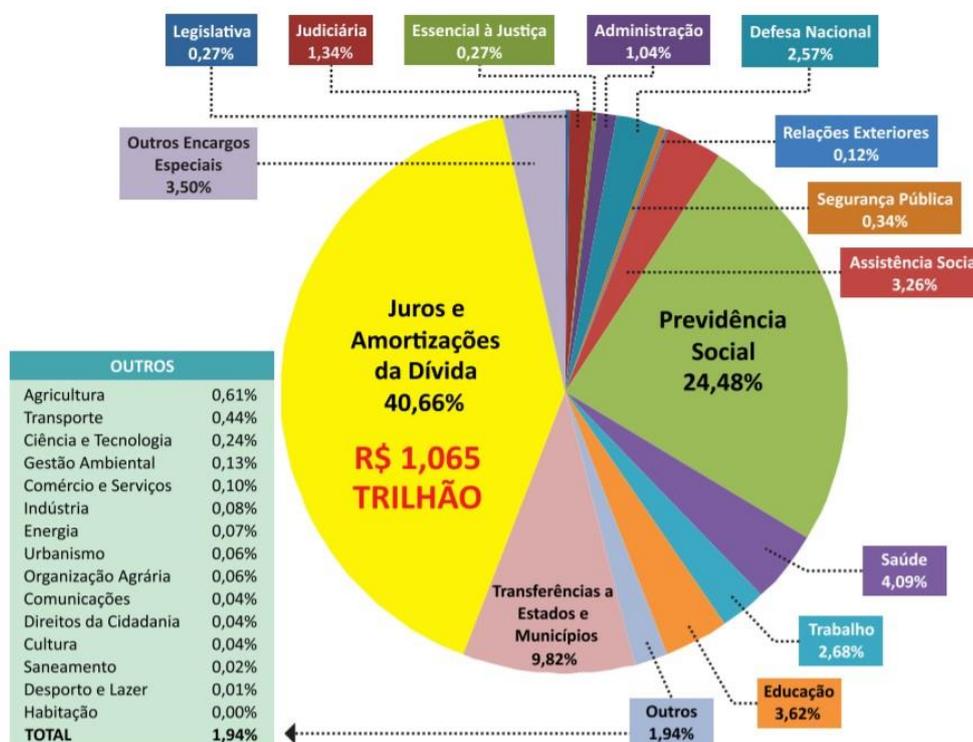


Gráfico 4. Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018

Fonte: Elaborado por Auditoria Cidadã da Dívida a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (2018).

O valor do orçamento federal executado, ou seja, efetivamente pago, foi de R\$ 2,621 trilhões. O valor que havia sido previsto para 2018 foi de R\$ 3,527 trilhões. A Auditoria Cidadã da Dívida se comprometeu a investigar essa diferença. Observa-se que 40,66% do orçamento são destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida. É importante ressaltar que esses juros e amortizações são incidentes sobre a Dívida Pública, que em dezembro de 2018 atingiu um valor de mais de 5 trilhões e meio de reais (dívida interna), e mais de 500 bilhões de dólares (dívida externa), são montantes inimagináveis, chamados de estoque da dívida. No ano de 2017 foram pagos mais de R\$ 986 bilhões em juros e amortização, enquanto que em 2018 esse valor aumentou, sendo pago mais de R\$ 1 trilhão. O mais curioso é que esse estoque da Dívida Pública aumenta a cada ano, mesmo com as amortizações.

A dívida pública no Brasil (e em vários outros países) possui grandes fatores de ilegitimidade, tais como as próprias taxas de juros inexplicavelmente altas, e dívidas que surgem a todo momento sem nenhuma contrapartida em termos de investimentos sociais [...] Portanto, no Brasil, informações sobre o estoque da dívida e a sua evolução são bastante relevantes para se mostrar o custo real do endividamento público e os seus prejuízos para o país. Não se pode pagar dívidas que se mostrem ilegítimas, a partir de uma auditoria (FATTORELLI; ÁVILA, 2018, p. 6).

Neste contexto, a relevância da auditoria da Dívida Pública brasileira é inegável, e urgente. O trabalho realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida é louvável e proporciona esclarecer muitas questões, entre elas, fornecer dados fundamentados e confiáveis para se observar não apenas a falta de investimento federal em diversas áreas sociais, como a direção da maior parte dos recursos públicos do Brasil que estão sendo desviados para uma pequena parcela da sociedade. Essa elite econômica alimentada por volumosos recursos financeiros advindos dos pagamentos dos juros da dívida é implacável nos seus *interesses*, e a privatização está entre eles, sem nenhuma dúvida. Uma guinada nas ações dos sindicatos que pudessem exigir a auditoria da Dívida Pública poderia contribuir não só com o trabalho realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, como para o cumprimento do Artigo 26 da Constituição Federal, o qual torna obrigatória uma auditoria da dívida e vem sendo descumprido há 30 anos.

A classe dominante é a elite econômica que detém e comanda os meios de produção no Brasil. Donos de grandes empreiteiras, latifundiários, bancos, megacorporações e acionistas (rentistas) que crescem na medida em que seus investimentos em papéis dessas megacorporações sejam rentáveis, bem como seus investimentos em papéis públicos. É importante destacar que essa elite dominante é internacionalizada, ou seja, é integrada e mantém atividades em outros países. A elite dominante é globalizada e alinhada com as políticas neoliberais globais, tal como salientou o Euzébio (2018). Por isso que a soberania nacional é apenas um detalhe. A elite econômica facilita a internacionalização dos ativos brasileiros e coloca em evidência a intensa agenda de desmonte da soberania da nação, sobretudo com a privatização da Petrobras, Eletrobras e Embraer. Só de imaginar (bastante hipoteticamente) uma guerra e conflitos armados envolvendo o Brasil, cujo regime de água pode pertencer a empresas Chinesas, e o regime energético e aéreo a empresas Americanas, é de se espantar. A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) (2019c, s./p.) fazem uma excelente colocação sobre a privatização da Eletrobras:

[...] em tempos de crises e discussões geopolíticas, a prudência e o zelo pela soberania nacional não recomendam a entrega do controle de empresas estratégicas, prestadoras de serviços públicos essenciais e gestoras de usinas hidrelétricas, termonucleares e linhas de transmissão quilométricas [...]

Essa elite também mantém o conhecimento ao seu lado. Com alto poder monetário de investimento em pesquisas e desenvolvimento, concentra cada vez mais investimentos nessa área (com o suporte de cientistas das melhores universidades brasileiras) para aumentar a produtividade e alavancar as receitas e lucros das empresas, objetivando sempre gerar um maior retorno aos seus acionistas. Os bancos privados (e em certa medida também os públicos) tem

um papel central na alimentação desse esquema, pois faz parte da elite dominante e dita as regras do jogo do sistema financeiro brasileiro. A elite econômica também tem controle sobre as mídias e sobre parte da classe política, tanto do executivo quanto do legislativo. É interessante destacar uma provocação feita no esquema teórico do controle da elite sobre o judiciário, que vem passando por uma grande politização nas suas decisões, dando bastantes evidências.

Os políticos controlados pela elite econômica são os neoliberais e conservadores. Parte deles são controlados por serem comprados, e acabam se tornando vassalos e obviamente, corruptos, pois implementam as políticas privatistas em troca de vantagens indevidas, propina entre outros benefícios. Outra parte desses políticos defendem os interesses da classe dominante por ideologia mesmo, por acreditarem que as políticas neoliberais são a saída para os problemas conjunturais do Brasil, por isso defendem as políticas privatistas. Esse cenário é visto no Espírito Santo, onde mais da metade dos políticos eleitos conseguiram por meio de recursos doados pela Vale em 2014. Foram vinte e três candidatos que se elegeram e receberam da mineradora um total de R\$ 2,7 milhões (VALFRÉ, 2019). Destacam-se dois pontos: o primeiro é que a forma de repasse dessa verba era lícita na época, mas uma enorme contradição. Como os políticos atuariam com medidas sancionadoras para uma empresa que os financiou? O segundo é que os políticos que receberam os recursos eram (ou ainda são) de partidos de direita, esquerda ou centro, ou seja, o financiamento de campanhas realizado pela Vale não tinha distinção ideológica.

A mídia se insere como o contraponto, pois ao mesmo tempo em que critica o campo democrático e progressista, critica também o campo neoliberal e conservador, apesar de ser visível uma “docilização” nas críticas a esse último campo. É importante ressaltar que para a elite dominante não existe ideologia política entre esquerda e direita. Existe, obviamente, uma tendência e identificação forte com a direita (pela corrente neoliberal), mas por ser dominante, tanto políticos de partidos políticos brasileiros de esquerda, direita ou centro podem ser (ou já foram) dominados por essa elite. A mídia também atua no campo do discurso de convencimento ao passar que a austeridade fiscal é a única saída para a retomada do crescimento do país, legitimando assim reformas “antipovo” como a EC 95, a Reforma Trabalhista e o Projeto de Reforma da Previdência, e também outras medidas tanto de cunho econômico-social, quanto ideológicos e de costumes. A mídia também procura “fulanizar” a corrupção e atribuir esse problema apenas a classe política, deixando de lado a real corrupção que está no mercado, do

qual essa elite comanda e se alimenta. Discussão sobre o Sistema da Dívida Pública, por exemplo, dificilmente é noticiado ou discutido nas grandes emissoras de televisão ou jornais.

A privatização então se torna uma pauta muito presente nos governos neoliberais, sobretudo o do Bolsonaro, ultraliberal. Essa pauta é disseminada para os entes federativos (Governos estaduais e municipais) orientar suas políticas fiscais e econômicas (FNU, 2019f). Nos moldes da sua implementação que entra em cena os sindicatos e a luta trabalhista de resistência e enfrentamento, que é basicamente na fase de elaboração de decretos, leis e medidas provisórias. É importante destacar que existem sindicatos que defendem a privatização, seja por viés ideológico, ou pela oportunidade na relação custo/benefício. No Governo Temer, como mostrado, houve pouco espaço de discussões com a sociedade civil para tomada de decisões relacionada a privatizações. No Governo Bolsonaro não está sendo diferente, e essas tendências já foram mostradas por vários países da América Latina (CANDIA; SCHAFFELD, 2015). O mais curioso é que em pesquisa recente realizada pelo instituto Datafolha, a maior parte dos brasileiros revelou ser contra as privatizações (60%) (VEJA, 2019). “É uma bofetada no pensamento de uma elite que só tem como projeto vender a riqueza do país e o trabalho de seu povo” (BRITO, 2017, s./p.).

Na fase de implementação que ocorrem o chamado “toma lá dá cá”, a fim de viabilizar e executar os projetos elaborados, ou por outro lado barrar iniciativas do governo em privatizar estatais e serviços públicos. Nesta fase que os *interesses coletivos* são colocados em evidência. Observa-se que de um lado os *interesses coletivos* dos ambientalistas, comunidade cultural e, sobretudo, da universidade são apresentados, principalmente como forma de trabalhos científicos, relatórios técnicos de impactos das privatizações entre outros mecanismos de disseminação de informação. As instituições políticas, junto aos demais *interessados* pela privatização se organizam e procuram viabilizar a efetivação do processo, liberando emendas parlamentares em troca de votos e buscando superar barreiras estatutárias e legislativas para consecução da privatização dentro dos trâmites do parlamento brasileiro. Para os sindicatos e movimentos sociais, a resistência e o enfrentamento geralmente é a única saída para buscar atender seus *interesses coletivos*, pois um dos mecanismos exercidos para o enfraquecimento dos sindicatos é limitar os espaços institucionais e deliberativos para a participação sindical nas decisões sobre privatização.

Essa maneira de conduzir as políticas sobre privatização, onde os *interesses coletivos* dos adversários sobrepõem-se aos *interesses coletivos* dos trabalhadores e da sociedade acabam

gerando sentimentos e emoções de *injustiças* sociais, que são apresentados na próxima seção. Essa dimensão da consciência política dos sindicalistas entrevistados é fundamental para a sua atuação política, pois a *identificação de adversários e de interesses antagônicos* ao grupo a que pertencem permite “[...] mobilizar os indivíduos a agirem e coordenarem ações contra um objetivo específico seja este um indivíduo, um grupo ou uma instituição” (SANDOVAL, SILVA, 2016, p. 40). Por isso, compreender como e por que a classe dominante é a principal *interessada* nos mecanismos privatizadores permite que os sindicalistas enxerguem os propulsores das *injustiças* e das desigualdades sociais. A percepção do sujeito quanto aos *interesses* da classe dominante é determinante para configuração desta dimensão da consciência política, pois a dimensão dos *interesses coletivos* enfatiza o “[...] caráter antagonístico das relações de classe (na medida em que esses são conflitos de interesse) e no significado que o indivíduo atribui ao antagonismo em termos de obstáculos para lograr benefícios materiais e políticos” (SANDOVAL, 1994, p. 67).

7.3.2. Grupos sociais *injustiçados* pela privatização

Os impactos das privatizações são muitos, não apenas no âmbito trabalhista – foco desta pesquisa – como em outras áreas. No entanto, levando em consideração o entendimento dos sindicalistas entrevistados que foi verificada a dimensão da consciência política dos *sentimentos dos sindicalistas com respeito aos adversários*, destacando, sobretudo os grupos *injustiçados*.

É importante ressaltar que os *sentimentos de injustiça* têm origem na falta de reciprocidade social que os sindicalistas enxergaram ao longo de suas vidas e principalmente na sua atuação política nos sindicatos. As *crenças* de que a privatização contribuiu para o aumento das *injustiças* sociais mostra que os sindicalistas desacreditaram no equilíbrio das relações de reciprocidade (SANDOVAL, 2001) entre o governo e a sociedade, a qual os trabalhadores fazem parte. O Quadro 11 reúne os grupos sociais *injustiçados* com a privatização relatados pelos sindicalistas:

Quadro 11. Grupos sociais *injustiçados* com a privatização.

Sindicalista Entrevistado(a)	Setor representado	Grupos injustiçados
Nara	Saúde	População pobre
Geovani	Portuário	Sociedade brasileira; Classe trabalhadora
Nuno	Segurança	Sociedade brasileira; Classe trabalhadora; A base
Marcos	Bancário	Sociedade brasileira; Classe trabalhadora; Classe média; Trabalhadores negros; trabalhadoras mulheres
Andreia	Postal	Usuários do serviço postal; Trabalhadores do CORREIOS
Euzébio	Educação	Os pobres; Assalariados; Classe média
Hamann	Petrolífero/Energético	Os funcionários da PETROBRAS; Classe média; estudantes
Wander	Segurança	População penitenciária; Trabalhadores da segurança
Jeferson	Educação	Estudantes negros, indígenas, pobres e LGBTQI+; Pessoas que dependem do ecossistema; Trabalhadores da educação
Estevão	Saneamento	Trabalhadores; Sociedade capixaba

Fonte: Elaboração própria com base nos dados produzidos nas entrevistas.

Os sindicalistas consideram que as *injustiças* geradas pela privatização atingem grupos mais pobres e a classe trabalhadora, embora atinja também todo o conjunto da sociedade. É interessante colocar que alguns sindicalistas destacam que a privatização é *injusta* para as minorias, para os estudantes e também para as pessoas que sobrevivem do ecossistema, tendo em vista que o Jeferson (2018) considera que “[...] a privatização gera impactos ambientais sem limites”, como está sendo tristemente verificado nos casos dos rompimentos das barragens de Mariana – MG e Brumadinho – MG. Outro ponto interessante é compreender que a classe média sofre e sofrerá com as privatizações. Alguns sindicalistas destacaram a classe média como um dos grupos *injustiçados*, como no relato a seguir:

Os mais injustiçados são os mais pobres *né*? Assalariados que dependem do serviço público e não podem pagar pelos serviços privados. Mas eu acho que grande parte da classe média também. Se for pegar em termos proporcionais, por exemplo, quem paga mais plano de saúde? A classe média. Quem viaja mais? A classe média. A classe média paga em dobro praticamente. Mas se você for pegar políticas sociais de base, necessidades básicas de acesso a saúde, a educação *e tal*, segurança, você vai ver uma gama bem maior de pessoas pobres que são prejudicadas (EUZÉBIO, 2018).

Portanto, a ideia do modelo teórico dos grupos *interessados* na privatização visou expor que estes *interesses* desencadeiam em um sistema que aumenta a desigualdade no Brasil e causa uma enorme *injustiça social*, em que faz parte da dimensão dos *sentimentos com respeito aos adversários*. O próprio FMI deixou claro que políticas neoliberais aumentam a desigualdade (G1, 2016). No entanto, como será exposto no tópico seguinte, uma maior conscientização da

sociedade e dos trabalhadores é um ponto fundamental para os sindicatos visarem. Isso porque os interesses são latentes, nem sempre são expostos, a mídia muitas vezes os esconde, pois faz parte desse sistema que se beneficia de privatizações nefastas sem critérios estabelecidos, sem marcos regulatórios adequados (e transparentes). E recursivos porque sempre voltam, sempre estão presentes repetidas vezes na conjuntura política e econômica brasileira nos últimos 30 anos.

Longe de querer esgotar o fenômeno, o modelo teórico (Figura 6) buscou de modo elementar esclarecer e dar suporte a dimensão da consciência política em relação aos *interesses coletivos* em torno da privatização e dá base para a compreensão das configurações dos *sentimentos dos sindicalistas com respeito aos adversários*. As falas dos entrevistados bem como suas emoções de inconformidade, questionamentos, reflexões e esclarecimentos (suas *crenças, valores e expectativas sobre a sociedade*) proporcionaram a criação de um modelo para melhor apreender-se a configuração dessas dimensões da consciência política dos sindicalistas, que passam uma mensagem de que a privatização causa: lucros privatizados, prejuízos socializados.

Nesse sentido, a configuração da dimensão da consciência política dos sindicalistas *sentimentos com respeito aos adversários* indica que as relações de reciprocidade (SANDOVAL, 2001) não são efetivadas. As privatizações, mesmo com um discurso positivo sob o ponto de vista de melhorias sociais e econômicas, se contradizem na visão dos sindicalistas, bem como foi explicitado na dimensão anterior dos *interesses coletivos*. Os sindicalistas percebem nos *interesses antagônicos dos adversários políticos* a violação da reciprocidade, sendo processos sócio-históricos complexos (SANDOVAL; SILVA, 2016) e construídos no bojo das relações sociais e trabalhistas do Brasil. Quando a reciprocidade deixa de existir, emerge uma situação *injusta*, gerando descontentamento coletivo e protestos (SANDOVAL; SILVA, 2016), sendo onde as ações coletivas contra a privatização dos sindicalistas acabam se situando. Contudo, essas ações são efetivas? Existe eficácia política das ações organizadas pelos sindicalistas? O próximo capítulo traz os sentimentos de *eficácia política* dos sindicalistas, frente aos impactos da privatização no mundo do trabalho.

7.4. EFICÁCIA DAS AÇÕES COLETIVAS CONTRÁRIAS A PRIVATIZAÇÃO: A BUSCA POR UMA MAIOR CONSCIENTIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E DA SOCIEDADE

Manter o curso das ações coletivas contra a privatização é um desafio cotidiano dos sindicalistas. Para isso, a mobilização da sua base e também da sociedade é fundamental, mas apenas se concretiza mediante um processo de conscientização. A ideia que os sindicatos têm de conscientizar trabalhadores e sociedade surge na tentativa de atribuir uma maior *eficácia política* das suas ações coletivas, ou seja, atingir o maior número de objetivos traçados na elaboração das estratégias de mobilização e conseguir intervir nas situações políticas que são de interesses da coletividade representada.

A sindicalista Nara (2018) quando questionada sobre o atendimento das reivindicações dos funcionários dos hospitais, sobretudo os terceirizados, relata: “Então, aos poucos a gente vai tentando uma coisa ou outra. Mas assim... com muita, muita persistência!” Nara (2018) demonstra ainda em sua fala uma carga emocional de cansaço, demonstrando um sentimento de baixa *eficácia política* ao reivindicar os direitos dos funcionários, por conta de estes não serem atendidos na sua plenitude. Contudo, a Nara (2018) dá um exemplo do atendimento das reivindicações sobre a insalubridade dos funcionários. Muitos funcionários se encontravam com o processo de insalubridade arquivado há dois anos, sem perspectiva de recebimento desses direitos. Nesse sentido, o sindicato mobilizou os funcionários e conscientizou o setor de medicina do trabalho para a importância da agilidade e liberação dos laudos para o recebimento da insalubridade. Além de tudo, é importante ressaltar também, que o trabalho de conscientização do sindicato não se situa somente na liberação dos laudos, mas também na conscientização dos trabalhadores. Muitos trabalhadores “[...] estão muito preocupados em receber a insalubridade, mas não estão preocupados com a saúde deles, vivendo em ambiente insalubre [...]” (NARA, 2018).

Nuno (2018) ressalta que de 10 reivindicações apresentadas para o governo, em média apenas duas são atendidas, e isso afeta sobremaneira a mobilização do sindicato, pois a base sente que a *eficácia* das ações não é tão efetiva quanto gostariam. Contrapondo, o sindicalista Geovani (2018) acrescenta que o movimento sindical portuário do Espírito Santo vem tendo uma posição diferente comparado a outros lugares do país quanto às reivindicações contrárias as privatizações.

Nós temos tido também um avanço muito grande aqui no Espírito Santo. A gente consegue destoar do universo nacional. Temos acordos coletivos consolidados, nós temos uma boa fé negocial, muito melhor do que a gente acompanha no cenário nacional, *né?* E isso tem sido prazeroso, porque a gente consegue ter resultado, ainda que não no nível que gostaríamos, mas muito melhor do que a gente vê no nosso entorno (GEOVANI, 2018).

O sindicalista Geovani (2018) reforça as conquistas do sindicato, mostrando que os trabalhadores avulsos do porto têm previdência complementar, uma boa carteira de benefícios como plano de saúde, seguro de vida, seguro acidente, plano odontológico, bem como outros acordos coletivos conquistados pela luta do sindicato. Porém, Geovani (2018) reforça a necessidade de manter essa luta viva, sobretudo mantendo propostas concretas de colaboração que configuram os sentimentos de *eficácia política* das ações do movimento:

A gente não desiste de lutar! A gente tá sempre disposto a fazer o movimento necessário para alcançar um determinado objetivo. E somos propositivos também, nós não ficamos apenas *lá* com o pires na mão pedindo, nós também propomos melhores condições de investimento, de gestão. Acho que o sindicalista da área portuária do Espírito Santo – como um todo, sem distinção de nenhum companheiro da nossa área, ou de nenhum outro sindicato – tem um compromisso muito forte com isso, que é não ser apenas um pedinte, mas também ser um propositor de muitas alternativas que traz benefícios para toda comunidade portuária (GEOVANI, 2018).

O sindicalista Marcos (2018) salienta que as reivindicações do sindicato dos bancários além de não serem atendidas, são rechaçadas e taxadas de comunistas, *chavistas*, ou coisa do gênero. Para Marcos, existe um grande problema que é a omissão da sociedade civil, seja dos pequenos comerciantes ou produtores, seja dos próprios trabalhadores. Marcos aponta ainda que, por um lado, há um adormecimento social impulsionado principalmente pela manipulação ideológica que “domestifica” os cidadãos. Por outro lado, há uma dominação pela ameaça, pelo medo, seja o medo da violência física, seja o medo de você ser desconsiderado, ou de perder o emprego. Há uma insatisfação da sociedade, mas acompanhada de uma omissão, em que a figura de um salvador da pátria, sobretudo autoritário, é buscada para resolver os problemas, quando o cidadão deveria ser o ator fundamental no enfrentamento, na participação do processo de mudança social. O sindicalista Marcos (2018) relata também que: “há uma omissão dos inocentes, uma alienação realmente profunda. [...] E a conformação de que a vida sempre foi assim, que é a vontade divina, essas explicações que não explicam, *né?*”

O sindicalista Jeferson (2018) relata: “o Sintufes vem conseguindo manter a defesa da educação superior pública e conseqüentemente tem conseguido barrar algumas medidas privatizadoras do governo, sobretudo em relação ao hospital universitário”. Este hospital, mesmo tendo sua administração passada para uma empresa privada, ainda conta com os seus serviços sendo integrados no Sistema Único de Saúde (SUS), o que demonstra uma *eficácia*

política das ações. Já o sindicalista Hamann (2018) mostra como o judiciário teve um papel fundamental na *eficácia política* das ações coletivas do Sindipetro contra a privatização da Petrobras. Hamann (2018) chama atenção para a liminar expedida pelo Ministro do STF Ricardo Lewandowski, que direciona a necessidade de prévia autorização legislativa na venda do controle acionário das estatais. Ou seja, a privatização de algumas empresas estatais precisa passar pelo Senado Federal e pela Câmara Federal para que seja de fato efetivado o processo, como noticia o FNU (2019e), o qual levantou que um terço das privatizações de estatais federais depende de aprovação no Congresso Nacional. Nesse contexto, os sindicatos têm mais tempo e oportunidade de se organizarem para uma frente mobilizadora visando barrar as medidas privatizadoras.

É importante então situar que os sentimentos de *eficácia política* dos sindicalistas, que formam a suas consciências políticas, dizem respeito à capacidade de eles intervirem nas disputas políticas que participam, angariando assim conquistas de direitos, manutenção de direitos já conquistados e mudanças sociais e trabalhistas. No entanto, Sandoval (2001) ao formular o modelo de consciência política, baseia-se nas concepções de Hewstone (1989), estabelecendo três tipos de interpretações das causas que as pessoas contemplam frente às questões situacionais dos eventos políticos em que se engajam designada de Teoria da Atribuição.

Observando a teoria elaborada por Hewstone (1989), incorporada no modelo de consciência política de Sandoval (2001), o primeiro tipo de interpretação das causas é a atribuição dos fatos e acontecimentos às forças transcendentais, o que demonstra um sentimento de baixa *eficácia política* do sujeito, ou seja, o sujeito atribui às tendências históricas, desastres naturais e intervenções divinas como responsáveis pelas mudanças sociais. É possível observar nos relatos do sindicalista Marcos (2018) a convergência com esse primeiro tipo de atribuição. Para Marcos (2018), o sentimento de baixa *eficácia política* da sociedade é perceptível, tendo em vista que existe, segundo ele, uma conformação da sociedade brasileira a respeito da privatização e uma conformação atribuída à vontade divina. A omissão da sociedade, sobretudo de atores econômicos fundamentais para resgatar o quadro de melhoria do contexto brasileiro, demonstra uma baixa *eficácia política* e conseqüentemente sentimentos de conformismo, reações submissas e angústia social.

O segundo tipo de causalidade diz respeito à capacidade do próprio sujeito em lidar com alguma situação específica. Nesse escopo, o indivíduo busca “[...] soluções individuais para

situações sociais” (SANDOVAL; SILVA, 2016, p. 41). Nos relatos dos sindicalistas é possível observar a convergência com esse segundo tipo de atribuição, que são dos trabalhadores dos hospitais, representados pela sindicalista Nara (2018). A mesma relata que “[...] os trabalhadores buscam resolver o problema de insalubridade apenas para receber seus direitos, mas não para mantê-los, tampouco estão preocupados com sua própria saúde”. Ou seja, muitos trabalhadores procuram soluções individuais relacionadas a ordem monetária, para os problemas de todo o coletivo de trabalhadores dos hospitais. Nesse sentido, o sindicato se insere para organizar as reivindicações, sobretudo dos trabalhadores terceirizados. Sendo assim, a *eficácia política* dos trabalhadores é baixa, pois por muitas vezes procuraram seus direitos de forma isolada e sem se preocupar com todo o efetivo de funcionários dos hospitais que estão na mesma situação. A partir do momento em que a reivindicação é movida de forma coletiva, a *eficácia política* da ação é mais efetiva e os direitos são direcionados aos trabalhadores.

Este último ponto tocado anteriormente, a ação coletiva, é o terceiro tipo de atribuição de Hewstone (1989). Os sindicalistas entrevistados se encontram nesse espectro, pois suas ações demonstram que são atores sociais que buscam mudanças na sua própria realidade e na realidade da vida de outras pessoas, neste caso, dos trabalhadores que representam. Sendo assim, os sindicalistas demonstram dispor de uma maior *eficácia política*, tanto no âmbito dos seus sentimentos em continuar buscando instrumentos de mudança social e superação da angústia dos trabalhadores representados e de toda a sociedade que é impactada pela privatização, quanto das ações propriamente institucionalizadas, como é o caso da conquista do Sindipetro no âmbito jurídico relatada por Hamann (2018).

Considera-se relevante levantar essa questão, pois ao mesmo tempo em que os sindicalistas apresentam sentimentos de *eficácia política* relacionados ao terceiro tipo de atribuição de Hewstone (1989), é preciso que a sociedade e a base de trabalhadores também enxerguem o cenário político com essa percepção. Nesse sentido que a busca por uma maior conscientização dos trabalhadores e da sociedade é um ponto central para que os sindicalistas possam mobilizar uma massa significativa e capaz de promover mudanças nas medidas privatizadoras. Contudo, muitas questões podem ser levantadas, por exemplo, as várias formas de procurar conscientizar melhor a sociedade e promover mudanças na consciência política das pessoas a respeito dos impactos da privatização.

Os funcionários da Caixa Econômica Federal, por exemplo, procuraram protestar contra a privatização destacando o papel social que o banco exerce para a sociedade brasileira no que

diz respeito ao crédito para moradia, crédito para os negócios, abertura de concursos públicos para abrir uma oportunidade de um emprego estável, entre outras questões sociais oriundas da Caixa (FÓRUM, 2019). Além disso, os empregados distribuíram uma carta aberta ao presidente da empresa, não apenas resistindo as medidas de privatização como propondo melhorias no quadro organizacional do banco, convergindo com o relato do Geovani (2018), ao ressaltar que o Suport sempre busca também propor medidas de melhoria para a gestão dos portos do Espírito Santo. Essas formas de conscientização não destoam dos demais sindicatos entrevistados localizados no Espírito Santo, nem dos trabalhadores de muitas empresas estatais do Brasil, que tem ações coletivas sempre noticiadas em mídias alternativas.

Os sindicalistas entrevistados acreditam que para alcançar uma maior *eficácia política* é preciso primeiro conscientizar os trabalhadores acerca das injustiças sociais que a privatização promove e esclarecer os pontos relativos aos seus direitos, e também deveres. Segundo, é preciso conscientizar o usuário dos serviços públicos, pois segundo os sindicalistas, os usuários são fortemente impactados pela privatização dos serviços públicos. Assim, distribuição de cartilhas de conscientização enfatizando a importância de determinado serviço ser público e garantido constitucionalmente são mecanismos buscados pelos sindicatos.

O terceiro ponto é a conscientização de toda a sociedade brasileira, contemplando o papel fundamental da soberania nacional com a manutenção das estatais controladas pelo Estado. Além disso, o esclarecimento dos impactos da privatização no mundo do trabalho e em todo o conjunto da sociedade faz parte também da conscientização da sociedade, dando ênfase no aumento das desigualdades causada pela privatização, dos impactos ambientais e humanos, esclarecendo também, que esse amplo processo de privatização de diversos setores e serviços do Governo Temer, continuado e ampliado pelo Bolsonaro, vai à contramão de vários outros países (ELIAS, 2019a; ELIAS, 2019b; FONSECA, 2019; MUNIZ, 2019). Essa conscientização dos trabalhadores e da sociedade promovida pelos sindicatos configura a dimensão da consciência política da *vontade de agir coletivamente* contra a privatização, tanto no que diz respeito aos sindicalistas, quanto dos trabalhadores e da sociedade.

7.5. RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO A PRIVATIZAÇÃO: OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO ANTIPRIVATIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

Os desafios para construir um movimento de enfrentamento e resistência a privatização são enormes, e exigem recursos, dedicação e fortes coalizões de coletivos organizados. Nesta seção, procura-se apresentar as dimensões da consciência política mais instrumentais, em que a consciência política dos sindicalistas os direciona às ações coletivas e mobilizações, de diversas formas. Enfatiza-se também sugestões e possibilidade para a consolidação de um movimento consolidado antiprivatização no Estado.

7.5.1. Engajamento nas ações coletivas contra a privatização

Os sindicalistas entrevistados expuseram não apenas seu engajamento em questões político partidárias, como também as estratégias, os benefícios e as dificuldades para se motivarem a *agirem coletivamente* contra a privatização, bem como estratégias de fomento para que suas bases representadas possam internalizar uma *vontade de agir coletivamente* nas ações coletivas dentro do contexto discutido. A *vontade de agir coletivamente* contra a privatização passa por aspectos políticos partidários, haja vista que várias decisões e manutenção de políticas privatizadoras estão na esfera organizacional da política.

O Quadro 12 resume o partido político em que os sindicalistas eram filiados no período da realização das entrevistas, bem como o motivo da escolha por determinado partido (ou nenhum partido), e o questionamento da preferência partidária sendo afetada pela privatização.

Como se nota no Quadro 12 em seguida, há uma diversidade de posicionamentos político partidários, embora todos os sindicalistas afirmem que a privatização afeta sua preferência partidária. A privatização afeta, sobretudo, a consciência política dos sindicalistas e determinam suas posições contrárias a partidos favoráveis às políticas privatizadoras. Como é conferido no Quadro 12, pretere-se partidos políticos que são a favor da privatização tanto por terem demonstrando experiências privatistas fracassadas, quanto pela convicção de que a privatização não se volta a classe social mais pobre do país, tampouco atende as demandas da classe trabalhadora.

Quadro 12. Partido político dos sindicalistas entrevistados e os motivos da preferência partidária.

Sindicalista	Partido Político	Motivo	Privatização afeta a preferência partidária?
Nara	Não é filiado	Não tem interesse.	Sim, a privatização influencia a preferência por determinado partido na hora do voto. São refutados partidos que se posicionam a favor privatização.
Geovani	PT – Partido dos Trabalhadores	Projeto de inclusão.	Afetou, pois ampliou a visão sobre os impactos e proporcionou a <i>vontade de agir coletivamente</i> na luta contrária.
Nuno	PTB – Partido dos Trabalhadores Brasileiros	Por questão de legenda e ingresso na política.	Sim. O MDB e o PSDB mostraram que as políticas privatizadoras não são contributivas.
Marcos	PSOL – Partido Socialismo e Liberdade	Decepção com as medidas adotadas pelo PT, antigo partido a qual era filiado.	Não só a privatização, como um conjunto de medidas adotadas pelo PT fizeram com que a preferência partidária fosse afetada.
Andreia	É filiada, mas não quis informar o partido político	Questões ideológicas, sobretudo pelo alinhamento ao espectro político da esquerda.	A questão da privatização dar a certeza dos candidatos em que a sindicalista não votaria.
Euzébio	PT – Partido dos Trabalhadores	Buscar mudanças na esfera política federal do país, na época (Eleição do Lula).	Sim, mesmo o PT realizando algumas privatizações, elas não foram severamente impactantes para a vida dos mais pobres.
Hamann	Não é filiado	Não encontrou nenhum partido ainda que tivesse uma identificação.	Afeta. Partidos a favor da privatização são preteridos nas eleições.
Wander	É filiado, mas não quis informar o partido político	Convidado e convencido por um amigo.	“[...] determinado partido que apoia a privatização, lógico que a gente não é favorável” (WANDER, 2018).
Jeferson	É filiado, mas não quis informar o partido político	Lutar pelo serviço público, em defesa da opção do indivíduo, junto com outros movimentos que defendam a educação pública, saúde, emprego e contra emendas constitucionais prejudiciais ao trabalho.	Sim, dirigente sindical que não se preocupa com a privatização e apoia partido favoráveis à ela, não estão preocupados com as pessoas, tampouco com a classe de trabalhadores que representa.
Estevão	Não informado	Não informado.	Não informado.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados produzidos nas entrevistas.

É fundamental, portanto, que se capte a preferência partidária dos sindicalistas, pois a *vontade de agir coletivamente* passa eminentemente por questões organizacionais do arranjo institucional político brasileiro. Os sindicalistas, ao compreenderem os impactos que a privatização causa, e ao internalizarem em sua consciência política *sentimentos de injustiças*, como o não atendimento das demandas sociais e trabalhistas, tem a sua visão impactada e consequentemente sentem *vontade de agir coletivamente* na luta contrária, como elucidado pelo Geovani (2018). Por isso, é necessário que não se dissocie o campo das ações coletivas contra a privatização da esfera político partidária, embora ressalte-se que as questões organizacionais dos sindicatos e dos partidos políticos não devam fazer parte de uma mesma estrutura, mas, sobretudo, devam dialogar e *agirem coletivamente* em causas sociais e trabalhistas favoráveis ao mundo do trabalho.

Além disso, os resultados mostraram que a busca pelo engajamento das bases representadas nas ações coletivas passa pela necessidade de se expor a relação custo/benefício das ações coletivas, como é elucidado por Klandermans (1992). Notou-se que os sindicalistas entrevistados fazem parte de uma estrutura organizacional que os favorecem nas ações coletivas, o que é diferente da condição dos trabalhadores representados. Por isso, fomentar o engajamento da base é desafiador, havendo uma série de dificuldades, mas também benefícios. Por isso, procurou-se em um primeiro momento explorar as estratégias dos sindicalistas não somente a respeito das *Metas e Repertórios de Ações* que exercem no movimento sindical contra a privatização, mas também a respeito das estratégias para proporcionar um espaço organizacional adequado e chamativo, construtivo e aberto ao debate crítico, para convidar a base a se engajar nas ações coletivas e demonstrarem sentimentos de *vontade de agir coletivamente* contra a privatização. Para melhor situar essas estratégias, listou-se algumas abaixo:

- Divulgação das vitórias conquistadas das ações coletivas contrárias a privatização;
- Visitas e reuniões frequentes nos setores (departamentos) onde atuam os trabalhadores;
- Debates junto aos trabalhadores sobre a importância da ação coletiva contra a privatização;
- Cartazes informativos dos impactos negativos da privatização;
- Divulgação de informações no *site* do sindicato e em redes sociais;
- Assembleias, seminários, congressos, reuniões que discutam com a base acerca dos impactos da privatização no trabalho e na sociedade;
- Audiências públicas nas Assembleias Legislativas e na Câmara Federal.

As divulgações das informações são principalmente oriundas de meios alternativos de comunicação, e até mesmo tradicionais, que contemplam um conteúdo dos excessos que a privatização gera, seus impactos ao meio social, trabalhista, ambiental e humano, entre outras questões contraditórias e pouco divulgadas. Os sindicalistas esperam que com essa conscientização, possam fomentar a *vontade de agir coletivamente* da base representada e conseqüentemente se engajarem em ações coletivas contra a privatização.

Algumas matérias expõem contradições e impactos gerados pelas privatizações e são atributos utilizados pelos sindicatos para conscientização das bases. Por exemplo: a divulgação da venda de aeroportos pelo Governo Federal por menos da metade do preço de um avião

(SOUZA, 2019); a possibilidade da privatização condenar o Brasil a ser “empregado” dos países ricos (TAKAR, 2017); os reais serviços que prestam as agências reguladoras no Brasil (PURCHIO, 2019); propor reflexões sobre a privatização que ultrapassem a questão da redução do déficit como condição *sine qua non* para se privatizar as estatais brasileiras (CUNHA, 2019); entre outras questões que ao longo desta pesquisa foram enfatizadas. Os sindicalistas acreditam que informar suas bases com notícias esclarecedoras podem criar sentimentos para que os sindicalistas se engajem na luta e sintam *vontade de agir coletivamente* contra a privatização.

O relato da Sindicalista Andreia (2018) mostra bem que o convencimento e as estratégias de fomento para o engajamento nas ações coletivas são processos construtivos: “A gente acredita que a mobilização não se constrói só em época específicas. É uma construção de relação que você faz com o trabalhador, proximidade”. Por isso, é importante que se tenha debate com a base trabalhista, como foi visto na luta contra a privatização da Eletrobras, cujos dirigentes sindicais promoveram seminários para reorganizar a luta contra a privatização da empresa (FNU, 2019a). No setor de saneamento, também foram realizados seminários para discutir ações, junto com os trabalhadores, que pudessem impedir da Medida Provisória n° 844 que privatiza o saneamento no Brasil (FNU, 2019b).

Diante dessas reuniões e debates, considera-se importante também que o sindicalista atribua valor ao movimento sindical e as lutas pela defesa do trabalho. Deixar claro as dificuldades, o desgaste físico e psicológico na luta contra a privatização, o desgaste da imagem pessoal do indivíduo, são pontos levantados pela Nara (2018). A utilização de *sites* da instituição sindical e redes sociais parte da dificuldade dos sindicalistas em obter espaço na mídia tradicional. Porém, é interessante ressaltar também, a satisfação pessoal que as ações coletivas contra a privatização proporcionam, tendo em vista que o indivíduo está engajado em obter mudanças coletivas, não apenas individuais.

Diante dessas questões considera-se fundamental que a consciência política dos sindicalistas tenha conhecimento e controle das possibilidades instrumentais que a estrutura organizacional dos sindicatos pode proporcionar para a participação nas ações coletivas. Essas proposições perpassam, sobretudo, na relação custo/benefício que as ações coletivas contra a privatização podem proporcionar tanto aos trabalhadores, quanto aos sindicalistas. Conforme é esclarecido por Klandermans (1992), três aspectos são importantes na percepção dos indivíduos sobre as condições organizacionais e do contexto em que se inserem, dadas para eles participarem.

O primeiro aspecto diz respeito a relação custo/benefício centrada na lealdade pessoal. O segundo aspecto refere-se às questões materiais e monetárias; já o terceiro aspecto tem a ver com os riscos físicos percebidos considerando as situações específicas das ações coletivas. Nessa reflexão, é fundamental que os sindicalistas discutam e proponham suas estratégias para o engajamento das bases dentro dessa relação de custo/benefício. Não se trata de atribuir um objetivo maquiavélico para manipular e conjurar suas bases, pelo contrário, trata-se de expor de forma transparente os impactos da privatização e a possibilidade de enfrentamento e resistência aos impactos que ela gera ao trabalho e à sociedade. Por isso, propor *metas* e dispor de *repertórios de ações coletivas* são relevantes para o quadro futuro da participação sindical nesta arena de disputa.

7.5.2. Estratégias de mobilização e os indicativos de um movimento antiprivatização no Espírito Santo

A resistência e o enfrentamento da privatização são fenômenos reativos que vêm ocorrendo em vários lugares do mundo. Visando mitigar as *injustiças* para os trabalhadores e para a sociedade que necessita dos serviços públicos e das atividades essenciais das estatais, os sindicatos se reúnem e buscam reivindicar seus direitos. Um ponto a se destacar é a heterogeneidade das reivindicações contra a privatização, tendo em vista a complexidade do fenômeno, bem como a complexidade de direitos dos trabalhadores de cada setor da atividade econômica.

É importante então, destacar que a luta antiprivatização abarca diversas reivindicações e várias estratégias para mobilizar e fomentar os sindicatos e as bases a *agirem coletivamente* em defesa dos direitos individuais, coletivos da categoria, e dos direitos do conjunto da sociedade.

O Quadro 13 sintetiza com base na literatura recente sobre o tema, as diferentes reivindicações, estratégias de mobilização e conquistas em torno das ações coletivas contra a privatização realizadas por alguns sindicatos pelo mundo.

Quadro 13. Estratégias de mobilização contra a privatização presentes na literatura.

Reivindicação	Estratégias de mobilização	Conquistas	Estudo
Redução da carga horária que aumentou após a privatização de um metrô	1) Tomar cuidado na mobilização por conta da perseguição política; 2) reuniões em celebrações como churrasco, futebol, aniversários etc. (para fugir das perseguições políticas); 3) greves.	1) Reintegração de trabalhadores demitidos; 2) melhoria nas condições de trabalho; 3) contratação de mulheres para atividades que não exerciam comumente; 4) redução da carga horária.	Arias, Menéndez e Salgado (2015)
Contra a privatização de um hospital e pela melhoria da saúde pública	1) Coalizão com outros coletivos organizados (sindicatos de outras categorias, diretórios de estudantes, organizações de direitos humanos e partidos políticos de esquerda).	1) Disseminação do sentimento de luta por direitos sociais; 2) conscientização política da comunidade local para compreender seus direitos.	Beliera (2013)
Contra a privatização das obras sanitárias e reforma administrativa	1) Maior coesão da base; 2) fortalecimento da liderança; 3) formação cultural e política dos trabalhadores; 4) estendeu a oposição à privatização para a arena social; 5) envolveu a opinião pública instalando conflitos de opiniões.	1) Visualizavam que os métodos para se combater a privatização devem ser essencialmente mobilizadores; 2) envolvimento dos cidadãos locais.	Closa (2009)
Contra a privatização de uma empresa do setor energético/petrolífero	1) Criada uma Associação dos Trabalhadores contra a privatização; 2) resgates de lutas antigas; 3) coalizam com partidos políticos de esquerda; 4) protestos contra a privatização.	1) Ficou lembrado o destaque das greves e protestos da época.	Benclowicz (2010)
Contra a privatização de uma empresa de geração de energia elétrica	1) Engenhosa campanha de conscientização social; 2) interpelação forte; 3) caráter performativo da ação política; 4) caráter “multiorganizacional” que proporcionou ciclos de mobilizações em espaços além do sindicato.	1) Fortalecimento de uma identidade coletiva em torno da resistência coletiva.	Natalucci (2011)
Vetar a proposta de privatização do setor de saneamento no Brasil	1) Elaboração do emblema da campanha; 2) parcerias com empresas para apoio financeiro; 3) <i>folders</i> , <i>banners</i> , cartazes e adesivos distribuídos para políticos; 4) realização de fórum nacional; 5) realização de um seminário; 6) audiência com o Presidente da República; 7) envio de cartas ao Congresso Nacional com as críticas e pedidos de posicionamento.	1) Derrubou a proposta de privatização do governo; 2) a ação política coletiva da Frente constituiu uma decisiva instância de veto à agenda de privatização do saneamento.	Sousa e Costa (2011)

Fonte: Elaboração própria com base nos autores citados no quadro.

Nota-se em um primeiro momento que a luta antiprivatização não emerge somente da necessidade de se barrar a privatização, como também na (re)conquista de direitos que tenham sido perdidos após a finalização do processo (ARIAS; MENÉNDEZ; SALGADO, 2015). As conquistas podem vir a ser surpreendentes e desafiar as estruturas de relações naturalizadas nas organizações, como o caso de integração de mulheres em atividades que não exerciam antes da concretização da privatização da estatal (ARIAS; MENÉNDEZ; SALGADO, 2015). Em um segundo momento, mesmo as lutas sendo direcionadas no intento de barrar as privatizações – o que pode denotar um objetivo elementar – as estratégias de mobilizações são um tanto complexas e diversificadas, pois cada uma delas depende do contexto em que o movimento

sindical está inserido, bem como da capacidade de organizar a base para ações coletivas efetivas.

Desse modo, servindo como um ponto de partida para a discussão, é possível visualizar algumas estratégias de mobilização na literatura que podem reforçar e fundamentar estratégias utilizadas pelos sindicalistas entrevistados, apresentadas em seguida, embora seja fundamental também destacar as conquistas no campo da ação coletiva. Mesmo não atingindo o objetivo principal em alguns casos, que é o veto da privatização, os estudos expostos no Quadro 13 trazem uma série de conquistas que devem ser levadas em consideração quando se analisa as configurações da consciência política dos sindicalistas, tendo em vista uma série de emoções e sentimentos que surgem das lutas sociais e que influenciam as dimensões da consciência política dos sujeitos.

Por exemplo, o estudo de Natalucci (2011) e Palassi (2011) mostrou que houve um fortalecimento de uma identidade coletiva em torno da resistência coletiva do movimento contra a privatização, construído, sobretudo em ciclos de mobilização em espaços além do sindicato. Além disso, as ações coletivas contra a privatização podem servir como um mecanismo de conscientização política para que as comunidades locais compreendem seus direitos (BELIERA, 2013).

É importante ressaltar que as *metas e repertórios de ações coletivas* formam uma dimensão da consciência política que se caracteriza de maneira mais instrumental (SANDOVAL; SILVA, 2016), podendo fornecer elementos que podem colaborar com as dimensões da *eficácia política* das ações contra a privatização e a *vontade de agir coletivamente* em defesa dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores em torno da privatização.

Elaborou-se assim o Quadro 14 visando sintetizar as estratégias de mobilização dos sindicatos pesquisados, as reivindicações em torno da privatização, bem como as reivindicações que foram atendidas, mesmo que em partes.

Quadro 14. Estratégias de mobilização dos sindicatos pesquisados.

Sindicalista	Reivindicações (<i>Metas</i>)	Estratégias de mobilização (<i>Repertório de ações</i>)	Reivindicações atendidas
Nara (Saúde)	1) Diminuição de assédio; 2) horário de descanso; 3) insalubridade; 4) impedir a privatização de seis hospitais;	1) trabalho de conscientização em relação a insalubridade; 2) parceria com a medicina do trabalho para elaboração dos planos de conscientização; 3) conscientização dos usuários dos hospitais; 4) campanhas de assessoria jurídica para usuários dos hospitais; 5) caravanas em todas regiões do Espírito Santo;	1) Insalubridades pagas; 2) conseguiram barrar algumas privatizações.
Geovani (Portuário)	1) Garantia do emprego; 2) Respeitar as convenções coletivas; 3) Não permitir que haja mais privatização no setor portuário.	1) Participação em fóruns, debates; plenárias em nível nacional; 2) diálogo com políticos; 3) propostas para melhoria de investimentos e gestão para a área portuária; 4) ato público denominado “Abraço coletivo contra a privatização dos portos”.	1) Muitos benefícios conquistados, inclusive para os trabalhadores avulsos (previdência complementar, plano odontológico, seguro de vida entre outros).
Nuno e Wander (Penitenciário)	1) Obrigatoriedade de concursos públicos para agentes penitenciários e socioeducativos; 2) contra a privatização.	1) Seminários com o tema “privatizações”; 2) planos alternativos às privatizações; 3) reuniões com a base demonstrando a preocupação com a privatização; 4) apresentação de estudos de casos sobre experiências privatistas em outros estados; 5) audiências públicas apresentando dados concretos.	1) Conseguiram reverter as privatizações.
Marcos (Bancário)	1) Contra a privatização do Banestes; 2) setor financeiro público; 3) controle da sociedade civil via conselhos.	1) Elaboração de críticas aos abusos do sistema financeiro e dos bancos brasileiros, inclusive os públicos; 2) divulgação de informativos criticando a privatização, apresentando experiências comparativas; 3) Greves.	1) O Banestes ainda continua um dos poucos bancos estaduais que ainda é estatal.
Andreia (Postal)	1) Contra a privatização dos Correios.	1) Ações coletivas em praças públicas; 2) projeto para produzir um <i>outdoor</i> ; 3) seminários com sindicatos de outras categorias.	1) O Correios ainda permanece público, mas o setor passa por bastante dificuldades por conta de baixos investimentos.
Euzébio e Jeferson (Educação)	1) Educação de qualidade, acessível e com estrutura adequada; 2) professor valorizado; 3) manutenção do sistema de cotas; 4) universidade pública e de qualidade; 5) educação emancipatória;	1) Realizados dois seminários em relação ao Pacto pela Aprendizagem no ES; 2) encontro com a presença de mais de 300 professores; 3) documento enviado ao governo criticando o Pacto; 4) pressão nas Câmaras Municipais; 5) Greve; 6) visitas às escolas; 7) jornal impresso do sindicato; 8) panfletos; 9) convocar o povo para a rua, sobretudo os estudantes; 10) performances teatrais criticando a privatização.	1) Tem conseguido barrar as privatizações e defender a educação pública.
Hamann (Energético)	1) Defesa da soberania nacional; 2) <i>royalties</i> do petróleo para a educação e saúde.	1) Mobilizações na rua; 2) apoio a greve dos caminhoneiros; 3) ações judiciais; 4) ações ajuizadas contra a privatização; 5) audiências públicas; 6) diálogo com políticos do legislativo.	1) Nem uma única unidade do Espírito Santo foi colocada efetivamente a venda; 2) liminar do Ministro Ricardo Lewandowski (necessidade de prévia autorização legislativa na venda do controle acionário das estatais).
Estevão (Saneamento)	1) Manutenção da Cesan como estatal; 2) lutar contra a MP do Saneamento.	1) Diálogo com igrejas; 2) aproximação com as associações de moradores; 3) comunicação com as comunidades locais sobre a privatização, com a ajuda das organizações locais.	1) A Cesan ainda permanece estatal.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados produzidos nas entrevistas.

Um ponto interessante a se destacar nos relatos da Nara (2018), sintetizados no Quadro 14, são as caravanas realizadas pelo sindicato em todo o Estado do Espírito Santo. Essas caravanas tem o objeto principal de conscientizar os trabalhadores de todos os hospitais localizados nas diversas regiões do Estado, além de buscar conscientizar também a população a respeito das políticas privatizadoras do que elas podem causar aos serviços de saúde.

Nós do sindicato, junto com os trabalhadores das unidades locais... a ideia é levar *pra* fazer as ações coletivas na porta das unidades ou fazer em praças públicas, com mais movimentação e *tal*. Panfletar! Conversar *né?* Com a população. Levar som, levar diretoria das regiões, regionais! Porque o SINDSAÚDE é dividido em quatro. Tem a Sul, tem aqui [em Vitória] o Centro, tem a Norte 1 e a Norte 2. Então, juntamos os diretores daquela localidade, delegados sindicais... o máximo de pessoas *pra* tentar sempre otimizar tempo e financeiro. Porque se não a gente acaba perdendo um pouco o controle financeiro (NARA, 2018).

Observa-se, portanto, que a caravana é uma estratégia importante adotada para as ações coletivas do sindicato, contribuindo para a interlocução de todos os trabalhadores do Estado. Além disso, contribui para a aproximação do sindicato com os trabalhadores, pois a sindicalista Nara (2018) ressalta que a presença do sindicato passa aos trabalhadores uma sensação de maior interesse pelas causas deles, e consequentemente engaja mais pessoas e tem uma maior efetividade do que somente as diretorias locais promoverem ações coletivas. As ações coletivas contra as privatizações são realizadas com o conjunto de membros do sindicato distribuído em toda sua estrutura organizacional do Espírito Santo, fortalecendo as mobilizações e contribuindo para a resistência e o enfrentamento da privatização. No ponto de vista de Nara (2018):

[...] o SINDSAÚDE tá muito presente nesses históricos de terceirização aqui no Estado [Espírito Santo]. E eu ousa dizer que é o mais combativo hoje também. É o que mais faz mobilização, é o que mais conversa com os outros sindicatos, é o que mais tá mobilizando os outros sindicatos, *entende?* Mesmo que os outros sejam bastante combatentes, mas a gente *tá* integrando mais as pessoas, *tá* unindo mais.

Outro ponto interessante a se destacar são as estratégias de mobilização utilizando uma concepção propositiva. O sindicalista Nuno (2018) e Wander (2018) relatam que os seus sindicatos propõem planos alternativos às propostas de privatização do setor penitenciário, intentando implementar maneiras de resolução dos problemas do setor que não seja pela via privatizadora. Na mesma perspectiva, Geovani (2018) mostra que o sindicato do setor portuário se propõe não apenas a barrar as privatizações do setor, como procuram contribuir também com propostas de investimentos em áreas do setor que precisam alavancar as atividades e consequentemente promover um melhor ambiente de trabalho, como também propostas de modelos de gestão diferentes, que busquem um olhar diferenciado ao ser humano, aos funcionários, conforme foi evidenciado no estudo de Oliva (2002) a necessidade de melhoria e adaptação dos recursos humanos em empresas que passam, ou passaram, por processos de privatização.

Foi possível observar por intermédio do Quadro 14, que muitos sindicatos têm em seus *repertórios de ações coletivas* algumas estratégias mobilizadoras tradicionais, como a greve e

a panfletagem em praça pública enfocando os impactos negativos da privatização. Adotar estratégias grevistas contra privatizações tem se tornado um desafio no ano de 2019, e pode ser tendência para os anos seguintes, pois o Tribunal Superior do Trabalho (TST) estabeleceu que greve contra privatizações é abusiva (COELHO, 2019), e ainda pode ser descontado do salário os dias que os trabalhadores ficaram fora das suas atividades laborais contratuais (TEMÓTEO, 2019).

A busca pela disseminação da informação contrária a privatização é um ponto que os sindicatos vêm buscando, pelo que foi percebido nos relatos dos entrevistados. A procura por divulgar informativos via *outdoor* é uma alternativa buscada, bem como a utilização das redes sociais, jornais institucionais do próprio sindicato, espaços na mídia tradicional (e sobretudo alternativa), entre outras estratégias de ações. Outra estratégia utilizada que se considera importante destacar é a de diálogo com os políticos, sobretudo os legislativos. Muitos sindicatos adotam essa estratégia e esclarecem os *interesses* dos sindicatos e da classe trabalhadora, a fim de que possam construir coalizões e situar aos políticos as diretrizes necessárias que precisam para fazerem seu papel e defender os interesses da classe trabalhadora. Essa estratégia foi utilizada pelo Sindieleiro – MG, conseguindo que deputados, prefeitos e vereadores lutassem juntos contra a privatização (FNU, 2019d).

Mesmo que se tenha esboçado algumas *metas e repertórios de ações coletivas* dos sindicalistas entrevistados, há um desafio para se construir de fato um movimento antiprivatização no Espírito Santo que contenha em seu bojo estratégias de resistência alinhada com os objetivos de diversos setores que os sindicatos representam e um enfrentamento conjunto nas mobilizações sociais. Existem algumas barreiras ideológicas, inclusive, entre os sindicatos, que acabam tornando a coesão de um movimento antiprivatização um pouco mais distante. No entanto, essas barreiras não se mostraram fortes o suficiente para desmotivar os sindicalistas entrevistados.

Algumas premissas são fundamentais de serem levantadas, no sentido de poder produzir cenários que contribuem para a construção desse movimento. A sindicalista Nara (2018) esclarece que “[...] há uma enorme necessidade de renovação no quadro sindical, pelo menos em relação ao sindicalismo no setor da saúde”, que ela representa. Por ainda ser jovem (31 anos de idade), Nara (2018) reconhece que há sindicalistas que ficam muito tempo nos mandatos, mais do que propriamente podem contribuir, e a renovação vem com a possibilidade de reconhecer os assuntos e os anseios da atualidade, bem como compreender as atitudes e

necessidades iminentes no contexto da saúde. Claro que um indivíduo com mais idade no movimento trabalhista pode contribuir tanto quanto um mais jovem. A questão não é de desempenho, mas tão somente de disseminação e visão para o futuro da militância sindical, cuja inserção dos jovens nesse cenário se torna fundamental. O ponto de vista da sindicalista Nara (2018) converge com a seguinte reflexão:

[...] o desafio do sindicalismo é o de se conectar a um projeto de sociedade que vá ao encontro dos anseios e desejos dos trabalhadores do século XXI, cujo perfil precisa ser conhecido, considerando a sua heterogeneidade e as novas formas de trabalho. Esse não é um caminho fácil. Haverá muitos percalços, avanços e retrocessos. Isso porque essa crise não está afetando apenas a instituição sindical e é consequência, tanto da crise do trabalho que permeia a sociedade contemporânea, quanto de uma crise de representação da instituição sindical. Além disso, essa dinâmica tem uma dimensão que é social, política e econômica (LADOSKY; RODRIGUES, 2018, p. 72).

Diante do cenário desafiador para construção de um movimento antiprivatização, elaborou-se um sociograma das relações interinstitucionais (Figura 7) entre os sindicatos a partir dos dados das entrevistas que esclareciam as coalizões feitas pelos sindicatos, incluindo vários outros sindicatos que não foram entrevistados, mas que foram citados pelos entrevistados. Dessa forma, é possível ter uma visão prévia de um indicativo de relações organizativas entre os sindicatos no que se refere às ações coletivas contra as privatizações.

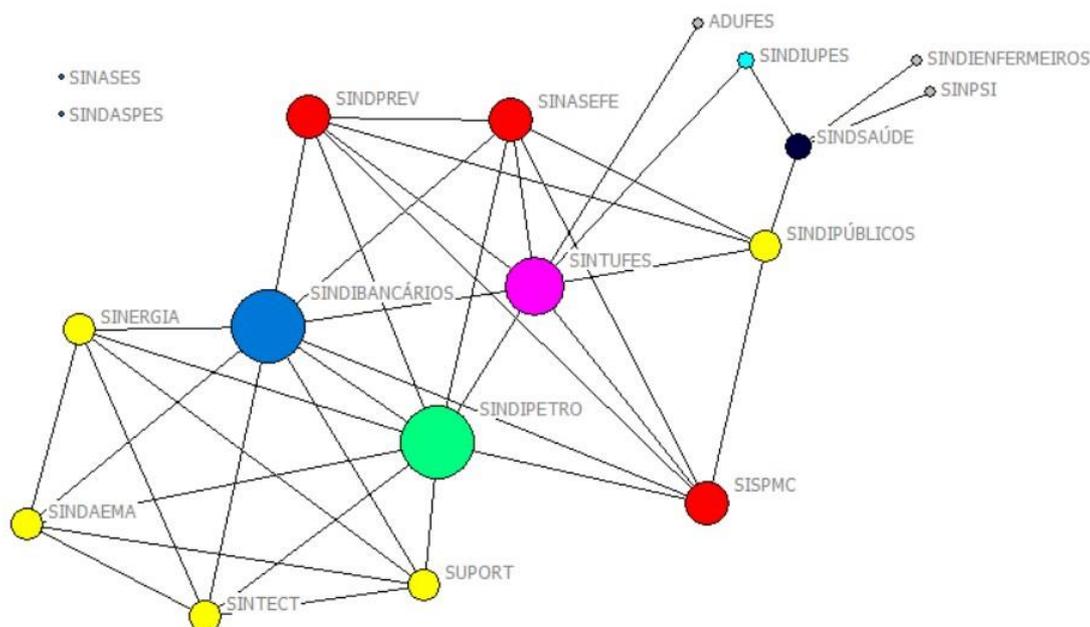


Figura 7. Sociograma relacional dos sindicatos em ações coletivas contra a privatização

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas.

Nota-se que há no cenário contemporâneo um movimento antiprivatização de coalizão entre os sindicatos se iniciando, tendo uma liderança forte do Sindipetro, Sindibancários e do

Sintufes, que foram os sindicatos entrevistados que mais realizaram ações coletivas em conjunto com outros sindicatos de outras categorias, ou da mesma categoria também. São relações interinstitucionais de ações coletivas que ainda se mostram frágeis em comparação com a possibilidade de relações que estes sindicatos poderiam realizar. Contudo, como já referido, demonstra um importante indicativo de um movimento antiprivatização no Espírito Santo organizado e institucionalizado como tal.

O sindicalista Marcos (2018) ressalta a existência do Comitê Público do Banestes Estadual, um comitê permanente que contribui sobremaneira para registrar e deliberar ações coletivas contrárias a privatização do banco. O sindicato do setor postal representado na pesquisa pela Andreia (2018) tem uma forte relação com o Sindipetro e organiza seminários e debates em conjunto, utilizando espaços universitários para dialogar com os trabalhadores e sociedade. Então, essas experiências mencionadas demonstram que há indicativos de um movimento antiprivatização acontecendo no Estado, mas que ainda não está consolidado e disseminado o suficiente. Além disso, já vem ocorrendo no Brasil fusões entre sindicatos como uma alternativa viável encontrada para sobreviver à crise (SILVA, 2019).

Neste contexto inovador, de mudanças para o movimento sindical no que diz respeito ao enfrentamento a privatização, contexto este desafiador, sugere-se algumas alternativas que possam contribuir com um movimento sindical mais efetivo:

- (1) Acredita-se que um movimento antiprivatização que não seja reativo, que não seja apenas de resistência, mas que seja um movimento proativo e propositivo, de enfrentamento as privatizações, é fundamental. Um movimento antiprivatização que conheça e se antecipe às estratégias do movimento privatizador, e que possa esclarecer e conscientizar a sociedade não durante o processo de privatização, mas antes que estes processos tramitem e ganhem visibilidade. Para isso, é preciso que os sindicatos se unam, pelo menos no que tange a troca de informações (e divulgação) sobre as políticas públicas e as diretrizes governamentais sobre as políticas privatizadoras, promovendo críticas e alternativas.
- (2) Formar junto com as Universidades pesquisas que elaborem marcos teóricos auxiliares na gestão de recursos humanos em empresas que estão em processos de privatização. O estudo da Oliva (2002) mostra que a falta de preparação do setor de recursos humanos pode influenciar negativamente o processo de transição de carreira

dos trabalhadores e provocar problemas psicossociais danosos à saúde e ao bem-estar dos indivíduos. Portanto, é um ponto a ser considerado, e mesmo com a incipiência de estudos, pode ser um ponto de partida para novas pesquisas na área organizacional e administrativa.

- (3) Aproveitar o diálogo e a aproximação com as Universidades a fim de proporcionar uma linha teórica relevante no que tange ao estudo das ações coletivas contra a privatização com enfoque no movimento sindical, não deixando de lado, claro, os demais movimentos sociais fundamentais para a manutenção de uma perspectiva participativa da sociedade. Essa proposta pode ser propulsora para uma maior mobilidade social no Brasil, pois estudo releva que pela via da educação a mobilidade social é uma realidade concreta (FGV, 2019).
- (4) Exigir dos políticos, sobretudo do quadro legislativo, a elaboração de leis que estabeleçam a necessidade de plebiscito para determinar a privatização de algum serviço ou ativo estatal. Essa medida já foi realizada no Rio Grande do Sul (MAINARDI, 2019), podendo ser uma alternativa a ser seguida e liderada pelos sindicatos do Espírito Santo.
- (5) Propor uma matriz diferenciada para o movimento sindical antiprivatização que tornem as mulheres inseridas no movimento também protagonistas das lutas, bem como sugere Leiva (2012). Algumas ações coletivas já demonstraram o protagonismo feminino nessa luta, como as mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que ocuparam a Nestlé contra a privatização das águas (SORIANO, 2018). Bem como no ato do dia 08 de março de 2019 das “Mulheres em luta contra a privatização” da Eletrobras.
- (6) Exigir das agências reguladoras e dos entes federativos, com ajuda de políticos, dados e estudos que expliquem a necessidade de se privatizar determinado serviço ou patrimônio estatal. Caso a privatização entre em processo, exigir a avaliação dos resultados da privatização das empresas, mas uma avaliação realizada por órgãos autônomos (de preferência institutos de pesquisa), que englobe perspectivas sociais, trabalhistas, humanas, ambientais, a despeito das mudanças econômico-financeiras alteradas nas empresas privatizadas. Esperar que auditorias de *big four*, ou internas, apontarão aspectos negativos de maneira crítica e rigorosa no âmbito social, trabalhista, ambiental ou humano, é uma ilusão.

- (7) Orientar para que as estatais tenham na sua visão, missão e valores, objetivos voltados para políticas de Estado, que contribuam para o desenvolvimento do país, que garanta a soberania nacional e sobretudo, para atender o bem-estar da população brasileira. Exigir que as estatais tenham uma concepção de política de Estado, em detrimento de uma política de governo alinhado apenas com o mercado, com foco apenas em resultados financeiros das estatais, pode proporcionar um indicativo de mudanças para o futuro do desenvolvimento do país e suas regiões.
- (8) Por fim, sugere-se que a luta contra a privatização abarque também a exigência da auditoria da Dívida Pública brasileira, e que torne disso uma questão paradigmática. Ter como meta um movimento antiprivatização que ponha em xeque a continuidade do sistema da Dívida Pública, ou seja, um movimento que contenha em seu bojo a exigência da auditoria da Dívida Pública pode vir a ter uma enorme efetividade e um propósito conjunto para todos os trabalhadores e sociedade brasileira. Essa união dos sindicatos em torno da exigência da auditoria da Dívida Pública já vem sendo discutida no cenário brasileiro (ABCD MAIOR, 2019). Para que essa ideia possa se concretizar e gerar resultados, é fundamental juntar-se com o projeto da Auditoria Cidadã da Dívida coordenada pela Fattorelli, colaborar com políticos que mantêm esse pensamento e militam para que a auditoria ocorra, e juntar-se com as Universidades em vista a reunir pesquisas e análises em várias perspectivas sobre a Dívida Pública brasileira. Esses são alguns caminhos a serem percorridos pelos sindicatos que a presente pesquisa propõe, para que possam consolidar um movimento antiprivatização no Espírito Santo coeso, antenado, diversificado, efetivo e transformativo para toda a sociedade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A privatização é um mecanismo muito utilizado por governos com forte viés neoliberal e que acaba nortear todos os cenários da vida das pessoas. No Brasil, a privatização obteve um grande destaque nos anos 1990, e voltaram com uma intensidade semelhante a partir das políticas neoliberais implementadas pelo Governo Michel Temer (MDB) iniciando-se no segundo semestre de 2016. Essas políticas ganharam continuidade e se fortalecem com o Governo Bolsonaro (PSL), sobretudo pela figura do Ministro da Economia Paulo Guedes, neoliberal reconhecido. Os impactos da privatização se assentam em diversas esferas da vida dos brasileiros, seja ela econômica, social, política, cultural ou trabalhista. Por afetar a esfera do mundo do trabalho, a privatização acaba, portanto, (re)configurando as organizações sindicais, colocando-se em cenários de disputa política contra perdas de direitos e contra a degradação das condições laborais.

A partir dessa premissa, os sindicalistas também são afetados pelas políticas privatizadoras, tendo em vista que são os sujeitos atuantes nos espaços organizacionais promovidos pelos sindicatos. Nessa perspectiva de impacto da privatização no mundo do trabalho, os sindicalistas se tornam atores relevantes na resistência e enfrentamento das políticas privatizadoras, pois visam mitigar ou cessar os impactos negativos. Nesse contexto organizacional e de disputa política, em que o movimento privatizador busca atributos que legitimam a efetivação dos processos de privatização, e os sindicatos e trabalhadores intentam resistir e enfrentar os impactos, compreender a participação sindical a partir do ponto de vista da consciência política dos sujeitos atuantes nesse cenário proporcionou elementos teóricos e empíricos relevantes e contributivos para mudanças nos arranjos organizacionais dos sindicatos que direcionam melhorias e efetividade para as ações coletivas contrárias as privatizações.

O Modelo Analítico da Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL; 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016) emergiu, então, como o marco teórico desta pesquisa, contribuindo para a compreensão das configurações da consciência política dos sindicalistas e também para o entendimento não apenas dos impactos que a privatização causa ao mundo do trabalho, e também a sociedade, como para o entendimento das dinâmicas participativas que a organização sindical contém em seu bojo. A busca pela compreensão das configurações das sete dimensões da consciência política propostas por Sandoval (2001); Sandoval e Silva (2016), proporcionou uma análise aprofundada do fenômeno da privatização discutido na perspectiva do trabalho, sobretudo a partir dos relatos

dos sindicalistas e das evidências teóricas e empíricas reunidas e apresentadas ao longo da pesquisa.

Frente a problemática levantada, o estudo objetivou compreender a consciência política e a participação dos sindicalistas em ações coletivas contra a privatização no Espírito Santo, fazendo um recorte temporal do Governo Michel Temer, que teve seu mandato entre agosto de 2016 e dezembro de 2018, mas não ignorando as perspectivas do Governo Bolsonaro que se iniciou em janeiro de 2019. Diante desse objetivo, apresentou-se um panorama dos processos de privatização do Governo Michel Temer, destacando a privatização no Brasil, e mais especificamente no Espírito Santo. Esse panorama apresentado foi reforçado com uma contextualização do movimento sindical e das privatizações no Brasil ao longo do século XX e XXI, bem como mostrado as contradições e mecanismos utilizados para legitimar e implementar as políticas neoliberais e as privatizações. O movimento privatizador procura, inexoravelmente, práticas neoliberais para poder facilitar e legitimar a privatização e atender seus *interesses coletivos*.

A diminuição da participação estatal na vida das pessoas por intermédio da privatização dos serviços públicos e das organizações estatais, da Emenda Constitucional 95 (PEC do Teto dos Gastos), da precarização do mercado de trabalho via reforma trabalhista e da previdência, e do enfraquecimento dos sindicatos, foram, e continuam sendo os principais mecanismos buscados para efetivar as privatizações. Considerando isso, os desafios lançados às organizações sindicais se tornam ainda maiores, pois o elo mais frágil da relação capital/trabalho é o trabalhador. Desse modo, os sindicalistas reposicionam suas ações e concepções e têm as suas consciências políticas (re)configuradas, pois os *sentimentos de injustiça* reforçam a necessidade de se posicionarem e se mobilizarem contra os *interesses* latentes e recursivos de diversos atores em torno da privatização, como foi apresentado nas análises deste estudo.

Por meio de uma metodologia que determinou o emprego de entrevistas semiestruturadas junto a 2 (duas) sindicalistas mulheres e 8 (oito) sindicalistas homens, de sindicatos posicionados contra a privatização no Espírito Santo, e uma abordagem qualitativa dos relatos das entrevistas, utilizando a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2006), com as sete categorias estabelecidas *a priori* a partir das dimensões da consciência política (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016), foi possível compreender essas (re)configurações da consciência política dos sindicalistas. Na busca por essa compreensão que

as dimensões no Modelo tiveram eminente destaque e foram contributivas para compreender a participação dos sindicalistas nas ações coletivas contra a privatização, bem como na compreensão dos elementos integradores da privatização. Essas dimensões se constituem como sentimentos e emoções, como discutido no referencial teórico desta pesquisa, sendo elas: (1) *identidade coletiva*; (2) *crenças, valores e expectativas sobre a sociedade*; (3) *Interesses Coletivos*; (4) *Sentimentos com Respeito aos Adversários*; (5) *Eficácia Política*; (6) *Vontade de Agir Coletivamente*; (7) *Metas e Repertórios de Ações*.

A consciência política dos sindicalistas se configura, portanto, de forma dinâmica, conforme proposto no Modelo de Consciência Política (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016), revelando uma forte *identidade coletiva* com o movimento sindical, e destacando uma *identidade coletiva* que busca propósitos coletivistas que reforcem a concepção deles e de seus representados, contrária à privatização. A *identidade coletiva* contra a privatização reforça as *crenças* em relação à privatização e constrói *os valores e as expectativas* que os sindicalistas têm sobre a sociedade e sobre o mundo do trabalho. A dinâmica da consciência política dos sindicalistas resgata a figura dos atores sociais implicados nos seus *interesses coletivos*, cujos atores coletivos antagônicos demonstraram *interesses* latentes e recursivos, dentro de uma dinâmica neoliberal e sistematizada. Neste contexto que emerge a dimensão dos *sentimentos com respeito aos adversários*, sobretudo na identificação dos grupos injustiçados e propriamente as *injustiças* sociais.

No ponto em que essas dinâmicas representadas anteriormente se relacionam com os sentimentos e emoções dos sindicalistas, estes passam a desenvolver suas percepções e intuições acerca da privatização, demonstrando assim seus sentimentos de *eficácia política*. Desse modo, aguça a *vontade de agir coletivamente* nas ações antiprivatização no Espírito Santo e no Brasil. Para isso, os sindicalistas põem em prática as estratégias de viabilidade das ações coletivas contra a privatização, atuando em três diferentes âmbitos que subsidiam as *metas e repertórios de ações*: jurídico; político e; participativo.

Para melhor compreender a dinâmica dos sindicalistas entrevistados, elaborou-se três tipologias de consciência política identificadas ao longo das análises. O primeiro tipo de consciência identificada foi uma **consciência política defensiva**. Este tipo de consciência demonstra uma posição de defesa dos interesses do serviço público e das estatais, numa perspectiva de manutenção dos direitos conquistados e reativa às políticas privatizadoras. Nesta categoria de consciência política, inserem-se as sindicalistas Nara; e os sindicalistas Nuno; e

Wander. A principal característica identificada foi de relatos relacionados às ações coletivas dos sindicalistas e dos trabalhadores representados voltados para manutenção de direitos dos funcionários terceirizados, bem como a manutenção de concursos públicos e a exigência de cumprimento dos acordos coletivos fixados.

Neste primeiro tipo de consciência política foi possível perceber que os sindicalistas são contra as privatizações, deliberam debates e disseminam informativos com esse teor, mas participam apenas oportunamente em situações que têm recursos organizacionais e materiais suficientes para reivindicarem direitos outrora conquistados, que a privatização iminente pode vir a comprometer ou retirar. Ou seja, as ponderações da relação custo/benefício são perceptíveis na consciência política defensiva.

O segundo tipo de consciência dos sindicalistas se identifica por uma **consciência política combativa**, ou seja, que tem concepções, identificações e sobretudo, ações, contra a privatização. A principal característica desta consciência política é a objetividade e a centralidade das ações coletivas em torno do veto da privatização. Os sindicalistas que demonstraram dispor desta consciência mostraram-se proativos às políticas privatizadoras, demonstrando conhecimento de toda a estrutura sistematizada e dos *interesses coletivos* em torno da privatização. Foram eles: Marcos; Andreia; Hamann e; Estevão. Um resultado surpreendente desta categorização foi que estes sindicalistas citados são os que representam os sindicatos das empresas estatais que estão sendo privatizadas, ou estão na iminência da privatização (Banestes, Correios, Petrobras e Cesan). Os demais sindicalistas são representantes de setores que prestam serviços públicos, sendo os da saúde, penitenciário, educação e portuário.

Diante disto, percebe-se que esse segundo tipo de consciência política demonstra que as ações coletivas destes sindicatos são voltadas para uma pauta permanente contra a privatização, pois a razão da luta política a favor da empresa pública e da soberania nacional se constitui fundamentalmente na manutenção da condição da empresa como estatal capixaba e/ou brasileira. Nesta categoria, os sindicalistas têm uma atuação política mais intensa, proativa e mais combativa, pois as pautas reivindicatórias, quase que integralmente, se relacionam com a privatização. A atuação jurídica nesta categoria também é intensa e o diálogo com políticos é constante. Há também uma característica forte de proposições alternativas à privatização, com foco muito voltado para questões estruturais, como a mudança do sistema financeiro em prol da sociedade, a mudança na política de preços do petróleo e da capacidade produtiva da

Petrobras, a procura por mudanças nas diretrizes político-institucionais do direcionamento dos *royalties* do pré-sal, as alternativas necessárias para os investimentos em infraestrutura do saneamento, entre outras questões.

Já o terceiro tipo de consciência identificada se constitui como uma **consciência política utópica**. Nesta categoria, há um forte lastro de emoções oriundas de acontecimentos históricos, retomada de lembranças de lutas passadas, menções assíduas e com forte sentimento de orgulho às minorias políticas, reafirmação da necessidade de acabar com a pobreza, desigualdade e injustiça social e também relatos de reafirmação da condição como um sujeito atuante e relevante na sociedade. Se identificam com uma consciência política utópica os sindicalistas: Geovani; Euzébio; e Jeferson. Essa consciência política denota dos sindicalistas uma capacidade de sonhar com o fim dos privilégios e das desigualdades, mas com a capacidade de compreender a realidade que norteia a conjuntura organizacional dos sindicatos. Os sindicalistas apresentaram ideias e posições contrárias as privatizações intensas, o que indicou uma *identidade coletiva* forte e decidida. O sentimento de solidariedade foi demasiadamente perceptível na consciência política utópica destes sindicalistas, bem como os *sentimentos de injustiças*. As ações coletivas dos sindicalistas que detêm essa consciência demonstram um forte viés de defesa aos pobres e minorias, pois acreditam que a privatização atinge primeiro, e deliberadamente, essas pessoas.

Em primeiro lugar é importante esclarecer que não se pretende sobrepor, tampouco valorar alguma dimensão do Modelo da Consciência Política às outras dimensões. Essas dimensões se relacionam e interagem entre si, e ainda, se perfazem. Só foi possível compreender as configurações da consciência política dos sindicalistas entrevistados por intermédio da relação e interação entre todas as dimensões do modelo teórico. Além disso, as configurações da consciência política dos sindicalistas proporcionaram também o aprofundamento e análise mais ampla das facetas da privatização. Em segundo lugar, os tipos de consciência política elaborados se estabelecem como um nexos teórico que visam contribuir para melhor compreensão das dinâmicas da consciência política dos sindicalistas. A ideia não foi julgar uma consciência política melhor, ou mais importante que a outra, mas esclarecer que os sujeitos desta pesquisa, ao mesmo tempo em que são contra a privatização, organizam suas ações e as ações dos seus sindicatos de maneiras diferentes, que ultrapassam a capacidade de determinação deles como sujeito ativo na organização sindical.

Adentrar, portanto, o campo dos estudos organizacionais, na perspectiva do trabalho, a partir da percepção e relatos dos sujeitos atuantes nas organizações do trabalho, produzem resultados analíticos diferenciados, tal como foi mostrado neste estudo, além de pontos de vistas que podem se distinguir e surpreenderem o campo teórico dos estudos organizacionais. As organizações sindicais são atores relevantes no processo de mudança nas relações de trabalho do Brasil contemporâneo, e mesmo que estejam em posições desfavoráveis e desafiadoras, são atores que contribuem para a compreensão de muitas injustiças sociais e trabalhistas que vem ocorrendo neste século XXI.

A participação dos sindicatos nas ações coletivas contra as privatizações, e a sua atuação como organizador e mobilizador de pessoas frente aos retrocessos e ataques das políticas neoliberais, são essenciais na luta pelos interesses coletivos dos trabalhadores e da sociedade. Por isso, os estudos sobre a participação sindical, em especial contra as privatizações, são contributivos para os estudos organizacionais, não apenas por estabelecer que o mundo do trabalho é constituído pelos trabalhadores, que têm relevância central, mas também por mostrar que os arranjos organizacionais dos sindicatos e seus repertórios de mobilizações são determinantes para a organização do trabalho e para a resistência na manutenção dos direitos sociais e trabalhistas que a privatização ameaça. E ainda, os sindicatos, no Governo Bolsonaro, se deparam com um cenário mais desafiador ainda, pois o viés neoliberal e conservador deste governo lança uma nova situação, ainda difícil de se analisar, no cenário das relações de trabalho e no sindicalismo brasileiro. Por isso, o campo dos estudos organizacionais aliado as abordagens teórico-analíticas da consciência política podem fundamentar pesquisas contributivas para compreensão de novos fenômenos e acontecimentos contemporâneos.

No campo dos estudos organizacionais que enfatizam a privatização e seu impacto no mundo do trabalho, algumas pesquisas trouxeram contribuições importantes que foram apresentadas ao longo deste estudo. No entanto, muitas pesquisas enfocaram apenas a organização que estava sendo ou foi privatizada, ou o setor público que estava passando por processos de privatização. Não se pretende aqui dirimir estas pesquisas, muito pelo contrário. O que se pretende é destacar a diferenciação destas pesquisas reunidas quando comparadas com a presente pesquisa realizada, que se debruçou ao estudo do impacto da privatização no mundo do trabalho, na perspectiva sindical, de diversos setores da economia que vêm sendo privatizados, ou que estão na iminência. Neste sentido, buscou-se contribuir com o escopo de pesquisas dos estudos organizacionais ampliando a análise sobre as privatizações para diversos

setores, e buscando compreender os elementos inerentes a este fenômeno que passe para a sociedade um ponto de vista alternativo sobre as privatizações e seus impactos.

Neste sentido, colaborou-se com as organizações sindicais que pretendem verificar um panorama de privatizações contemporâneo no Brasil e no Espírito Santo, bem como uma releitura teórica que contextualiza o movimento sindical e a privatização ao longo do século XX e XXI no Brasil. Além disso, contribuiu-se também com propostas alternativas para o veto das privatizações, em que considera-se fundamentais para que o movimento sindical que luta contra a privatização, possa refletir sobre suas possibilidades e limites de atuação participativa e coalizões para o fortalecimento e reposicionamento da organização sindical no cenário contemporâneo. Buscou-se, sobretudo, apresentar pontos que podem servir como ponto de partida para a construção de um movimento antiprivatização consolidado no Espírito Santo, tendo em vista que o estudo mostrou que ainda não há um movimento antiprivatização institucionalizado e consolidado entre os sindicatos e as centrais sindicais atuantes no Estado, embora exista e ocorra coalizões entre sindicatos para ações coletivas contra as privatizações. Sugeriu-se também temas e questões a se tornarem paradigmáticas para as organizações sindicais discutirem, debaterem com a sociedade e repensarem frentes de atuação, como é o caso da Dívida Pública no Brasil e sua relação com a privatização.

Como limitação, confere-se que o movimento sindical, de uma maneira mais ampla, pode e deve receber diversas sugestões contributivas para o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade, sobretudo no cenário neoliberal em que o Brasil passou no Governo Michel Temer e passará no Governo Bolsonaro. No entanto, o propósito da pesquisa se voltou para o fenômeno da privatização, que mesmo sendo um fenômeno complexo que abarca diversos elementos do movimento sindical, procurou-se enfatizar o posicionamento dos sindicatos a respeito apenas desse tema, bem como alternativas contributivas para a resistência e o enfrentamento da privatização. No entanto, entende-se que a abordagem teórico-analítica de outras questões norteadoras do movimento sindical poderia ser contributiva para o aprofundamento da discussão.

O estudo se limita também a quantidade de entrevistados e a aplicação de apenas uma entrevista semiestruturada com cada sujeito. A ampliação do número de entrevistados poderia proporcionar outros relatos e pontos de vista contributivos para o estudo. Já em relação a entrevista, entende-se que a aplicação de uma entrevista, conforme foi realizada, junto com uma sessão de grupo focal que discutisse os resultados oriundos das entrevistas, pudesse contribuir

intensamente com uma dinâmica diferente da consciência política dos sindicalistas acerca da luta contra a privatização. Limitou-se também, ao focalizar apenas sindicatos, tendo em vista que as centrais sindicais poderiam proporcionar também informações interessantes, contributivas e que auxiliassem em um maior entendimento da dinâmica participativa dos sindicatos e das *metas e repertórios* que as centrais sindicais têm contra as privatizações, tendo em vista que atuam também em âmbito nacional.

Por isso, sugere-se que futuras pesquisas entrevistem e realizem grupos focais com sindicalistas líderes das centrais sindicais de estatais e setores que estão na iminência da privatização, considerando que a gama de informações e capacidade organizacional e mobilizadora desses atores são mais amplas, pois atuam em nível nacional e contam com uma quantidade de trabalhadores organizados bem maior.

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar como marco teórico o Modelo Analítico da Consciência Política (SANDOVAL, 2001; SANDOVAL; SILVA, 2016), com auxílio de um roteiro de entrevista semiestruturado, separado pelas dimensões do modelo, para captar e reunir os relatos, sentimentos e emoções inerentes aos sujeitos pesquisados. Desse modo, recomenda-se que o roteiro seja mais coeso e mais aberto, tendo em vista que um roteiro longo e com muitas perguntas podem prejudicar as entrevistas de campo e produzir dados insuficientes ou que não atendam às expectativas. Recomenda-se também, que as perguntas relacionadas as dimensões mais instrumentais do modelo sejam também perguntas instrumentalizadas, pois podem facilitar no momento das análises que captam as formas de mobilizações e as metas traçadas pelos sujeitos participativos.

Por fim, este estudo foi extremamente desafiador para o pesquisador, embora tenha sido uma experiência eminentemente contributiva para a sua formação como pessoa, como profissional, e como sujeito político atuante na vida social. Desafiador porque o campo de estudos sobre a privatização é extenso, complexo e multidisciplinar, o que torna a pesquisa um nexo de limites – como, por exemplo, a escolha dos sindicatos e sindicalistas, dos setores a serem privatizados e da escolha do instrumento de produção de dados mais adequados dentro dos prazos institucionais – mas também tornou uma pesquisa carregada de possibilidades, sobretudo mediante o elo que a privatização tem com diversos fenômenos institucionais e sociais, como o funcionamento das políticas de Estado, das políticas de Governo, da dinâmica da Dívida Pública, da Reforma da Previdência, Trabalhista, da Emenda Constitucional 95, entre outras diversos fenômenos relevantes.

Isso implica que explorar o campo de estudos da privatização proporcionou ao pesquisador – e pretende proporcionar o mesmo aos leitores – a compreensão de que os fenômenos político-institucionais brasileiros contemporâneos se conectam e se relacionam incessantemente com as políticas privatizadoras, o que acaba inserindo na área dos estudos organizacionais diversos campos teóricos e perspectivas relevantes que dão uma maior robustez nas análises das dinâmicas dos fenômenos político-institucionais conectado ao estudo das organizações e de atores sociais implicados nos processos que norteiam a privatização.

As evidências empíricas mostraram que as consequências e impactos no mundo do trabalho não foram outros, se não, um generalizado arranjo de problemas psicossociais e laborais que se transpôs na vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, corroborados pelos relatos dos sindicalistas entrevistado. E isso, tão somente indica um reflexo da privatização no mundo, pois o panorama internacional não destoa dessa lógica, mesmo tendo características peculiares de cada região. É nesse sentido que se pretende defender nesta pesquisa, que o processo de privatização seja democratizado e humanizado, para minimizar os impactos nos trabalhadores que é o elo mais fraco da relação capital/trabalho. Fornecer suporte social aos trabalhadores durante os processos de privatização pode contribuir também para minimizar injustiças sociais.

Chama-se atenção também não apenas para posicionar o debate em torno dos impactos da privatização no mundo do trabalho, como também para as possibilidades de mitigação da injustiça social e da injustiça no trabalho. O fortalecimento das instituições regulatórias que enfatizem a fiscalização do cumprimento dos serviços e das melhores condições de trabalho, bem como a transparência nos processos de privatização que se baseiem em marcos regulatórios adequados, são mecanismos que podem ser fortalecidos a fim de mitigar injustiças. Além disso, a adequação das políticas de gestão de pessoas durante os processos de privatização é preponderante para a transição profissional que os trabalhadores estão submetidos e para se obter qualidade de vida, pois não é necessário impor o sofrimento no trabalho durante processos de mudanças organizacionais.

A busca pela compreensão e contribuição teórica para um campo de atuação organizacional dos sindicatos possibilitou ao pesquisador a desconstrução de estereótipos e de pontos de vistas pautados no senso comum naturalizados nas estruturas sociais contemporâneas da conjuntura brasileira. Compreender os fenômenos norteadoras da vida social dos indivíduos, as injustiças sociais e os mecanismos utilizados para legitimar práticas que nem sempre são

razoáveis, ou necessárias – como se mostrou o fenômeno da privatização Brasil – são impulsionadores do desejo de mudança e luta por transformação social, seja esta luta da forma que for possível e no espaço em que foi dado, como é o caso da realização deste trabalho inserido no espaço de produção de reflexões críticas, construtivas e contributivas para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABCD MAIOR. **Dom Cipollini pede união dos sindicatos para exigir auditoria da dívida pública.** ABCD Maior: Cidades, fev., 2019. Disponível em: <http://abcdmaior.com.br/index.php/2019/02/07/dom-cipollini-pede-uniao-dos-sindicatos-para-exigir-auditoria-da-divida-publica/>. Acesso em: 21 de mar. 2019.
- ABRAMOVITZ, M.; ZELNICK, J. Privatization in the Human Services: Implications for Direct Practice. **Clinical Social Work Journal**, v. 43, p. 283-293, 2015.
- ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr., 2018.
- AGÊNCIA BRASIL. **Brasil deixa de arrecadar R\$ 354 bilhões com renúncias fiscais em 2017.** Época: Negócios, jun., 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/06/brasil-deixa-de-arrecadar-r-354-bilhoes-com-renuncias-fiscais-em-2017.html>. Acesso em: 23 de nov. 2018.
- AIZICZON, F. Trayectorias militantes, izquierda y política sindical: la intervención del MAS en Sierra Grande a través de las vivencias de un obrero minero, Patagonia Argentina (1988-1991). **Izquierdas**, n. 31, p. 46-70, dez., 2016.
- ALMEIDA, M. H. T. Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil. **Dados**, v. 42, n. 3, p. 421-451, 1999.
- ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “Década Neoliberal” (1990-2000). **Revista Sociologia Política**, v. 19, p. 71-94, nov., 2002a.
- ALVES, G. **Sindicalismo e Utopia Social no Brasil do Século XX:** Breves considerações sobre Anarquistas, Comunistas e Novos Sindicalistas. In: Seminário 80 anos do Movimento Comunista no Brasil, Marília, UNESP, mai., 2015. 2002b.
- ANDALUIZA, E.; BOSCH, A. El comportamiento político. In: ANDALUIZA, E.; BOSCH, A. (Orgs.). **Comportamiento político y electoral**. 3. Ed. Barcelona: Editora Ariel, S. A., 2009, p. 15-61.
- ANDREIA (SINDICALISTA).** [30 de ago. 2018]. Entrevistador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto. Vitória, ES, 2018. 1 arquivo .m4a (57:35 min.). 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida no Sintect – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos do Estado do Espírito Santo.
- ANSARA, S. Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. **Psicologia Política**, v. 8, n. 15, p. 31-56, jan./jun., 2008.
- ARIAS, C. C.; MENÉNDEZ, N. D.; SALGADO, P. D. The Double Confrontation of Grassroots Unionism in Argentina: Union Democratization and Defense of Working Conditions. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 2, p. 12-29, 2015.
- ARNSTEIN, S. R. Uma escada de participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan., 2002.

AZEVEDO, S.; MELO, M. A. A Política da reforma tributária: federalismo e mudança. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 12, n. 35, p. 154-179, fev., 1997.

AZMAT, G.; MANNING, A.; VAN REENEN, J. Privatization and the Decline of Labour's Share: International Evidence from Network Industries. **Economica**, v. 79, p. 470-492, 2012.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Orçamento Federal da União Executado em 31/12/2018**. Dados do Sistema Integrado De Administração Financeira Do Governo Federal – SIAFI. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2019/02/grafico-2018.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. O. Determinantes das atitudes do eleitorado brasileiro com relação à privatização e aos serviços públicos. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 38-56, abr./mai., 2006.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. PPP, concessão e privatização: quais as diferenças? 28 de outubro de 2016. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/tipos_desestatizacao. Acesso em: 05 de jul. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. Ed. Lisboa: Edições 70, 2006.

BELIERA, A. “En defensa de la salud pública”: Notas sobre las acciones colectivas de los/as trabajadores/as del Hospital Castro Rendón frente a las reformas neoliberales. **Trabajo y Sociedad**, n. 20, p. 355-373, 2013.

BENCLOWICZ, J. D. La lucha contra la privatización de YPF en Tartagal y Mosconi 1988-1991. **Trabajo y Sociedad**, v. 14, n. 15, p. 93-110, 2010.

BOCCANERA, N. F. A privatização das empresas estatais como pré-requisito para implementação de um regime econômico neoliberalista. **Brasília**, v. 35, n. 138, p. 25-29, abr./jun., 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. **Lei Nº 13.334, de 13 de setembro de 2016**. Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF, set., 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017**. Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei no 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, e altera a Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Brasília, DF, jun., 2017.

BRASIL. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3

de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, Brasília, DF, jul., 2017.

BRITO, F. **70% são contra privatizar, uma bofetada do povo na elite.** Diário do Centro do Mundo: Política, dez., 2017. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/70-sao-contra-privatizar-uma-bofetada-do-povo-na-elite-por-fernando-brito/?fbclid=IwAR2jY2zdMW-C0xpFr2zb88pi868tpaSRTNEytUVOquT8DqQX6X7la5dF6Fo>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

CALDEIRA, J. P. **ONU diz que Brasil tem o minuto de celular mais caro do mundo.** Jornal GGN, out., 2013. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/onu-diz-que-brasil-tem-o-minuto-de-celular-mais-carro-do-mundo>. Acesso em: 21 de nov. 2018.

CANDIA, J. C. G.; SCHAFFELD, F. Z. Reformas estructurales y su impacto en las bases de poder del sindicalismo chileno y uruguayo. **Trabajo y Sociedad**, n. 24, p. 5-32, 2015.

CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina.** São Paulo. Editora UNESP, 2000.

CARDOSO, A. M. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno C R H**, v. 28, n. 75, p. 493-510, set./dez., 2015.

CARDOSO, I. V. C. P. O mundo do trabalho após a doutrina neoliberal no Brasil: privatização e flexibilização no contexto de crise econômica. **Revista Pegada**, v. 17, n. 1, 2016.

CAREY, M. Everything Must Go? The Privatization of State Social Work. **British Journal of Social Work**, v. 38, p. 918-935, 2008.

CARNEIRO, J. D. **Enquanto Rio privatiza, por que Paris, Berlim e outras 265 cidades reestatizaram saneamento?** BBC Brasil: Notícias, jun., 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40379053?fbclid=IwAR0JmFDiAdSre4Lkjvj-8nkI2OJdTqqrV1P3k9U6r2ER3hBA1umFzOLNHMU>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

CARNEIRO, R. **A crise econômica, o legado de Temer e a eleição.** Carta Capital: Economia, jan., 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/987/a-crise-o-legado-de-temer-e-a-eleicao>. Acesso em: 22 de nov. 2018.

CARRIERI, A. P. C. A transformação das identidades de uma empresa de telecomunicações antes e depois de sua privatização: um estudo de metáforas. **Organizações & Sociedade**, v. 9, n. 23, jan./abr., 2002.

CARRIERI, A. P. Privatization at peripheral countries: a Brazilian example Telecommunications. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 10, n. 4, p. 1-17, jul./ago., 2004.

CARTA CAMPINAS. **Capitalismo de oligopólio:** apenas 4 bancos concentram quase 80% dos financiamentos do Brasil. Carta Campinas: Economia e Política, out., 2017. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2017/10/capitalismo-de-oligopolio-apenas-4-bancos-concentram-quase-80-dos-financiamentos-do-brasil/>. Acesso em: 20 de nov. 2018.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHADE, J. **Brasil tem uma das telefonias mais caras do mundo, aponta estudo**. O Estado de São Paulo, nov., 2014. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-uma-das-telefonias-mais-caras-do-mundo-aponta-estudo,1597228>. Acesso em: 20 de nov. 2018.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 111, 2010.

CLOSA, G. Los sindicatos en contra: luchas y protestas por el ajuste en Córdoba. El sindicato de obras sanitarias y su enfrentamiento con el estado provincial. **Revista Escuela de Historia**, v. 8, n. 2, p. 1-11, jul./dez., 2009.

COELHO, G. **Greve contra privatização de estatal é abusiva, define TST**. Consultor Jurídico, fev., 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-fev-11/greve-privatizacao-estatal-abusiva-define-tst?fbclid=IwAR28hhVFUQXBvW6v39RxuYnlamY_JVV-xlnHQflsSEyHZiT7P1wDu8JgYKA. Acesso em: 21 de mar. 2019.

COLBARI, A. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, E. M. (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Vitória: EDUFES, 2014. p. 241-274.

CORREIA, L. R. Os “inimigos da pátria”: repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979). **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 67, p. 13-37, 2014.

COSTANTI, G. **‘Tudo indica que estamos no caminho da privatização dos Correios’**. Carta Capital, mai., 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/Tudo-indica-que-estamos-no-caminho-da-privatizacao-dos-Correios>. Acesso em: 11 de mai. 2017.

COSTA, G. P. **Consciência Política e Cidadania Mediadas pela Participação Política: Um Estudo de Caso em Porto Alegre**. 2006. 426f. Tese (Doutorado em Psicologia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

COSTA, G. P. Um estudo sobre cidadania e políticas públicas em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 4, p. 75-103, nov., 2007.

COSTA, M. S. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005.

COSTA, M. S. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, p. 1-16, jul./dez., 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CRUZ, D. **Concessões: a privatização nos dez anos de governo do PT**. PSTU, 2013. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/concessoes-privatizacao-nos-dez-anos-de-governo-do-pt/>. Acesso em: 20 de dez. 2017.

CUNHA, D. **Privatizações: Uma reflexão para além do déficit**. Carta Maior, o portal da Esquerda, dez., 2018. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Historias-do->

[Futuro/Privatizacoes-Uma-reflexao-para-alem-do-deficit/48/42846](#). Acesso em: 20 de mar. 2019.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Balanco das greves de 2017**. Estudos e Pesquisas, São Paulo, n. 87, set., 2018.

DRUCK, G. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. **Trabalho, Educação & Saúde**, v. 14, n. 1, p. 15-43, 2016.

DWECK, R. H. O movimento de privatização dos anos oitenta: reais motivos. **Nova Economia**, v. 10, n. 2, p. 145-170, 2009.

ELIAS, J. **Privatizar é ideal? 884 serviços caros e ruins foram reestatizados no mundo**.

Uol: Economia, mar., 2019a. Disponível em:

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/07/tni-884-reestatizacoes-mundo.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral. Acesso em: 20 de mar. 2019.

ELIAS, J. **Reestatização cresce porque empresa privada tem serviço ruim, diz instituto**.

Uol: Economia, mar., 2019b. Disponível em:

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/07/reestatizacoes-tendencia-crescendo-tni-entrevista.htm?fbclid=IwAR19HqATom4HdCysZmdlYW4Ve8sHM1-ISjFNwdC4LqrDV_uYiPx_AkjXmcQ. Acesso em: 20 de mar. 2019.

ESTEVIÃO (SINDICALISTA). [08 de nov. 2018]. Entrevistador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto. Vitória, ES, 2018. 1 arquivo .3gp (51:44 min.). 1 cassete sonoro. Entrevista concedida no Centro de Convenções de Vitória.

EUZÉBIO (SINDICALISTA). [18 de set. 2018]. Entrevistador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto. Vitória, ES, 2018. 1 arquivo .m4a (1:01:01 min.). 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida no Sindiupes – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo.

FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R. **Os números da dívida**. Auditoria Cidadã da Dívida, mar., 2018. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Os-numeros-da-divida-2018.pdf>.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS – FNU. **Dirigentes sindicais fazem seminário para reorganizar a luta contra a privatização da Eletrobras**. Federação Nacional dos Urbanitários: Notícias FNU, fev., 2019a. Disponível em: http://www.fnucut.org.br/dirigentes-sindicais-fazem-seminario-para-reorganizar-luta-contra-privatizacao-da-eletobras/?fbclid=IwAR03W1yOXSeXfoh_l2xeAdXuI9X6F0hHid1302sgp4rjE2ygJzEQ2VdGOBc. Acesso em: 21 de mar. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS – FNU. **Entidades irão discutir ações para impedir aprovação de MP que privatiza o saneamento**. Federação Nacional dos

Urbanitários: Notícias FNU, jan., 2019b. Disponível em: <http://www.fnucut.org.br/entidades-irao-discutir-aco-es-para-impedir-aprovacao-de-mp-que-privatiza-o-saneamento/?fbclid=IwAR2jpJW6pZr8fZHIVFa6TiSIfyO2WI0-hs7VjBTnSfsOIKFChnQkpPgCzrw>. Acesso em: 21 de mar. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS – FNU. **Por que Wilson Pinto Junior defende desesperadamente a privatização rápida da Eletrobras?** Federação Nacional dos Urbanitários: Notícias FNU, fev., 2019c. Disponível em: <http://www.fnucut.org.br/por-que-wilson-pinto-junior-defende-desesperadamente-privatizacao-rapida-da-eletobras/?fbclid=IwAR3MymSy0p8RRra9QAnscheqsWiaDgmZFCWdKW9NIEq28YLBW S-6hlCF2I4>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS – FNU. **Sindieletro-MG, deputados, prefeitos e vereadores contra a privatização.** Federação Nacional dos Urbanitários: Notícias FNU, mar., 2019d. Disponível em: <http://www.fnucut.org.br/sindieletro-mg-deputados-prefeitos-e-veredores-contr-a-privatizaca/?fbclid=IwAR0r0YnAKn43aqYe-TUcxWmGfl42KxFpqvXbPLX-00-Y0nUi17-A1DdoqJ8>. Acesso em: 21 de mar. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS – FNU. **Um terço das privatizações de estatais federais dependem de aprovação no Congresso.** Federação Nacional dos Urbanitários: Notícias FNU, jan., 2019e. Disponível em: http://www.fnucut.org.br/um-terco-das-privatizacoes-de-estatais-federais-dependem-de-aprovacao-no-congresso/?fbclid=IwAR2Idqw8u0Zs812yRTKbVI4ps7ksGQeMtV_16I82xpf0PeNmj_klykB e8Qs. Acesso em: 21 de mar. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS – FNU. **União recomenda a governadores que aumentem impostos e privatizações.** Federação Nacional dos Urbanitários: Notícias FNU, jan., 2019f. Disponível em: <http://www.fnucut.org.br/uniao-recomenda-governadores-que-aumentem-impostos-e-privatizacoes/?fbclid=IwAR02ODyLL4efopQmJzteVr0ltel204X2QnOPhXhhzxEApjMmlNg EEjeglUk>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

FERRAZ, A. S. Privatização e processo decisório. **Revista Dados**, v. 52, n. 2, p. 425–469, 2009.

FERREIRA, É. C. et al. Privatização e mudanças organizacionais: um estudo de caso sobre transformação cultural e comportamental. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, n. 3, p. 468–491, 2010.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Estudo revela que educação impulsiona mobilidade social no Brasil.** FGV: Economia, fev., 2019. Disponível em: https://portal.fgv.br/noticias/estudo-revela-educacao-impulsiona-mobilidade-social-brasil?fbclid=IwAR2oonGsvlad327WYwqWGyU_g3y6FYJuyi3saD1VBKeMYszm4KA9ZyI 0i8U. Acesso em: 30 de mar. 2019.

FLECKER, J.; SCHULTHEIS, F.; VOGEL, B. A “Problem of Fairness” in the Making: The Transformation of Public Services from the Perspective of Postal Workers: A “Problem of Fairness” in the Making. **British Journal of Industrial Relations**, v. 54, n. 4, p. 768–789, dez., 2016.

FONSECA, P. D. **Privatizar tudo:** uma fórmula pronta e ineficaz. Gaúchazh Opinião, jan., 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2019/01/privatizar-tudo-uma-formula-pronta-e-ineficaz-cjqpk68bt004h01ukknrpnqxy.html?fbclid=IwAR0h0-7woRZdY8VmtUxGFZWuVEI663bUjHjnCGKK3bCuoo-4j1huo1csyS4>. Acesso em: 19 de mar. 2019.

FONT, J.; BLANCO, I. ¿Qué hay detrás de la oferta de participación? El rol de los factores instrumentales e ideológicos en los mecanismos españoles de participación. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, n. 31, p. 1-17, feb. 2005.

FÓRUM. **Funcionários da Caixa protestam contra a privatização e destacam papel social do banco.** Revista Fórum, mar., 2019. Disponível em: https://www.revistaforum.com.br/funcionarios-da-caixa-protestam-contra-a-privatizacao-e-destacam-papel-social-do-banco/?fbclid=IwAR2AXNraO5BeCqOAaZaPxVvmkyNYn50zZlc5L_XQDFCI7wNPHvHm3q3tlOo. Acesso em: 20 de mar. 2019.

FUENTE, J. M. R. DE LA. Contra la participación: discurso y realidad de las experiencias de participación ciudadana. **Política y Sociedad**, v. 47, n. 3, p. 93-108, 2010.

GALVÃO, A. et al. **Dossiê reforma trabalhista.** Campinas, Cesit/ie/Unicamp, jun., 2017. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 25 de nov. 2018.

GARRIDO-PINZÓN, J.; BERNARDO, M. H. Vivências de trabalhadores da saúde em face da lógica neoliberal: um estudo da atenção básica na Colômbia e no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 9, 28 set. 2017.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 64-89.

GEOVANI (SINDICALISTA). [20 de jul. 2018]. Entrevistador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto. Vitória, ES, 2018. 1 arquivo .m4a (46:51 min.). 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida no Suport – Sindicato Unificado da Orla Portuária.

GIBBONS, S. La experiencia neoliberal: privatización de servicios públicos y reforma laboral en perspectiva neoinstitucionalista, 1989-1996. **Temas y Debates**, n. 30, p. 87-107, 2015.

G1. **FMI diz que políticas neoliberais aumentaram desigualdade.** G1: Economia, mai., 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/fmi-diz-que-politicas-neoliberais-aumentaram-desigualdade.html?fbclid=IwAR1182xacJO1QuPIrywliIzwy7VHbcVoaC0h_WOBPTZqv3gfsQbWcdyNPXM. Acesso em: 05 de jan. 2019.

HAMANN (SINDICALISTA). [24 de set. 2018]. Entrevistador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto. Vitória, ES, 2018. 1 arquivo .m4a (36:45 min.). 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida no SindiPetro – Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna,** São Paulo, Edições Loyola, 1992.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HEWSTONE, M. **Causal attribution: from cognitive processes to collective beliefs.** Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1989.

IANNI, O. **A era do Globalismo.** 3 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1997.

JEFERSON (SINDICALISTA). [18 de out. 2018]. Entrevistador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto. Vitória, ES, 2018. 1 arquivo .m4a (01:02:21 min.). 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida no Sintufes – Sindicato dos Trabalhadores da UFES.

KINGSTONE, P.; YOUNG, J. K.; AUBREY, R. Resistance to Privatization: Why Protest Movements Succeed and Fail in Latin America. **Latin American Politics and Society**, v. 55, n. 03, p. 93-116, 2013.

KLANDERMANS, B. **The psychology of social protest.** Londres: Blackwell, 1997.

KLEES, S. J.; EDWARDS Jr., D. B. Privatização da educação experiências dos Estados Unidos e outros países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 11–30, mar., 2015.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 30, n. 1, p. 77-104, abr., 2018.

KUMAR, K. **Da Sociedade Pós-industrial à Pós-moderna, Novas teorias sobre o mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LADOSKY, M. H. G.; RODRIGUES, I. J. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes Limites e possibilidades. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 30, n. 1, p. 53-76, abr., 2018.

LAMBERT, S. Passing the buck: Labor flexibility practices that transfer risk onto hourly workers. **Human Relations**, n. 61, p. 1203-1227, 2008.

LAPORTA, T. **Entenda o que é spread bancário e por que ele é alto no Brasil.** G1 Economia: Educação Financeira, mai., 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/noticia/entenda-o-que-e-spread-bancario-e-por-que-ele-e-alto-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 22 de nov. 2018.

LEAL, M. C. D. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. **D.E.L.T.A.**, v. 21, Ed. Especial, p. 73-92, 2005.

LEIVA, F. Flexible Workers, Gender, and Contending Strategies for Confronting the Crisis of Labor in Chile. **Latin American Perspectives**, v. 39, n. 4, p. 102-128, jul., 2012.

LEME, A. A. Neoliberalismo, Globalização e Reformas do Estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**, n. 32, p. 114-138, jan./jul., 2010.

LISBOA, V. **Universidade tem de formar para a liberdade, diz Pérez Esquivel.** Portal Vermelho: Educação, abr., 2018. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=310172. Acesso em: 09 de fev. 2019.

LOPES, S. L. História e Transformações do Sindicalismo Brasileiro. **Revista THEOMAI**, n. 19, p. 31-46, jan./jun., 2009.

LOPES, B. **O Primeiro Mandato de FHC (1995-1998): a Dialética do Desenvolvimento na Nova Ordem.** Igepri News, ago., 2011. Disponível em: <http://archive.li/xwknW#selection-387.0-387.83>. Acesso em: 25 de jul. 2018.

MACHADO, F. M. Desestatização e privatização no Brasil. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 2, n. 1, p. 99-119, 2015.

MAGALHÃES, C. H.; RODRIGUES, M. S. Volta Redonda pós-privatização da Cia. Siderúrgica Nacional: a crise de uma cidade monoindustrial em busca de uma nova identidade econômica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 2, 2015.

MAINARDI, L. F. **As privatizações no RS foram tão nefastas que os deputados incluíram na Constituição a necessidade do plebiscito.** Gaúchazh Opinião, fev., 2019. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2019/02/mainardi-as-privatizacoes-no-rs-foram-tao-nefastas-que-os-deputados-incluram-na-constituicao-a-necessidade-do-plebiscito-cjs260dma00lm01mrp8u9vx1j.html?fbclid=IwAR3OfPUJQIUvLxkwvKvhOn5ul7nnJjWRcq6tLBrPgM0_BOJt5Zgn1GqkzTg. Acesso em: 19 de mar. 2019.

MARCOS (SINDICALISTA). [20 de ago. 2018]. Entrevistador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto. Vitória, ES, 2018. 1 arquivo .m4a (1:12:21 min.). 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida no SindiBancários – Sindicato dos Bancários do Espírito Santo.

MARIGONI, G. Viralatismo em Marcha: Golpe visa redefinir lugar do Brasil no mundo. In: SOUZA, J.; VALIM, R. (Orgs.). **Resgatar o Brasil.** São Paulo: Editora Boitempo, 2018. p. 29-44.

MARTELLO, A.; BOMTEMPO, C.; KLAVA, N. **Governo Bolsonaro anuncia Salim Mattar para Secretaria Geral de Desestatização.** G1: Política, nov., 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/23/governo-bolsonaro-anuncia-salim-mattar-para-secretaria-de-privatizacoes.ghtml>. Acesso em: 23 de nov. 2018.

MARTINS, C. E. Vinte anos de democracia? **Lua Nova.** São Paulo, v. 64, p. 13-38, 2005.

MARTINS, H. S.; RODRIGUES, I. J. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 11, n. 2, p. 155-182, out., 1999.

MATSUDA, P. M.; DONADONE, J. C. A mudança da carreira dos dirigentes após o processo de privatização: estudo de caso no setor elétrico paulista. **Gestão & Produção**, v. 22, n. 2, p. 419-430, 2015.

MÁXIMO, W. **Caixa anuncia nova etapa de plano de demissão voluntária.** Agência Brasil: Economia, nov., 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/caixa-anuncia-nova-etapa-de-plano-de-demissao-voluntaria>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

MAZUI, G. **Ministério do Trabalho será dividido entre Justiça, Economia e Cidadania, diz Onyx.** G1: Política, dez., 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/03/ministerio-do-trabalho-sera-dividido-entre-justica-economia-e-cidadania-diz-onyx.ghtml>. Acesso em: 24 de nov. 2018.

MELLO, M. F. Privatização do setor de saneamento no Brasil: quatro experiências e muitas lições. **Economia aplicada**, v. 9, n. 3, p. 495-517, 2005.

MELUCCI, A. **Challenging Codes: Collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MIGUEL, L. F. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova**, v. 100, p. 83-118, 2017.

MOORE, B. **Injustiça: a base social da obediência e revolta**. São Paulo: Cortez, 1987.

MORAES, L. C. G. Nas Asas do Capital: Embraer, financeirização e implicações sobre os trabalhadores. **Caderno C R H**, v. 30, n. 79, p. 13-31, jan./abr. 2017.

MORAES, C. M. O legado de Margareth Thatcher. **Conjuntura Internacional**, v. 10, n. 2, p. 19-29, jul./dez., 2013.

MOREIRA, N. C.; BAÊTA, O. V.; REIS, P. R. C. Políticas de trabalho e emprego (1995-2010): repensando o estado brasileiro a partir do modelo de acumulação flexível. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 3, p. 98-107, 2013.

MOREIRA, T.; FURLAN, F. **Se BB fosse privatizado seria mais eficiente, diz presidente do banco**. Valor Econômico: Finanças, fev., 2019. Disponível em: <https://www.valor.com.br/financas/6118719/se-bb-fose-privatizado-seria-mais-eficiente-diz-presidente-do-banco?fbclid=IwAR2OvrC3I5mfxzUN0NkxRmpzbeEqhSBxVs69s065A398y98fORLIUoKo7uM>. Acesso em: 15 de fev. 2019.

MOREIRA, T. **Itaú Unibanco tem lucro recorrente de R\$ 25,733 bilhões em 2018**. Valor Econômico: Finanças, fev., 2019. Disponível em: https://www.valor.com.br/financas/6103739/itau-unibanco-tem-lucro-recorrente-de-r-25733-bilhoes-em-2018?fbclid=IwAR1CPoOdkejE03Ahk2Hf_ZUis7QayAY9MwjSS9embHwQO4VrWe_KeL_YvxBU. Acesso em: 10 de fev. 2019.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

MUNIZ, M. **Estudo da OIT mostra que privatização da Previdência fracassa no mundo**. Confederação Nacional dos Metalúrgicos, mar., 2019. Disponível em: http://www.cnmcut.org.br/conteudo/estudo-da-oit-mostra-que-privatizacao-da-previdencia-fracassa-no-mundo?fbclid=IwAR2JcG57ezK51tk_Rb0G-a7juynqetsbEwzIWmOfK5LbQzYnVIwDQJIOZxU. Acesso em: 19 de mar. 2019.

NARA (SINDICALISTA). [18 de jul. 2018]. Entrevistador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto. Vitória, ES, 2018. 1 arquivo .m4a (49:14 min.). 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida no Sindsaúde – Sindicato dos Servidores da Saúde no Estado do Espírito.

NATALUCCI, A. Los dilemas de las organizaciones sindicales en el contexto neoliberal. El caso de Luz y Fuerza Córdoba (1995-2001). **Revista Escuela de Historia**, v. 10, n. 2, 2011.

NUNO (SINDICALISTA). [14 de ago. 2018]. Entrevistador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto. Vitória, ES, 2018. 1 arquivo .m4a (43:14 min.). 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida na Universidade Federal do Espírito Santo.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Relatórios Econômicos OCDE: Brasil**. Fev., 2018. Disponível em: <http://www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-brazil.htm>. Acesso em: 20 de nov. 2018.

O'DONNELL, M. et al. Privatization and 'Light-Handed' Regulation: Sydney Airport. **The Economic and Labour Relations Review**, v. 22, n. 1, p. 65-80, 2011.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVA, E. C. A privatização de empresas siderúrgicas brasileiras: reflexos na gestão de recursos humanos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 141–161, 2002.

OLIVEIRA, R. **Reorganização da educação pode ser primeiro passo para a privatização do ensino público**. Século Diário, jan., 2016. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/26622/8/reorganizacao-da-educacao-seria-movimento-de-privatizacao>. Acesso em: 11 de mai. 2017.

OLIVEIRA, T. G. D.; LIMA, S. C. R. B. D. The privatization of state water supply and sanitation companies: an analysis based on the experience of the state of Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 253–272, 2015.

PALASSI, M. P. **Ações Coletivas e Consciência Política no Mundo do Trabalho: Dilemas Subjetivos da Participação nos Processos de Privatização**. Curitiba: Juruá, 2011.

PALASSI, M. P. et al. Os discursos e as metáforas na análise da propensão à participação: um estudo em um banco privatizado. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 3, p. 443–73, 2007.

PALASSI, M. P. Privatização e enfrentamento: elementos integradores e desintegradores da resistência coletiva. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 3, p. 433–461, 2002.

PALASSI, M. P. Olhares sobre a Privatização do setor de Saneamento Capixaba. **In: EnANPAD**, 24ª, Florianópolis, 2000. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2000. p. 1-15.

PALASSI, M. P.; MARTINS, G. F.; PAES DE PAULA, A. P. Consciência Política e Participação Cidadã de estudantes de administração: um estudo exploratório em uma Universidade Pública no Brasil. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 85, n. 3, p. 435-461, set./dez., 2016.

PALASSI, M. P.; SILVA, A. L. A Dinâmica do Significado do Trabalho na Iminência de uma Privatização. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 38, p. 47–62, 2014.

PALERMO, H.; RIVERO, C. Memorias del trabajo ante los procesos de privatización en Argentina. **Nómadas (Col)**, n. 34, p. 151-165, 2011.

PEREIRA, J. **Temer anuncia privatização de 57 empresas e projetos, incluindo Casa da Moeda e Congonhas**. Congresso em Foco, ago., 2017. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/temer-anuncia-privatizacao-de-57-empresas-e-projetos-incluindo-casa-da-moeda-e-congonhas/>. Acesso em: 21 de dez. 2017.

PÉREZ, N. J.; MORENO, W. D. La política pública de privatización del sector portuario y su impacto en la organización del trabajo en el puerto de Buenaventura. **Pensamiento & Gestión**, v. 25, p. 178-213, 2008.

PETERS, J. Neoliberal convergence in North America and Western Europe: Fiscal austerity, privatization, and public sector reform. **Review of International Political Economy**, v. 19, n. 2, p. 208-235, 2012.

PINTO, C. M. B. C. **O processo de privatização e desestatização do Estado brasileiro**. *JUS*, jan., 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12228/o-processo-de-privatizacao-e-desestatizacao-do-estado-brasileiro>. Acesso em: 25 de jul. 2018.

PRADO, S. Duas décadas de privatização: um balanço crítico. **Economia & Sociedade**, v. 1, n. 10, p. 39-79, jun., 1998.

PREMINGER, J. The contradictory effects of neoliberalization on labour relations: The health and social work sectors. **Economic and Industrial Democracy**, v. 37, n. 4, p. 644-664, 2016.

PROGRAMA AVANÇAR PARCERIAS. Programa de Parcerias de Investimentos – Ponte para o Futuro. Governo Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.avancarparcerias.gov.br/>. Acesso em: 28 de abr. 2018.

PRONI, M. W.; LYRIO, P. M. A Privatização do Setor Elétrico e seus impactos sobre o trabalho. **Revista Gestão Industrial**, v. 1, n. 1, 2005.

PUBLIC SERVICES INTERNATIONAL RESEARCH UNIT. **Public Services Privatizations Research Unit**. University of Greenwich, 1996. Disponível em: <http://www.psir.org/publicationse51f.html?page=34>. Acesso em: 20 de mai. 2018.

PURCHIO, L. **Para que servem as agências reguladoras? Nada**. Istoé, fev., 2019. Disponível em: https://istoe.com.br/para-que-servem-as-agencias-reguladoras-nada/?fbclid=IwAR13Xpjsj_F3Ty1JCX6ewpjNvWwQsvqqoYkuy0g_5kLGyizViGTh-ZqF4. Acesso em: 21 de mar. 2019.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Carga Tributária no Brasil 2017: Análise por tributos e bases de incidência**. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Nov., 2018.

RIZZI, L. E. **Privatização e Trabalho no Brasil: o Caso Escelsa (espírito santo Centrais Elétricas S.A.)**. 2008. 106f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, ES, 2008.

RODRIGUES, I. J. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? **Caderno C R H**, v. 28, n. 75, p. 479-491, set./dez., 2015.

RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R.; CONCEIÇÃO, J. J. Relações de trabalho e sindicato no primeiro Governo lula (2003-2006). **Ciências e Cultura**, v. 60, n. 4, p. 54-57, out., 2008.

ROMAM, C. **A volta das privatizações?** Carta Capital: Economia, 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-volta-das-privatizacoes>. Acesso em: 20 de dez. 2017.

ROWE, D. E. O.; FERREIRA Jr. A influência do processo de privatização nos recursos humanos: um estudo de caso na Telemar Alagoas. **In:** EnANPAD, 24^a, Florianópolis, 2000. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2000. p. 1-15.

RUSSO, F. F. **Privatização da Vale do Rio Doce:** valores, manifestações e implicações. 2002. 91f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

SABUCEDO, J. M. C. **Psicologia Política.** Madrid: Editorial Síntesis, S. A., 1996.

SANCHEZ, O. A. A privatização do saneamento. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 89–101, 2001.

SANDOVAL, S. A. M. A Psicologia Política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990: Uma análise da consciência política num momento de desmobilização. **In:** SILVA, Alessandro Soares; CORRÊA, Felipe. (Orgs.). **No interstício das disciplinaridades: A psicologia política.** 1. Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 175-217.

SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. **In:** SPINK, Mary Jane Paris (org.), **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar.** São Paulo: Cortez Editora, 1994. p. 59-74.

SANDOVAL, S. A. M. Emoções nos movimentos sociais [Trabalho apresentado na mesa-redonda Emoções, Engajamento e Movimentos Sociais]. **In:** Encontro Nacional da Abrapso, Belo Horizonte, 13^o, 2005. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Social, 2005.

SANDOVAL, S. A. M. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Psicologia Política**, v. 1, n.1, p.173-195, 2001.

SANDOVAL, S. A. M.; SILVA, A. S. O Modelo de Análise de Consciência Política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. **In:** UHNGHUR, D.; LACERDA Jr., F. (Orgs.). **Psicologia, Políticas e Movimentos Sociais.** São Paulo: Vozes, 2016. p. 25-57.

SANTANA, M. A. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. **Revista de Sociologia e Política**, n. 10-11, p. 19-35, 1998.

SCHNEIDER, B. R. A privatização no Governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista? **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 45, p. 5-18, jan./mar., 1992.

SCOPINHO, R. A. Privatização, reestruturação e mudanças nas condições de trabalho: o caso do setor de energia elétrica. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 5, p. 19–36, 2002.

SÉCULO DIÁRIO. **Sindibancários lança campanha contra privatização do Banestes.** Mar., 2017. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/33191/23/sindibancarios-lanca-campanha-contra-privatizacao-do-banestes>. Acesso em: 20 de mai. 2018.

SERŠIĆ, D. M.; TRKULJA, J. Nesigurnost posla kao predmet istraživanja u psihologiji: teorije, operacionalizacije, nalazi. **Društvena istraživanja: časopis za opća društvena pitanja**, v. 18, n. 3, p. 523-545, 2009.

SILVA, A. O.; ABDALLA, M. M. Neoliberalismo e Privatizações no Brasil: o lado obscuro da Globalização. **In: EnANPAD**, 41ª, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2017. p. 1-16.

SILVA, A. S. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in) eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 105-126, abr., 2007.

SILVA, A. S. **Luta, resistência e cidadania**: uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, A. S. O lugar das crenças e valores sociais na formação da consciência política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. **Interações**, v. 7, n. 14, p. 105-130, jul./dez., 2002.

SILVA, C. **Fusão é alternativa encontrada por sindicatos para sobreviver à crise**. Exame: Economia, fev., 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/fusao-e-alternativa-encontrada-por-sindicatos-para-sobreviver-a-crise/>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

SILVA, M. A. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, v. 11, n. 21, 2005.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO. Governo Dilma mantém privatizações. **O Metalúrgico em Família**, v. 13, n. 65, p. 1-12, dez., 2011. Disponível em: <http://www.sindmetalsjc.org.br/arquivo/jornalfamilia/0a9ee06866b016bb6602.pdf>. Acesso em: 19 de mar. 2018.

SINDICATO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO. **Governo do Estado impõe novo projeto à Educação Pública Capixaba**, mar., 2017. Disponível em: <http://sindiupes.org.br/blog/governo-do-estado-impoe-novo-projeto-a-educacao-publica-capixaba/>. Acesso em: 11 de mai. 2017.

SOARES, D. H. P.; SESTREN, G. Projeto profissional: o redimensionamento da carreira em tempos de privatização. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 66-74, 2007.

SORIANO, R. **Mulheres ocupam Nestlé contra a privatização das águas**. MST: Água, Lutas e mobilizações, Mulheres, mar., 2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/03/20/mulheres-ocupam-nestle-contr-a-privatizacao-das-aguas.html>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

SOUSA, A. C. A.; COSTA, N. R. Ação coletiva e veto em política pública: o caso do saneamento no Brasil (1998-2002). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 8, p. 3541-3552, 2011.

SOUZA, H. **Governo vende aeroportos por menos da metade do preço de um avião**. Come Ananás, mar., 2019. Disponível em: <https://comeananas.com/privatizacao-aeroportos->

[2019/?fbclid=IwAR2hra5sTM8ohAnvPjwGO9JWg1-LueZoOX0_r2xKbB6kfATV2XGoNkPSbDw](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/09/02/bresser-pereira-privatizacao-temer-rombo-crise.htm?fbclid=IwAR2hra5sTM8ohAnvPjwGO9JWg1-LueZoOX0_r2xKbB6kfATV2XGoNkPSbDw). Acesso em: 19 de mar. 2019.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

TAKAR, T. **Privatização condena Brasil a ser empregado dos países ricos, diz Bresser**.

Uol: Economia, set., 2017. Disponível em:

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/09/02/bresser-pereira-privatizacao-temer-rombo-crise.htm?fbclid=IwAR3syFncuhibwTeEyGIJpbeUE6Lldhpjs9sNsDjLnFQ-UPAvCpIxc3OSA_c. Acesso em: 19 de mar. 2019.

TEIXEIRA, T. G. Tendências do setor postal no cenário internacional: liberalização, regulação do mercado e reestruturação organizacional. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 2, p. 349-372, ago., 2016.

TEMÓTEO, A. TST: **Greve contra privatizações é abusiva e pode ser descontada do salário**. Uol: Economia, fev., 2019. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/12/greve-privatizacoes-decisao-tst.htm>.

Acesso em: 21 de mar. 2019.

TERRA, L. M. La pérdida del trabajo petrolero: transformaciones laborales, materiales e identitarias. **Avá**, n. 12, p. 95-116, 2008.

TESOURO NACIONAL. **Quem financia a Dívida Pública?** Tesouro Nacional do Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.tesouro.gov.br/documents/10180/0/QUEM+FINANCIA-pdf/1d535ddb-7a4e-4718-a7a5-f5c17134cc76>. Acesso em: 15 de jan. 2019.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Nova York: McGraw-Hill, 1978.

TOURAINÉ, A. **La conscience ouvrière**. Paris: Seuil, 1966.

VALFRÉ, V. **Mais da metade dos eleitos no ES se elegeram com dinheiro da Vale**. Gazeta Online: Política, fev., 2019. Disponível em:

https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/02/mais-da-metade-dos-eleitos-no-es-se-elegeram-com-dinheiro-da-vale-1014166331.html?fbclid=IwAR2QHNlcU3rRKRBS9I9pGkw1R68RKSgYi_a2MijSpnjRCOY5Yf7Ugn5S8Gg. Acesso em: 15 de fev., 2019.

VEJA. **60% dos brasileiros são contra privatizações, aponta pesquisa do Datafolha**. Veja: Economia, Redação jan., 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/60-dos-brasileiros-sao-contras-privatizacoes-aponta-pesquisa-do-datafolha/>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

VELOSO, E. F. R.; DUTRA, J. S. Carreiras sem Fronteiras na Gestão Pessoal da Transição Profissional: um estudo com ex-funcionários de uma instituição privatizada. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 5, p. 834-854, 2011.

WANDER (SINDICALISTA). [02 de out. 2018]. Entrevistador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto. Vitória, ES, 2018. 1 arquivo .m4a (26:22 min.). 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida no Sindaspes – Sindicato dos Inspectores do Sistema Penitenciário do Espírito Santo.

WETZEL, U. Transformação do contrato psicológico no contexto da privatização: estudo de casos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. SPE, p. 217–235, 2001.

YON, K. Os efeitos da socialização política de um sindicalismo “apolítico”: um estudo de caso. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1061-1076, out./dez., 2016.

ZUESSE, E. **Sobre a essência e a origem fascistas da privatização**. Desacato: Destaques, jan., 2014. Disponível em: <http://desacato.info/sobre-a-essencia-e-a-origem-fascistas-da-privatizacao/>. Acesso em: 24 de dez. 2018.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

Caracterização do sujeito:

Nome: _____
 Hora do início: _____ Hora do término: _____
 Data: _____ Sexo: _____ Naturalidade: _____
 Local da entrevista: _____ Idade: _____
 Sindicato que representa: _____ Bairro onde reside: _____
 Cargo/função: _____ Escolaridade: _____
 Há quanto tempo é sindicalista: _____ Reeleito: _____

Trajétoria de vida:

- 1) Quais foram os motivos para se tornar sindicalista?
- 2) Comente sobre como é ser sindicalista e participar da militância sindical.

Roteiro de Perguntas:

(i) Identidade Coletiva:

- Em sua opinião, qual o papel do sindicato na luta contra a privatização?
- Em sua opinião, qual o papel dos empregados da empresa na luta contra a privatização?

(ii) Crenças, Valores e Expectativas sobre a Sociedade:

- Qual são suas crenças sobre a privatização da empresa?
- Quais são os valores que sustentam sua militância sindical e participação em ações coletivas contra a privatização?
- Descreva suas expectativas em participar de ações coletivas contra a privatização?

(iii) Interesses Coletivos:

- Você observa a existência de barreiras entre os sindicatos para a construção de um movimento antiprivatização no Espírito Santo? Por favor, explique.
- Quem são os aliados e os adversários do seu sindicato na luta contra a privatização?

(iv) Eficácia Política:

- Quais são as reivindicações sindicais em relação à privatização da empresa?
- As reivindicações contra a privatização são atendidas? Comente sobre o atendimento ou não dessas reivindicações.

(v) Sentimento com Respeito aos Adversários:

- Como você avalia a atuação do Governo do Presidente Michel Temer (MDB) nas privatizações? E do Governo de Paulo Hartung (MDB) no ES?
- Quais são os grupos mais injustiçados com as privatizações? E os mais favorecidos? Como os sindicatos podem diminuir essas injustiças?

(vi) Vontade de Agir Coletivamente:

- Você participa de algum partido político? Por quê?
- A privatização afetou sua preferência partidária? Por quê?
- Como você avalia a atuação do seu partido nas ações coletivas do sindicato contra a privatização?
- Quais são as estratégias do sindicato para fomentar a vontade de agir coletivamente dos empregados da empresa nas ações coletivas contra a privatização?
- Comente as dificuldades e benefícios de participar das ações coletivas contra a privatização?

(vii) Metas e Repertórios de Ações:

- Quais são as metas e ações do sindicato contra as privatizações?
- Os empregados da empresa conhecem as metas e ações do sindicato contra as privatizações? Como eles as avaliam?
- Pode-se dizer que existe um movimento antiprivatização no ES? Como os sindicatos se mobilizam para construir as ações coletivas contra a privatização?
- Como você avalia a atuação do sindicato durante e após a privatização?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Consciência Política e Participação de Sindicalistas em Ações Coletivas contra a Privatização.

Nome do Pesquisador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto

Contato: Telefone (27) 99907-9182; E-mail: joaquim.ufes@gmail.com

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “Consciência Política e Participação de Sindicalistas em Ações Coletivas contra a Privatização”, que tem por objetivo compreender a trajetória de militância sindical em ações coletivas contra as privatizações, bem como compreender como se configura as dimensões da consciência política e a participação nas ações coletivas contra a privatização.

Sobre a participação na pesquisa:

Você participará, por sua própria vontade, oferecendo-nos informações relacionadas ao seu perfil demográfico e às suas percepções sobre a privatização no Espírito Santo e participação em ações coletivas contra a privatização que favorecem a compreensão da consciência política. Os dados a serem coletados, por meio de entrevista e grupo focal serão utilizados exclusivamente para fins deste estudo. Os contatos serão agendados previamente e antes da entrevista você receberá informações quanto ao tempo de duração e os procedimentos que serão utilizados para registro da entrevista seja ela individual ou em grupo.

Você irá participar sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Você não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada lhe será pago por sua participação; entretanto, caso haja alguma despesa com a participação na pesquisa, haverá ressarcimento. As informações serão utilizadas como subsídios para a dissertação de Mestrado em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo.

Quanto ao uso das informações, esclareço que a sua identidade será preservada, e os arquivos das transcrições das entrevistas e anotações gerais serão acessados somente pelo pesquisador. Todo material resultante será guardado sob o poder do pesquisador durante 05 (cinco) anos, sendo então destruído.

Ressalta-se que a participação nesta pesquisa não traz complicações legais, pois apenas será solicitado o relato voluntário escrito de suas percepções, crenças, valores e expectativas sobre a privatização, bem como experiências da militância sindical. A sua participação poderá envolver riscos mínimos, como os seguintes: conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido; insegurança quanto à melhor resposta que deve ser fornecida; desconforto por ser perguntado sobre assuntos que podem lhe gerar certo acanhamento ou constrangimento; despertar de memórias que possam ser desconfortáveis.

Para amenizar tais riscos, os objetivos deste estudo serão esclarecidos pelo pesquisador antes de iniciar a sua participação. Ao concordar em participar, você tem a liberdade de se recusar a continuar, em qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Percebida qualquer possibilidade de danos emocionais, asseguro que interromperei a produção de dados, e as medidas cabíveis serão discutidas, incluindo o informe ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e à Coordenação Nacional de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CONEP).

Quanto aos benefícios desta pesquisa, almeja-se contribuir para ampliar os estudos sobre a participação em ações coletivas contra a privatização, bem como compreender as dinâmicas da consciência política dos sindicalistas, podendo proporcionar diagnósticos para o movimento sindical pensar ou repensar as ações coletivas de enfrentamento às privatizações. Assim, os resultados identificados garantirão informações importantes para a comunidade científica, para os trabalhadores e para a sociedade em geral.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com a de outros participantes, sendo garantido o sigilo; a privacidade; a retirada do consentimento em qualquer fase da pesquisa; a indenização em caso de eventual dano dela decorrente; a confiabilidade dos resultados obtidos.

Em caso de dúvidas ou esclarecimentos sobre esta pesquisa, acionar **Joaquim Francisco de Oliveira Neto** no telefone (27) 99907-9182 ou e-mail joaquim.ufes@gmail.com. Já em caso de denúncias ou intercorrências nesta pesquisa, contatar o **Comitê de Ética e Pesquisa** da UFES pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Este termo será redigido em duas vias, e você, participante, receberá uma delas assinada e rubricada em todas as suas páginas, por você e por mim, pesquisador. Será garantida a você a posse de uma dessas vias. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, os riscos, os benefícios e os procedimentos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo.

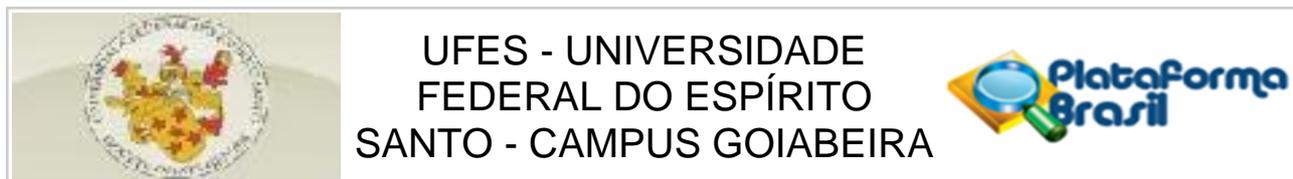
Eu, _____, tenho ciência do exposto e manifesto, livremente, meu desejo em participar da pesquisa.

Assinatura do participante de pesquisa

Joaquim Francisco de Oliveira Neto

Vitória, _____ de _____ de 2018.

APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONSCIÊNCIA POLÍTICA DE SINDICALISTAS E A PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

Pesquisador: Joaquim Francisco de Oliveira Neto

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 10024318.3.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.469.575

Apresentação do Projeto:

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de PósGraduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Tendo em vista os objetivos propostos para responder o problema de pesquisa, pretende-se aplicar a abordagem qualitativa, pois nesta abordagem torna-se possível se inserir no mundo dos significados das ações (COLBARI, 2014).

Quanto aos objetivos, a pesquisa a se realizar é classificada como exploratória (CRESWELL, 2003), pois visa explorar e aprofundar o conhecimento sobre a consciência política produzida nos sentimentos e emoções inerentes aos indivíduos que participam de ações coletivas em um campo social demarcado pelo contexto das privatizações no Estado do Espírito Santo.

Serão selecionados 11 sujeitos que atendem os seguintes critérios:

- (1) sindicalistas que fazem parte atualmente de sindicatos localizados em Vitória (capital do Espírito Santo) que representam trabalhadores de empresas em processo de privatização no Espírito Santo;
- (2) sindicalistas que participam de ações coletivas contra a privatização no Espírito Santo e que preferencialmente tenham um histórico de participação em ações coletivas contra a privatização.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



UFES - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO - CAMPUS GOIABEIRA



Continuação do Parecer: 3.469.575

O histórico de participação em ações coletivas contra as privatizações é um atributo preferencial para seleção dos sindicalistas, ao considerar-se que a memória dos indivíduos proveniente de acontecimentos históricos no contexto das privatizações tratados no estudo são elementos relevantes para a construção de diversos elementos, emoções e sentimentos que contribuem para a formação da consciência política.

Para a compreensão da trajetória de luta dos sindicalistas nos processos de privatização e o entendimento do funcionamento das ações coletivas contra as privatizações que ocorrem no Espírito Santo, bem como a compreensão de como se configura as dimensões da consciência política dos sindicalistas, serão realizadas entrevistas individuais com roteiro semiestruturado.

Desse modo, as informações alcançadas com as análises serão apresentadas aos sindicalistas participantes, a fim de discutir os resultados em um Grupo Focal. “O grupo focal é um ambiente mais natural e holístico em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros” (GASKELL, 2000, p. 76).

Para analisar os dados, será utilizada a Análise de Conteúdo (AC), caracterizada por “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, por meio de conhecimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo, indicadores que permitem inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dos textos” (BARDIN, 2006, p. 42).

Por sua vez, Bardin (2006) destaca que a parte do método na Análise de Conteúdo se inicia pela organização da análise. Nesta fase, é importante que se inicie com uma pré-análise do conteúdo produzido, para que depois possa ser realizada uma exploração do material, tratar os resultados obtidos e interpretá-los à luz da fundamentação teórica.

Além disso, Bardin (2006) orienta que a Análise de Conteúdo seja realizada por um conjunto de categorias analíticas que auxiliem na melhor organização dos dados produzidos para a posterior análise, interpretação e discussão.

Essas categorias de análise podem ser construídas tanto a priori quanto a posteriori. Adotou-se, portanto, as categorias a priori, com base nas dimensões do Modelo Analítico da Consciência Política (SANDOVAL, 2005; SANDOVAL; SILVA, 2016). Bardin (2006, p. 118, grifo do autor) dá base para essa escolha metodológica ao afirmar que na “[...] análise de conteúdo, a mensagem pode ser submetida a uma ou várias dimensões de análise”.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

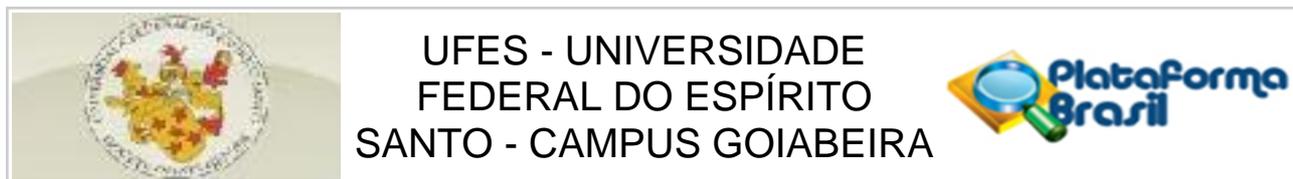
CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.469.575

Dessa maneira, Bardin (2006) orienta que as categorias construídas a priori devem fornecer um sistema de categorias coerente com a teoria utilizada e interagir da melhor maneira possível com os elementos elucidados a partir de um marco teórico estabelecido.

Dentro desta perspectiva metodológica, os dados obtidos pelas entrevistas serão categorizados de acordo com as dimensões do Modelo Analítico da Consciência Política (SANDOVAL 2005; SANDOVAL; SILVA, 2016), a fim de analisar como se configura a dinâmica das dimensões da consciência política dos sindicalistas.

Os elementos implícitos nas falas dos sujeitos que emergirão e envolverão as dimensões da consciência política dos sindicalistas, derivadas de ações, emoções, comportamentos e manifestações notadas, serão interpretadas e categorizadas nas sete dimensões estabelecidas do modelo, citadas a seguir:

- Identidade Coletiva;
- Crenças, Valores e Expectativas sobre a Sociedade;
- Interesses Coletivos;
- Eficácia Política;
- Sentimentos com Respeito aos Adversários;
- Vontade de Agir Coletivamente;
- Metas e Repertórios de Ações.

Ressalta-se que as dimensões não são hierárquicas, ou seja, não existe uma mais importante que outra. Porém, para fins didáticos, são expostas separadamente, embora interajam entre si, mostrando a reflexão do sujeito quanto à decisão de participar de uma ação individual ou coletiva (PALASSI, 2011).

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

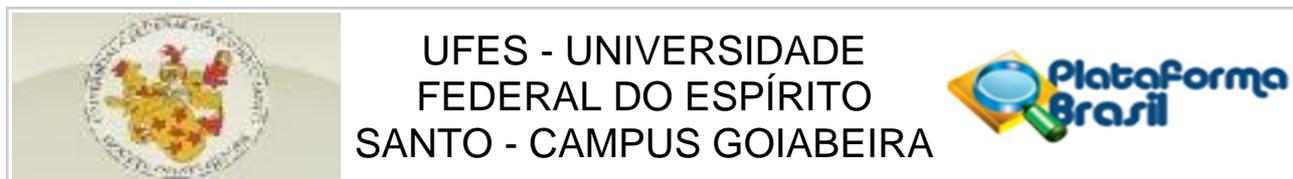
CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.469.575

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

-Compreender como se configura a consciência política e a participação dos sindicalistas em ações coletivas contra a privatização no Espírito Santo durante o governo Michel Temer do MDB (ago/2016 a dez/2018).

Objetivo Secundário:

-Apresentar um panorama dos processos de privatização do Governo de Michel Temer (MDB) no Espírito Santo;

-Descrever as ações coletivas contra a privatização construídas pelos sindicatos e sindicalistas;

-Compreender a trajetória dos sindicatos e sindicalistas nas ações coletivas contra a privatização;

-Compreender como se configura as dimensões da consciência política dos sindicalistas e sua participação nas ações coletivas contra a privatização

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A participação dos sujeitos poderá envolver riscos, como os seguintes: conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido; insegurança quanto à melhor resposta que deve ser fornecida; desconforto por ser perguntado sobre assuntos que podem lhe gerar certo acanhamento ou constrangimento; resgate de memórias que possam ser desconfortáveis.

Para amenizar tais riscos, os objetivos deste estudo serão esclarecidos pelo pesquisador antes de iniciar a sua participação. Ao concordar em participar, você tem a liberdade de se recusar a continuar, em qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Percebida qualquer possibilidade de danos emocionais, asseguro que interromperei a produção de dados, e as medidas cabíveis serão discutidas, incluindo o informe ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e à Coordenação Nacional de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CONEP).

Benefícios:

Quanto aos benefícios desta pesquisa, almeja-se contribuir para ampliar os estudos sobre a participação em ações coletivas contra a privatização, bem como compreender as dinâmicas da consciência política dos sindicalistas, podendo proporcionar diagnósticos para o movimento sindical pensar ou repensar as ações coletivas de enfrentamento às privatizações. Assim, os resultados identificados garantirão informações importantes para a comunidade científica, para os trabalhadores e para a sociedade em geral.

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

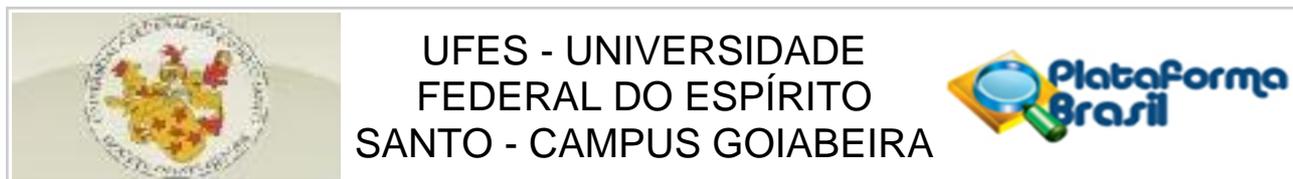
CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.469.575

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é de relevância acadêmica e social na medida em que pode servir como subsídio para as organizações sindicais e sindicalistas nos debates relativos às privatizações no Brasil, auxiliando-os na melhor compreensão do tema.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresenta todos os elementos exigidos na Resolução 510/2016 CNS.

Recomendações:

Atualizar cronograma de execução no PB_informações básica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1195659.pdf	21/05/2019 14:15:40		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPrivatizacaoConselhodeEtica.pdf	21/05/2019 14:15:04	Joaquim Francisco de Oliveira Neto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_conscienciapoliticaeprivatizacao.pdf	21/01/2019 22:53:38	Joaquim Francisco de Oliveira Neto	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	08/10/2018 23:03:03	Joaquim Francisco de Oliveira Neto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



UFES - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO - CAMPUS GOIABEIRA



Continuação do Parecer: 3.469.575

VITORIA, 25 de Julho de 2019

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com